

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PATRÍCIA SORGATTO KUYVEN

EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA E A REDUÇÃO DA POBREZA:
um estudo de dados nacionais

São Leopoldo - RS

2016

PATRÍCIA SORGATTO KUYVEN

EFEITOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
SOBRE A GERAÇÃO DE RENDA E A REDUÇÃO DA POBREZA:
um estudo de dados nacionais

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, como requisito parcial para obtenção de Título de Doutora em Ciências Sociais.

Área de concentração: Políticas e Práticas Sociais.

Linha de Pesquisa: Sociedade, economia e emancipação.

Orientador: Professor Doutor Luiz Inácio Gaiger

São Leopoldo - RS

2016

K977e Kuyven, Patricia Sorgatto.

Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais. / por Patricia Sorgatto Kuyven. – 2016.

249 f. : il. ; 30cm.

“Orientação: Prof. Dr. Luiz Inácio Gaiger, Ciências Humanas”.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2016.

1. Economia solidária. 2. Pobreza. 3. Geração de renda. 4. Trabalho associativo. 5. Análise de regressão. I. Gaiger, Luiz Inácio. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. III. Título.

CDU 334.7

Catálogo na Publicação:

Bibliotecária Esp. Camila Quaresma Martins - CRB 10/1790

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE TESE N.º 04/2016

Aos 19 dias do mês de abril de 2016, às 14h, realizou-se na sala B09 208, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, a Sessão Pública da Defesa de Tese intitulada “**Efeitos da Economia Solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais**”, apresentada pela doutoranda **Patrícia Sorgatto Kuyven**. A Comissão Examinadora foi constituída pelo Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger [Orientador] - UNISINOS, Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini - UNISINOS, Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor da Silva - UNISINOS, Profa. Dra. Marília Patta Ramos – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e Prof. Dr. Valmor Schiochet – Universidade Regional de Blumenau - FURB. Após o desenvolvimento dos trabalhos de apresentação oral e arguição dos componentes da Banca, a Tese foi considerada aprovada de acordo com os seguintes conceitos atribuídos pelos professores doutores: Luiz Inácio Germany Gaiger A, Adriane Vieira Ferrarini A, Monika Weronika Dowbor da Silva A, Marília Patta Ramos A e Valmor Schiochet A. O Título de Doutora será expedido pela Universidade após o encaminhamento da tese em versão eletrônica. A entrega da tese deverá ser feita, com o **parecer favorável do orientador**, no prazo de 30 [trinta] dias a contar desta data, na Secretaria Compartilhada da Pós-Graduação, da Escola de Humanidades e a emissão do Diploma está condicionada a entrega da versão final da Tese.

Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger [Orientador] - UNISINOS

Profa. Dra. Adriane Vieira Ferrarini - UNISINOS

Profa. Dra. Monika Weronika Dowbor da Silva - UNISINOS

Profa. Dra. Marília Patta Ramos - UFRGS

Prof. Dr. Valmor Schiochet - FURB

São Leopoldo, 19 de abril de 2016.

AGRADECIMENTOS

No momento em que eu optei por fazer um doutorado, é certo que o Universo deu um jeitinho para que isso viesse a acontecer: quando é que uma pessoa graduada em Estatística e Mestre em Engenharia de Produção iria parar num grupo de pesquisa da área de Ciências Sociais? As coisas foram acontecendo e ficaram desse jeito. Então, meu primeiro agradecimento, claro que é para Deus, e agradeço muito por ter entortado tanto as linhas da vida. Tenho muito orgulho de agora fazer parte deste mundo, tão belo e complexo, o das Ciências Humanas.

Ao meu querido orientador, Luiz Inácio Germany Gaiger, obrigada por me fazer sentir capaz de contribuir para a Economia Solidária e por me incentivar ao doutorado. Também pela atenção, amizade e orientação nesse período. Receba meu respeito e reconhecimento pela credibilidade e confiança transmitida ao longo do caminho.

Ao Grupo de Pesquisa ECOSOL, onde a solidariedade está entranhada nas pessoas que por ali passam, especialmente Gaiger, Adriane e Marília. Também aos bolsistas Sabrina, Sylvio, Jardel, Bruna, Cláudio Ogando e Cláudio Pereira, e aos colegas alunos do mestrado e doutorado no programa, especialmente a Marilene.

À minha família, em especial, ao meu esposo, Emerson Schneider Barbosa, que esteve presente acreditando, colaborando e oferecendo todo o suporte emocional e afetivo necessário. Às minhas amadas filhas Helena e Catarina, dizendo frequentemente que meu trabalho ia ficar “bem bonito” e que “as pessoas iam gostar”. Agradeço aos três pela paciência na minha ausência. Obrigada pelos que me ajudaram cuidando das meninas por mim: Ticiane, Ivone, mãe, pai, Vanessa e Dona Elvira.

Aos colegas professores do “Centro 6” da UNISINOS, amigos que estarão sempre guardados no meu coração, obrigada pela torcida e expectativa.

À equipe da SENAES, Secretaria do Ministério do Trabalho e Emprego, a qual tornou possível, através do Projeto SIES, que existissem dados disponíveis para o conhecimento mais preciso e aprofundado da Economia Solidária no Brasil.

Por fim, agradeço imensamente aos 60 entrevistadores que rodaram por este Brasil a fora, num valioso esforço em encontrar especificamente aquele empreendimento destinado a cada um no plano amostral da pesquisa. Além dos entrevistadores, minha gratidão se estende

aos 2.895 sócios e sócias dos empreendimentos econômicos solidários que se permitiram entrevistar. Foram os entrevistadores em conjunto com seus entrevistados que tornaram viável a pesquisa realizada.

Agradeço a todos que colaboraram, de qualquer forma, para a realização deste projeto.

RESUMO

Este trabalho se propõe a contribuir para o estudo da Economia Solidária (ES) ao avaliar o seu potencial enquanto alternativa para geração de trabalho e renda, e como fator de redução da pobreza e da miséria no Brasil. O cenário brasileiro apresenta expressiva redução da proporção de pessoas em condição de pobreza nos últimos dez anos. No entanto, esta redução, até o momento, é derivada principalmente de programas de transferência de renda. Desse modo, o país encontra-se ávido por uma estratégia na qual pessoas em estado de pobreza tenham, no acesso ao trabalho, a autonomia para afastar de si e de sua família as incertezas quanto aos recursos necessários para sua sobrevivência. Esta tese emprega técnicas quantitativas de análise para fazer uma avaliação dos impactos da economia solidária sobre a geração de renda entre os trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários distribuídos no território nacional. Duas hipóteses são aventadas neste estudo: *i*) a atuação no EES gera um acréscimo na renda dos sócios; *ii*) há cenários alternativos para a ES, nos quais poderia ser reduzida a ocorrência de pobreza e pobreza extrema, pela geração de trabalho e renda. É empregada uma metodologia na qual a revisão bibliográfica abarca questões relacionadas aos indicadores de renda e pobreza dos brasileiros, fatores relevantes na geração de renda entre trabalhadores, além de descrever o panorama da economia solidária no país, incluindo seus principais traços e sentidos. Realizou-se uma pesquisa de campo para obtenção de informações junto a uma amostra de 2.895 sócios de empreendimentos solidários nas cinco regiões brasileiras. Com base nos resultados da pesquisa de campo com sócios e nos dados do II Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários, realizado pela SENAES, são elucidadas as peculiaridades e os atributos deste público. Análises comparativas foram produzidas com o objetivo de compreender as nuances entre os trabalhadores brasileiros e aqueles específicos da ES; essa etapa serviu-se dos microdados da PNAD/IBGE para descrever os trabalhadores do mercado tradicional. Um conjunto de fatores socioeconômicos, demográficos e decorrentes da racionalidade dos empreendimentos econômicos solidários é testado com o propósito de compor um modelo empírico que determina quais fatores explicam a renda dos sócios de EES. O modelo obtido por análise de regressão múltipla propicia a construção e avaliação de cenários de atuação da ES visando à observação de variadas condicionantes para a geração de renda. A equação de regressão presta-se como instrumento para o

desenvolvimento de um simulador de renda para trabalhadores de empreendimentos econômicos solidários de diferentes perfis. A simulação torna exequível o reconhecimento de condições de atuação da ES que proporcionam avanços na geração de renda de seus sócios. Os resultados do estudo apontam que a ES contribui de forma significativa para a geração de renda de forma superior ao mercado de trabalho tradicional, especialmente em segmentos frequentemente desfavorecidos: mulheres, pessoas de cor não branca, trabalhadores do campo e, pessoas com baixa escolaridade. Desse modo, a ES é posta como uma alternativa efetiva para redução dos índices de pobreza e miséria no território nacional.

Palavras-chave: Economia solidária. Pobreza. Geração de renda. Trabalho associativo. Análise de regressão.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to the study of the Solidarity Economy (SE) to assess its potential as an alternative means for generating jobs and income and may cooperate for the reduction of poverty and misery in Brazil. The Brazilian scenario shows a expressive reduction in the proportion of people in poverty in the last ten years. However, this reduction, so far, has derived mainly from income transfer programs. Thus, the country is eager for a strategy in which people in poverty have access to work, autonomy to rule themselves and their family, making sure they have the necessary skills to achieve the resources needed for their survival. This thesis employs quantitative analysis techniques to assess the impact of solidarity economy on the generation of income among workers from solidarity economic enterprises distributed throughout the country. Two hypotheses are approached in this study: *i*) performance in EES generates an increase in income for the partners; *ii*) there are alternative scenarios for the ES, in which the incidence of poverty and extreme poverty could be reduced, generating employment and income. It used a methodology in which a literature review covers issues related to indicators of income and poverty of Brazilians, relevant factors in the generation of income between workers, in addition to describing the panorama of the solidarity economy in the country, including its main features and directions. We conducted a field survey to obtain information from a sample of 2,895 members of solidarity enterprises in the five Brazilian regions. Based on field research results with partners and the data of the Second National Mapping of Solidarity Economic Enterprises conducted by SENAES, the peculiarities and attributes of the public are elucidated. Comparative analyzes were made in order to understand the nuances of Brazilian workers and those specific to the SE, step which made use of micro data from PNAD/IBGE to describe workers in the traditional market. A set of socioeconomic and demographic factors moreover the rationality stemming factors from the solidarity economic enterprises is tested for the purpose of composing an empirical model that determines which factors explain the income of the SEE partners. The model obtained by multiple regression analysis provides the construction and evaluation of SE's operating scenarios for the observation of various conditions for generating income. The regression equation lends itself as a tool for developing an income simulator for workers from solidarity economic enterprises who present different profiles. The simulation makes

possible the recognition of the SE higher education performance conditions that provide advances in generating income for its partners. The study results show that the SE contributes significantly to the generation of income in a superior manner to the traditional labor market, especially in often-disadvantaged segments: women, non-white people, rural workers and people with low education. Thus, the SE is set as an effective alternative for reducing poverty rates and misery in the country.

Keywords: Solidarity economy. Poverty. Generating income. Associated labor. Regression analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Descrição do eixo “Inclusão Produtiva” do Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal.....	21
Figura 2.	Evolução histórica do cooperativismo e da economia solidária no Brasil.....	53
Figura 3.	Capa do questionário aplicado aos sócios dos EES na pesquisa do Projeto SIES.....	88
Figura 4.	Visualização dos EES sorteados e dos questionários a aplicar no sistema <i>online</i>	93
Figura 5.	Modelo de regressão final da variável: raiz quadrada da renda total dos sócios...	161
Figura 6.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de mulher negra, catadora de materiais recicláveis em Porto Alegre.....	177
Figura 7.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de homem negro, agricultor familiar no CE.....	179
Figura 8.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de homem branco, trabalhador de uma cooperativa em SP.....	180
Figura 9.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de mulher negra graduada e aposentada, dirigindo um EES em Irecê/BA.....	181
Figura 10.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de um produtor rural, branco, que comercializa sua produção no EES, em Chapecó/SC.....	182
Figura 11.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de uma jovem branca, técnica administrativa que dirige um EES, em Brazlândia/DF.....	183
Figura 12.	Simulação da renda mensal estimada para o perfil de uma mulher parda, trabalho remunerado em um EES de serviços gerais que recebeu apoio de incubação, Belém do Pará.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Razões que motivaram a criação dos EES, por forma de organização	66
Tabela 2.	Distribuição da amostra inicial por UF	77
Tabela 3.	Distribuição dos EES do segundo mapeamento, com ano de início até 2009, com 3 a 499 sócios que responderam atividade principal, por UF.....	79
Tabela 4.	Número de EES no segundo mapeamento, por UF.....	81
Tabela 5.	População útil final para a pesquisa de sócios e distribuição no plano amostral, por UF	82
Tabela 6.	Número e percentual de sócias/os segundo o porte dos EES na população útil.....	83
Tabela 7.	Número de questionários segundo o porte dos EES	83
Tabela 8.	Estratificação da amostra por UF segundo o número de sócias/os dos EES	84
Tabela 9.	Comparação entre amostra final e Universo de Referência, por porte.	85
Tabela 10.	EES da população útil conforme acessibilidade	86
Tabela 11.	Amostra final de 2.895 sócios após validação	94
Tabela 12.	Renda média mensal dos sócios de EES	100
Tabela 13.	Rendimento médio mensal dos sócios dos EES, por classes de horas semanais....	111
Tabela 14.	Valor médio por hora trabalhada dos sócios dos EES, por categorias sociais e região.	114
Tabela 15.	Rendimento médio mensal dos sócios dos EES (todas as fontes), por importância do EES na renda e por atividade econômica principal do sócio no EES	115
Tabela 16.	Ocupação principal que os sócios exerceram durante a vida de trabalho	118
Tabela 17.	Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por sexo, zona de moradia e raça.	132
Tabela 18.	Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por sexo.	133
Tabela 19.	Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por raça/cor declarada.	135
Tabela 20.	Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por escolaridade e faixa de idade.....	138
Tabela 21.	Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por escolaridade.	138
Tabela 22.	Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios que trabalham em EES, por escolaridade, sexo, área e cor.....	140
Tabela 23.	Erros de estimativa do modelo de regressão múltipla.....	164
Tabela 24.	Amplitude dos intervalos com 95% de confiança para as estimativas de renda média dos sócios de EES, a partir do modelo de regressão múltipla	175
Tabela 25.	Resumo com renda média na ES a partir do modelo de regressão múltipla, comparado com a PNAD, para diferentes perfis socioeconômicos	186

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Seções e Subclasses mais frequentes da CNAE-ECOSOL entre os EES	68
Quadro 2.	Características sociais dos associados dos EES	104
Quadro 3.	Características relacionadas à vida de trabalho dos sócios dos EES	105
Quadro 4.	Características relacionadas ao trabalho dos sócios no EES.....	107
Quadro 5.	Caracterização dos sócios dos EES, de acordo com a ocupação durante a vida de trabalho (somente grupos com n>50).....	125
Quadro 6.	Descrição das variáveis independentes do grupo 1: condições do município onde o sócio reside.	151
Quadro 7.	Descrição das variáveis independentes do grupo 2: perfil demográfico e socioeconômico do associado de EES	153
Quadro 8.	Descrição das variáveis independentes do grupo 3: atuação do sócio no empreendimento (EES).....	154
Quadro 9.	Descrição das variáveis independentes do grupo 4: aspectos do empreendimento (EES).....	155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Evolução de longo prazo da pobreza no Brasil - percentual de pobres na população ...	26
Gráfico 2.	Evolução de longo prazo do coeficiente de Gini no Brasil.....	31
Gráfico 3.	Gráficos de percentual da amostra por gênero, idade e condição de leitura	95
Gráfico 4.	Percentual da amostra de sócios pela localização da residência.....	96
Gráfico 5.	Percentual da amostra de sócios por categoria social e por raça.....	97
Gráfico 6.	Número de sócios por triênio em que o sócio começou a participar do EES	97
Gráfico 7.	Classe de renda mensal dos 2.985 sócios entrevistados (todas as fontes).	110
Gráfico 8.	Ano de entrada dos sócios e sócias nos EES.	119
Gráfico 9.	Ano de entrada de sócias nos EES, por ocupação principal durante a vida de trabalho.	120
Gráfico 10.	Ano de entrada de sócios homens nos EES, por ocupação principal durante a vida de trabalho.....	121
Gráfico 11.	Ocupação principal durante a vida de trabalho, ordenada pela média de ano de entrada dos sócios nos EES.....	122
Gráfico 12.	Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por classe de renda média mensal (em salários mínimos de 2013)	131
Gráfico 13.	Histogramas da renda total dos sócios e da raiz quadrada da renda total dos sócios (n=2.007).....	149
Gráfico 14.	Histograma dos resíduos padronizados	164
Gráfico 15.	Diagrama de dispersão dos resíduos padronizados versus valores previstos padronizados.....	165
Gráfico 16.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por número de horas semanais trabalhadas (dentro e fora do EES).	166
Gráfico 17.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por classe de IDHM e grau de instrução.....	167
Gráfico 18.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por faixa de idade e sexo.....	168
Gráfico 19.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por cor/raça, área de moradia, e responsabilidade no sustento da casa.	169
Gráfico 20.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por características de sua vida de trabalho.	170
Gráfico 21.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por aspectos do seu trabalho no EES.....	171
Gráfico 22.	Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por ações do EES. .	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCMV - Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida

ACI - Aliança Cooperativista Internacional

ADS - Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária

ASCOOB - Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar

BF - Bolsa Família

BNH Banco - Nacional da Habitação

CIP-CI - Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNAE-ECOSOL - Classificação Nacional de Atividades Econômicas, provida de Subclasses de Economia Solidária

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.

CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário do Brasil

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras

CUT - Central Única dos Trabalhadores

EAF - Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

EES - Empreendimento Econômico Solidário

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

ES - Economia Solidária

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FSM - Fórum Social Mundial

GTBrasileiro - Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios

IPEA - Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada

IPEADATA - Base de Dados do IPEA

ITCP - Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares ITCP

IVC - Imposto sobre Vendas ao Consumidor

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MTS - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras
ODM - Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ONG - Organização não Governamental
ONU - Organizações das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PACs - Projetos Alternativos Comunitários
PBM - Plano Brasil sem Miséria
PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB - Produto Interno Bruto
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGCS - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
QSES - Questionário de sócias e sócios dos Empreendimentos Econômicos Solidários
SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária
SES - Sócios de Empreendimentos Solidários
SESCOOP - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SIES - Sistema de Informações em Economia Solidária
TCLE - Termo de consentimento livre e esclarecido
UF - Unidade da Federação
UNICAFES - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNISOL - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO - Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho
URV - Unidade Real de Valor
VIF - Fatores de Inflação de Variância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Justificativa	22
1.2	Objetivos.....	22
1.3	Estrutura do estudo	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1	Desenvolvimento, distribuição de renda e pobreza: o que aconteceu no Brasil desde 1970... 25	
2.2	Indicadores de pobreza e fatores atuantes sobre a renda.....	35
2.3	A economia solidária como alternativa de geração de renda e contributo à redução da pobreza.....	48
3	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	71
3.1	Plano de amostragem para as entrevistas com os Sócios dos EES	74
3.1.1	Plano de amostragem inicial com base nos dados do I Mapeamento	75
3.1.2	Plano de amostragem final, com base nos dados do II Mapeamento	78
3.2	O instrumento de coleta de dados sobre os sócios dos EES: o QSES.....	86
3.3	Execução da amostragem e coleta de dados.....	91
3.4	A amostra de sócios entrevistados	95
4	OS SÓCIOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL.....	102
4.1	Características sociais.....	103
4.2	Características relacionadas ao trabalho no EES	108
4.3	Aderência e tendência dos trabalhadores da economia solidária no Brasil.....	116
5	COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DE TRABALHADORES DO BRASIL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	129
6	MODELO EMPÍRICO PARA COMPREENSÃO DOS FATORES RELACIONADOS À RENDA DOS SÓCIOS	144
6.1	A análise de regressão para ajustar o efeito de fatores explicativos.....	145
6.2	Variáveis independentes do modelo.....	150
6.3	O ajuste do modelo de regressão múltipla	157
6.4	Validação do modelo e interpretação do efeito das variáveis independentes sobre a renda	162
6.5	Simulação de alguns perfis de sócios de EES	173

7 CONCLUSÕES	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202
APÊNDICE A - QSES.....	208
APÊNDICE B -TABELA DE NÚMEROS ALEATÓRIOS PARA USO DO SORTEIO <i>IN LOCO</i> DE SÓCIAS(OS) DOS EES.....	247
APÊNDICE C – SINTAXE SPSS PARA ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIPLA UTILIZADA NO MODELO FINAL.....	249

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um problema que tem sido amplamente debatido na sociedade. Diante dos recursos materiais e naturais de que o planeta dispõe, mostra-se injustificável a sua extensão e gravidade. O Banco Mundial apresentou no relatório intitulado “*A Measured Approach to Ending Poverty and Boosting Shared Prosperity: Concepts, Data, and the Twin Goals*”, publicado em outubro de 2015, uma estimativa de que o número global de pessoas em situação de pobreza extrema (que vivem com menos de 1 dólar e 25 centavos por dia) cairia de 902 milhões (12,8% da população global) em 2012 para 702 milhões (9,6%) até o fim de 2015. Em 1990, a pobreza extrema atingia 37,1% da população global. Se confirmada a projeção de 2015, será a primeira vez que menos de 10% da população mundial vive em situação de pobreza extrema (WORLD BANK, 2015). Apesar da redução dos últimos anos, ainda é excepcional o número de pessoas em condições subhumanas de vida.

Desde 2010, a preocupação com o número de pessoas em condição de pobreza no mundo traz os olhares para o Brasil, pois de forma oposta à maior parte do planeta, o Brasil foi um dos poucos países em que houve uma redução significativa deste índice. O que não implica que o número de indivíduos nesta condição no nosso país não seja alarmante. O IPEA, Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada, baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2013, mostra que a população extremamente pobre¹ é de 7,6 milhões em 2013. Já a população pobre está em 17,1 milhões no mesmo período.

Um estudo do CIP-CI (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo), órgão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com o governo brasileiro revela que, no período 2000 a 2010, ocorreu uma diminuição do número de países pobres de 60 para 39, com uma ascensão desses territórios à categoria de economias de renda média (SUMNER, 2010). Setenta e cinco por cento das pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia (extremamente pobres) estavam, em 2010, em nações cujo produto interno bruto (PIB) per capita está acima da linha que define

¹ Nota do IPEA: Número de pessoas em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza (ou indigência, ou miséria). A linha de extrema pobreza aqui considerada é de R\$ 70,00 em junho de 2011, tal como estipulado no Decreto 7492 (Plano Brasil sem Miséria). A linha de pobreza neste estudo é de R\$ 140,00.

se um país é pobre ou não (PIB per capita acima de US\$ 995 ao ano), enquanto em 1990 aproximadamente 93% das pessoas em situação de pobreza extrema viviam em países pobres. Estes países que tiveram uma elevação de sua renda per capita para acima de US\$ 995 têm apenas uma pequena parcela de sua população vivendo efetivamente com mais de US\$ 1,25 por dia.

Estes resultados observados nos últimos anos estão levando à suposição de que a pobreza está deixando de ser internacional e se tornando um problema de distribuição nacional. As conclusões de Sumner (2010) apontam que, com isso, a tributação e as políticas de redistribuição interna dos governos podem ser mais importantes do que a ajuda oficial ao desenvolvimento.

O panorama brasileiro mostra-se distinto do que vem ocorrendo na maior parte do mundo. De acordo com a PNAD, o contingente de brasileiros que vivem em condições de extrema pobreza (em termos de renda) diminuiu pois, apesar da quantidade absoluta de pessoas em condição de miséria ser bastante grande, nos últimos anos tem ocorrido uma brusca redução do número relativo de pessoas nesta condição.

A Declaração do Milênio, celebrada em setembro de 2000 por 189 Estados Membros das Nações Unidas, definiu *oito Objetivos e dezoito Metas* como os elementos norteadores do desenvolvimento que deveriam ser perseguidos de forma comum por todos os países até o ano de 2015. O objetivo número *um* era justamente “erradicar a fome e a miséria”.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil cumpriu o objetivo de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza. Mesmo assim, é muito grande o número de brasileiros com renda domiciliar inferior a US\$ 1,25 por dia.

Diversos programas governamentais estão em curso com o objetivo de alcançar e ultrapassar essas metas. O país tem demonstrado esforço para que a redistribuição da sua renda seja ainda maior através do Plano Brasil sem Miséria (PBM). O plano, apresentado pela presidenta Dilma Rousseff em junho de 2011, tem por objetivo principal “promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza”. Com o PBM foi estabelecido como extremamente pobres as pessoas com renda inferior a R\$ 70,00, o equivalente ao poder de compra de US\$ 1,25 diário por pessoa em cada país, seguindo parâmetro internacional. Esse

valor foi reajustado em junho de 2014 para R\$ 77,00. Dentre os três objetivos específicos do plano, um deles é ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural. Quanto à sua estrutura, o Plano Brasil sem Miséria divide-se em três eixos: garantia de renda; acesso a serviços públicos; e inclusão produtiva.

O Programa Bolsa Família (BF) faz parte do eixo Garantia de Renda. Várias ações foram e estão sendo implementadas para que as famílias extremamente pobres sejam beneficiadas com esse recurso. A estratégia mais importante é a chamada Busca Ativa e significa levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público. A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento destas famílias aos serviços da rede de proteção social.

Em 2012, todas as famílias beneficiárias do Bolsa Família, com filhos na primeira infância, passaram a ter a renda complementada, para que nenhuma delas recebesse menos de R\$ 70 mensais per capita. Assim, o cálculo passou a considerar a intensidade da pobreza de cada família: quanto menor a renda, maior o valor pago. Em março de 2013, todas as famílias beneficiárias, independentemente da presença de crianças ou adolescentes em sua composição, passaram a contar com uma complementação de até R\$ 70 mensais per capita.

Outra alteração foi o chamado “retorno garantido”, que assegura proteção aos beneficiários do Bolsa Família que melhoraram de vida, ao permitir que retornem imediatamente ao programa se precisarem. Essa proteção tem por objetivo dar mais segurança aos beneficiários para que eles possam consolidar sua nova situação de trabalho e geração de renda.

Uma vez que a renda esteja garantida, é preciso dar oportunidades aos cidadãos de sustentação desta renda por si próprios. O eixo de inclusão produtiva tem esta missão. Uma das formas de geração de oportunidades de ocupação está no incentivo à economia solidária (Figura 1). A economia solidária (ES) busca novas formas de relação econômica entre os trabalhadores. Ela tem como princípios orientadores a democracia, a cooperação e a autogestão, que recolocam a melhoria das condições de trabalho e a qualidade de vida acima do lucro, enquanto meta da atividade econômica. Ao contrário da forma hierárquica que preside a lógica de gestão empresarial (em que o trabalhador raramente participa das

decisões), em um empreendimento econômico solidário (EES) a gestão é consolidada pelo conjunto de pessoas envolvidas em todo o processo produtivo (Singer, 2002a).

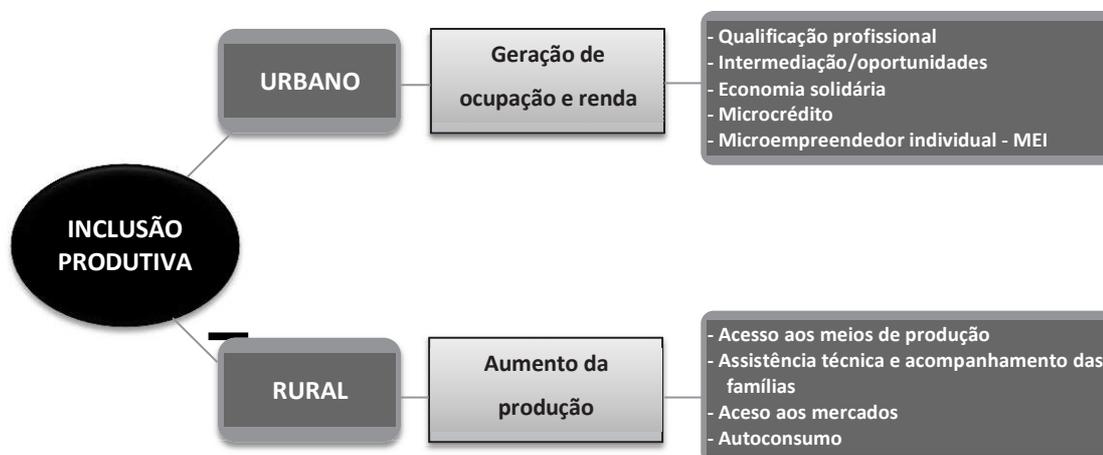


Figura 1. Descrição do eixo “Inclusão Produtiva” do Plano Brasil sem Miséria do Governo Federal

Fonte: Caderno Brasil sem miséria do Governo Federal.

A contribuição da economia solidária para a obtenção de renda do trabalho no Brasil, em vistas de reduzir a pobreza, é justamente o foco de pesquisa desta tese. A questão básica consiste em saber se e em quais condições o desenvolvimento da economia solidária é um fator significativo para a geração de renda entre os trabalhadores.

Foi realizado, entre 2009 e 2013, o Segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, promovido pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A análise dos dados resultantes, integrantes do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), teve como objetivo nessa tese apresentar as características gerais mais importantes da Economia Solidária, no sentido de afirmá-la como uma nova perspectiva socioeconômica.

Além do segundo Mapeamento Nacional de Economia Solidária, ainda no ano de 2013 foram coletados dados por amostragem a respeito dos sócios de empreendimentos solidários (SES). Os dados desta pesquisa sobre sócios são a base para as análises propostas

nesta tese, pois o estudo contém informações sobre como vivem e como foi afetada a vida das pessoas que se tornaram sócios em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A partir da análise conjunta dos dados do II mapeamento de EES e dos SES, pretende-se avaliar a veracidade das seguintes hipóteses de pesquisa:

1. A atuação no EES gera um acréscimo na renda dos sócios;
2. Há cenários alternativos para a ES, nos quais poderia ser reduzida a ocorrência de pobreza e pobreza extrema, pela geração de trabalho e renda.

1.1 Justificativa

A pesquisa apresentada neste texto justifica-se pela necessidade de haver um estudo que avalie o desempenho e influência de um crescente modelo de economia, a Economia Solidária, mostrando seu efeito sobre a condição de vida das pessoas que a ele se incorporam. Vivemos em um país que tem apresentado uma possibilidade de redução da miséria e que precisa nortear os rumos das ações que visam esta conquista. A Economia Solidária vem se consolidando no decorrer dos anos e tornando-se merecedora de atenção por parte do meio acadêmico, do meio político e também da iniciativa privada. Este estudo pode contribuir para o conhecimento e compreensão dos efeitos desta Economia sobre a geração de renda, atendendo aos interesses de distintos grupos sociais no Brasil e no mundo.

O presente estudo também é visto como uma oportunidade de investigação empírica com abrangência e profundidade ainda não realizada na área da economia solidária no Brasil. O estudo utiliza bases de dados disponibilizadas pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) sobre empreendimentos e sócios destes empreendimentos em todo o território nacional, dentro de uma abordagem quantitativa, a qual se concretiza em decorrência do uso de métodos de inferência estatística, permitindo generalizações de conclusões a respeito dos elementos de estudo, especialmente dos sócios dos EES.

1.2 Objetivos

O objetivo principal desta tese é realizar uma avaliação dos impactos da economia

solidária na geração de renda no Brasil, permitindo delinear alternativas quanto aos modos de atuação da economia solidária e suas respectivas projeções sobre a renda dos sócios.

Para que este objetivo geral seja atingido, é necessário que um conjunto de metas seja alcançado, constituindo um conjunto de objetivos secundários:

- Compreender as nuances entre os trabalhadores do Brasil e aqueles específicos da ES;
- Propor um modelo empírico que determine quais fatores explicam a renda dos sócios dos EES;
- Construir e avaliar cenários de atuação da ES visando à observação de pontos positivos e negativos para geração de renda;
- Reconhecer condições de atuação da ES que propiciem redução da proporção de trabalhadores pobres e extremamente pobres.

1.3 Estrutura do estudo

A tese está dividida em sete capítulos, de modo a encadear as etapas necessárias ao alcance dos propósitos estabelecidos. O texto foi organizado de maneira que, nesta introdução, encontram-se as características gerais do estudo e apresenta-se a problematização que suscita a realização da investigação, até se chegar ao enunciado da ideia central: compreender quais são os impactos da economia solidária na geração de renda dos seus associados no Brasil. Também são apontados nesta introdução, como vimos, a justificativa e os objetivos a serem alcançados.

O segundo capítulo traz os principais referenciais teóricos sobre os temas que circundam a investigação. A primeira parte discute como evoluíram a pobreza e a geração de renda no Brasil desde a década de 1970, dividindo o período em fases nas quais se avalia e compara a trajetória de indicadores de pobreza e distribuição de renda, além de uma discussão sobre a complexidade da conceituação e avaliação da condição de pobreza. Em seguida, é apresentado um rastreamento na literatura sobre os fatores socioeconômicos que se mostram significativos na geração de renda no mercado de trabalho em geral. A terceira

parte explora os fatos que convergem para o movimento da economia solidária como uma alternativa de geração de renda e contributo à redução da pobreza no Brasil.

A investigação proposta exige um conjunto de procedimentos para que os objetivos externados nesta introdução tenham êxito. A pretensão de verificar se a economia solidária é uma alternativa efetiva de geração de renda impõe a observação de dados referentes aos rendimentos e aos aspectos ligados a eles, numa proporção representativa de pessoas que estejam inseridas no movimento. Diante disso, o capítulo três descreve a metodologia de pesquisa utilizada no processo de obtenção dos dados e de análise. São apresentadas as bases de dados necessárias ao estudo e os procedimentos para aquisição dessas bases (que incluiu planejamento amostral, construção de questionário para entrevistas estruturadas e o tratamento das respectivas bases), além dos recursos que se fizeram disponíveis.

O capítulo quatro oferece uma primeira exploração dos dados sobre os sócios de EES. Traz a distribuição e as principais características dos sócios, incluindo a forma como atuam nos EES. Algumas variáveis recebem ênfase para que se possa averiguar o nível de rendimentos adquiridos pelos trabalhadores, chegando-se à informação inédita do valor/hora recebido pelos sócios de EES, em diferentes circunstâncias socioeconômicas.

A avaliação sobre a eficácia da ES na geração de renda pelos associados exige uma base de comparação. O capítulo cinco deste texto examina e compara a renda dos sócios dos EES com a de não sócios em condições similares, a partir dos dados da PNAD. Torna-se possível avaliar níveis de renda e desigualdade entre os sócios da ES e confrontar tais dados com os níveis encontrados no mercado de trabalho tradicional.

O capítulo 6 focaliza a construção de um modelo empírico que avalia quais fatores são significativos para a geração de diferentes níveis de renda no contexto da ES. Dentre os fatores significativos, são apresentadas as interpretações de seus efeitos sobre a renda dos associados. Ainda neste capítulo, é estruturado um simulador para a renda dos sócios de acordo com o modelo, no qual se testam alguns cenários específicos e se avalia a renda projetada para aquela condição, permitindo assim conjecturar, com base nos dados nacionais disponíveis, a respeito do impacto da ES sobre a geração de renda de seus associados em diferentes circunstâncias.

Por fim, as conclusões da pesquisa encontram-se no sétimo capítulo, no qual a argumentação desenvolvida ao longo do trabalho é retomada. Ressaltam-se os principais achados do estudo empírico realizado com o propósito de encontrar respostas às hipóteses de

pesquisa. São discutidas ainda as limitações às quais o estudo ficou exposto e recomendações pertinentes ao sustento de novas investigações sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico da tese em discussão divide-se em três tópicos de interesse para o seu desenvolvimento. São eles: 1) Desenvolvimento, distribuição de renda e pobreza: o que aconteceu no Brasil desde 1970; 2) Indicadores de pobreza e fatores atuantes sobre a renda; 3) A economia solidária como alternativa de geração de renda e contributo à redução da pobreza.

Ditos assuntos justificam-se e ordenam-se de maneira que os dois primeiros, que tratam de como se desenvolveu social e economicamente o país, observando mais especificamente a distribuição da renda, os índices de pobreza e seus fatores determinantes, são temas mais amplos. Uma das alternativas em direção a um quadro melhor no futuro é justamente a economia solidária, o terceiro tema a ser discorrido.

2.1 Desenvolvimento, distribuição de renda e pobreza: o que aconteceu no Brasil desde 1970

Discussões e estudos sobre as temáticas desenvolvimento econômico e pobreza, juntas, não eram comuns, se considerados os enfoques predominantes na década de 1970 ou 1980. Causaria até estranheza, como expressam Rolim *et al.* (2006): na época, esses conceitos eram antagônicos, julgando-se que o primeiro conduziria fatalmente à superação do segundo. Porém, o acúmulo de experiências do decorrer do tempo mostrou que, apesar da existência de um inegável desenvolvimento, a pobreza permanecia e até mesmo aumentava, obrigando a uma revisão dessas abordagens. O conceito de desenvolvimento deixou de ser visto de forma exclusivamente econômica (representado pelo PIB: Produto Interno Bruto) para apresentar-se de forma mais ampla, que considera diferentes dimensões da vida humana (representado pelo IDH: Índice de Desenvolvimento Humano). A conclusão dos autores indica que desenvolvimento e pobreza são fenômenos intimamente relacionados e que não

se pode compreender um sem compreender o outro. Portanto, a elaboração de estratégias de desenvolvimento implica também o delineamento de estratégias de combate à pobreza.

Numa análise, com perspectiva de longo prazo, da evolução da pobreza no Brasil, Rocha (2013) utiliza o enfoque da renda para avaliar o comportamento deste fenômeno desde a década de 1970. Tendo como base a renda familiar per capita e linhas de pobreza absoluta regionalizadas, a autora dividiu o tempo que se estende de 1970 a 2011 em quatro períodos (Gráfico 1.), delimitados em função de mudanças no comportamento e no nível da proporção de pobres. O gráfico 1 fornece a trajetória completa da proporção de pobres, que declina de 68,3% da população em 1970, para aproximadamente 10% em 2011. O período é percorrido de forma a serem apresentados argumentos que demonstram como se deu a relação do crescimento econômico com a proporção de pessoas pobres no país e o grau de desigualdade de renda verificado nas diferentes regiões. É mostrada a evolução do número de pobres no Brasil, considerando cada um dos quatro períodos de sua análise².

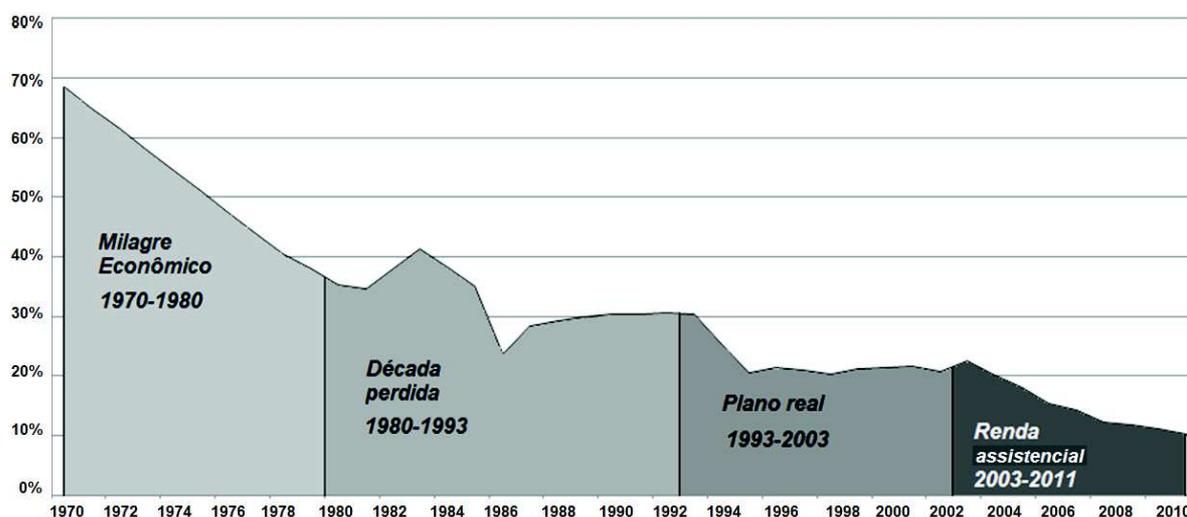


Gráfico 1. Evolução de longo prazo da pobreza no Brasil - percentual de pobres na população

Fonte: Rocha (2013).

² Os critérios e definições dos índices de pobreza utilizados são descritos em maiores detalhes em Rocha (2013). A autora explica que os dados disponíveis entre 1970 e 1980 são obtidos com critérios diferentes. Diante disso, ela procurou ajustar os valores de alguns períodos específicos para possibilitar sua análise comparativa.

O período de 1970 a 1980 corresponde à década do *milagre econômico brasileiro*, com crescimento do PIB em 8,6% ao ano em média (ROCHA, 2013). Para melhor ou pior, parecia que tudo no país alcançava índices jamais vistos ou previstos. Nesta década, a proporção de pobres caiu de 68,4% para 35,3%. A construção civil apresentou crescimento inédito, tanto residencial (num processo coordenado pelo BNH – Banco Nacional da Habitação), como de obras associadas aos investimentos estatais em setores básicos como a energia e os transportes. A produção industrial se ampliou drasticamente e o setor automobilístico funcionava como uma das principais atividades produtivas no Brasil.

Neste período houve um declínio do percentual de pobres em todas as regiões; no entanto, no Nordeste e no Norte esta evolução foi bem menos acentuada, o que levou ao agravamento das diferenças na proporção de pobres entre as regiões do país. Embora a urbanização estivesse mudando o país, depois de uma década de crescimento acelerado, a pobreza no Brasil em 1980 ainda era marcadamente rural e nordestina.

Corroborando o que Rolim *et al.* (2006) expressaram sobre não se imaginar as temáticas da pobreza e do desenvolvimento em conjunto, Rocha (2013) ressalta que, tanto no Brasil como no resto do mundo, a pobreza e a desigualdade não eram o centro da agenda política, e sim o crescimento econômico. Em síntese, foi o que ocorreu no período, marcado pela forte redução da pobreza e por altas taxas de crescimento econômico; porém, com sérias desigualdades regionais. O aumento da desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini passa de 0,561 em 1970 para 0,592 em 1980, de acordo com Rocha.

O número de pobres nordestinos dentre o total de pobres brasileiros aumentou de 38,5% em 1970, para 49,1% em 1980. Embora o Sudeste (em especial São Paulo) tenha reduzido sua contribuição no PIB nacional neste período, em função de iniciativas como a Zona Franca de Manaus e incentivos fiscais para investimentos no Norte e Nordeste, esta evolução não ocorreu na renda dos trabalhadores, segundo Rocha, possivelmente por se tratar de uma região com problemas sérios de qualificação da mão de obra naquele período. A década de 1970 fica marcada por um crescimento que tornou o país mais rico, mas boa parte da população não foi beneficiada na mesma proporção. Alguns poucos setores, em função da falta de mão de obra mais especializada, passaram a pagar salários mais altos. Em 1974, o salário mínimo tinha a metade do poder de compra de 1960.

Já a década de 1980 foi frequentemente denominada de *década perdida*, em virtude do baixo crescimento econômico médio (1,57% a.a.). Todavia, numa perspectiva de longo prazo da análise da pobreza, a delimitação temporal mais adequada para Rocha (2013) vai de 1980 até 1994, ano em que ocorre a estabilização econômica do Plano Real.

A crise mundial dos anos 80 provocou uma queda aproximada de 25% na produção industrial, acompanhada também por uma redução do nível de emprego industrial. Foi impactante observar o desemprego em massa oriundo da indústria de transformação. Do ponto de vista da incidência da pobreza e, em particular, da indigência, estes ainda são fenômenos predominantemente rurais e regionais (particularmente expressivos no Nordeste, onde compõem um dos traços característicos vinculados ao padrão de ocupação produtiva e de desenvolvimento socioeconômico na área rural). No meio urbano, entretanto, o rompimento dos laços tradicionais de solidariedade e dependência, associado a contrastes extremos de riqueza e poder, fez com que situações de pobreza e indigência se tornassem fonte de tensões sociais. Uma das manifestações mais agudas desse fenômeno reside no aumento da violência urbana, em particular nas principais metrópoles do país (LAMPREIA, 1995).

Nesse período caracterizado por oscilações da renda, sem avanços significativos, a queda na proporção de pobres ao ritmo médio de 1% a.a., não foi tão ruim como pode parecer inicialmente, pois, embora tenha sido uma forte ruptura em relação à evolução do período anterior, apresentou uma componente espacial e distributiva relativamente favorável: frente à conjuntura econômica adversa, as áreas mais dinâmicas sofreram mais e as mais pobres foram menos afetadas, diminuindo a desigualdade regional da pobreza. Por exemplo, a proporção de pobres no Nordeste declinou de 56,5%, em 1981, para 45,6%, em 1993, enquanto no Estado de São Paulo, núcleo dinâmico da economia brasileira, a proporção de pobres aumentou de 19,0% para 22,6% no mesmo período (ROCHA, 2013).

O ritmo baixo e irregular de crescimento econômico teve efeitos especialmente devastadores nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro. Face ao empobrecimento das metrópoles, a proporção de pobres nestes espaços, que passou de 29% em 1981, para 32% em 1993, denominou-se de periferização da pobreza, tendo em vista a concentração crescente dos pobres nas periferias.

Processos como a globalização e a adoção de políticas de ajuste por parte do governo nacional contribuíram para o aumento do desemprego e, conseqüentemente, para um

acirramento da pobreza no país. Por um lado, o agravamento da situação associa-se à posição desfavorável que a economia nacional assume em um contexto internacional competitivo e moderno; exacerbando a situação, os avanços tecnológicos trouxeram consequências sobre o emprego e sobre os salários, pois modificaram processos de produção e requereram mais flexibilidade e qualificações por parte dos trabalhadores brasileiros. Por outro, a inserção econômica do Brasil no mundo globalizado acompanhou-se de alguns ajustamentos e processos de modernização, que aconteceram sob a forma das políticas neoliberais empreendidas pelo governo nacional. Essas políticas produziram efeitos sociais perniciosos. Dentre esses efeitos, destacam-se aqueles relacionados ao aumento do desemprego, da informalidade e da precarização do trabalho, que contribuíram para o empobrecimento da população e dificultaram a situação daqueles que já se encontravam em estado de pobreza (HINES, 2000).

Parte substancial das alterações do período seguinte, no que concerne à percepção da pobreza e à adoção de políticas focalizadas nos pobres, tem origem neste período (ROCHA, 2013). Ao final da década de 1980, a sociedade clamava por mudanças sociais, mobilizando o país contra a estabilidade dos elevados índices de pobreza no Brasil, o que acabou por forçar os governos a reagir. Este progresso ideológico foi facilitado pelo processo de democratização e pela promulgação da Constituição de 1988, o que trouxe uma visão arejada dos direitos sociais, acompanhada da ambição de recuperar o tempo perdido.

O período de 1993 a 2003 tem o seu início marcado pela bem sucedida implantação do plano de estabilização, o Plano Real, que trouxe efeitos definitivos em termos de controle da inflação, transformando profundamente a vida de muitos brasileiros. Em particular, levou à redução imediata e drástica dos indicadores de pobreza. Depois do período de sincronização de preços por meio da URV (Unidade Real de Valor), o Plano Real foi implantado em julho de 1994. A proporção de pobres caiu dez pontos percentuais, se mantendo nesse novo patamar a partir do início de 1996. Esta queda forte da pobreza se explica pelo fato do aumento da renda pós-estabilização ter ocorrido de forma muito mais acentuada na base da distribuição de rendimentos. A estabilização monetária teve rápido efeito distributivo: o coeficiente de Gini³ declinou de 0,603 em 1993, para 0,592 em 1995

³ O índice de Gini é um indicador que estipula de forma abrangente o grau de igualdade ou desigualdade na distribuição de renda em uma região. Neste índice, valores próximos a 1 significam uma alta concentração de renda, ao passo que valores próximos a 0 indicam uma baixa concentração de renda, ou seja, uma melhor distribuição dos rendimentos.

(Gráfico 2). Rocha (2013) ainda cita três razões para que a estabilização tenha reduzido tão intensamente a pobreza. Primeiro, o comportamento favorável dos preços alimentares, que pesam relativamente mais na cesta de consumo dos pobres. Segundo, a evolução mais forte do rendimento no setor de serviços, especialmente dos rendimentos de menor valor, de modo que os pobres foram beneficiados por se concentrarem no setor de serviços pouco especializados. Terceiro, o câmbio sobrevalorizado e o uso de importações para controle de preços.

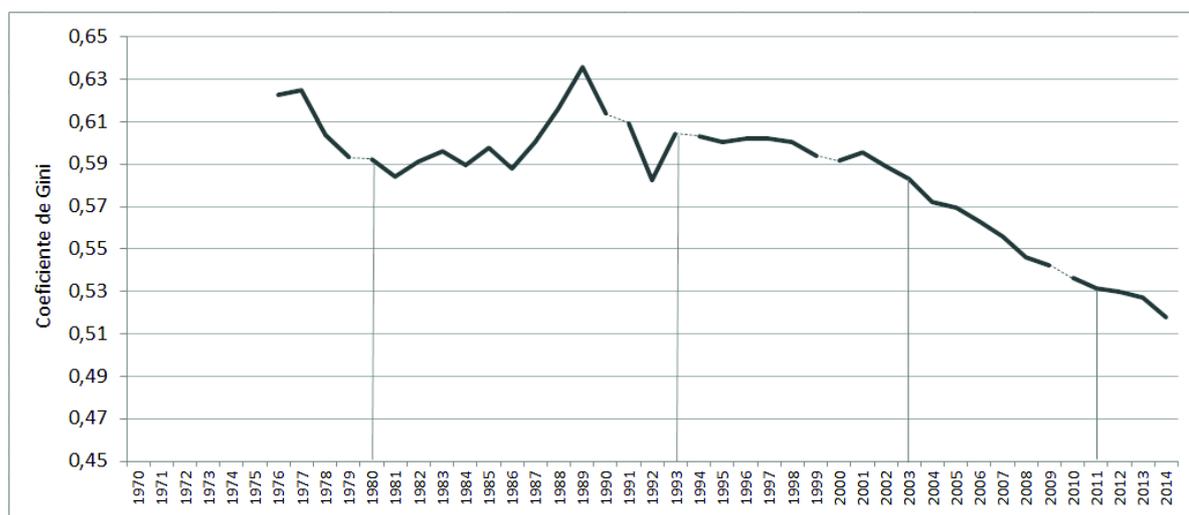
Após a queda inicial entre 1993-1995, os indicadores de pobreza se estabilizaram no novo patamar em torno de 21% até 2003, sofrendo apenas leves variações para mais ou para menos em função do desempenho da economia, que foi pouco significativo. Enquanto o crescimento médio do PIB foi moderado, permanecendo assim entre 1993-2003 (2,4% a.a.), tornou-se mais fraco quando se considera apenas o período pós-estabilização de 1995 a 2003 (1,7% a.a.). Este resultado esteve associado a sucessivos eventos econômico-financeiros adversos, internos e externos, tais como: as crises asiática de 1997 e russa de 1998; as tensões econômicas internas pré e pós-desvalorização cambial de 1999; o apagão elétrico de 2001; e o “nervosismo” dos mercados frente à eleição presidencial de 2002 (ROCHA, 2013).

O período de 1996 até 2003 foi marcado pela política de valorização do salário mínimo, que ainda se mantém nos anos atuais. Esta política teve efeitos positivos sobre a pobreza, pois apesar de ter ocorrido perda real do rendimento do trabalho em quase todas as fatias de renda, no terceiro décimo, no qual se concentram os rendimentos correspondentes ao salário mínimo, houve ganhos reais de 25% no período.

Um destaque do período é o fato de que a partir de 1995 se inicia a implantação das transferências de renda do que podem ser chamados *novos* programas, inicialmente com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e os programas Bolsa-Escola por iniciativa de governos locais e, em seguida, com a federalização do Bolsa-Escola. Na década de 1990, a expansão destes programas que beneficiavam famílias pobres com crianças, com transferências de renda de pequeno valor, ocorreu de forma irregular. Ao final do governo de Fernando Henrique Cardoso, em 2002, havia quatro novos programas de transferência de renda federais em operação, com públicos específicos e certa superposição entre eles. Com o início do governo Lula, os programas foram unificados.

Entre 1990 e 2001, o coeficiente de Gini apresenta uma queda que se mostra gradativa após 1993 (Gráfico 2), indicando uma pequena oscilação, de 0,61 para 0,60. Esta queda da desigualdade, embora sutil, foi crucial para amenizar o impacto da estagnação da renda sobre os indicadores de pobreza neste período. Em seguida, de 2002 a 2012, com o coeficiente de Gini caindo de 0,60 para 0,54, a queda da desigualdade potencializou os efeitos da expansão da renda sobre a pobreza.

Depois do desempenho modesto do PIB em 2003, o nível de atividade econômica apresentou, em 2004, uma retomada forte, de 5,5% no ano. Tem início aqui um período com características favoráveis, radicalmente diverso do anterior, no que se refere ao comportamento da renda das famílias em geral, especialmente das famílias pobres. Considerando a pobreza do ponto de vista da renda, três fatores básicos marcaram o período: o comportamento do mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e a expansão das transferências de renda assistenciais (ROCHA, 2013). Esses fatores atuaram de forma constante e cumulativa ao longo do período, de modo que, diferentemente do período anterior, ocorreu uma redução sustentada da pobreza, que se mantém até o momento crescente, como sugerem as evidências empíricas conjunturais; mesmo com o leve aumento deste índice em 2013, ele torna a declinar em 2014.



Obs.: períodos em pontilhado foram indicados pela média do ano imediatamente anterior e do posterior.

Gráfico 2. Evolução de longo prazo do coeficiente de Gini no Brasil

Fonte: IPEADATA baseados nos dados da PNAD/IBGE.

Elaboração da autora.

Em 2004, a reação inicial do mercado de trabalho à retomada se deu unicamente através do aumento da ocupação: foram criados 2,7 milhões de postos de trabalho naquele ano, enquanto o rendimento médio do trabalho se manteve constante ao nível verificado em 2003. Contudo, continuaram a atuar as tendências distributivas que já se observavam ao longo do período anterior: considerando os décimos da distribuição do rendimento do trabalho, houve estabilidade ou pequenos ganhos para todos, exceto para o décimo mais alto.

Com o PIB crescendo à taxa média de 4,2% a.a. a partir de 2004, ocorreu expansão sustentada do mercado de trabalho. No que concerne à ocupação, apesar de oscilações acompanhando as variações do nível de atividade, foram criados em média 1,6 milhão de postos de trabalho por ano. Quanto ao rendimento do trabalho, houve ganho médio real de 30% no período 2003-2011 e, apesar de ter havido aumentos ao longo de toda a distribuição de rendimentos, ocorreu elevação bem mais acentuada na sua base, caracterizando o aspecto distributivo *pró-pobre* deste processo de expansão do mercado de trabalho (ROCHA, 2013). A política de valorização do salário mínimo, ajustado sistematicamente acima da inflação, apresentando aumento real de 50% no período, gerou resultados distributivos favoráveis. No país, o efeito da valorização de salário mínimo não se restringiu ao mercado de trabalho: ele afetou diretamente as transferências previdenciárias e assistenciais do governo.

Com a criação do Programa Bolsa-Família (BF), em outubro de 2003, os programas promovidos pelo governo federal no período analisado anteriormente (1993-2003) adquirem uma nova base institucional e operacional. A unificação dos programas pré-existentes no Bolsa-Família, a eliminação da superposição de benefícios de diversos programas nas mesmas famílias, a ampliação da clientela atendida e o aperfeiçoamento de procedimentos, inclusive no que diz respeito ao Cadastro Único, foram realizados na fase inicial, até 2006. Somente a partir de então ocorreram ajustes no valor dos benefícios e alteração da clientela alvo, incluindo, por exemplo, os adolescentes de 16 e 17 anos. As mudanças realizadas no desenho do programa em 2011, no início do governo Dilma Rousseff, e depois em 2012, tiveram como objetivo focalizar a pobreza extrema, priorizando o atendimento de famílias com crianças. A expansão e a consolidação das transferências assistenciais como elemento central da política social caracterizou o período 2004-2011. O crescimento recente de recursos alocados pelo BF e especificamente focalizados na base da distribuição representa o reconhecimento pela política pública do que era consensual nos meios técnicos:

transferências de pequeno valor que beneficiem uma clientela ampla são os mais eficazes para reduzir a pobreza e a desigualdade do ponto de vista do rendimento (ROCHA, 2013).

Entre 2003 e 2011, a proporção de pobres cai praticamente à metade, de 22,6% para 10,1%, declinando sistematicamente ao longo de todo o período. Esta evolução favorável da pobreza resulta do aumento sustentado da renda, potencializado pelo declínio da desigualdade (Gráfico 2). O aumento e os avanços distributivos da renda levaram a uma redução sustentada da pobreza no período, tendo como pano de fundo a continua melhoria de diversos indicadores sociais, que se observou desde 1970. O período mais recente apresenta ritmo menor de melhoria para indicadores relativos a diferentes dimensões da qualidade de vida. Isto se dá, em parte, devido ao fato de que alguns serviços se aproximam da universalização como, por exemplo, o acesso à eletricidade ou a alguns serviços educacionais.

Considerando especificamente os indicadores que refletem as condições de funcionamento do mercado de trabalho para além do nível de rendimento, verificou-se depois de 2003 um panorama favorável, revertendo a tendência de agravamento do longo período anterior, quando ocorreu crescimento econômico baixo. A formalização do emprego, a redução da taxa de desocupação e expansão da afiliação dos trabalhadores à previdência social, além do maior dinamismo na ocupação mostram condições mais favoráveis no mercado de trabalho no período mais próximo a 2011.

Sob o enfoque da renda, os números da pobreza tem se reduzido consideravelmente, especialmente na última década. Desde 2001 até 2011, o contingente de pobres se reduziu em quase 25 milhões de pessoas e a proporção de extremamente pobres caiu à metade. De 2011 para 2014, ainda houve redução de 25% no contingente de pessoas consideradas pobres⁴.

A composição da renda dos extremamente pobres e pobres alterou-se substancialmente. Em 2003, grande parte advinha da renda do trabalho. Em 2011, a participação dos rendimentos do trabalho para os extremamente pobres teve forte redução: as transferências sociais, principalmente as vinculadas ao PBF, tornaram-se a fonte principal

⁴ A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza, uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS. São estimados diferentes valores para 24 regiões do país. Série calculada pelo IPEA a partir das respostas à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE).

(SOUZA e OSORIO, 2014)⁵. Uma inclusão, via crescimento econômico e expansão do assalariamento, tende a se tornar cada vez mais difícil, devido às características da população que permanece extremamente pobre. Enquanto as diferenças educacionais entre os estratos diminuíram, os contrastes de inserção ocupacional aumentaram, especialmente entre pobres e extremamente pobres. Os extremamente pobres passam a diferenciar-se pela falta de conexão com o mercado de trabalho e o estrato pobre permanece próximo aos outros dois. A cobertura do PBF cresce de menos de 50% para 80% dos indivíduos extremamente pobres, o que reforça seu adequado grau de focalização. O estudo de 2014 destes autores, para o IPEA, revelou que o tamanho das famílias tornou-se mais homogêneo, com queda de 20% no das extremamente pobres. Famílias sem crianças se tornaram mais comuns entre os extremamente pobres que famílias com quatro ou mais crianças. A forte associação de cor ou raça com a pobreza foi enfraquecida; no entanto, o acesso à infraestrutura avançou menos que o esperado.

Logo após a criação do Bolsa Família, expressões do tipo “As mulheres vão ter mais filhos para receber mais dinheiro do governo”, “As pessoas vão deixar de trabalhar para viver de benefício social”, “É claro que as famílias vão gastar mal o dinheiro” representaram crenças comuns entre aqueles que não acreditavam no programa. Uma década após sua criação, a iniciativa apresentou bons resultados e é posta pela comunidade internacional como um dos mais bem-sucedidos programas sociais do mundo. Pesquisas sobre o impacto do Bolsa Família não mostram tendência dos beneficiários em deixar o mercado ou trabalhar menos (CAMPELLO e NERI, 2014).

Atualmente, o Programa Bolsa Família encontra um novo desafio: ampliar as oportunidades de geração de ocupação e renda para beneficiários e seus familiares visando à emancipação econômica desses cidadãos. No Plano Brasil sem Miséria, a opção da Economia Solidária é vista como importante via de acesso ao mercado de trabalho por parte da população menos favorecida. Por meio da promoção de capacidades e democratização do acesso aos recursos necessários para produção de riquezas com fins de obtenção ou elevação de renda, a economia solidária é foco de discussões do governo federal.

⁵ Os autores utilizaram quatro estratos definidos a partir da renda domiciliar per capita: extremamente pobres (inferior a R\$ 70,00 a preços de 2011); pobres (maior ou igual a R\$ 70,00 e inferior a R\$ 140,00); vulneráveis (maior ou igual a R\$ 140,00 e menor que R\$ 560,00); e não pobres (maior ou igual a R\$ 560,00). As linhas de extrema pobreza e pobreza seguem as definições adotadas pelo PBF e pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM) em 2011.

Em junho de 2015, reunião de representantes do Fórum Brasileiro de Economia solidária e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) teve como foco um conjunto de políticas públicas de inclusão social e econômica que contribuem para o fortalecimento da economia solidária em todo o país. A discussão apontou especialmente para medidas que contribuem para o fortalecimento da ES no meio rural: o fortalecimento da modalidade “Compra Institucional” do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao estabelecer que, no mínimo, 30% dos recursos utilizados em compras institucionais do governo federal sejam destinados a aquisições de produtos da agricultura familiar.

Uma das justificativas para o fortalecimento da ES é justamente a percepção da baixa proporção de beneficiários dos programas de transferência de renda que conseguem acesso ao mercado formal de trabalho. O estímulo ao trabalho associado, sob a perspectiva da economia solidária, torna-se uma via para se chegar ao objetivo de garantir o acesso ao mercado de trabalho por parte da população mais empobrecida.

2.2 Indicadores de pobreza e fatores atuantes sobre a renda

Quando se analisa um tema que gira em torno do problema das desigualdades sociais no mundo, advêm, em paralelo, tópicos sobre a pobreza. Tais análises, antes de partir rumo a soluções para o problema, por vezes emperram no debate sobre o que é e como se mede a pobreza. O conceito de pobreza é ponto divergente entre muitos autores e também entre diferentes áreas de conhecimento. E antes de qualquer tentativa de definir o que é a pobreza, é preciso especificar qual o aspecto da pobreza se pretende avaliar ou descrever, pois há variados ângulos pelos quais a questão da pobreza pode ser objeto de estudo.

Como expressar a extensão da pobreza através de um único índice ou medida? Esta parece constituir uma das maiores dificuldades na quantificação da ordem de grandeza deste fenômeno e na compreensão da diversidade de situações que ele pode abranger. Em primeiro lugar, é preciso estabelecer se o que está em foco é a identificação de um indivíduo, ou seja, se ele é pobre ou não; ou se o foco está na quantificação das pessoas em condição de pobreza; ou ainda, pode-se objetivar a avaliação do grau de dispersão da pobreza, no qual diferentes são os graus de pobreza entre os indivíduos (ABREU, 2012). Os diferentes

indicadores propostos na literatura estão dentro de um destes três focos, sendo os dois últimos os que terão utilidade direta para a avaliação e adequação de políticas públicas, já que mostram a condição da pobreza para um grupo específico de pessoas, geralmente associado à localização/região. Enquanto o primeiro tem a intenção de quantificar a pobreza de um indivíduo, o segundo e terceiro tencionam quantificar a pobreza de uma sociedade.

Rocha (2003) descreve a pobreza como um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades humanas não são atendidas de forma adequada. Para esta autora, é essencial que seja especificado que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Hagenaars e de Vos (1988) definem a pobreza segundo critérios os quais definem três formas básicas para o conceito: *i*) Pobreza absoluta – ser pobre é ter menos do que um mínimo pré-estabelecido; *ii*) Pobreza relativa – pobreza é ter menos do que outros na sociedade; *iii*) Pobreza subjetiva – sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante. No primeiro caso, a pobreza assume um sentido absoluto, ou seja, não há comparação com outros indivíduos; no segundo caso, um caráter relativo, no qual o foco é justamente a comparação com outros da sociedade e, no terceiro caso, ambos.

A partir de 1980, a pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente, buscando-se ênfase no aspecto social. Sair da linha de pobreza implica em alimentação adequada, conforto básico, além do desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados (CRESPO e GUROVITZ, 2002). Em paralelo, em contraponto, ascendeu a tese frequentemente utilizada pelas instituições multilaterais de crédito sediadas na capital norte-americana, de que, com o bom funcionamento dos mercados, as economias se tornariam prósperas e a riqueza gerada leva ao benefício dos pobres. Essa tese ficou conhecida como parte do “Consenso de Washington”⁶.

⁶ O Consenso de Washinton decorreu de uma reunião convocada pelo *Institute for International Economics*, em 1989, sob o nome de “*Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*”, e envolveu instituições e economistas de perfil neoliberal, além de alguns pensadores e administradores de países latino-americanos. Foram apresentadas recomendações que giraram em torno de três ideias principais: abertura econômica e comercial, aplicação da economia de mercado e controle fiscal macroeconômico. O Consenso de Washington tornou-se uma espécie de “receita de bolo” para a execução das premissas neoliberais em toda a região latino-americana, que acatou as suas ideias, principalmente pela pressão e influência exercidas pelo governo dos

A percepção da pobreza como conceito relativo é uma abordagem de cunho macroeconômico, assim como o conceito de pobreza absoluta. A pobreza relativa tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda. É explicitada segundo o padrão de vida vigente na sociedade que define como pobres as pessoas situadas na camada inferior da distribuição de renda, quando comparadas àquelas melhor posicionadas. Essa conceituação torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos. Já o enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. Para o estabelecimento dos limites de pobreza utilizam-se diferentes enfoques, quer sejam o biológico, o das necessidades básicas ou o dos salários mínimos (ROCHA, 2003).

De acordo com Crespo e Gurovitz (2002):

O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar, definindo o valor aproximado para a renda a ser gasta para o atendimento desses requisitos. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque dos salários mínimos lida com a ideia de que exista um salário mínimo oficial que deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo (CRESPO e GUROVITZ: 2002, p.4).

Machado (2007) aborda o conceito de pobreza chamando atenção para que este fenômeno não seja visto de forma reducionista, pois, ao contrário do que possa parecer, não é tão fácil caracterizá-lo. O primeiro problema ocorre pela utilização do conceito de pobreza no mesmo sentido de desnutrição e fome. Se uma pessoa é pobre, pode ser que não seja desnutrida, mas se uma pessoa sofre de desnutrição, é considerada pobre. Fome e desnutrição estão associadas à indigência e se referem à ingestão insuficiente de

alimentos necessários para a subsistência. O segundo problema se refere à tentativa de adaptação do conceito às limitações de mensuração e no seu combate.

A maneira mais usual de medir a pobreza implica a elaboração de linhas de pobreza, no qual os indivíduos que possuem uma renda inferior a determinado patamar são considerados pobres. Essa metodologia é bastante útil porque a renda é uma variável importante na caracterização da pobreza e há outros elementos que podem ser convertidos em unidades monetárias para efeitos de comparação (MACHADO, 2007). Contudo, a pobreza não é somente baixa renda, e quanto mais ampla for a definição utilizada, mais difícil será a formulação das políticas para seu combate. Isto não significa que se deve adaptar o conceito à viabilidade das políticas formuladas, mas reconhecer que elas podem não ser suficientes para o enfrentamento do problema.

A pobreza pode ser basicamente definida como privação. Para Sen (2000), esta definição é genérica e pouco útil para o esclarecimento do conceito e a escolha de políticas de combate à pobreza, pois não explica qual privação deve ser combatida. Dentre as mais específicas, destacam-se as definições de pobreza como insuficiência de renda, privação de necessidades básicas e privação de capacidades.

A superação emancipatória da pobreza requer o reconhecimento da dimensão estrutural e do caráter multidimensional da produção da pobreza, assim como de suas formas de superação. De acordo com Ferrarini (2007), as políticas compensatórias são imprescindíveis para amenizar as expressões da questão social, mas precisam estar conectadas a uma concepção e a procedimentos capazes de atribuir sustentabilidade às ações. Se a pobreza decorre de um modelo de desenvolvimento, sua superação efetiva também exige ações voltadas para a ativação de esforços da população ou comunidade envolvida, desencadeando processos proativos de desenvolvimento, mais sustentáveis e inclusivos, ao invés da promoção de resultados meramente reativos ao processo de exclusão e pobreza. A autora é da opinião de que tal ativação talvez só seja possível com a participação efetiva da população e com melhoria dos recursos locais.

O exercício de mensurar níveis de pobreza inclui dificuldades como determinar o que deve ser incluído como componente no indicador (caracterizando uma “dimensão” do mesmo) e, ainda, atribuir pesos a estes componentes. Em geral, ambas as tarefas geram debates intensos e controvérsias. A determinação do número de dimensões e sua natureza é tão mais difícil quanto mais desigual for a sociedade. Este é o caso de países como o Brasil,

onde enorme diversidade humana, de valores e de necessidades, se fazem presentes. Neste sentido, definir pobreza numa região pode ser bastante diferente de fazê-lo em outra. O mesmo acontece com a definição de prioridades, o que é refletido na ponderação atribuída a estas dimensões. É natural que uma sociedade específica prefira segurança à alimentação, enquanto outra tenha preferência inversa (ROCHA, 2003).

O fato é que cada sociedade tem necessidades diferentes em termos de definição do que é ser pobre e de como poderá quantificar as pessoas pobres de sua região. Uma percepção preliminar do que seja a pobreza num contexto determinado é elemento essencial para estabelecer um quadro de referência para a análise e aplicação de políticas para diminuir a pobreza. Trata-se de adotar os conceitos e instrumentos de medição que sejam os mais apropriados para um contexto específico, tanto em termos de realidade social como das possibilidades de dados estatísticos.

Para Rocha (2003), o fato de que a preocupação em medir a pobreza originou-se em países ricos, os quais não tinham ocorrências de pobreza tão intensa como em países pobres, levou a construção de indicadores de pobreza que levavam em conta o caráter relativo da pobreza. Tratava-se apenas de alertar para situações de privação, onde questões de sobrevivência física não estavam em jogo. Dessa forma, a pobreza é relativa ao que é comum dentre os membros de uma sociedade e numa época específica. Depois, quando o fenômeno da pobreza passou a ser estudado em países com graves problemas relacionados a desenvolvimento social e produtivo, as noções de pobreza absoluta versus relativa começaram a ser discutidas. A pobreza absoluta está vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital.

A pobreza absoluta é o não atendimento de necessidades vitais enquanto a pobreza relativa é decorrente de uma relação com a média da sociedade em questão; portanto, mais ligada à questão da desigualdade, tornando prático o uso da renda para avaliações. Por esta praticidade e pelo fato de que os primeiros estudos sobre pobreza eram de interesse de países ricos, foi historicamente predominante o uso da variável renda (de forma relativa) para definir a pobreza.

Tendo em vista que ser pobre é estar em situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada, ou seja, não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive, a pobreza é frequentemente associada à renda, sendo este um recurso ou um custo do atendimento das necessidades (ROCHA, 2003). O uso da renda, que

é um meio para alcançar o atendimento das necessidades, funciona como uma medição indireta da pobreza. Um exemplo de pobreza sendo operacionalizada de forma direta é quando uma pessoa é considerada pobre por não ter condições de alimentação mínima para viver adequadamente, ou condições sanitárias ou mesmo educacionais. A forma de operacionalização é considerada direta quando, ao invés de avaliar os meios disponíveis para evitar a pobreza, são avaliados os fins (atendimento ou não das necessidades).

A condição relativa da pobreza permite uma interpretação tanto objetiva, por um critério previamente definido, como subjetiva, porque depende, também, de como os indivíduos se vêm dentro do contexto social (DINIZ e DINIZ, 2009). A abordagem das capacidades para gerar indicadores de pobreza são exemplos de abordagens subjetivas.

A abordagem das capacitações deu origem à interpretação da pobreza como formada por diferentes dimensões, englobando os elementos relativos ao chamado enfoque das necessidades básicas, mas também enfatizando a capacidade dos indivíduos, em que pesem as suas escolhas quanto aos critérios de bem-estar e as formas de alcançá-los.

As várias faces da pobreza requerem um indicador de abordagem multidimensional e que leve em consideração a situação auto avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe sua própria situação social. A abordagem das capacitações define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos, analisando as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos. É importante focalizar não somente os direitos sociais, mas igualmente os direitos civis e políticos (SEN, 2000). Esta abordagem é mais abrangente que a abordagem das necessidades básicas, porque considera o acesso dos indivíduos aos bens públicos em geral, além da possibilidade dos indivíduos exercerem sua cidadania e representatividade social.

Embora a pobreza ainda seja avaliada predominantemente pelo critério da renda, existem outras concepções que reforçam a necessidade de inclusão de dimensões não econômicas na análise das condições de vida, sendo estas pautadas nas teorias das necessidades básicas e das capacitações.

Sen (2000) afirma que a pobreza pode ser vista como privação decorrente de insuficiência de renda, mas apenas esse enfoque não dá conta de um grande número de outras realizações humanas, tornando a teoria muito distante da realidade. Contudo, não nega que a renda baixa é uma das causas principais da pobreza. O que a abordagem das

capacidades difere das outras é o “espaço avaliatório”, ou seja, a identificação de um conjunto de variáveis relevantes para o bem-estar de uma pessoa. Logo, a avaliação da pobreza depende da seleção do espaço em que esta será apreciada; assim, a ponderação das necessidades humanas tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada: seres humanos distintos ensejam necessidades e prioridades distintas.

A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades. De modo que ser relativamente pobre em país rico pode ser uma grande desvantagem, pois as dificuldades que alguns grupos de pessoas enfrentam para se integrar à vida da comunidade podem ser cruciais na conformação da sua exclusão. No entanto, cabe considerar também que os segmentos mais pobres em países com forte desigualdade de renda têm condições diferenciadas dos mesmos segmentos em países onde o contexto geral é de pobreza. Sen (2000) acredita que maiores capacidades para viver a vida tendem a aumentar o potencial de uma pessoa para ser mais produtiva e auferir renda mais elevada. O aumento na capacidade conduz, através da expansão das produtividades, a uma elevação na disposição de angariar renda, e não ao contrário.

Olhando por outro prisma, ao discutir a condição de vida das pessoas, Castel (1998) coloca que a multiplicação das situações de vulnerabilidade constitui a principal questão para as sociedades atuais. Ele define vulnerabilidade como o “risco da queda de um estado para outro, a passagem de uma pobreza que não criaria problemas se permanecesse estabilizada para uma forma de privação total que pode desembocar numa explosão de violência”. O autor expõe que a questão a ser enfrentada caracteriza-se pelo fato de que a maioria dos trabalhadores situa-se nessa linha limítrofe. Tal situação impõe a preocupação não apenas com o aumento do número de pessoas que não trabalham, mas com a precariedade da situação daqueles que trabalham. Essa precariedade, que caracteriza a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores, aparece através dos baixos salários, da instabilidade do emprego, da busca de ocupações provisórias, da inconstância dos tempos de trabalho e de não trabalho.

O processo de globalização, as políticas neoliberais e os avanços tecnológicos compelem à busca pela modernização, flexibilização e competitividade. Assim, mesmo quem está empregado obtém cada vez menos garantias e convive com a vulnerabilidade. É nesse sentido que as mudanças que permeiam a estrutura social, favorecendo os processos de vulnerabilidade e pobreza, representam um risco para os indivíduos e para a coletividade. O

trabalho coloca-se então como eixo central da discussão sobre pobreza (CODES, 2005). Na opinião da autora, em tempos mais recentes, a pobreza vem se construindo progressivamente no bojo do esgotamento do modelo da sociedade salarial.

No tocante a propostas alternativas focadas em questões do trabalho, Silva e Schiochet (2013) explicam que a superação da pobreza requer uma abordagem multidimensional. Além do atendimento às necessidades imediatas, é necessário promover a ampliação das capacidades das pessoas por meio das ações de transferência de renda, da melhoria do acesso e da qualidade dos serviços públicos e pelas oportunidades de inclusão no mundo do trabalho, seja no emprego assalariado ou por meio do autoemprego individual ou coletivo, o que requer o acesso aos ativos necessários à promoção de iniciativas de ocupação e renda: conhecimentos, crédito, infraestrutura produtiva, etc. Um dos desafios para se superar a pobreza é promover as capacidades e criar oportunidades para que as pessoas nessa situação possam obter renda por meio do trabalho decente. O autoemprego associado é opção da ES, segundo estes autores. Um potencial da ES é a democratização do acesso aos recursos necessários para a produção de riquezas, como os meios de produção e os bens naturais. A constituição da propriedade coletiva e da gestão compartilhada dos meios de produção implica por outro lado a distribuição dos resultados da atividade econômica, aproximando a ES de um modelo de desenvolvimento que tem por finalidade a redução das disparidades de renda e de riqueza.

A geração de renda é vista como uma das formas de redução da pobreza. Assim, o movimento da ES propõe-se a contribuir para a geração de renda, especialmente em camadas pobres da população. Estudos sobre a avaliação de fatores que cooperam para a geração de renda são pertinentes, pois oferecem subsídios que colaboram para o planejamento de políticas públicas focadas na redução da pobreza. Este estudo enfatiza questões econômicas e sociais que possam contribuir para a geração de renda no âmbito específico da ES, justamente por não haver suficiência de estudos empíricos voltados para este tipo específico de questão. Diante da falta de aparato teórico-conceitual apropriado ao foco da tese, a ES, considera-se importante conhecer as variáveis econômico-sociais que estão relacionadas com a determinação da renda em condições mais abrangentes, a fim de proporcionar um entendimento sobre a possibilidade de redução da pobreza e dar subsídios para planejamento de ações no sentido da melhoria deste índice no Brasil, através da ES.

Apontando no rumo da identificação de fatores com potencial para determinação de rendimentos, Coelho e Corseuil (2002) apresentam um resumo dos estudos sobre “diferencial de rendimentos” desenvolvidos em mais de trinta anos no Brasil. Os autores encontraram diferentes abordagens no uso da modelagem de rendimentos. Em alguns artigos o foco da análise é a avaliação das características dos indivíduos na determinação do salário, enquanto outros têm como objetivo mensurar diferenciais entre grupos de trabalhadores, de acordo com as suas características sociodemográficas. Os autores reportaram resultados de aproximadamente 50 artigos que abordam a relação da renda do trabalho com os seguintes determinantes: educação, experiência, cor, sexo, setor de atividade, posição na ocupação, natureza jurídica da firma, região geográfica e sindicalização.

Dentre os fatores frequentemente citados na literatura, aqueles considerados características produtivas possíveis de serem acumuladas pelo indivíduo fazem parte do chamado *capital humano*. Dentre essas características, as mais frequentemente consideradas como determinantes do capital humano são o nível de escolaridade e o tempo de experiência sendo a educação a característica mais recorrente entre os diversos estudos sobre a relação com a renda (COELHO e CORSEUIL, 2002; CODES, 2005; BARROS *et al.*, 2000). Um dos estudos, realizado na década de 70 com relação ao Brasil, apontou um retorno de aproximadamente 14% para um ano adicional de educação; já outro, realizado na década de 80, investigou as taxas de retorno por ciclo educacional, no qual se verificou uma taxa de 13% e 8% respectivamente, para o 1º e 2º ciclos do ensino básico, 15,7% para o 2º grau e 23,4% para o ensino superior. Assim, o efeito de um ano adicional de estudo no nível superior apresentava o maior impacto sobre as rendas. Os autores destacam que estas taxas tendem a se modificar no decorrer dos anos, com períodos em que o “diploma superior” é mais valorizado e em outros menos. Houve estudo que mostrou evidências de que o retorno à educação dos homens é maior do que o das mulheres, embora essa diferença tenda a diminuir de acordo com o nível educacional. Também foram apresentados resultados que mostram que brancos e não-brancos apresentam taxas de retorno à educação significativamente distintas, favoráveis aos primeiros. Barros e Mendonça (1995) demonstram que o Brasil, além de ser um dos países com alto grau de desigualdade em educação, apresenta uma das maiores sensibilidades de renda frente ao nível educacional do trabalhador.

A investigação do efeito da experiência sobre o salário é, muitas vezes, prejudicada pela falta de informação desse atributo do trabalhador. Dessa forma, é comum o uso da informação referente à idade como *proxy* para a experiência no mercado de trabalho. Essa variável mantém uma relação quadrática com a renda, quer dizer, a renda esperada é menor no início da carreira, depois vai se elevando e, a partir dos 25 a 30 anos de experiência, começa a decrescer (COELHO e CORSEUIL, 2002).

Diniz e Arraes (2005) também destacam o que tem sido apontado por diversos estudos empíricos como fatores influentes da diversidade de rendimentos: a influência do mercado de trabalho, através de algumas de suas características como discriminação e segmentação; a influência do comércio externo atuando indiretamente sobre o mercado de trabalho, concernente à remuneração da mão-de-obra qualificada relativa à mão-de-obra não-qualificada; o efeito da educação, especialmente quanto a sua distribuição desigual em diferentes níveis de renda e divisão espacial; e a existência de imperfeições no mercado de crédito (para financiamento do capital), que traz em si problemas de incentivo.

Segundo Silva (2011), de maneira geral o perfil do público em situação de pobreza que se encontra sem trabalho ou submetido a relações de subemprego, no Brasil, corresponde a pessoas com baixa escolaridade, poucas habilidades profissionais consolidadas, que não residem proximamente a centros dinâmicos e possuem capacidade praticamente nula de investimento em alguma atividade produtiva própria.

Os trabalhos de Neri e Thomas (2000) e de Justesen (2008) demonstram que, de um modo geral, os estudos voltados às economias desenvolvidas tendem a concluir que, embora os movimentos de expansão beneficiem a maioria dos trabalhadores, os choques recessivos são mais intensos para trabalhadores de menores indicadores de produtividade (isto é, baixa qualificação e experiência no trabalho) e que esse processo se reforçou desde a década de 80. Por outro lado, os estudos voltados às economias subdesenvolvidas tendem a encontrar fenômenos de exclusão social, tais como discriminação de raça, de gênero e de acesso a determinados bens de infraestrutura social, que explicam a diversidade dos impactos provocados por choques.

Um estudo analisou o impacto dos ciclos macroeconômicos sobre a composição da pobreza na economia brasileira contemporânea (1987-2005) utilizando uma interação de microdados da PNAD com dados macroeconômicos de fontes como o IPEA-DATA, o Banco Central do Brasil e a Secretaria do Tesouro Nacional. Os autores (MARTINI,

HERMETO e JAYME Jr., 2014) formularam modelos nos quais avaliam variáveis independentes de natureza econômica, isto é, a pobreza e a geração de renda sendo explicadas pelo desemprego, pela inatividade, pelos anos de estudo (como uma *proxy* para o capital humano acumulado, que determina a produtividade) e pela idade do indivíduo (como uma *proxy* para a experiência no mercado de trabalho). Também utilizaram variáveis socioeconômicas, demográficas e regionais: o sexo e a raça do indivíduo, as características do domicílio, a região do Brasil em que reside, a categoria de posição na ocupação e o grupo de ramos de atividade no mercado de trabalho em que atua. Como parte dos resultados, observam que a pobreza está negativamente relacionada aos anos de estudo. No que diz respeito à idade do trabalhador, esse indicador mostra que os trabalhadores mais jovens são mais pobres e, conforme vão adquirindo experiência, tendem a sair da pobreza com uma probabilidade sempre decrescente ao longo dos anos de vida. Em relação à posição na ocupação, verificou-se que os trabalhadores informais têm maior probabilidade de serem pobres em relação aos formalizados e ainda que os empregadores e os trabalhadores em tempo integral, isto é, que trabalham pelo menos trinta horas semanais, têm menor probabilidade de serem pobres em relação a seus contrários (respectivamente, trabalhadores empregados ou por conta própria e em regime de trabalho parcial). Esses resultados estão de acordo com outros estudos empíricos semelhantes.

Codes (2005) expôs, em sua tese doutoral, que alguns aspectos correlacionados a situações de pobreza e geração de renda são tidos como consensuais: a) tipo de participação na força de trabalho, que pode ser prejudicada por períodos de desemprego e situações de emprego precário ou intermitente; b) tipo de participação ocupacional, já que, quando empregadas, são as pessoas pobres que tendem a ocupar os cargos que requerem os níveis mais baixos de habilidades (que, por isso, são os menos valorizados e os que oferecem as menores remunerações) como, por exemplo, os serviços domésticos e trabalhos manuais; c) possibilidade de deterioração das relações interpessoais e familiares, como é constatado em pesquisas que atestam altas taxas de instabilidade conjugal; d) efeito do ciclo de vida de indivíduos e famílias sobre o fenômeno da pobreza, pois as demandas por serviços e assistências variam conforme a idade; e) discriminações sociais, como as de sexo e de raça. Embora várias outras características possam ser adicionadas a esse inventário, uma revisão da literatura levantada pela autora indica que há considerável concordância sobre os aspectos mencionados, que tendem a ser ressaltados como críticos nas vidas das pessoas de baixa renda.

Os diversos aspectos envolvidos na geração de renda podem ser agrupados em fatores socioeconômicos mais abrangentes, que também se relacionam à pobreza. Pode-se definir que, além das já discutidas condições de vida, que denotam a pobreza em si e tendem a ser expressas em termos de renda e de satisfação das necessidades básicas, o fenômeno envolve fatores como inserção do indivíduo no mercado de trabalho, certas características demográficas – a saber: sexo, nível educacional, raça, idade e situação domiciliar – e a composição de sua família. Deve-se salientar que os diferentes fatores ligados à privação se inter-relacionam, podendo se acumular e se reforçar mutuamente (CODES, 2005).

Um estudo realizado por Lazzarotto e Lima (2007) indica que os níveis de renda per capita no Brasil dependem tanto do mercado de trabalho como de outros rendimentos, em que se incluem as transferências previdenciárias e assistenciais. No entanto, a renda do trabalho é o principal determinante da condição de pobre/não pobre das famílias. As transferências compensatórias, tais como os benefícios assistenciais, objetivam, na verdade, remediar situações de renda insuficiente, vinculadas a problemas presentes ou pretéritos de inserção no mercado de trabalho.

Em uma tentativa de síntese, Ramos e Vieira (2000) apontam que variáveis influentes na desigualdade de rendimentos podem ser agrupadas de modo a definirem três questões referentes ao mercado de trabalho: a segmentação desse mercado, que se liga às variáveis região geográfica, posição na ocupação e setor de atividade; a existência de discriminação, com relação aos aspectos de sexo e cor; e diferenças entre características dos próprios trabalhadores, que consistem na idade e no nível de educação do trabalhador. A noção de discriminação está relacionada à de segmentação. Considera-se que há discriminação em circunstâncias em que brancos e não-brancos, homens e mulheres, todos “substituíveis na produção”, não recebam a mesma remuneração, mesmo quando trabalham num mesmo segmento do mercado de trabalho. Enquanto a discriminação liga-se ao contexto sociocultural, de herança escravocrata e patriarcal, o conceito de segmentação de mercado de trabalho associa-se às condições econômicas conjunturais e estruturais.

As realidades de pobreza variam conforme o contexto onde se situam. As condições complexas que compõem o fenômeno estão sujeitas a mudanças, frente às especificidades que marcam os distintos grupos afligidos e seus ambientes sociais. Por isso, as diferenças nos cenários de pobreza que acontecem em função da localização rural ou urbana do domicílio são relevantes e devem ser levadas em conta (CODES, 2005). A distinção entre

zona urbana e rural abarca o dinamismo econômico (no meio rural é bem mais baixo do que no urbano), apesar de, no caso do Brasil, a área rural ter se mostrado cada vez mais dinâmica pela proliferação de novas atividades não-agrícolas, além da emergência de outras funções, como moradia ou preservação da natureza. No que concerne ao fenômeno da pobreza, este se encontra presente em ambos os espaços, porém com estrutura diferenciada. No meio urbano, a pobreza acarreta piores condições de moradia, porém tem melhor acesso a serviços básicos do que pobres do meio rural. A questão sanitária, por exemplo, é um fator que discrimina a pobreza na área rural, mas não necessariamente na zona urbana, onde a cobertura tende a ser extensa devido à densidade demográfica (ROCHA, 2003). O número de pessoas pobres é desproporcionalmente maior nas áreas rurais, onde as rendas auferidas são mais baixas e se carece de acesso a serviços e instalações.

A discussão sobre raça e condições de vida do indivíduo é clássica no âmbito dos estudos sobre pobreza. Resquícios culturais oriundos da época da escravidão dão suporte a preconceitos que inferiorizam pessoas negras e pardas, fato que permeia a maioria das sociedades ocidentais, inclusive o Brasil. Tal discriminação reverte-se em barreiras sociais e econômicas que reduzem àquelas pessoas as possibilidades de ascensão social, tanto por causa das dificuldades de obterem uma boa formação educacional, como de assumirem uma posição de boa qualidade no mercado de trabalho. Por isso, negros e pardos colocam-se como a fatia da população mais exposta à vida em situação de pobreza (CODES, 2005).

Alguns argumentos relacionando diferenciais de renda a características dos postos de trabalho podem ser encontrados em Coelho e Corseuil (2002). Esses argumentos estão ligados à ideia de segmentação do mercado de trabalho, tendo duas possíveis origens: por meio de algum aparato institucional (relacionados aos direitos concedidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) através da Constituição de 1988 e por sindicatos) ou através de prática de salário-eficiência (relacionada à tecnologia empregada pela empresa e/ou ao modo como esta se relaciona com seus empregados). Em estudo referente ao ano 1985, em regiões metropolitanas, aqueles que ocupavam postos de trabalho sem contrato formal de trabalho ganhavam, em média, um salário-hora 40% inferior ao recebido pelos trabalhadores com registro. Em 1992, esse percentual chegou a 45%.

Em seu extenso rastreamento de estudos sobre o tema, Coelho e Corseuil (2002) localizaram uma investigação na qual estimam a relação entre salário e o grau de sindicalização do trabalhador: os trabalhadores sindicalizados ganhavam, em 1992 e 1995,

cerca de 11% e 7% a mais que os não-sindicalizados, respectivamente. No que concerne aos setores de atuação, os autores localizaram estudo em que se destacou a ocorrência de rendas mais elevadas nos setores material de transporte, mecânica, química e papel, enquanto os piores salários são pagos aos trabalhadores dos setores de vestuário, madeira, couro e mobiliário; o comparativo entre rendas industriais e da agricultura indicou menor rendimento salarial na agricultura.

A partir dos estudos apontados nesta seção, fica evidenciado que a renda dos brasileiros é influenciada por amplo número de fatores, destacando-se aqueles ligados a aspectos educacionais, estruturais e de desempenho da economia. Estes fatores atuam de forma conjunta e acabam conduzindo a grandes disparidades regionais e municipais. O estudo de Lazzarotto e Lima (2007) verificou que a localização regional exerce efeito significativo sobre os rendimentos individuais. Municípios situados mais ao norte do país tendem a apresentar médias de renda per capita inferiores àquelas dos municípios localizados mais próximos do sul do Brasil.

2.3 A economia solidária como alternativa de geração de renda e contributo à redução da pobreza

Esta seção tem o propósito de mostrar o que vem sendo posto pela literatura a respeito da economia solidária. A seção foi organizada em três etapas. A primeira expõe o entendimento do que é a economia solidária, além de quando e como ela se solidifica dentro do contexto brasileiro. A segunda mostra o surgimento e a emergência da economia solidária no país, trazendo os acontecimentos e fatos relacionados de forma panorâmica. Por fim, é destacada a atual estrutura da economia solidária em termos de números e tipos de empreendimentos existentes na atualidade.

As alternativas apresentadas pela sociedade para o enfrentamento da pobreza são diversas e o grau em que são implementadas e se tornam efetivas varia em cada país. De acordo com Machado (2007), entre estas possibilidades encontra-se a economia solidária, cuja lógica de atuação firma-se no entendimento de que há outras esferas na sociedade, além do Estado e do mercado e, em acréscimo, são guiadas pela solidariedade.

As experiências de organização econômica que vêm sendo constituídas no Brasil como Economia Solidária têm origem e motivações diversas, sendo materializadas por meio de: cooperativas de produção e/ou de consumo; cooperativas de prestação de serviços; clubes de troca; autogestão de empresas falidas; cooperativas de créditos; projetos comunitários de produção de itens variados; associações de pequenos agricultores (acesso ao crédito, produção, comercialização, uso de máquinas), grupos e microempresas informais, entre outros. De acordo com Singer (2002a), ditas experiências – associações ou cooperativas (formais ou não) – são originadas entre os próprios trabalhadores, frequentemente com o apoio de instituições sociais comprometidas com o enfrentamento da exclusão social (igrejas, sindicatos, universidades, ONGs, governo). Tais experiências de geração de trabalho e de renda são comunitárias, populares e muitas vezes pequenas.

Os empreendimentos econômicos solidários assumem a condição de “sociedades de pessoas”, não de capital. Eles se constroem nessa condição de forma voluntária, agregando pessoas que atuam coletivamente no campo econômico, em resposta a necessidades e aspirações comuns (geralmente a melhoria de sua condição de vida). Os EES já partem na sua constituição de uma circunstância igualitária e de uma disposição a continuarem reconhecendo os direitos uns dos outros, incluindo o direito ao trabalho e à renda (GAIGER, 2015).

Para Singer (2002a), a definição da economia solidária está ligada à relação entre o trabalhador e os meios de produção, sendo que:

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. (...) A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários. Por isso, sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho (SINGER: 2002a, p. 4).

O autor expõe que a economia solidária é um modo de produção paralelo ao capitalismo e seus princípios básicos são: a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. O resultado inerente é a igualdade e a solidariedade. Contudo, a produção precisa de um instrumento estatal de distribuição solidária dos rendimentos. Singer afirma que, em empresas tradicionais, o valor do salário de seus funcionários é compatível com a demanda e oferta do mercado de trabalho; cargos mais altos recebem mais do que os de menor qualificação. Em algumas empresas solidárias, os

cooperativados, ou sócios, decidem dividir igualmente e em outras se mantêm algum escalonamento para que os que têm maior capacidade técnica possam ajudar no seu desenvolvimento, mesmo ganhando menos do que poderiam ganhar em uma empresa tradicional em um cargo parecido. Pode parecer não ser muito diferente no aspecto do escalonamento das empresas tradicionais, em um primeiro momento. Mas há uma diferença bastante sutil: em uma empresa tradicional, o escalonamento visa aumentar o lucro, tendo em mente que quem toma as decisões, diretores e acionistas, é que fazem parte dele; na empresa solidária, o escalonamento é decidido pelos sócios, que têm objetivos de retiradas boas para todos e, principalmente, para a maioria que recebe as menores retiradas, além do crescimento da própria empresa.

Quanto à repartição do excedente anual, nas empresas tradicionais é decidido por acionistas que acumulam mais capitais; nas solidárias, a questão é deliberada por uma assembleia de sócios, que os destinam aos fundos de educação e investimento, entre outros, o restante sendo distribuído de forma equitativa, a partir de critérios preestabelecidos. O fundo de investimento pode ser divisível ou indivisível (SINGER, 2002a).

Um último comparativo salientado por Singer diz respeito às formas de gerir a organização: heterogestão x autogestão. A heterogestão é utilizada por empresas tradicionais onde poucos mandam em muitos e não há participação de todos em decisões. O poder flui de cima para baixo. Cooperativas ou empresas solidárias são geridas em geral pelos princípios da autogestão. Em empresas de menor porte, as decisões são tomadas por todos os seus sócios, que decidem como devem ser organizados seus processos produtivos. Empresas de grandes dimensões não fogem da tomada de decisões conjuntamente, mas são eleitos representantes que se reúnem em assembleias para tomar essas decisões por eles e por quem representam. Em um sistema de autogestão, os níveis mais altos são delegados pelos mais baixos, impossibilitando uma hierarquia que impossibilite a opinião da maioria e, se não forem satisfatórios, os representantes podem ser substituídos de acordo com as normas adotadas. Uma empresa solidária administra-se democraticamente, pratica a autogestão em graus variados. Seus sócios devem estar a par do que nela ocorre, seus problemas e possíveis soluções. Mas a autogestão exige um maior esforço de seus funcionários, o que pode tornar-se desgastante em alguns casos, arrefecendo o ímpeto participativo e democrático.

Gaiger (2003) sustenta que os empreendimentos de economia solidária (EES) constituem a célula básica da economia solidária. Uma de suas características habituais é a

preexistência de alguma relação social entre seus membros, ou pelo menos entre uma boa parte deles, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem pequenos agricultores de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares, ou até por pertencerem a um mesmo grupo étnico.

No Brasil, os EES se organizam de formas variadas, são empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção, de caráter suprafamiliar e comunitário. A dimensão da ES no Brasil evidencia a robustez do movimento, onde os empreendimentos tomam em grande maioria a forma de cooperativa, associação ou grupo informal. Cada uma dessas formas surgiu em diferentes contextos históricos, para na atualidade convergirem à hoje chamada economia solidária. O último mapeamento de empreendimentos econômicos solidários no Brasil, realizado pela SENAES, indicou 1,4 milhões de pessoas sócias de 19.708 empreendimentos dessa natureza (KUYVEN e GAIGER, 2015). Vale ressaltar que a própria SENAES esclarece que o mapeamento não atingiu a totalidade de EES existentes no território nacional; portanto, o número de sócios e de empreendimentos é certamente superior ao apresentado pelo mapeamento.

O crescimento da economia solidária no Brasil é um fato eminente nas três últimas décadas, relatado em estudos panorâmicos (FRANÇA FILHO, 2007). O exame do contexto histórico e internacional da ES indica o surgimento do movimento vinculado ao agravamento da exclusão social no contexto europeu, em particular. A incapacidade do Estado em atender às demandas sociais em crescimento, devido basicamente ao aumento do desemprego, motivou o aparecimento de ações locais com o objetivo inicial de superar este problema através da elaboração de atividades econômicas com objetivos sociais (LECHAT, 2002).

A economia solidária aparece historicamente vinculada às primeiras cooperativas que surgem como reação dos trabalhadores aos efeitos causados pela Revolução Industrial iniciada na Inglaterra (MONZON, 2003). Para o autor, o elemento representativo mais genuíno da economia social e solidária é a cooperativa, por sua importância em todos os setores econômicos, sua extensão em todos os continentes e seu reconhecimento jurídico. Entretanto, no início do século XX também surgem experiências mutualistas e outros projetos associativos que fazem parte do movimento.

No âmbito nacional, é frequente o uso da expressão “ressurgimento da economia solidária”, quando estudiosos procuram explicar aspectos históricos desse movimento no país. O que a literatura científica denominou por décadas como cooperativismo popular, economia popular, autogestão, economia informal, entre outros, é em suma um conjunto de formas econômicas alternativas de geração de trabalho e renda, direta ou indireta, tendo em comum a solidariedade entre seus sócios. Não uma solidariedade puramente altruísta, mas uma solidariedade movida pela percepção de que o trabalho coletivo torna as chances de alcance de seus objetivos compartilhados e mesmo individuais, maiores. Segundo Lechat (2002), as primeiras publicações científicas brasileiras a utilizar a denominação específica de “economia solidária” ocorreram por volta de 1995.

No Brasil, foi o fenômeno do desemprego, bem como a desestruturação do mercado de trabalho iniciada com a crise dos anos 1980 e aprofundada em 1990, o que impôs a necessidade de sobrevivência por parte daqueles que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho, ou daqueles que estavam na informalidade e deram impulso ao movimento da economia solidária. Os anos 1980 e 1990 apresentaram uma conjuntura histórica de estagnação econômica, em paralelo com uma crise de financiamento do Estado. Na época, foram necessárias iniciativas voltadas à sobrevivência de grupos excluídos ou em processo de exclusão. De acordo com Vieira (2005), a economia solidária emergiu para preencher vazios econômicos e sociais que a indústria e o sistema econômico vigente produziram. O autor cita, como exemplo típico, a autogestão de empresas falidas, mas também o conjunto de iniciativas do meio rural, onde a crise econômica trouxe grandes dificuldades, especialmente aos pequenos produtores.

Apesar do grande impulso para o desenvolvimento da ES no Brasil ter ocorrido diante da crise dos anos 1980, há registros de sua existência em períodos bem anteriores, em paralelo ao movimento cooperativista, o qual remonta ao final do século XIX. Buscou-se trazer neste texto um apanhado dos principais acontecimentos relacionados ao surgimento do associativismo no Brasil até o momento atual (Figura 2), dessa forma, são apresentados fatos históricos tanto do cooperativismo, como do desenvolvimento da ES no Brasil.

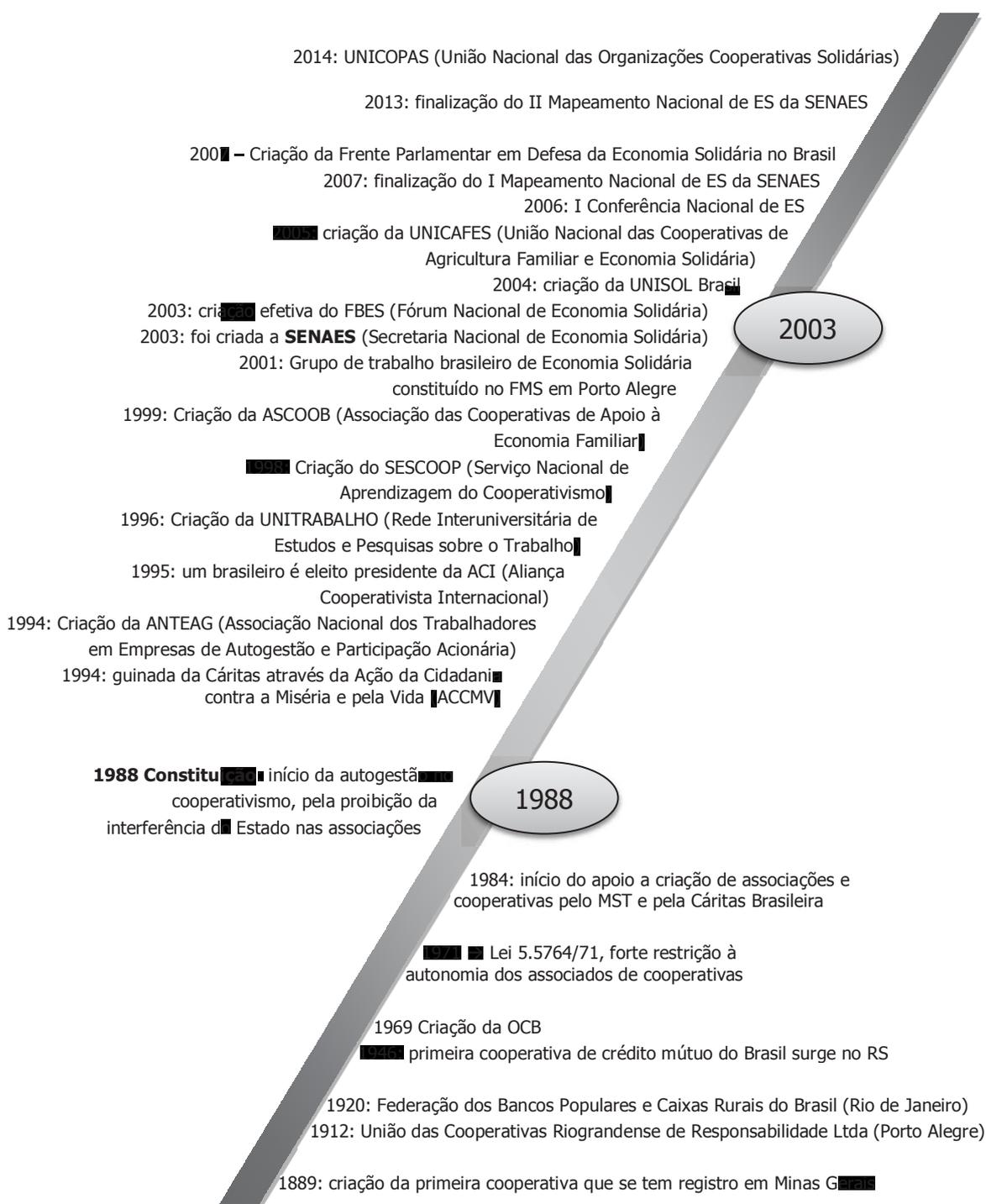


Figura 2. Evolução histórica do cooperativismo e da economia solidária no Brasil.

Elaboração da autora.

A literatura apresenta casos anteriores, mas a primeira cooperativa de consumo de que se tem registro é a de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, denominada Sociedade

Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, de 1889 (SESCOOP, 2011). Em paralelo, além de se espalhar por Minas Gerais, as cooperativas surgiram em outros estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Foi o início do surgimento de cooperativas de diversos ramos no país. A primeira norma a determinar o funcionamento das sociedades cooperativas no Brasil foi decretada em 1907. As cooperativas poderiam ser organizadas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome coletivo ou em comandita. Especificamente para cooperativas de crédito, era disposto que deveriam se organizar em pequenas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito suas economias.

Em 1912, foi fundada em Porto Alegre uma cooperativa central mista com seção de crédito, a União das Cooperativas Riograndense de Responsabilidade Ltda., provavelmente a primeira cooperativa central a operar com crédito no Brasil. As filiadas dessa central eram cooperativas agrícolas. Em meados de 1920, foi constituída, na cidade do Rio de Janeiro, a Federação dos Bancos Populares e Caixas Rurais do Brasil, primeira federação de cooperativas de crédito do Brasil, a qual promoveu vários congressos de cooperativismo de crédito na cidade do Rio de Janeiro, entre 1923 e 1932 (PINHEIRO, 2008).

Getúlio Vargas, em 1932, editou um decreto que proporcionou ampla liberdade ao funcionamento das cooperativas. Vários grupos se formaram no pós-guerra: surgem cooperativas de consumo e de trabalho, como também órgãos de representação. Com o decreto de Getúlio, vigorando até 1966, as cooperativas de crédito eram hegemônicas (OCEMG, 2010).

Após o surgimento das cooperativas de crédito rural, logo vieram as de crédito mútuo. A primeira cooperativa de crédito mútuo no Brasil foi a Cooperativa de Crédito dos Funcionários da Matriz do Banrisul Ltda., constituída em 1946. Essa cooperativa continua em atividade, sob a denominação de Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados do Banrisul Ltda.

No regime militar, as cooperativas perderam sua autonomia e sofreram abalos financeiros pela perda de incentivos fiscais (condição decretada em 1967). Com a criação do Conselho Fiscal de Cooperativismo, as organizações passaram a ser submetidas ao Estado. O ramo de consumo foi reduzido fortemente a partir da cobrança do Imposto sobre Vendas ao Consumidor (IVC). A regulamentação bancária restringiu o crédito cooperativo,

desestimulando a atividade. As cooperativas de habitação surgiram nessa época, porém tiveram como principal concorrente o governo, que criou o Sistema Financeiro de Habitação (OCEMG, 2010). Em seguida, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com a função de representar e defender os interesses do cooperativismo no Brasil. A Organização foi caracterizada como sociedade civil, sem fins lucrativos.

A Lei 5.5764/71 estabeleceu regras específicas para a criação de cooperativas, porém restringiu a autonomia dos associados, interferindo na criação, funcionamento e fiscalização do empreendimento cooperativo. A década de 1970 foi marcada pela vertente do cooperativismo tradicional, representado pela OCB, ganhando espaço através da difusão de ações empresariais ligadas a grandes cooperativas agrícolas e/ou agroindustriais; depois, a década de 1980 vem marcada pelo cooperativismo popular, a partir da geração de iniciativas difusas de trabalho associativo baseadas na autogestão, fortalecidas depois pela promulgação da Constituição. A estrutura agrária passa por grandes modificações, denominadas como “processo de modernização da agricultura”. Estímulos do governo federal, por meio de grande quantidade de incentivos para o setor, transformaram as cooperativas em instrumentos, agentes do processo de modernização. E, na medida em que as cooperativas concorriam com as empresas privadas disputando espaço na produção agrícola, tiveram que se adaptar à nova realidade, redimensionando seus objetivos, reestruturando-se frente à industrialização da produção (ONOFRE e SUZUKI, 2009).

O governo brasileiro criou departamentos técnicos para garantir o sucesso das cooperativas, tais como a EMBRAPA, o IAPAR, a EMATER, ajudando as cooperativas a exercer um papel de capital oligopolizado que funciona como suporte para o desenvolvimento de tecnologias, desenvolvendo convênios com instituições de pesquisa ou pelos próprios departamentos de experimentação agrícola, para a elaboração de pesquisas específicas para seus associados (ONOFRE e SUZUKI, 2009).

Como prática, a ES tem a mesma gênese do cooperativismo, todavia o seu conceito é uma criação recente, afirma Singer (2002b). Para o autor, a ES é considerada como um novo cooperativismo, pois compreende a volta aos princípios através do valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, além da persistência na autogestão. Quando surge o novo cooperativismo, surge também a ES, na década de 1980, como proposta agregadora de trabalhadores em arranjos cooperativos, para fazer frente às disfunções e mazelas do modo de produção tradicional e, assim, dar respostas alternativas

à imensa gama de trabalhadores. Isto ocorreu devido à retomada dos princípios do cooperativismo, em especial à recuperação da essência que provocou a sua elaboração, isto é, a luta contra a exploração do trabalho por meio da auto-organização dos próprios trabalhadores.

A década de 1980 é marcada por um processo de autonomização do trabalho, tanto no Brasil, como em nível internacional. Trata-se de um processo de associação de trabalhadores em empreendimentos econômicos próprios. Há tendências divergentes entre o cooperativismo tradicional e as empresas de autogestão: no cooperativismo tradicional, as cooperativas são dirigidas por uma diretoria eleita, enquanto empresas de autogestão propõem a direção coletiva pelo conjunto de trabalhadores (SINGER, 2002b).

Uma das limitações impostas pela Lei 5.5764/71 foi superada pela Constituição de 1988, que proibiu a interferência do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo. A Constituição de 1988 foi considerada um marco no ressurgimento da ES, conforme é mostrado pela figura 2. Na literatura, a evolução histórica da economia solidária no Brasil aparece geralmente atrelada ao cooperativismo, após a promulgação da Constituição de 1988.

Concomitantemente com o novo cooperativismo, abriu-se espaço a iniciativas fraudulentas, as chamadas “coopergatos”, cooperativas de fachada desenvolvidas a partir de precedentes abertos na legislação cooperativista, com objetivos de burlar as leis trabalhistas e camuflar relações empregatícias. Grandes empresas atuantes nas mais diferentes áreas (vestuário, telefonia, alimentação, entre outras) organizaram “pequenas cooperativas artificiais”, compostas por seus ex-funcionários, os quais, após demissão sumária, não encontram alternativa senão firmar “contratos de terceirização”, abrindo mão de todos os seus direitos legais (assistência médica, férias, previdência social, entre outros). Também surgiram empreendimentos que se apropriaram da nomenclatura jurídica de “sociedade cooperativa” para obter favorecimentos legais (isenção de impostos e incentivos cooperativos). No entanto, funcionavam como empresas convencionais, distanciando-se por completo dos princípios cooperativistas (LECHAT, 2002).

De acordo com Lechat (2002), diversos estudiosos e militantes concebem a economia solidária como uma transfiguração do cooperativismo popular. Porém, as discussões e ações ligadas ao movimento solidário, bem como suas formas associativas, não se restringem aos modelos cooperativos, embora as cooperativas se desdobrem em

empreendimentos historicamente emblemáticos dentre as diversas organizações solidárias. Gaiger (2013)

Singer (2002b) coloca a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no contexto do ressurgimento da ES: fortemente reprimida durante grande parte do regime militar, a luta pela terra é gradualmente retomada quando se dá a abertura do regime. Recomeçam ocupações de terras de latifúndios e destas experiências surge o MST. A agricultura de subsistência praticada em pequenas propriedades familiares não consegue melhorar o padrão de vida dos camponeses e alguns são obrigados a entregar a terra. A partir de 1986, começa a discussão de como organizar os assentados, com o I Encontro Nacional de Assentados, em que estiveram representados 76 assentamentos de 11 estados. Apesar da resistência inicial ao cooperativismo, decorrente do histórico de experiências negativas do modelo tradicional do cooperativismo, caracterizado como grandes empresas agroindustriais que desenvolveram uma política de exploração econômica dos agricultores, a discussão evoluiu a favor do cooperativismo, nos termos da economia solidária. Durante a Nova República (1985-1989), multiplicaram-se associações nos assentamentos, estimulados pelos órgãos governamentais de extensão rural, especialmente a EMATER. Em 1989, originam-se as primeiras CPAs (Cooperativas de Produção Agropecuária) no Rio Grande do Sul. A política do MST em relação aos seus assentamentos se consolida em 1991/2 com a criação do Sistema Cooperativista dos Assentados, formado em cada assentamento por Cooperativas Agropecuárias, Cooperativas de Comercialização Regionais, Grupos Coletivos e Associações e, em nível estadual, estabeleceram-se Cooperativas Centrais de Reforma Agrária. Em nível nacional, criou-se a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda.).

Desde 1984, a Cáritas Brasileira passou a apoiar milhares de projetos alternativos comunitários (PACs) espalhados por todo Brasil. A relevância desses projetos para o movimento da economia solidária advém de grande parte desses projetos terem se constituído em associações e cooperativas solidárias, nos quais o foco da Cáritas era a parcela excluída da população (pessoas sem trabalho e sem moradia). O desenvolvimento de experiências de economia solidária sofreu forte aceleração em 1994, quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida (ACCMV) resolveu mudar sua tática e, em vez de apenas distribuir alimentos, passou também a fomentar a geração de trabalho e renda. Ela completou em dois anos a mesma evolução que a Cáritas havia feito em quinze, ao passar de

uma ação assistencial à chamada “solidariedade libertadora”. Para Singer, a ACCMV foi um amplo movimento de massas, o maior do Brasil desde a luta pelas eleições diretas, em 1985, no caso da ditadura militar. A atividade da Cáritas no campo da economia solidária teve uma influência consistente no seu desenvolvimento (SINGER, 2002b).

Com o objetivo de assessorar e representar as empresas industriais de autogestão que estavam se formando e impulsionar a formação de novas, em 1994, foi criada a ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária). Em suas práticas, era dada grande ênfase à educação autogestionária dos associados (VIEITEZ e DAL RI, 2004). A formação da ANTEAG foi liderada por ativistas e por pessoal do movimento sindical. As dificuldades em tocar e gerenciar as empresas falidas de forma individual é que deu surgimento à ANTEAG, representando e prestando assessoramento nesses empreendimentos. A fábrica de calçados Makerli foi negociada, para que, numa condição de falência, fosse comprada pela massa de trabalhadores que estava sendo demitida (cerca de 400 funcionários), dando início à organização e expansão do modelo de autogestão. Em outras empresas, seguiu-se o mesmo caminho, Cobertores Paraíba, Hydrophoenix, Olivetti, Facit, Cooperminas, entre outras. A partir de 1999, a ANTEAG começou a incluir no seu trabalho empreendimentos de fora da indústria: as cooperativas populares. No Rio Grande do Sul, a ANTEAG fez convênios, mediante os quais atuava em programas do governo, prestava assessoria e incubação a empreendimentos diversos, até que se formou um Grupo de Trabalho em Economia Solidária no estado. Em 2004, a ANTEAG passou a integrar o campo da economia solidária, atendendo a um conjunto bem mais amplo de formas de organização.

A ES conta com forte apoio de universidades, que remonta à criação da UNITRABALHO. Por volta de 1992, um grupo de reitores estavam engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão as questões relativas ao mundo do trabalho. O interesse dos dirigentes das universidades envolvidas era estimular e promover a relação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho. As discussões envolveram reitores, professores universitários e dirigentes sindicais. Aconteceram reuniões entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT). Em abril de 1994, foi constituída uma coordenação executiva provisória, composta por cinco professores. Ela desenvolveu a proposta de criar uma rede de estudos e pesquisas sobre o

trabalho, para ser debatida no meio acadêmico e sindicalista. Ao final de três anos de discussões, em março de 1995, foi realizada a primeira reunião do Conselho Diretor da Unitrabalho. Nesse encontro, foi aprovado o Protocolo de Intenções de implantação da Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Unitrabalho, assinado por 32 representantes de universidades (UNITRABALHO, 2010).

Na primeira reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 1996, definiu-se que a Rede seria constituída juridicamente sob a forma de fundação de direito privado, sem fins lucrativos. Os Estatutos foram aprovados e foi eleita a primeira direção da Unitrabalho. Os reitores decidiram que todas as Instituições de Ensino Superior que se associassem até o final daquele ano seriam consideradas fundadoras da Unitrabalho. Ao final de 1996, a entidade contava com 61 instituições associadas.

O período entre 1997 e 1999 foi marcado pela expansão da rede e busca de visibilidade social. Outro enfoque foi a proposição de novos programas e projetos de referência nas áreas de saúde do trabalhador, trabalho infantil, reforma agrária, fundo de miniprojetos, economia solidária e rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. A partir daí, torna-se frequente a formação de empreendimentos econômicos solidários incubados por universidades espalhadas pelo país.

A Aliança Cooperativista Internacional (ACI), instituição criada em Genebra, no ano de 1895, deu reconhecimento internacional ao cooperativismo brasileiro, em 1995, ao eleger como presidente Roberto Rodrigues, ex-presidente da OCB. Este fato também colaborou para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras. A organização cooperativa desenvolveu-se sob diversos tipos, tais como: de consumo, de comercialização, produção agropecuária, industrial e de serviços. Embora haja diferenças nestes tipos, todos se regem pelos mesmos princípios. No entanto, para Singer (2002b), um dos maiores obstáculos à difusão do cooperativismo é a falta de cultura cooperativista entre os trabalhadores, pois estes não possuem a habilidade da autogestão.

Coube a diversas instituições legalizadas como as incubadoras, as ONGs, o MST, entre outras, a promoção de habilidades ligadas à autogestão, as quais são consideradas fundamentais para que não se reproduza a prática das cooperativas tradicionais.

Criado em 1995, o sistema Cresol (Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação solidária) surgiu a partir da necessidade de crédito por parte dos agricultores familiares do Sul do país. Tem como missão a inclusão social da Agricultura Familiar

através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional (CRESOL, 2015). O sistema, que em 1995 contava com apenas cinco cooperativas, no início de 2001 contava com 46 cooperativas e mais de 20,5 mil associados. O quadro social é composto unicamente por agricultores familiares – cujas principais atividades incluem milho, soja, feijão, leite, frango e suíno. O total de repasse de crédito somava R\$ 31,5 milhões, os depósitos chegavam a R\$ 15,6 milhões e a carteira de recursos próprios atingia a marca de R\$ 8,6 milhões. Neste ano ainda foram firmados os primeiros convênios com a Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério de Desenvolvimento Agrário para fortalecimento da área de formação da Cresol. Em 2013 foi iniciado o Projeto de Expansão do Cooperativismo Solidário em parceria com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), consolidando a Cresol como o maior Sistema de Cooperativas de Crédito Rural Solidário com 200 unidades de atendimento em sete estados e mais de 120 famílias cooperadas.

No ano de 1998 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), com o objetivo de somar à OCB, através do viés da educação cooperativista. O SESCOOP é responsável pelo ensino, formação profissional, organização e promoção social dos trabalhadores, associados e funcionários das cooperativas brasileiras.

Em 1999, foi criada a Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Familiar (ASCOOB), constituída por cinco cooperativas de crédito rural da Bahia. A criação da entidade foi unir esforços para o cumprimento dos princípios do cooperativismo de crédito, tendo por base o fortalecimento da economia familiar rural.

Em 2000, surgiu a UNISOL Cooperativas (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), firmada pela vontade das cooperativas criadas com apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros, que passou a agregar outras cooperativas, bem como o apoio de outros sindicatos, em uma primeira fase restrita ao Estado de São Paulo. Por sua vez, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) lançou, no mesmo ano, a ADS (Agência de Desenvolvimento Solidário), visando organizar e fomentar o desenvolvimento local nas várias regiões do país. Tendo como diretriz a consagração dos princípios históricos e ideológicos do cooperativismo autêntico, a UNISOL Cooperativas e os sindicatos decidiram pela constituição de uma central de empreendimentos solidários e cooperativas, em âmbito nacional, para levar adiante um projeto de inclusão econômica e social, de democratização

nos locais de trabalho, de participação no capital e nos ganhos gerados pelo próprio trabalho, firmando assim a UNISOL Brasil (SINGER, 2002b). Hoje, a UNISOL Brasil é uma organização que proporciona expressão política aos empreendimentos solidários e às cooperativas autênticas da área de produção. A criação da UNISOL, em 1994, instituiu um importante marco histórico para a Economia Solidária no Brasil, propondo-se a organizar, representar e articular mais de 750 empreendimentos filiados.

Em maio de 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego com a publicação da Lei nº 10.683, fruto de proposição da sociedade civil e de decisão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

A criação da SENAES decorreu de uma série de mobilizações e reivindicações suscitadas a partir da composição do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GTBrasileiro), constituído em Porto Alegre no ano de 2001, com a finalidade de articular e mediar grupos nacionais e internacionais de economia solidária durante o primeiro Fórum Social Mundial (FSM). Tal iniciativa foi precursora de debates e discussões acerca dos princípios, plataformas de atuação e políticas de apoio referentes ao movimento solidário, culminando na fundação oficial, a partir da III Plenária Brasileira de Economia Solidária ocorrida em 2003, do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

A III Plenária Brasileira de Economia Solidária realizou-se em junho de 2003, mediante um processo preparatório de mobilização em 17 estados, e teve a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Foi neste evento que foi criada, de forma definitiva, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES saiu desta III Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade. Além de se definir a composição e funcionamento do FBES, foi iniciado um processo de interlocução do FBES com a SENAES com o compromisso de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos, numa perspectiva de superar práticas tradicionais de dependência, que tanto têm comprometido a autonomia necessária ao desenvolvimento das organizações sociais. Outro fruto decorrente daquele

evento foi o desencadeamento da criação dos fóruns estaduais e regionais que puderam garantir, por sua vez, a realização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária com trabalhadores advindos de todos os estados. Este encontro teve um total de 2.500 pessoas e aconteceu em agosto de 2004 (FBES, 2010).

Atualmente, o FBES é visto como a principal instância de articulação do movimento solidário no Brasil. O FBES é constituído por representantes de empreendimentos solidários, bem como de entidades de assessoria e gestores públicos que trabalham diretamente no campo da economia solidária. Suas atividades estão voltadas, por um lado, para a constituição de canais de interlocução com os governos municipal, estadual e federal e, por outro, para a promoção de espaços de sistematização, integração e mobilização entre as experiências de base ligadas à economia solidária em todo país.

Nas esferas estadual e municipal, o governo do estado do Rio Grande do Sul foi pioneiro (1999/2002). Os municípios de Porto Alegre, Belém e Santo André inicialmente, seguidos de Recife e São Paulo, implementaram as primeiras experiências de ações governamentais, tornando-se emblemáticas ((PRAXEDES, 2009).

A União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) foi fundada em 2005, na cidade de Luziânia (GO). Atualmente a sede funciona em Brasília-DF e representa nacionalmente as cooperativas. O objetivo é ser um instrumento para os agricultores e agricultoras familiares, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio para os associados. As associadas da UNICAFES estão espalhadas nas cinco regiões do país, que compõe aproximadamente 1.100 cooperativas. Atualmente, são dezessete UNICAFES estaduais de atendimento e articulação para a agricultura familiar e economia solidária.

Em 2007 a SENAES conduziu a criação da “Frente Parlamentar em Defesa da Economia Solidária no Brasil” e promoveu a apresentação do Projeto de Lei Complementar 93/2007, que “estabelece a criação do Segmento Nacional de Finanças Populares e Solidárias e dá outras providências”. São propostos também o Conselho Nacional de Finanças Populares e Solidárias e os Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário (FORTE, 2015). No entanto, em 2014, a criação deste Conselho foi rejeitada, sob a alegação de conflito com a Lei de Responsabilidade Fiscal e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014.

Foram realizados pela SENAES dois mapeamentos de EES em nível nacional. O primeiro realizou-se entre 2005 e 2007 e, em 2013, a secretaria finalizou o segundo, trazendo à tona a realidade vivida pelos sócios de 19.708 empreendimentos econômicos solidários. Para a concretização do mapeamento, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). O SIES traz a público as informações sobre os EES no Brasil.

Um objetivo estratégico da SENAES/MTE é fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo, por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. Destacam-se os processos de formação, assessoramento técnico e incubação, orientados para atender prioritariamente às demandas dos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), fortalecendo o seu potencial de inclusão social e econômica. As políticas de fomento às iniciativas de finanças solidárias são fontes de metodologias inovadoras de democratização do acesso ao crédito para consumo e produção e outros serviços financeiros, tais como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dos Fundos Rotativos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário.

A SENAES tem na certificação e reconhecimento dos EES, dos produtos e serviços no âmbito do Sistema de Comércio Justo e Solidário, a principal estratégia para articular a comercialização solidária. Outra prioridade de atuação é na organização de redes de cooperação de empreendimentos econômicos solidários que possibilitem avanços na produção e comercialização de seus produtos e serviços. A SENAES também atua no sentido de fortalecimento da institucionalidade da política nacional de economia solidária (SILVA e SCHIOCHET, 2013). As iniciativas empreendidas pela SENAES buscam criar um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários por meio de projetos de Lei da economia solidária e do cooperativismo. Também são fortalecidas as instâncias de participação social dos empreendimentos, com o Conselho Nacional de Economia Solidária, as Conferências Públicas e o diálogo com fóruns e redes sociais.

Recentemente, em 2014, no Brasil, as principais centrais de empreendimentos solidários uniram-se para fortalecer a luta por avanços. A UNISOL, a UNICAFES e a CONCRAB se reuniram para formar a UNICOPAS (União Nacional das Organizações

Cooperativas Solidárias). Juntas, as três centrais representam 2.250 empreendimentos. O objetivo é o fortalecimento do movimento na reivindicação de ações.

Atualmente, o processo histórico da ES no Brasil encontra-se em fase de pleito pela sua institucionalização, via regulação social e jurídica. Esta busca pela regulação vem ocorrendo no campo de relações entre três grandes lideranças institucionais (Igreja Católica, Estado e movimentos sociais), às quais estão ligadas várias organizações e atores sociais. O que se reivindica é o direito ao trabalho associado e uma “Política Pública Nacional de Economia Solidária”, via Projeto de Lei nº. 4.685/2012, que trata da criação de um marco jurídico nacional para a Economia Solidária (FORTE, 2015).

A figura 2, já apresentada nesta seção, traz uma perspectiva da extensão do movimento da economia solidária, especialmente a partir da década de 1990, em termos da organização das principais instituições de apoio ao movimento. Não há como negar a intensidade com que a economia solidária vem se instituindo no Brasil, razão pela qual o país tem sido alvo de estudo e atenção por vários países, no que tange ao tema. A atual conjuntura de crise econômica e social que assola a Europa, com contingentes cada vez maiores de pessoas sem trabalho, tem colocado a economia solidária como alternativa não somente para os países em desenvolvimento, como também para aqueles considerados desenvolvidos. O Brasil torna-se “membro representante” para este movimento em nível internacional.

Num espaço mais recente, tem sido atribuído ao movimento de economia solidária no Brasil o status de rede, ou melhor, um movimento social em rede. Lima (2014) argumenta que a economia solidária parte da incorporação de demandas de vários movimentos, originando um movimento maior, o que, teoricamente, pode ser considerado como “rede de movimentos sociais”. A figura 2 ilustra esse agrupamento de movimentos ocorridos em volta do tema.

Forte (2015) alega que o movimento nacional da ES é uma vasta rede composta por outras redes integradas, que se organizam e se expressam por meio de organizações e atores como: Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), dos fóruns estaduais e municipais de Economia Solidária, ONG's, sindicatos, movimentos sociais como a CONCRAB, o MST, e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), Igreja Católica, núcleos universitários e Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's), gestores públicos e empreendimentos econômicos solidários. Justamente por enquadrar-se

como organização reticular, o movimento da economia solidária não possui uma sede territorial específica. O movimento é articulado por diferentes atores nas esferas municipal, estadual e federal, nos parlamentos e nos fóruns ou redes locais, estaduais e brasileiro de ES. Os EES são apoiados e fomentados por esses atores em determinados territórios, a partir de onde interagem em prol da consolidação da Economia Solidária como direito e como política pública em todos os níveis.

Atualmente, os dados resultantes tanto do primeiro como do segundo mapeamentos, realizados pela SENAES, produzem conteúdo para pesquisa e análise sobre esta realidade no âmbito do Brasil. Em 2014, os principais resultados dos dados decorrentes dos mapeamentos da SENAES foram publicados por Gaiger & Grupo ECOSOL (2014), trazendo informações sobre tipologia e distribuição dos EES no território nacional. No entanto, ainda há uma abundância de temas sem respostas no contexto da economia solidária. Há lacunas de conhecimento sobre o grau em que aspectos apontados pelos pesquisadores que caracterizam a ES encontram-se presentes nos EES ou na vida dos sócios, tais como: o quão eficientes são os empreendimentos na geração de renda aos sócios, e se esse grau difere entre grupos, se ocorre em algum nível a “autoexploração” do trabalho, em que grau os princípios da autogestão são praticados, se a informalidade gera prejuízos aos associados e em que grau, entre outros.

Os dados do II mapeamento revelam que os EES brasileiros (mapeados entre 2009 e 2013) se distribuem fortemente no meio rural, o qual prevalece como área de atuação, contendo 54,8% dos EES. A área urbana corresponde a 34,8% deles, enquanto 10,4% dos EES atuam simultaneamente no espaço rural e urbano (GAIGER & GRUPO ECOSOL, 2014). Quanto à forma de organização dos EES, ocorre ampla predominância das associações, com 60% dos EES. Esse percentual cresceu em comparação com o primeiro mapeamento, no qual correspondia a 51,8%. Em contrapartida, decresceu a fatia dos grupos informais, passando de 36,5% para 30,5%. As cooperativas mantêm-se pouco abaixo da décima parte, com 8,9% dos EES. Os autores explicam que há uma relação entre a área de atuação e a forma de organização dos EES. As associações predominam em área rural, enquanto os grupos informais concentram-se na área urbana e as cooperativas se dividem entre ambas, com presença maior no espaço urbano.

Quanto às atividades desenvolvidas pelos EES mapeados pela SENAES, ocorre predominância de EES dedicados prioritariamente à produção de bens, atividade que

usualmente envolve a comercialização, totalizando 56,2%. Depois, aparecem os EES dedicados ao consumo ou uso coletivo de bens e serviços pelos sócios, com 20%. Compreendem 13,3% os EES tipicamente de comercialização (o que compreende também a organização da comercialização) enquanto aqueles de prestação de serviço ou trabalho a terceiros, correspondem a 6,6%. Os últimos dois tipos são de troca de produtos e serviços, com 2,2%, e de poupança, crédito ou finanças solidárias, com 1,7%.

Uma constatação interessante trazida por uma questão do II mapeamento e discutida também em Gaiger & Grupo ECOSOL (2014) é apresentada na tabela 1: as motivações que levaram à criação dos EES.

Tabela 1. Razões que motivaram a criação dos EES, por forma de organização

Motivo de criação do EES	Grupo Informal	Associação	Cooperativa	Sociedade Mercantil	Total
Fonte complementar de renda	<u>59,9%</u>	43,3%	48,4%	42,5%	48,8%
Alternativa ao desemprego	<u>57,6%</u>	40,4%	46,8%	41,7%	46,2%
Obter maiores ganhos associativamente	41,9%	41,8%	<u>55,5%</u>	31,5%	43,0%
Atividade onde todos são donos	41,8%	38,6%	<u>51,1%</u>	43,3%	40,7%
Desenvolvimento comunitário	23,1%	<u>31,9%</u>	26,7%	15,7%	28,6%
Acesso a financiamentos e apoios	5,3%	<u>29,6%</u>	17,6%	7,1%	21,0%
Motivação social, filantrópica ou religiosa	19,6%	19,5%	16,7%	18,1%	19,3%
Alternativa organizativa e de qualificação	13,2%	16,5%	<u>22,9%</u>	15,7%	16,0%
Incentivo de política pública	11,0%	<u>18,1%</u>	<u>17,4%</u>	10,2%	15,8%
Atuação profissional	14,5%	13,7%	18,0%	<u>23,6%</u>	14,3%
Fortalecimento de grupo étnico	7,8%	10,6%	10,2%	4,7%	9,7%
Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos	7,2%	8,1%	11,5%	11,0%	8,2%
Organização econômica de beneficiários de políticas públicas	5,2%	9,0%	7,9%	2,4%	7,7%
Recuperar empresa falida	3,0%	2,9%	4,1%	3,9%	3,0%
Percentual da forma de organização	30,5%	60,0%	8,8%	0,6%	100%

Obs.: a questão sobre motivação era de respostas múltiplas.

Fonte: Gaiger & Grupo ECOSOL (2014) - resultados do II mapeamento da SENAES.

Nota-se indiretamente que as cooperativas estão mais associadas com as ideias de autogestão e com questões ligadas ao trabalho e à formação profissional. As associações, majoritárias, ficam em posição intermédia, destacando-se mais no quesito de busca de

financiamentos e apoios. Os grupos informais se distanciam dessa perspectiva e respondem, com maior frequência, à busca de uma fonte complementar de renda ou de uma alternativa ao desemprego. Uma síntese comparativa entre as três principais formas de organização dos EES, com ênfase nas motivações iniciais que levaram à sua criação e outras variáveis, foi apresentada pelos autores:

- *Grupos informais*: demonstram situação de maior precariedade econômica, relacionada a desemprego e insuficiência de renda, com menor incidência em objetivos de financiamento ou de ação reativa provocada por políticas públicas;
- *Associações*: relacionam-se mais frequentemente com fatores externos e com políticas de apoio, de financiamento, de assistência social ou outras;
- *Cooperativas*: respondem a motivações mais variadas. Principalmente, de ganhos maiores para os sócios e de esse se converterem em donos do empreendimento. Em segundo lugar, como uma alternativa de qualificação, atuação profissional, produção ecológica ou como via de recuperação de empresas privadas falidas.

No II mapeamento também se verificaram as principais atividades econômicas nas quais atuam os EES, esta informação traz um panorama abrangente de como foram se profissionalizando os trabalhadores sócios dos EES. Cada EES indicou de um a cinco itens produzidos e as respostas foram codificadas de acordo com a CNAE-ECOSOL (Classificação Nacional de Atividades Econômicas, provida de Subclasses de Economia Solidária). Observando as seções, quatro se destacam: Indústrias de transformação (34,9%), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (27%), Comércio e afins (22,7%) e Outras atividades e serviços (12,9%). Em um nível mais desagregado (Subclasses), despontam como tipos específicos: a Organização para utilização coletiva de infra-estrutura, o Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos, o Cultivo de feijão e de milho, a Fabricação de farinha de mandioca e derivados. O quadro 1 identifica as subclasses mais frequentes mostrando quanto o leque econômico de atuação dos EES é amplo. Porém, há de se ter em vista que, quando não se trata de agricultura, as atividades são na maioria de caráter artesanal, que exigem conhecimento, habilidades e disposição para um trabalho laborioso, indicando a importância que adquire o fator trabalho nos EES.

Quadro 1. Seções e Subclasses mais frequentes da CNAE-ECOSOL entre os EES

CNAE-ECOSOL (Seção)	Subclasse CNAE-ECOSOL mais frequentes	N	% sobre a Seção
INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO (6.873;34,9%)	Produção artesanal de bijuterias	288	4,2%
	Produção artesanal de tapetes	347	5,0%
	Fabricação de artefatos têxteis p/ uso doméstico	550	8,0%
	Confecção de peças do vestuário	321	4,7%
	Produção artesanal de produtos apícolas (mel, própolis, geleias)	400	5,8%
	Produção artesanal de bolos, doceria e confeitos	354	5,2%
	Fabricação de farinha de mandioca e deriv.	820	11,9%
	Produção artesanal de artigos em crochê	425	6,2%
COMÉRCIO (4.482;22,7%)	Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos	1421	31,7%
	Comércio atacadista de frutas, verduras, raízes, tubérculos	415	9,3%
	Comércio atacadista de leite e laticínios	283	6,3%
	Rede de consumidores	514	11,5%
	Trocas solidárias	291	6,5%
AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA (5.321;27,0%)	Horticultura (exceto morango)	593	11,1%
	Cultivo de feijão	891	16,7%
	Cultivo de arroz	571	10,7%
	Criação de bovinos para leite	531	10,0%
	Cultivo de milho	802	15,1%
ÁGUA, ESGOTO E ATIV. DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO (614;3,1%)	Coleta de materiais recicláveis	331	53,9%
	Triagem de materiais recicláveis	315	51,3%
ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS (317;1,6%)	Fundo rotativo	139	43,8%
	Cooperativas de crédito rural	88	27,8%
OUTRAS ATIVIDADES (2.549;12,9%)	Organização para utilização coletiva de infraestrutura, terra, etc.	2549	100%

Obs.: a questão sobre os itens/serviços produzidos era de respostas múltiplas.

Fonte: Gaiger & Grupo ECOSOL (2014) - resultados do II mapeamento da SENAES.

A economia solidária tem como singularidade a capacidade de atingir os mais pobres, retirando-os do isolamento, reforçando a autoconfiança e trabalhando capacidades que tendem a ampliar as chances de superação da pobreza (GUIMARÃES, 2011). Há estudos sobre a importância do acesso aos financiamentos e parcerias com o poder local, desempenhando um papel coordenador e de conexão entre atores. Porém, ainda se conhece pouco sobre a magnitude dessas necessidades, com a finalidade de priorizar políticas e

detectar ações com maiores chances de sucesso: mais uma lacuna, cuja apuração dos dados do mapeamento da SENAES podem auxiliar.

O efeito benéfico da economia solidária está em estimular o protagonismo econômico e político de trabalhadores pobres ou vulneráveis à exclusão social, através de sua organização econômica e de seu envolvimento na administração dos empreendimentos (Gaiger, 2015). O êxito das políticas públicas e dos programas de apoio depende das oportunidades que oferecem para que os indivíduos afetados pelas desigualdades possam escolher o caminho para agirem na recuperação de sua dignidade e no provimento de suas condições de vida. Medidas orientadas à ativação dos trabalhadores empobrecidos, e não apenas a melhorias em seu poder aquisitivo, são as mais indicadas para provocar efeitos benéficos sobre a equidade e o desenvolvimento social e econômico (SEN, 2000). A economia solidária é uma vertente da economia que deixou para trás o estigma de “ação de desempregados” e hoje é cada vez mais uma alternativa relevante de ocupação e renda, trazendo consigo esta “ativação” dos trabalhadores empobrecidos sugerida por Sen.

No tocante às desigualdades sociais, Gaiger sustenta que a Economia Solidária tem sido apontada como uma prática redutora da vulnerabilidade social causada pela crise do desemprego. Do ponto de vista primordial do desenvolvimento humano, o autor postula que ela “oferece outras condições aos trabalhadores, de conteúdo inegavelmente emancipatório. Esse conteúdo provém da experiência concreta da autonomia no trabalho e pelo trabalho” (GAIGER, 2004, p. 395). Na perspectiva de promover a inclusão de estratos menos favorecidos no mercado de trabalho, a criação de empreendimentos econômicos solidários se justifica por se apresentarem como alternativa real de ocupação, forma complementar de renda e possibilidade de obtenção de maiores ganhos, além de serem passíveis de ofertarem condição singular para acesso ao crédito e de possibilitarem um apreciado aprendizado: a gestão coletiva da atividade, com centralidade no ser humano e valorização das diversidades culturais. Tal inclusão, de extratos menos favorecidos, reflete-se na presença constante de categorias sociais na ES, tais como: catadores de materiais recicláveis e mulheres negras (SILVA, 2014).

A partir dessa perspectiva, credencia-se o “auto emprego associado” como “trunfo” da Economia Solidária, por meio da promoção de capacidades, financiamento de atividades econômicas (democratização do acesso aos recursos necessários para produção de riquezas) para obtenção ou elevação de renda, inserção no mundo do trabalho com dignidade e,

expansão do acesso a políticas públicas e a direitos sociais. Ou seja, a ES aponta como uma potencial oportunidade de contribuição para a redução da pobreza no Brasil.

Em uma avaliação da conjuntura econômica brasileira nos períodos antes e após o ano 2000, Gaiger & Grupo ECOSOL (2014) demonstram que, quando o nível de emprego aumentou globalmente após a virada do milênio, assim como a distribuição da renda e o poder de compra dos salários, cresceu o número de EES no país. Para os autores, mais do que uma reação ao desemprego, os EES representariam uma escolha ousada por um novo tipo de trabalho. Desse modo, a ES não constitui propriamente uma via convencional ou meramente defensiva, mas surge de forma convidativa e convincente ao conquistar aderentes, seja pelos exemplos práticos que apresenta, seja pelas facilidades (ou atenuantes das dificuldades) e garantias que seus propagadores oferecem, seja porque essa alternativa faz muito sentido para os indivíduos, à medida que responde às suas aspirações primordiais, suas experiências e suas predisposições a empreender coletivamente.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Dados os objetivos e questionamentos que cercam o presente estudo, são aqui definidos os caminhos a serem percorridos para alcançar o fim proposto. O que se pretende conhecer são os impactos da economia solidária sobre a geração de renda dos seus sócios no Brasil. Trata-se assim, de um estudo de natureza aplicada. Fica determinado também que a investigação é de abrangência nacional. A amplitude geográfica a qual está submetida esta tese é considerada pertinente para o objetivo proposto: a utilidade do conhecimento a ser produzido é direcionada à parcela da população que tem vivenciado a economia solidária e esta se encontra propagada por todo o território nacional.

A abordagem quantitativa se faz indispensável ao atendimento dos propósitos deste estudo, dada a necessidade de um grau de representatividade em relação aos sujeitos que se pretende descrever. De acordo com os objetivos, este estudo tem finalidade explicativa (identificar fatores que geram efeito sobre a renda dos sócios de EES), porém, também tem uma etapa descritiva, onde se revelam as características dos sócios desses empreendimentos e dos seus rendimentos.

Esta investigação utilizou como meio o levantamento bibliográfico, seguido por pesquisa de campo, através de um levantamento amostral com sócios de EES, cujo plano é detalhado neste capítulo. Além dos dados sobre os sócios, são utilizados os dados dos EES, a partir dos microdados fornecidos pelo SIES/SENAES, microdados da PNAD/IBGE e dados municipais do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁷ – IPEA.

Já o aspecto temporal da investigação ficou condicionado à disponibilidade dos dados para o estudo: a investigação é baseada nas informações da pesquisa amostral com sócios de EES estabelecida pela SENAES, cuja realização teve participação da autora. A coleta de dados sobre os sócios ocorreu entre junho e agosto de 2013, na qual 2.895 sócios foram entrevistados em quinze unidades da federação, nas cinco regiões brasileiras. Diante

⁷ O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros. O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Os dados do Atlas pode ser acessado em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>.

dessa condição, a base de dados da PNAD utilizada em comparações com os sócios dos EES é do ano 2013 também. Os dados sobre os EES são provenientes do II mapeamento nacional da SENAES e referem-se aos empreendimentos cujos sócios foram entrevistados em 2013, portanto, as informações sobre os EES, apesar de terem sido obtidas entre 2009 e 2013, são de EES que se faziam presentes em 2013.

As análises estatísticas desta tese incluem tanto o uso de estatística descritiva, a qual permite que se verifiquem as características da amostra estudada, como de inferência estatística, a qual avalia em que medida as observações a respeito da amostra podem ser extrapoladas para a população de sócios da qual foi selecionada. O uso de ferramentas de inferência estatística exige que o processo de seleção da amostra seja aleatória, condição que foi atendida pelo presente estudo (KISH, 1995).

Dentre as ferramentas disponíveis para análise de dados incluindo inferência estatística, destacam-se algumas citadas por Codes (2008), como úteis para análise de dados empíricos de pobreza, renda e variáveis associadas. Esta autora apresenta uma contribuição para o estudo da pobreza e da renda, ao avaliar o potencial de métodos de pesquisa tradicionalmente utilizados como instrumentos de análise relacional desta questão social. Dentro desta perspectiva, os principais métodos utilizados nos estudos sobre pobreza – ou seja, os índices sintéticos, os sistemas de indicadores sociais, as análises de regressão e os modelos de equações estruturais – são contemplados por Codes quanto às potencialidades analíticas oferecidas.

Segundo Codes (2008), as pesquisas desenvolvidas sobre a pobreza devem dispor de procedimentos metodológicos capazes de refletir, na esfera das investigações empíricas, a complexidade que costuma marcar as discussões teórico-conceituais. As análises se caracterizam por levarem em conta vários fatores, tais como renda, acesso a bens duráveis, acesso a saneamento básico, educação, saúde, posição no mercado de trabalho, etc. A autora reflete: “será considerada mais satisfatória a abordagem que consiga refletir melhor a natureza complexa e multidimensional do problema, caracterizada pela articulação dos diversos fatores associados ao fenômeno”. Nesta tese em particular, além de parte dos fatores citados por Codes, ainda procurou-se verificar a associação de variáveis pertinentes à Economia Solidária com dados de renda e condições de vida dos associados.

A maioria das discussões sobre a adequação entre a teoria e a empiria nos estudos sobre questões sociais aponta para as dificuldades metodológicas de se abordar o caráter

complexo dos fenômenos, tendo que dar conta tanto da simultaneidade de conceitos e definições de um mesmo fenômeno, quanto da pluralidade de variáveis que podem servir à mensuração de condições sociais (CODES, 2008). A execução deste estudo ocorreu em condições privilegiadas, por se tratar de parte de um projeto de pesquisa do qual a autora fez parte. Tais condições garantiram os recursos financeiros e operacionais necessários para a adequação metodológica do presente estudo.

Trata-se de um projeto de pesquisa desenvolvido no PPGCS (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais) da UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos): *Gênese e Desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil - um Estudo em Perspectiva Internacional*, coordenado pelo professor Dr. Luiz Inácio Germany Gaiger. A autora, em função de sua formação estatística, atuou no projeto SIES, no qual teve participação na análise de consistência da base do II Mapeamento Nacional de ES executado pela SENAES, além de ter desenvolvido, junto à equipe, a elaboração do plano amostral, do instrumento de coleta e da operacionalização da coleta dos dados da pesquisa amostral com sócios de EES, através de convênio entre a SENAES e a UNISINOS. A própria elaboração do projeto da tese foi baseada na observação das necessidades de contribuições para o conhecimento, cujos temas estivessem alinhados ao programa de pesquisa. Além disso, até mesmo adaptações das bases para diferentes propósitos de pesquisa ficaram facilitadas para a autora.

Desse modo, dadas as condições diferenciadas para execução deste estudo, o método de trabalho proposto seguiu as seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico sobre os temas pertinentes: distribuição de renda e pobreza no Brasil, economia solidária e fatores relevantes na geração de renda;
2. Elaboração do plano amostral para a pesquisa com sócios de EES no Brasil;
3. Desenvolvimento do instrumento de coleta de dados primários junto aos sócios da economia solidária no Brasil e aplicação do instrumento a uma base amostral com representação nacional;
4. Coleta dos dados e análise de consistência da amostra de 2.985 sócios de EES;
5. Inclusão da base dos EES do II mapeamento da SENAES junto à base de sócios (somente para EES de sócios que fizeram parte da pesquisa amostral), seguida pela inclusão de variáveis do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do IPEA, de acordo com o município do sócio do EES amostral;

6. Análise estatística descritiva de dados da base amostral de sócios e de dados do segundo mapeamento dos EES;
7. Análise estatística inferencial dos resultados na base de dados da pesquisa amostral com sócios de EES, incluindo a modelagem estatística da renda dos sócios dos EES no Brasil como função de fatores socioeconômicos, de trabalho no EES e de condições do EES em que atuam;
8. Aplicação e análise do modelo estatístico proposto para diferentes cenários (perfis) de sócios de EES;
9. Desenvolvimento de um simulador baseado em estimativas do nível médio de renda esperado para os sócios da Economia Solidária no Brasil, decorrente de diferentes cenários propostos.

3.1 Plano de amostragem para as entrevistas com os Sócios dos EES

O plano amostral em questão atende a um estudo que se propõe a fazer uma investigação sobre a condição de vida dos sócios de EES em âmbito nacional, de tal modo que o universo de pesquisa são todos os sócios de EES mapeados no País.

A magnitude e dispersão da população da pesquisa não permitiriam a realização de um censo com os sócios; então, foi proposto um plano amostral que permitisse inferências estatísticas, generalizando resultados da amostra para a população. A primeira condição para que a amostragem permita a generalização dos resultados para a população é a aleatoriedade da amostra, ou seja, todos os sócios da população devem ter uma probabilidade conhecida de ser selecionado para fazer parte da amostra. O plano deveria contemplar a condição de aleatoriedade da amostra, além de fazer-se presente em todas as Unidades da Federação.

No plano amostral inicial, proposto em 2012, no contexto do Projeto SIES, havia um universo de pesquisa composto por 1.261.782 sócios de 21.119 EES indicados no I mapeamento nacional. A utilização do I mapeamento, naquele momento, devia-se ao atraso no encerramento do II mapeamento.

O projeto amostral inicial foi discutido em reunião junto à SENAES e desta apresentação ficou definido o plano amostral que é descrito a seguir como “plano amostral inicial”. Contudo, como houve atraso na finalização do II mapeamento nacional, a coleta de

dados do estudo com sócios foi adiada. Os dados do segundo mapeamento revelaram fragilidade em alguns estados, fazendo necessária uma revisão e adequação às condições de coleta através de um novo plano amostral que cobriu parcialmente o território nacional. Dessa forma, o plano amostral inicial que já havia sido aprovado foi revisto e, com as devidas alterações, gerou uma nova versão, baseada no II mapeamento.

3.1.1 Plano de amostragem inicial com base nos dados do I Mapeamento

A primeira definição do plano amostral foi a respeito da qualidade que as estimativas populacionais com base na amostra deveriam ter. A principal medida de qualidade de estimativa é a margem de erro associada a um nível de confiança estatístico. O tamanho de amostra foi definido - com base em cálculo de tamanho mínimo amostral para 95% de confiança e margem de erro de 1,8% - em 3.000 sócios⁸.

Toda pesquisa de campo por amostragem está sujeita a erros amostrais que, neste caso, atendidas as condições de aleatoriedade, é de 1,8%; e de erros não amostrais, ocasionados pelos mais diversos motivos. O erro amostral é controlado e pode ser pré-definido (desde que a amostragem seja aleatória). Já o erro não amostral não possui nenhuma fórmula de cálculo. O máximo que se pode fazer é construir um plano de pesquisa que procure ao máximo evitá-lo, treinando bem os entrevistadores, atendendo às condições de seleção da amostra e cuidando para que o instrumento de coleta seja compreendido pelos entrevistados.

A realização de uma pesquisa com amostragem totalmente aleatória nem sempre é possível, pois há casos em que a própria população do estudo é indefinida em termos de tamanho e de listagem para realização de sorteios. Esta foi a razão para limitar a amostragem aos EES mapeados em 2005-2007, pois sobre sua população já havia informações gerais importantes. Portanto, apesar de haverem sido criados novos EES a partir deste período, somente os que fizeram parte do 1º mapeamento e permaneceram no 2º, deveriam fazer

⁸ Nos casos de amostragem aleatória simples, uma amostra de tamanho $n=3.000$ permite fazer estimativas de proporções (percentuais a respeito das características/respostas dos sócios) com 95% de confiança e erro máximo de 1,8% para mais ou para menos. Por exemplo, se na amostra total for observado que 56% são mulheres, podemos estimar com probabilidade de acerto de 95% que na população de sócios/os dos empreendimentos há um percentual de mulheres que pode estar entre 54,2% e 57,8%.

parte deste plano. Isso implicava que o plano apresentado aqui sofreria alterações após a conclusão do 2º mapeamento nacional da economia solidária. Trata-se de ajustes em relação à proporção de EES que se mantém no 2º mapeamento, permanecendo todos os critérios de distribuição da amostra que são aqui explicitados.

Também ficou definido que para fazer parte do universo, o EES deveria atender aos seguintes critérios: o EES tem que ser formado por pessoas físicas, não pode ter deixado em branco a questão sobre número de sócios do empreendimento no 1º mapeamento e tem que ter declarado alguma atividade econômica coletiva relacionada à economia solidária. Para o atendimento dos critérios, dentre os 21.855 EES do 1º mapeamento nacional, restaram 21.119 para o universo desta pesquisa.

A primeira avaliação para definição do plano amostral decorreu da distribuição por Estado da população de estudo, conforme a Tabela 2. Uma questão que precisou ser definida junto à SENAES foi se a distribuição da amostra nos estados seria proporcional ao número de empreendimentos ou ao número total de sócios, pois onde existem EES com elevado número de sócios, como o RS, o número de questionários a aplicar aumenta, quando se considera o total de sócios, e não o total de empreendimentos. Quando a UF tem uma predominância de EES pequenos em relação à média, como o RJ, o número de questionários seria maior ao tomarmos o número de EES como critério de distribuição. Foi definido que o critério de distribuição seria pelo número total de sócios, justificado pelo fato da pesquisa ser a respeito de sócios da economia solidária e não a respeito dos empreendimentos em si.

Os 3.000 sócios que compõem a amostra foram distribuídos proporcionalmente ao número de sócios na população de cada Unidade da Federação, resultando nas quantidades que aparecem na última coluna da tabela 2.

Outro critério de estratificação da amostra proposto no plano foi o porte do EES (mensurado pelo número de sócios e de sócias). A operacionalização desse critério implica divisão dos EES em faixas. Quanto maior o número de faixas, ou subgrupos, maior o número total de EES, o que se reflete na complexidade operacional e nos custos. Apresentou-se uma alternativa com 5 faixas de porte no qual o número de EES visitados para a amostragem resultou em 913 empreendimentos.

Tabela 2. Distribuição da amostra inicial por UF

Unidade da Federação	Número de EES	Número de sócios nos EES	% de sócios por UF	Amostra de N=3000, proporcional ao percentual de sócios em cada UF
11 RO	286	24521	1,94%	58
12 AC	526	25730	2,04%	61
13 AM	457	34119	2,70%	81
14 RR	113	5419	0,43%	13
15 PA	558	55367	4,39%	132
16 AP	149	8263	0,65%	20
17 TO	489	28299	2,24%	67
21 MA	765	65608	5,20%	156
22 PI	1390	42786	3,39%	102
23 CE	1840	106643	8,45%	254
24 RN	799	66320	5,26%	158
25 PB	661	53989	4,28%	128
26 PE	1511	82841	6,57%	197
27 AL	273	18590	1,47%	44
28 SE	438	18688	1,48%	44
29 BA	1583	97610	7,74%	232
31 MG	1215	39131	3,10%	93
32 ES	509	37337	2,96%	89
33 RJ	1326	63010	4,99%	150
35 SP	786	25919	2,05%	62
41 PR	766	31340	2,48%	75
42 SC	638	60218	4,77%	143
43 RS	1958	153348	12,15%	364
50 MS	338	6307	0,50%	15
51 MT	692	39551	3,13%	94
52 GO	676	32863	2,60%	78
53 DF	377	37965	3,01%	90
Total	21119	1261782	100%	3000

Elaborado pela autora.

Os EES constituem o mecanismo de identificação e de acesso aos sócios, porém, o seu número é inversamente proporcional à quantidade de sócios que possuem. Tornou-se necessário um fator de correção das distorções que seriam acarretadas pela tiragem aleatória dos EES, proporcionalmente ao seu número por UF, aplicando-se o mesmo número de questionários em todos os EES. Foi preciso um critério adicional para definir o número de

questionários aplicados em cada EES, proporcional ao número de sócios. Foi elaborado um procedimento de acordo com o porte. Este procedimento evitaria o deslocamento de entrevistadores para 3000 EES diferentes e permitiria que os 3000 questionários fossem aplicados em 913 EES, reduzindo substancialmente os custos operacionais, sem perda de representatividade. Foi considerado um fator multiplicativo para cada porte (foi denominado “fator W”), que leva em conta simultaneamente dois fatores: “o número médio de sócios por porte de EES” e “o percentual que o respectivo porte representa dentre os EES”. Cada um destes fatores gerava uma tendência oposta para a quantidade de questionários a aplicar no mesmo EES.

Critérios adicionais foram sugeridos, como a atividade econômica, a zona de atuação ou o número de homens e mulheres. No entanto, isto tornaria a operação demasiadamente custosa em termos monetários. O fato da amostragem ser aleatória, já faz com que estes critérios sejam respeitados pelo sistema de tiragem aleatória, cuja finalidade é justamente refletir as características do universo de referência. Sua introdução prévia acarretaria uma fragmentação desnecessária do universo e, por ser de difícil aplicação prática na amostragem, poderia levar a distorções. A decisão final foi pela não utilização deles.

3.1.2 Plano de amostragem final, com base nos dados do II Mapeamento

Comparando-se os dados do primeiro e do segundo Mapeamentos, não foi observada relação de linearidade, apontando crescimento, redução ou estabilização do número de EES por estado. As diferenças entre os números de EES pesquisados nos dois mapeamentos em cada UF, além das oscilações inversas entre UF limítrofes e semelhantes do ponto de vista socioeconômico, deixaram a convicção de que a quantidade final alcançada em cada UF decorreu essencialmente do grau de êxito na identificação dos EES e na amplitude da coleta de dados do segundo Mapeamento, e não do número real de EES existentes no período. Portanto, quanto maior o total de EES do segundo mapeamento, em termos absolutos e em termos comparativos com o primeiro mapeamento e com os dados de UF limítrofes e semelhantes em suas características físicas, econômicas e sociais (proporcionalmente à sua extensão e população), em tese, melhor refletida ficou a realidade da Economia Solidária naquele local. A falta de linearidade, mais o fato do segundo mapeamento ter tido uma

coleta de dados distribuída em quatro anos, justificaram uma revisão no Universo da pesquisa com os sócios, o que, conseqüentemente, alterou o planejamento amostral inicial.

A principal alteração no Universo da pesquisa refere-se à retirada de algumas UF, motivada, ou pela inadequada captação de EES no segundo mapeamento, ou também, pela falta de entrevistadores disponíveis na UF. A tabela 3 mostra sua distribuição original nas UF.

Tabela 3. Distribuição dos EES do segundo mapeamento, com ano de início até 2009, com 3 a 499 sócios que responderam atividade principal, por UF

Unidade da Federação	Base completa	Base filtrada para amostragem	Número total de sócios
AC	341	317	13856
AL	323	303	12831
AM	380	249	12688
AP	328	273	15421
BA	1453	1393	67306
CE	1450	1375	80314
DF	247	172	7906
ES	576	532	26123
GO	843	797	33322
MA	838	802	49855
MG	1189	1033	29169
MS	295	239	7400
MT	638	604	29402
PA	1359	1207	67065
PB	416	394	13344
PE	1505	1434	74861
PI	804	729	26502
PR	837	736	31184
RJ	307	205	4415
RN	1158	1067	54306
RO	238	221	12403
RR	80	67	3023
RS	1701	1549	53449
SC	766	704	33691
SE	102	99	5957
SP	1168	1125	31731
TO	404	363	19881
Total	19746	17989	817405

Elaboração da autora.

Além da retirada de algumas UF, foram redefinidos os critérios nos EES para constituição do universo da pesquisa: ter sido captado no segundo mapeamento e ter ano de início anterior a 2010 (redução de 19.746 EES, para 18.801); ser formado por pessoa física e com pelo menos três sócios (redução de 18.801 EES, para 18.366); ter alguma atividade econômica coletiva declarada (retirou apenas dois EES dos 18.366); ter no máximo 499 sócios em razão das prováveis dificuldades operacionais e financeiras para sortear e visitar os sócios sorteados (redução de 18.364 EES, para 17.989). Com a aplicação desses critérios, a base populacional para amostragem passou a compreender 17.989 EES, com um total de 817.405 sócias/os.

A inexistência de candidatos à função de entrevistador - ou de candidatos previamente qualificados, conforme os termos do Edital de contratação de entrevistadores tornou inviável a pesquisa nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A insuficiência de entrevistadores ou sua má dispersão geográfica, considerando-se o número de EES da UF e sua extensão territorial, tornaram problemática a aplicação do QSES nos estados do Mato Grosso, Maranhão, Paraíba, Paraná e Pernambuco. Considerando-se ainda, o número de EES da UF e, correlativamente de aplicações do questionário de sócios de empreendimentos solidários (QSES), a contratação de entrevistadores tornou-se onerosa no Estado de *Roraima*. O baixo desempenho no segundo mapeamento gerou restrições para a pesquisa com sócios nos estados do Sergipe, Rio de Janeiro e Piauí.

Dos estados citados, ainda foi possível a permanência do Mato Grosso, Paraná e Piauí, em função de ajustes na contratação e região de atuação dos entrevistadores. A tabela 4 apresenta a quantidade de EES na população útil de cada UF e quais as UF que permanecem na amostra, de acordo com os critérios de análise utilizados. Com a redução de 12 UF do plano amostral a população útil de EES fica em 13.157 EES.

Com a população útil proposta para amostragem, que foi composta por 13.157 EES de 15 UF, a população útil contem um total de 578.059 sócios. Sua distribuição nas 15 UF selecionadas consta na tabela 4, onde as UF que se destacam por representar com mais força a população útil de sócios são Bahia, Ceará, Pará, Rondônia e Rio Grande do Sul. A proporção de sócios a entrevistar em cada UF foi mantida a mesma da população útil de 578.059 sócios.

Tabela 4. Número de EES no segundo mapeamento, por UF

Unidade da Federação	Base completa	População útil para amostragem	UF que permanecem na amostra
AC	341	317	-
AL	323	303	303
AM	380	249	-
AP	328	273	-
BA	1453	1393	1393
CE	1450	1375	1375
DF	247	172	172
ES	576	532	-
GO	843	797	797
MA	838	802	-
MG	1189	1033	1033
MS	295	239	-
MT	638	604	604
PA	1359	1207	1207
PB	416	394	-
PE	1505	1434	-
PI	804	729	729
PR	837	736	736
RJ	307	205	-
RN	1158	1067	1067
RO	238	221	-
RR	80	67	-
RS	1701	1549	1549
SC	766	704	704
SE	102	99	-
SP	1168	1125	1125
TO	404	363	363
Total	19746	17989	13157

Elaboração da autora.

Revisando: neste plano, a amostra deve representar estatisticamente a população de 578.059 sócios dos 13.157 EES que atendem os critérios supracitados, gerando estimativas de proporção desta população com 95% de confiança e erro máximo de 1,8 pontos percentuais para mais ou para menos.

Nesta etapa, a amostra total prevista com 3.000 sócios ainda foi estratificada de acordo com o porte, dividido em cinco faixas. Essa divisão apresenta os números absolutos (frequências) e percentuais de EES em cada faixa, conforme a tabela 5.

Tabela 5. População útil final para a pesquisa de sócios e distribuição no plano amostral, por UF

Unidade da Federação	Número de EES	Soma de sócios nos EES	% de sócios por UF na população úti	Amostra de N=3000, proporcional ao número total de sócios em cada UF
AL	303	12831	2,2%	67
BA	1393	67306	11,6%	349
CE	1375	80314	13,9%	417
DF	172	7906	1,4%	41
GO	797	33322	5,8%	173
MG	1033	29169	5,0%	151
MT	604	29402	5,1%	153
PA	1207	67065	11,6%	348
PI	729	26502	4,6%	137
PR	736	31184	5,4%	162
RN	1067	54306	9,4%	282
RS	1549	53449	9,2%	277
SC	704	33691	5,8%	175
SP	1125	31731	5,5%	165
TO	363	19881	3,4%	103
Total	13157	578059	100,0%	3000

Elaboração da autora.

Além disso, a tabela 6 mostra o respectivo percentual de sócios em cada porte. Chama-se atenção para as duas primeiras faixas de porte: apesar de apresentarem juntas 38,3% dos EES, estes empreendimentos representam apenas 8,6% dos sócios. Isto significa que se a amostra mantivesse a proporção do número de sócios por porte, haveria uma parte muito pequena das entrevistas ocorrendo para sócios de EES com até 19 sócios. Para que isto não ocorresse foi desenvolvido um critério de ajuste das proporções denominado “fator W”.

Tabela 6. Número e percentual de sócias/os segundo o porte dos EES na população útil

Porte dos EES	Número de EES	Percentual de EES	Total de Sócios/as	Percentual de Sócios/as	Média de Sócios/as
3 A 9 SÓCIOS	2443	18,6%	13547	2,3%	5,5
10 A 19 SÓCIOS	2595	19,7%	36479	6,3%	14,1
20 A 49 SÓCIOS	4814	36,6%	146115	25,3%	30,4
50 A 99 SÓCIOS	1965	14,9%	130234	22,5%	66,3
100 A 499 SÓCIOS	1340	10,2%	251684	43,5%	187,8
Total	13157	100,0%	578059	100,0%	43,9

Elaboração da autora.

O objetivo do fator W é gerar o número de entrevistas que deve ocorrer dentro de um mesmo EES conforme seu porte. Este fator é influenciado pelo número médio de sócios e pelo respectivo percentual de EES em cada porte, variando de acordo com o porte do empreendimento (Tabela 7): se um é EES de menor porte (3 a 9 sócios), deve ter w=2 sócios entrevistados, se o EES tiver de 10 a 19 sócios, deve ter w=3 sócios entrevistados; e assim por diante.

A partir do fator W foi possível definir a quantidade de EES de acordo tanto com a UF em que se encontra, quanto com a faixa de porte (Tabela 8). A distribuição de EES de acordo com a UF e o porte desta tabela mostra que o número total de EES na amostra ficou em 510, nos quais devem ocorrer as 3.000 entrevistas.

Tabela 7. Número de questionários segundo o porte dos EES

Porte	N de EES	N total de sócios	A=Média de sócios	B=Percentual de EES	W = 2 x raiz(A x B/100)	W arredondado
3 A 9 SÓCIOS	2443	13547	5,5	18,6%	2,0	2
10 A 19 SÓCIOS	2595	36479	14,1	19,7%	3,3	3
20 A 49 SÓCIOS	4814	146115	30,4	36,6%	6,7	6
50 A 99 SÓCIOS	1965	130234	66,3	14,9%	6,3	6
100 A 499 SÓCIOS	1340	251684	187,8	10,2%	8,7	8
Total	13157	578059	43,9	100,0%	-	-

Elaboração da autora.

Tabela 8. Estratificação da amostra por UF segundo o número de sócias/os dos EES

Tamanho da amostra de sócios em cada estrato (UF x porte), segundo proporção de número total de sócios, em cada faixa							Respectivo número de EES que deverá ser abordado, para manter o fator W								
UF	porte						total	UF	porte						total
	3 A 9 SÓCIOS	10 A 19 SÓCIOS	20 A 49 SÓCIOS	50 A 99 SÓCIOS	100 A 499 SÓCIOS				3 A 9 SÓCIOS	10 A 19 SÓCIOS	20 A 49 SÓCIOS	50 A 99 SÓCIOS	100 A 499 SÓCIOS		
AL	2	5	16	13	31	67	AL	1	2	3	3	4	13		
BA	5	13	106	102	124	350	BA	3	5	18	17	14	57		
CE	3	12	89	124	189	417	CE	2	4	15	21	21	63		
DF	1	2	10	6	22	41	DF	1	1	2	1	3	8		
GO	1	16	60	37	58	172	GO	1	6	10	7	7	31		
MG	9	18	43	38	43	151	MG	5	6	8	7	5	31		
MT	3	6	37	40	67	153	MT	2	2	7	7	8	26		
PA	4	14	75	71	184	348	PA	2	5	13	12	21	53		
PI	4	13	44	31	46	138	PI	2	5	8	6	5	26		
PR	7	11	29	23	92	162	PR	4	4	5	4	11	28		
RN	2	16	72	73	119	282	RN	1	6	12	13	14	46		
RS	15	22	66	44	130	277	RS	8	8	11	8	12	47		
SC	5	11	33	21	104	174	SC	3	4	6	4	12	29		
SP	8	25	55	31	46	165	SP	4	9	10	6	6	35		
TO	1	5	24	22	51	103	TO	1	2	4	4	6	17		
Total	70	189	759	676	1306	3000	Total	40	69	132	120	149	510		

Elaboração da autora.

Através da tabela 9, é possível verificar que o fator W gerou um aumento da proporção de EES de pequeno porte (3 a 9 sócios) na amostra de 2,3% para 7,8%, apesar da proporção de EES ser 18,6%. Aqui deve ser novamente esclarecido que o objetivo foi manter a proporção de sócios da população útil (que seria de 2,3% para o menor porte). No entanto, isso gera um número absoluto de sócios muito reduzido para a respectiva caracterização do efeito do EES na vida desses sócios específicos, desse modo, o fator w aumenta propositalmente esta proporção, para melhorar as posteriores análises deste segmento. O mesmo ocorre com o estrato de 10 a 19 sócios: a proporção de sócios na

população útil é 6,3% e de EES é de 19,7%. Nesta faixa, a proporção de sócios é mantida em 6,3%, mas a de EES baixa para 13,5%.

Tabela 9. Comparação entre amostra final e Universo de Referência, por porte.

Porte dos EES	Universo de Referência				Amostra (Fator W)			
	EES		Sócias/os		EES		Sócias/os	
	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%	Efetivos	%
3 A 9 SÓCIOS	2443	18,6%	13547	2,3%	40	7,8%	70	2,3%
10 A 19 SÓCIOS	2595	19,7%	36479	6,3%	69	13,5%	189	6,3%
20 A 49 SÓCIOS	4814	36,6%	146115	25,3%	132	25,9%	759	25,3%
50 A 99 SÓCIOS	1965	14,9%	130234	22,5%	120	23,5%	676	22,5%
100 A 499 SÓCIOS	1340	10,2%	251684	43,5%	149	29,2%	1306	43,5%
Total	13157	100%	578059	100%	510	100,0%	3000	100%

Elaboração da autora.

A garantia de aleatoriedade da amostra em relação aos sócios da população útil definida neste projeto foi buscada a partir do procedimento de seleção de 510 EES e dos respectivos sócios destes empreendimentos: foi realizado sorteio dos 510 EES distribuídos conforme a quantidade indicada na tabela 8, dentro de cada estrato de UF e porte. Antes do sorteio, foi realizado outro filtro nos EES, de forma que ficaram de fora do sorteio aqueles que não tinham nenhuma alternativa de contato anterior à visita, ou seja, nem um número de telefone e nem um endereço de e-mail. Este filtro deixou de fora do sorteio 1.316 EES, conforme mostra a tabela 10.

Cada um dos 510 EES sorteados foram contatados pelos entrevistadores, com três objetivos: i) verificar se o EES ainda está em funcionamento; ii) expor a pesquisa, convidando o EES a colaborar; iii) agendar uma visita aos sócios sorteados.

O número de sócios sorteado em cada EES dependeu também da faixa de porte, conforme a tabela 8, a qual utilizou o fator W, resultando nos 3.000 sócios previstos neste plano amostral. Consequentemente, a equipe do Projeto SIES foi mobilizada para proceder ao planejamento da execução do plano amostral, levando a um conjunto de procedimentos que incluiu contratação e treinamento de entrevistadores.

Tabela 10. EES da população útil conforme acessibilidade

UF	Pop. Útil	EES sem acessibilidade	% de EES sem acessibilidade	EES com acessibilidade
AL	303	16	5,3%	287
BA	1393	409	29,4%	984
CE	1375	59	4,3%	1316
DF	172	5	2,9%	167
GO	797	25	3,1%	772
MG	1033	68	6,6%	965
MT	604	37	6,1%	567
PA	1207	284	23,5%	923
PI	729	69	9,5%	660
PR	736	30	4,1%	706
RN	1067	211	19,8%	856
RS	1549	37	2,4%	1512
SC	704	7	1,0%	697
SP	1125	40	3,6%	1085
TO	363	19	5,2%	344
Total	13157	1316	10,0%	11841

Elaboração da autora.

Em paralelo a definição do plano amostral, a equipe estava produzindo o questionário que seria utilizado na pesquisa com os sócios, além de um guia de aplicação dos questionários destinado aos 60 entrevistadores. Tanto o plano amostral, como o questionário e o guia passaram por aprovação da SENAES.

3.2 O instrumento de coleta de dados sobre os sócios dos EES: o QSES

A construção do questionário de sócios de empreendimentos solidários (QSES) para a pesquisa amostral (apêndice A) foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa ECOSOL/UNISINOS, sendo discutido e aprovado pela equipe técnica em reuniões de trabalho na UNISINOS e na SENAES.

A elaboração foi realizada em conjunto, entre o coordenador do projeto de pesquisa citado anteriormente, Luiz Inácio Gaiger, a autora desta tese, Patrícia Sorgatto Kuyven, e o assistente administrativo do projeto de pesquisa, Cláudio Ogando. Sua elaboração foi pensada para refletir os objetivos do projeto da SENAES em convênio com o grupo de pesquisa ECOSOL, o Projeto SIES. No entanto, partes do questionário atendem simultaneamente aos propósitos da SENAES e também da tese discutida neste trabalho. Com o objetivo de garantir o atendimento dos interesses da SENAES na elaboração do questionário, houve reuniões locais (na própria SENAES) com a presença de membros das duas equipes, UNISINOS e SENAES, nas quais se discutiu o conteúdo das questões.

O questionário, cuja capa é ilustrada pela figura 3, é composto por seis partes, totalizando 115 questões. A primeira parte corresponde à identificação do entrevistado, local e tempo de entrevista, além de dados para contato, caso fosse necessário. Nesta parte encontra-se o texto do TCLE (Termo de consentimento livre e esclarecido), o qual é lido ao sócio a ser entrevistado, devendo ser assinado por ele, para que suas respostas possam ser utilizadas na pesquisa. O TCLE, junto com o questionário, foi submetido ao comitê de ética da UNISINOS.

Depois desta primeira parte de identificação do entrevistado, o instrumento é composto pelas questões propriamente ditas, divididas nas seguintes seções:

- i) Caracterização do entrevistado, composta por dois blocos: características pessoais e características da unidade domiciliar. Esta seção conta com 35 perguntas ao entrevistado;
- ii) Atividades econômicas e rendimentos externos ao EES amostral. Esta seção avalia toda a renda do entrevistado que não é proveniente do EES ao qual a escolha do sócio entrevistado está vinculada. Esta seção conta com 15 perguntas;
- iii) Participação econômica do entrevistado no EES amostral, ou seja, no EES que está vinculado ao projeto e foi sorteado na amostragem. Esta seção é composta por 42 perguntas divididas em 6 blocos: atividade de troca de produtos ou serviços no EES, atividade de comercialização de produtos ou serviços no EES, atividade de trabalho remunerado no EES, atividade de poupança, crédito ou financiamento no EES, atividade de consumo ou uso de

infraestrutura, bens ou serviços coletivos e, por fim, apreciações subjetivas sobre a importância do EES;

- iv) Participação social e política do sócio do EES, composta por 5 perguntas;
- v) Percepções subjetivas sobre a Economia Solidária, composta por 18 questões em escala de *Likert*, onde o entrevistado indica seu grau de concordância com afirmações a respeito da economia solidária na vida das pessoas.

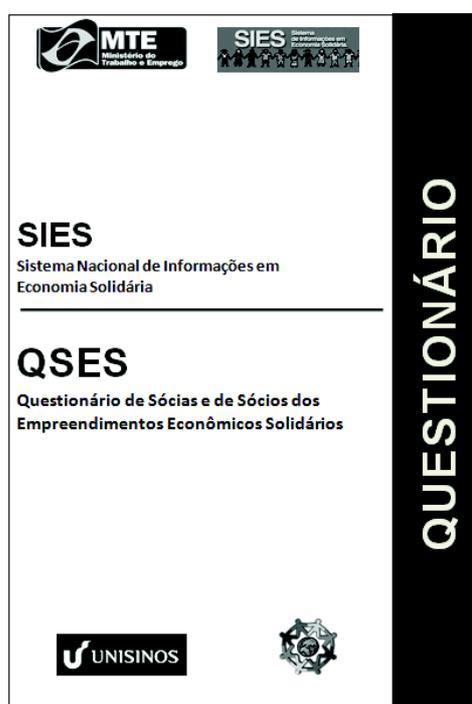


Figura 3. Capa do questionário aplicado aos sócios dos EES na pesquisa do Projeto SIES

A primeira seção do questionário (QSES), com questões de caracterização do sócio e de sua unidade domiciliar, foi elaborada contando com variáveis tipicamente usadas em pesquisas sociais do tipo quantitativas, seus formatos foram inspirados tanto em questões do questionário aplicado no mapeamento da SENAES⁹ a respeito de seus sócios, como no questionário utilizado pelo IBGE na PNAD.

O conjunto de perguntas de caracterização permite que sejam traçados e avaliados diferentes aspectos do trabalho no EES, em distintas condições socioeconômicas. Foram

⁹ Este questionário encontra-se disponível no site: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acessado em 20 fev. de 2016.

incluídas questões que indicam: idade, sexo, religião, raça, pertencimento a algum povo ou comunidade tradicional, categoria social (assentado da reforma agrária, catador de material reciclável, artesão, etc.), se sabe ler ou escrever, toda a escolarização, estado civil, número de filhos, área do município em que se localiza a residência, com quais pessoas mora (mãe, esposo, filho, etc.), pessoas responsáveis pelo sustento do domicílio, ocupação principal da outra pessoa que é responsável pelo domicílio, número de pessoas que residem junto com o entrevistado e têm rendimento e, por fim, número de pessoas que residem junto com o entrevistado e dependem dos rendimentos que ele ganha. São questões muito relevantes para um posterior estudo sobre os impactos da ES na geração de renda de diferentes grupos de sócios. Estas são as variáveis preliminares para a divisão da base de dados nos grupos determinados para análise.

A seção dois, cujas questões discorrem sobre as atividades econômicas e rendimentos externos ao EES amostral, verifica a ocupação principal que o sócio teve durante sua vida de trabalho, se ele já havia ficado sem trabalho e se sim, se por pouco ou muito tempo, se estava trabalhando fora do EES amostral no período da entrevista ou no decorrer do último ano antes da entrevista, se recebe rendimentos (e o valor) de trabalho, aposentadoria, programas sociais ou outras fontes.

Questões sobre as atividades econômicas e rendimentos externos ao EES amostral permitem que seja verificado o peso que o EES amostral tem sobre a renda total do associado, visto que há tanto casos de sócios para os quais o EES é a única fonte de rendimentos, como há casos de EES de apoio; portanto, nesse caso, o rendimento direto do entrevistado é externo ao EES. Uma variável que também pode interessar em diferentes estudos é se ocorre o recebimento do benefício do Bolsa Família ou outros. Essa questão faz parte dessa seção do questionário e inclui o valor recebido pelo entrevistado.

A participação econômica do entrevistado no EES amostral, ou seja, no EES que está vinculado ao projeto e foi sorteado na amostragem, tem suas questões contempladas na seção três do questionário, iniciando pela verificação do ano em que o entrevistado passou a fazer parte do EES. Essa informação é valiosa para a compreensão da evolução temporal da entrada dos diferentes segmentos de sócios na ES, além de possibilitar identificar se o tempo dentro da ES tem influência sobre sua atuação e geração de renda.

Nesta seção são verificadas todas as atividades coletivas realizadas no EES e, em seguida é questionado qual entre cinco opções é a atividade econômica principal do sócio no

EES. Essa é uma questão em que a resposta define um dentre cinco blocos que ele irá responder a partir de então. Cada um dos blocos tem perguntas direcionadas à atividade que trata: troca de produtos ou serviços no EES; comercialização de produtos ou serviços no EES; trabalho remunerado no EES; poupança, crédito ou financiamento no EES; consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos.

Saindo dos blocos, a mesma seção ainda inclui, ao final, perguntas sobre a importância do EES para o sócio. O questionário do mapeamento nacional verificava a motivação geral para criação do EES; agora, na pesquisa com sócios, é questionada a motivação específica dele, sócio, para entrar no EES e depois para permanecer. Também se pergunta sobre as principais necessidades para o EES, na visão do sócio. Estas três questões têm extrema importância na identificação daquilo que leva as pessoas a optarem pelo trabalho coletivo e mais, depois a permanecer nele, indicando caminhos bem específicos no que tange à formulação de políticas públicas para o setor da ES. Também se avalia, na opinião do sócio, se o EES tem importância na sua renda ou não, e quando tem, se a renda do EES é complementar ou é a principal fonte. A equipe aproveitou esse espaço do questionário para fazer uma pergunta sobre os planos futuros do sócio em relação a sua participação na ES e as principais necessidades do EES. As respostas sobre planos futuros devem trazer um panorama de qual proporção de trabalhadores considera a ES uma opção temporária e qual tem planos de permanecer e até mesmo aumentar sua participação. Lembrando que a população de sócios da ES ultrapassa 1,4 milhões de pessoas, esse tipo de informação é uma referência em termos de prospecção do espaço potencial a ser ocupado pela ES.

A seção quatro, onde se verifica a participação social e política do sócio do EES, questiona a respeito da participação dos sócios em movimentos e organizações sociais, tais como fóruns e redes, movimento sindical, partidos políticos ou organizações comunitárias, de duas formas: às quais ele era associado antes de ingressar na ES e às quais ele está associado no período da entrevista. Desse modo, se avalia também se há alguma tendência de pessoas com maior ou menor grau de participação social inserir-se no setor da ES através do trabalho. Ainda é perguntado ao sócio sobre cargos de direção que ele tenha assumido no EES e em movimentos de ES, além de estar associado a algum sindicato específico. A associação a sindicatos aparece na revisão da literatura deste estudo como um aspecto associado a um maior rendimento advindo do trabalho, no mercado de trabalho em geral.

Finalmente, a seção 5 do questionário caracteriza-se por um conjunto de questões de percepção subjetiva a respeito da ES, por parte do associado. Essas questões são afirmações sobre temas como: igualdade de gênero dentro da ES, igualdade racial, discriminações em geral, sobre a ES trazer oportunidade de melhoria de renda ou melhoria de condições de trabalho, divisão e colaboração no trabalho coletivo, apoio externo para a ES e cuidado com a natureza.

A construção do questionário teve em conta aspectos metodológicos da sua aplicação, levando a uma escolha pela equipe de criação em que todas as explicações aos 60 entrevistadores a respeito das perguntas e seus itens de respostas foram incluídas junto à própria questão (esta opção de formato pode ser visualizada no questionário completo que está disponível no apêndice A). O objetivo foi evitar erros de respostas por falta de entendimento dos temas abordados nas perguntas. Todas as questões têm um comentário que lembra ao entrevistador como aquela questão deve ser posta ao sócio, se as respostas são de escolha única ou múltipla, se é preciso pular questões dependendo de alguma resposta específica, significado de expressões técnicas, etc.

Após várias revisões de conteúdo e texto, foi realizado pré-teste com sócios de EES do Rio Grande do Sul, capital e interior e, alguns sócios de EES de diferentes partes do Brasil, aproveitando evento do Fórum Nacional de ES, ocorrido no período em Brasília. A partir do pré-teste, o questionário sofreu pequenos ajustes, ficando pronto para a impressão de 3.100 cópias. Esta etapa foi fundamental para o sucesso da operação de coleta definitiva dos dados para a pesquisa com sócios. Através do pré-teste a equipe técnica também tomou conhecimento antecipado das principais dificuldades a serem suplantadas no período das entrevistas com os sócios.

3.3 Execução da amostragem e coleta de dados

O planejamento da operação de realização das entrevistas exigiu diversas reuniões de trabalho entre os membros da equipe técnica da pesquisa. Além do sorteio dos 510 EES da amostra, foi realizado um sorteio de EES suplentes, para casos em que o EES não existisse mais ou se recusasse a participar da pesquisa. Os EES suplentes corresponderam à mesma UF e porte do EES titular, no qual não foi possível realizar a pesquisa.

Foram selecionados por edital 60 entrevistadores, os quais participaram de capacitação para realização da pesquisa e correta aplicação das entrevistas. Esses entrevistadores foram divididos em dois grupos, capacitados e instruídos conforme um “guia do entrevistador” específico para a pesquisa amostral de sócios, também elaborado pela equipe técnica. Foi realizado um encontro de capacitação na cidade de Salvador e outro na cidade de Porto Alegre. Desse modo, procurou-se dividir os entrevistadores nestes dois locais, conforme proximidade com a procedência do entrevistador, permitindo um menor custo com deslocamentos.

Os EES sorteados foram agrupados preliminarmente em “Lotes”, conforme sua proximidade territorial. A composição dos Lotes foi definida em conjunto com os entrevistadores de cada UF durante os “Encontros de Capacitação”, nos quais se firmaram acordos a respeito, dividindo-se os EES por zona geográfica e outras conveniências de acesso. Previsivelmente, ocorreram ainda ajustes da distribuição dos EES nos Lotes durante o processo de contato e confirmação dos EES. Dificuldades de alguns entrevistadores em cobrir o seu Lote foram sanadas com a atribuição daqueles EES a entrevistadores vizinhos ou com deslocamentos mais longos. Essas tarefas tiveram suporte em um sistema *online* que contou com ferramentas de localização geográfica, como ilustrado na figura 4. Este sistema, uma plataforma virtual disponível no Portal SIES (<http://sies.ecosol.org.br>), foi desenvolvido especificamente para a operacionalização do Projeto SIES, tendo, entre outras funções, a de verificar a localização exata dos EES sorteados, o nome do entrevistador responsável, o *status* de aplicação, de digitação e de conferência da digitação dos questionários aplicados. Após a digitação, conferência e correção quando era o caso, de todos os questionários, houve o fechamento da base de dados com 2.895 entrevistas.

O sorteio dos sócios foi realizado pelo próprio entrevistador, no momento da primeira visita ao EES. Este sorteio foi feito através de uma tabela de números aleatórios (Apêndice B), construída pela autora, de forma adaptada às necessidades do projeto, e foi anexada ao guia do entrevistador. Desse modo, o entrevistador podia manter a aleatoriedade prevista para a amostragem.



Figura 4. Visualização dos EES sorteados e dos questionários a aplicar no sistema *online*

Fonte: Gaiger & Grupo ECOSOL (2014).

Após a visita do entrevistador ao EES, seguiram-se estes passos:

- i. Os sócios sorteados foram avisados e, mediante contato, foram definidos o momento e o local de aplicação do questionário (moradia ou sede do EES);
- ii. O entrevistador foi pessoalmente ao local combinado para realização da entrevista junto ao sócio. As aplicações das entrevistas ocorreram num tempo médio de aproximadamente 40 minutos por sócio.
- iii. Após a visita aos sócios, o entrevistador realiza a digitação dos respectivos questionários preenchidos, diretamente no sistema *online*;
- iv. O processo de digitação e transmissão dos dados contou com dispositivos de segurança, verificação e validação das informações. Uma checagem inicial das respostas era realizada pela equipe técnica logo após a digitação. Assim, em casos de necessidade, o entrevistador ainda poderia ir novamente ao EES para conversar com o sócio e esclarecer qualquer dúvida ainda pendente.
- v. Mais tarde, durante a finalização do Lote, ainda foi realizada uma checagem mais rigorosa e por isso mais demorada. Quando ocorria alguma incoerência, o entrevistador era contactado para verificar o problema e resolver. Em alguns

casos foi necessário contatar o EES para rever e corrigir questões mal preenchidas. Casos mais extremos foram excluídos.

Importante frisar aqui que a seleção dos entrevistadores foi extremamente rigorosa, onde se exigia do candidato, entre vários requisitos, algum conhecimento sobre economia solidária, além da ciência a respeito da importância e seriedade na condução da pesquisa. Essa condição tinha por objetivo uma maior compreensão e disposição dos entrevistadores em acessar corretamente o sócio a ser entrevistado e também ter um adequado conhecimento do teor das questões da entrevista.

Após finalização das entrevistas e do processo de verificação e validação dos dados, a amostra ficou com a distribuição apresentada na tabela 11. Esta amostra final contou com um total de 2.895 sócios, 105 a menos do que o planejado. Foram os casos de exclusão por incoerência ou situações especiais que impediram a entrevista de forma adequada. Esta redução não alterou a representatividade da amostra antes do segundo dígito após a vírgula, mantendo estimativas de proporção com 95% de confiança e erro máximo de 1,8%.

Tabela 11. Amostra final de 2.895 sócios após validação

UF	População útil de EES	População de EES com acessibilidade	Amostra de EES planejada	Amostra de sócios planejada	Amostra final de sócios após validação
AL	303	287	13	67	72
BA	1393	984	57	350	341
CE	1375	1316	63	417	370
GO/DF	969	939	39	213	225
MG	1033	965	31	151	150
MT	604	567	26	153	150
PA	1207	923	53	348	324
PI	729	660	26	138	143
PR	736	706	28	162	162
RN	1067	856	46	282	290
RS	1549	1512	47	277	225
SC	704	697	29	174	174
SP	1125	1085	35	165	165
TO	363	344	17	103	104
Total	13157	11841	510	3000	2895

Elaboração da autora.

Análises com fins de validação revelaram similaridades entre os resultados do mapeamento e a pesquisa amostral, confirmando a adequação do processo de amostragem em termos de representatividade populacional. Por exemplo, no tocante à proporção entre mulheres e homens, ou à proporção de EES de acordo com as atividades econômicas. Também houve uma paridade, por Região, entre o percentual de questionários aplicados e o percentual de EES existentes, de acordo com o segundo mapeamento. A única situação que não permite comparações é por UF, pelo fato de algumas terem ficado fora do processo pelos motivos já mencionados.

3.4 A amostra de sócios entrevistados

A amostra total de 2.895 sócios e sócias de EES foi obtida de forma aleatória. Por isso, ao ser comparada com dados do segundo mapeamento, transmite segurança para representar a população. Quando se observa as variáveis que se repetem nos dois estudos; apesar da forma distinta de abordagem, as proporções da amostra resultaram em valores bastante próximos. O mapeamento dos 19.708 empreendimentos indica que 43,6% do total de 1,4 milhões de sócios são mulheres; já a estimativa obtida a partir da amostra de sócios resulta em um percentual de sócias de 46% (Gráfico 3).

Quanto à idade, em média os sócios têm 46 anos com desvio padrão 13 anos. O sócio entrevistado mais novo tinha 14 anos e o mais velho 96 anos. Apenas 65% da amostra de sócios afirmam saber ler sem dificuldade, 8% não sabem ler e 27% lê, mas com dificuldade.

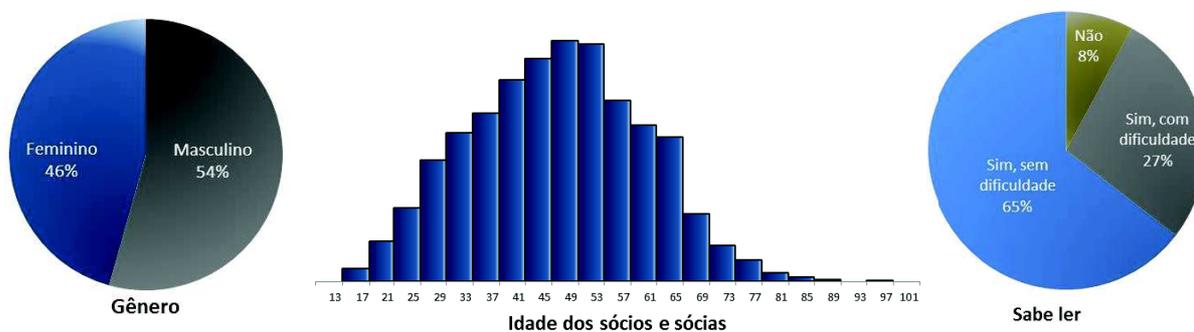


Gráfico 3. Gráficos de percentual da amostra por gênero, idade e condição de leitura

Elaboração da autora.

Até mesmo a localização se assemelha: no mapeamento, dentre o total de sócios que atuam em empreendimentos exclusivamente rurais ou exclusivamente urbanos, 62,1% são de empreendimentos rurais; já dentre o total de sócios da pesquisa amostral, 60% afirmam que sua moradia se localiza na zona rural (Gráfico 4).

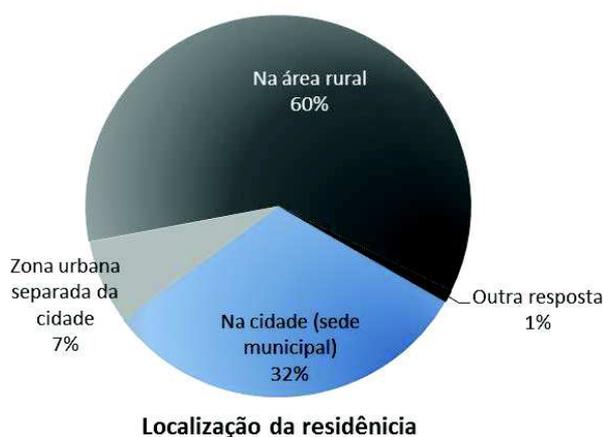


Gráfico 4. Percentual da amostra de sócios pela localização da residência

Elaboração da autora.

A amostra de sócios é composta por 46,2% de agricultores familiares (Gráfico 5), categoria típica da economia solidária no Brasil, pois o mapeamento apresenta 54,5% dos empreendimentos pertencentes a esta categoria. Quanto à cor da pele, na amostra de sócios, 38,3% são pardos e 36,8% são brancos; já o mapeamento tinha, dentre o total de empreendimentos, 33,6% que indicavam ter sua maioria de sócios de cor parda e 32,3% de cor branca.

Dentre os sócios entrevistados, quase a metade (48,9%) começou a participar do EES depois de 2004 (Gráfico 6). No entanto, somente 11,4% são participantes recentes, ou seja, iniciaram suas atividades depois de 2010. Esse resultado mostra que a maioria dos sócios já tem um tempo razoável de vínculo com o EES.

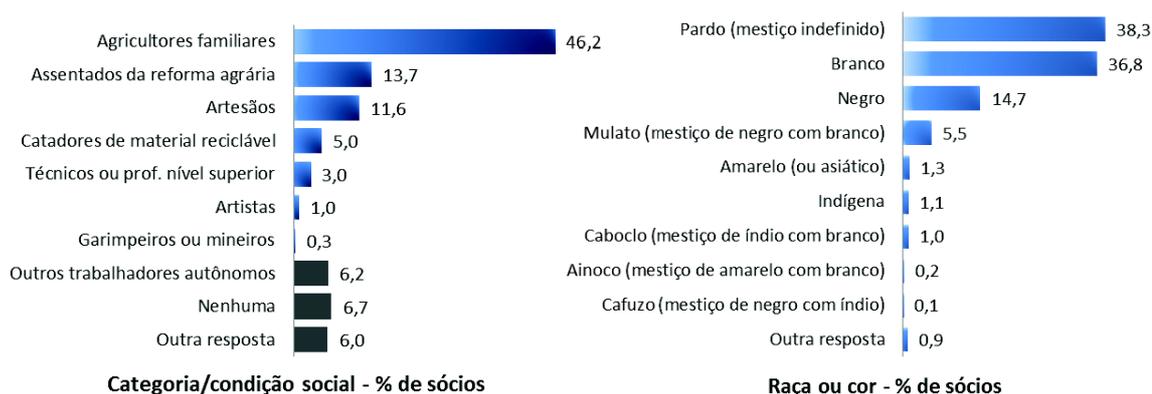


Gráfico 5. Percentual da amostra de sócios por categoria social e por raça

Elaboração da autora.

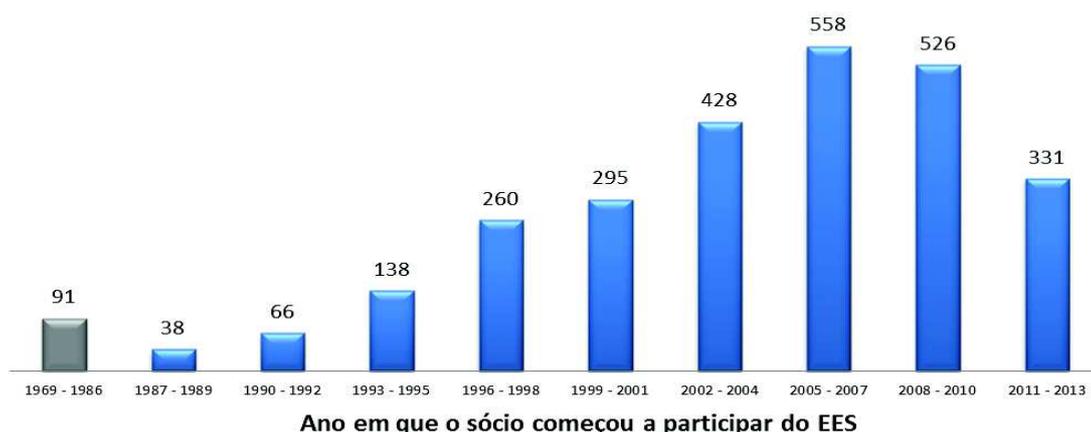


Gráfico 6. Número de sócios por triênio em que o sócio começou a participar do EES

Elaboração da autora.

A variável renda dos sócios é relevante para esta tese, dado os objetivos apresentados no capítulo 1, que vinculam a economia solidária com a geração de renda do trabalho. A análise da renda dos associados deve levar em conta a existência de alternativas de enfoques a ser dado às informações e, também, a confiabilidade da informação obtida com o associado, especialmente para o caso em que ele precisa declarar seus rendimentos a um entrevistador. A formação da renda dos sócios foi analisada com zelo, de modo a estabelecer a melhor maneira de, posteriormente, incluí-la num modelo empírico.

A renda dos sócios entrevistados pode ser proveniente de fontes externas ao EES (questão 48 do QSES disponível no apêndice A) ou do trabalho remunerado no EES (questão 70 do mesmo instrumento). Além disso, houve casos em que o associado de um EES de comercialização afirma não ter trabalho fora do EES amostral, no entanto, apresenta um valor que é frequentemente comercializado no EES, decorrente de sua produção individual. Nesses casos, o valor de comercialização foi parcialmente utilizado na formação da renda do sócio.

A variável 48a verifica se o entrevistado teve alguma remuneração em dinheiro decorrente de uma ocupação principal fora do EES amostral. Dentre os 2.895, 1.111 indicaram que sim, 39 declararam que não sabem e 85 preferiram não declarar (restaram 1.660 que afirmam não ter esse tipo de renda). Ainda foi levantada a remuneração de ocupações secundárias, aposentadorias, benefícios sociais, aluguéis, ajuda de parentes, etc., dessa forma, 2.044 sócios recebem algum valor externo ao EES.

Já a questão 70 verifica a remuneração dos sócios que exercem trabalho remunerado no EES quando esta é sua principal atividade econômica no empreendimento. No total, 406 sócios têm alguma remuneração desta proveniência e, para 218 deles, a renda mensal é exclusiva do EES.

Somando as rendas apresentadas na questão 48 e 70, obtêm-se, dentre os 2.895 sócios entrevistados, 633 com renda igual a zero, ou seja, que não declararam nenhum rendimento externo ao EES amostral e nenhum rendimento proveniente do trabalho remunerado no EES. Essa cifra deixa inquietude sobre as condições de vida dos sócios. Razão pela qual, procurou-se verificar as características desses sócios: percebeu-se que uma parte estava, possivelmente, evitando revelar seus rendimentos e outra, indicou a sua renda dentro dos valores comercializados no EES (questão 61), o que fez parecer que não tinha rendimentos, pois apareciam valores zero tanto na questão 48, como na 70.

Quanto ao grupo que aparentemente não quis revelar seus rendimentos, foi visto, em cruzamentos de variáveis, que ele expressa ter uma atividade remunerada ou alguma condição social que o torna recebedor de rendimentos. Por exemplo, 280 deles afirmam que nunca ficaram sem trabalho ou renda própria na questão 36; 311 sócios tiveram um volume de vendas de pelo menos R\$200,00 no mês anterior à entrevista; 172 sócios dizem que o EES complementa a sua renda principal. Ainda há afirmações em quantidade menor de ocorrências, tais como: 27 sócios que informam a origem do pagamento de sua remuneração

no EES, 37 que afirmam exercer trabalho remunerado no EES, 13 que indicam ter benefícios como férias, licença-maternidade ou auxílio-creche, entre outros.

No que concerne às ocorrências de comercialização da produção individual nos EES, em que alguns sócios declaram esta como única fonte de renda e ao mesmo tempo, indicam não ter nenhum valor nas questões 48 e 70, percebeu-se que seria necessário contabilizar os valores da questão 61 como renda mensal. Por não haver como saber quanto desse valor é renda (pois uma parte deve ser usada para pagar os custos da produção individual) foi estabelecido como regra geral, 50% do valor comercializado como renda do sócio. Portanto, a renda proveniente de comercialização, para parte dos sócios, é uma aproximação. O acréscimo dessa variável na renda total, em casos de renda zero nas variáveis 48 e 70, reduziu o número de casos com renda total zero na amostra. Vale ressaltar que foram realizadas análises “com e sem” esta variável na composição da renda e verificou-se uma relevante melhora na coerência dos dados quando acrescido os valores da questão 61.

Fazendo uma análise minuciosa nos 633 casos, 330 foram considerados como tendo alguma remuneração, apesar de não a terem declarado (sequer como valor comercializado) e o restante passou a ter valor acima de zero em função da questão 61. A declaração incorreta da renda em 330 casos fez com que estes sócios fossem descartados de todas as análises que envolvessem essa variável. Portanto, nesta tese, há 330 sócios que não fazem parte do modelo empírico discutido mais adiante.

A tabela 12 indica os valores de renda média mensal da amostra: são apresentadas as médias tanto em diferentes grupos como para diferentes fontes. Estes valores são analisados nos próximos capítulos, de acordo com o tipo de avaliação em pauta. Porém, chama-se atenção para a adequada interpretação das rendas dos sócios, diante de diferentes fontes desse rendimento e os diferentes grupos que são analisados no decorrer do estudo.

Quando for o caso de analisar a condição de vida dos associados de EES, serão observados os 2.565 sócios que declararam seus rendimentos e serão consideradas todas as fontes de rendimento (trabalho externo ao EES, trabalho remunerado no EES, aluguéis, aposentadorias, benefícios sociais, etc.). Então, o ponto de partida das análises, neste caso, é o valor médio de R\$ 1.252,06.

Nas análises sobre geração de renda de trabalho para os sócios de EES, também são considerados todos os 2.565 sócios que declaram a sua renda; porém, somente a renda

proveniente de trabalho, seja interna ou externa ao EES amostral, será considerada. Neste contexto, a renda média mensal fica em R\$ 939,75.

Tabela 12. Renda média mensal dos sócios de EES

	Somente sócios com trab. remunerado no EES e EES é sua principal fonte de renda n=281	Somente sócios com trab. remunerado no EES n=465	Somente sócios com renda externa n=2.311	Total de sócios que declaram a renda n=2.565
Renda externa ao EES (trabalho e outras fontes*)	R\$ 278,89	R\$ 526,67	R\$ 1.255,30	R\$ 1.131,00
Renda do trabalho remunerado no EES	R\$ 827,48	R\$ 667,79	R\$ 60,05	R\$ 121,06
Renda somente de trabalho	R\$ 907,43	R\$ 968,25	R\$ 868,72	R\$ 939,75
Renda de todas as fontes (trab. externo e no EES, e outras fontes*)	R\$ 1.050,81	R\$ 1.194,46	R\$ 1.315,35	R\$ 1.252,06

Obs.: 330 sócios da amostra de 2.985 sócios não fazem parte da análise de dados sobre renda por não terem declarado seus valores.

* Rendimentos de aposentadorias, aluguéis, benefícios sociais, etc.
Elaboração da autora.

Em alguns momentos, o objetivo é verificar a renda do trabalho remunerado no EES amostral (renda interna ao EES). Esse é um dos casos mais restritos, pois só foi respondida pelos sócios que indicaram o trabalho remunerado no EES como sendo a principal atividade econômica dele no empreendimento, totalizando 465 sócios que indicam sua renda. Desse modo, a renda média mensal de trabalho remunerado no EES amostral é de 667,79.

Também vai interessar a renda do trabalho daqueles sócios que além de terem indicado que sua principal atividade econômica é o trabalho remunerado no EES, ainda afirmam que o EES garante sua principal fonte de renda. Ou seja, são os casos em que o trabalhador vive do trabalho em um EES, pois a sua principal ocupação de trabalho está

dentro do empreendimento. São 281 sócios, os quais têm renda média mensal de trabalho no EES de R\$ 827,48.

Por fim, ainda há situações em que se pretende avaliar a renda externa ao EES, dado que muitas vezes o EES tem por finalidade apoiar a unidade produtiva do sócio, então sua renda não vem diretamente do EES e sim de fonte externa ao EES. São 2.311 sócios que têm rendimento externo ao EES, dentre os que declaram sua renda. Esses sócios têm renda média mensal de fontes externas ao EES de R\$ 1.255,30.

Os relatos apresentados até aqui correspondem a uma breve descrição de questões resultantes das 2.985 entrevistas realizadas. Essa descrição demográfica, por si só, já é relevante para a compreensão das condições dos sócios de EES, que até então estava limitada aos dados do II Mapeamento da ES, o qual tinha por objetivo principal descrever as condições dos empreendimentos, e não dos sócios. No entanto, o atendimento dos objetivos desta tese ainda requer uma abordagem de outras variáveis da pesquisa amostral e uma avaliação de dados relacionados à condição de vida de pessoas não associadas à economia solidária, de forma a permitir que seja verificado o efeito da economia solidária sobre a vida das pessoas envolvidas, podendo-se comparar com aquelas que não estão. Tais análises são apresentadas nos capítulos 4 e 5.

Após, no capítulo 6, são apresentadas análises estatísticas mais robustas em termos de técnicas utilizadas e de correlações avaliadas, para que os resultados referentes à geração de renda na ES possam ser conclusivos e generalizados para a população definida no estudo, através de um modelo empírico.

4 OS SÓCIOS DE EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO BRASIL

A população brasileira, em 2013, foi estimada em 200 milhões de pessoas, para os 26 Estados mais o Distrito Federal, em seus mais de 5.000 municípios, segundo o IBGE. O último mapeamento de EES no Brasil, realizado pela SENAES, indicou 1,4 milhões de pessoas sócias de empreendimentos dessa natureza; levando em conta que dos 200 milhões da população brasileira, 157 milhões estão em idade ativa e, destes, 102,5 milhões são economicamente ativos, fica deduzido aqui que, em 2013, 1,7% da população economicamente ativa do Brasil estava inserida na ES. Esse valor de 1,7% está possivelmente subestimado, pois o contexto de realização do mapeamento da SENAES indicou que os EES mapeados foram aqueles em que se conseguiu contato na época e, em alguns estados, não se alcançou a meta de revisitar todos os EES que já existiam no I mapeamento. Pode-se afirmar que a magnitude da ES no Brasil é superior aos dados do mapeamento.

A literatura especializada em economia solidária, existente até o ano 2000, já apontava para um significativo surgimento de empreendimentos na ES; contudo, não era possível ter esta informação de forma precisa, dado que no período ainda não existiam dados disponíveis a respeito do número de empreendimentos econômicos solidários no país (a não ser dados de cooperativas formais, o que não abrangia toda a economia solidária). Através dos dois mapeamentos da SENAES, o primeiro realizado entre 2005 e 2007, o segundo realizado entre 2009 e 2013, foi possível identificar as reais dimensões dessa alternativa econômica no país.

Os dados da base do II mapeamento da SENAES referem-se às características dos EES, permitindo identificar a quantidade de sócios nos EES. Já as características dos sócios foram obtidas a partir da pesquisa por amostragem citada no capítulo 3, para os quais se procedeu a uma entrevista em que as perguntas eram referentes à vida deles, ou ao trabalho deles no EES.

A pesquisa amostral de 2.895 sócios é a base de todo este capítulo, apresentado em três partes: características sociais, tais como idade, sexo, escolaridade; seguido pela descrição

das características relacionadas ao trabalho no EES; e, por fim, uma discussão sobre a aderência e tendências dos trabalhadores ao movimento da ES no decorrer do tempo. Vale lembrar que uma parcela de 330 sócios teve a variável renda desconsiderada dos cálculos; dessa forma, os dados sobre renda são referentes ao restante, $n=2.565$ sócios. Informações que não dependiam da renda foram mantidas para os 2.895 sócios entrevistados.

4.1 Características sociais

O quadro 2 mostra que a distribuição dos trabalhadores sócios da ES, por sexo, tem um percentual maior de homens (54,4%), mas ainda assim, próximo ao de mulheres. Quanto à idade, em média, os sócios têm 46 anos com desvio padrão¹⁰ 13 anos, o que demonstra a tendência da presença de pessoas mais experientes dentro da ES, pois 65,3% da amostra são pessoas com mais de 40 anos de idade. O sócio entrevistado mais novo tinha 14 anos e o mais velho, 96 anos. Mais da metade dos sócios que participaram das entrevistas são negros, mulatos ou pardos (57,4%), indicando que a ES tem espaço para um grupo de pessoas menos presentes no mercado de trabalho tradicional.

Apenas 10,7% dos entrevistados alcançaram uma escolaridade que vai além do ensino médio ou similar, revelando um indicador de escassa escolaridade entre membros da ES, dado que 63,5% têm no máximo o ensino fundamental. Para 60,9% dos entrevistados, a residência fica localizada em zona rural, revalidando a presença expressiva da agricultura na ES. Todas essas características são posteriormente comparadas com a população brasileira considerada ocupada pelo IBGE, trazendo uma perspectiva de como se distribui a economia solidária entre as diferentes camadas da população.

Dentre as características citadas aqui, a escolaridade é uma das que chama atenção: pode-se esperar, a partir do fato de ser tão concentrada num patamar reduzido, que determinados comportamentos e ocorrências sejam oriundos deste aspecto. A baixa

¹⁰ O desvio padrão é uma medida descritiva de variáveis quantitativas, frequentemente utilizado em análises estatísticas que buscam descrever o comportamento de uma variável deste tipo. O resultado do seu cálculo (o qual fica na mesma unidade de medida da variável) informa o grau de variabilidade das respostas de uma variável em torno da média. Por exemplo, se em uma amostra de $n=1.000$ pessoas, uma variável tem média 20 dias e desvio padrão 3 dias, sabemos que aproximadamente 70% das pessoas tem essa variável com um valor entre 17 (20-3) dias e 23 (20+3) dias.

escolaridade implica insuficiente qualificação técnica para o gerenciamento dos EES, podendo ser um empecilho ao empreendimento para que seja mais efetivo e capaz de gerar renda aos sócios. Trata-se de uma condição que, por si só, já deixa os EES em desvantagem frente às empresas tradicionais. Por outro lado, talvez seja isso que torne essa economia uma economia solidária. No período do mapeamento, segundo os entrevistadores, em vários EES, os sócios não tinham ideia de que faziam parte de um movimento. Quer dizer, eles agem de acordo com os princípios da ES simplesmente por essa ser a forma que encontram para lutar por sua dignidade e sobrevivência. Eles precisam trabalhar de forma coletiva para garantir melhores condições de permanência no mercado.

Quadro 2. Características sociais dos associados dos EES

Característica do sócio(a)	Categorias	Percentuais na amostra da pesquisa com (n=2.895) sócios da ES
Sexo	Feminino	45,6%
	Masculino	54,4%
Faixa de idade	De 14 a 20 anos	2,1%
	Mais de 20 a 30 anos	11,7%
	Mais de 30 a 40 anos	20,9%
	Mais de 40 a 50 anos	26,7%
	Mais de 50 a 60 anos	23,1%
	Mais de 60 a 70 anos	12,4%
	Mais de 70 anos	3,1%
Escolaridade	Não frequentou a escola	6,7%
	No máximo Ensino Elementar incomp.	22,7%
	Elementar ao fundamental completo	34,1%
	Ensino Médio incomp. ou completo	25,9%
	Graduação incomp. ou completa	7,9%
Tem pós-grad. completa ou incompleta	2,8%	
Raça	Negro, pardo ou mulato	57,4%
	Branco	38,5%
	Amarelos ou ainocos	1,6%
	Indígenas	1,2%
	Caboclos ou cafusos	1,2%
Zona de moradia	Urbana ou distrito	39,10%
	Rural	60,90%

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

O quadro 3 mostra características que vão um pouco mais a fundo na compreensão do perfil socioeconômico dos entrevistados. Em média, os sócios e sócias da pesquisa têm

2,8 filhos. Esse também é o número médio de pessoas que habitam na moradia do sócio(a), além dele. Chama a atenção o elevado percentual de sócios que têm 6 filhos ou mais: 11,0%. Apenas 14,5% não tem nenhum filho, um pouco mais de 2/3 são casados ou têm união estável e em 66% dos casos, o sócio é um dos responsáveis pela organização e o sustento da casa em que reside. Este perfil condiz com um grupo de pessoas que apresenta uma média de idade de 46 anos e a respectiva distribuição de faixas de idade, como foi exposto no Quadro 2.

Em 22,9% das entrevistas, o sócio afirma que ninguém mais na sua residência possui rendimentos. O conjunto de evidências do quadro 3 indica um nível importante de dependência que os familiares têm perante o sócio do EES, ou seja, quando se investiga os efeitos que o EES podem ter sobre seus sócios, o que se está em pauta, em verdade, é o efeito sobre toda a família dos sócios.

Quadro 3. Características relacionadas à vida de trabalho dos sócios dos EES

Característica do sócio(a)	Categorias	Percentuais na amostra da pesquisa com (n=2895) sócios da ES
Número de filhos	Nenhum	14,5%
	Tem 1 ou 2 filhos	39,3%
	Tem 3 ou 4 filhos	29,1%
	Tem de 5 a 18 filhos	17,1%
Estado Civil	Solteira/o	17,6%
	Casada/o (un. estável)	72,7%
	Divorciado ou separado	5,3%
	Viúva/o	4,2%
É um dos responsáveis pelo sustento da casa	Não	34,0%
	Sim	66,0%
Tem mais pessoas com rendimento na residência	Não	22,9%
	Sim	77,1%
Aposentado	Não	81,2%
	Sim	18,8%

(continua...)

Quadro 3. Características relacionadas à vida de trabalho dos sócios dos EES (continuação)

Característica do sócio(a)	Categorias	Percentuais na amostra da pesquisa com (n=2895) sócios da ES
Recebe Bolsa Família	Não	76,4%
	Sim	23,6%
Pertence a algum povo ou comunidade tradicional	Povos indígenas	1,3%
	Quilombolas	1,8%
	Comunidades de terreiro	0,2%
	Extrativistas	1,2%
	Ribeirinhos	2,7%
	Pescadores artesanais	5,4%
	Caboclos	0,7%
Pertence a alguma categoria social	Assentados da reforma agrária (ARA)	13,7%
	Agricultores familiares (não ARA)	46,2%
	Artesãos	11,6%
	Artistas	1,0%
	Catadores de material reciclável	5,0%
	Garimp.ou mineiros	0,3%
	Técnicos ou profissionais de nível superior	3,0%
	Outros trabalh. autônomos	6,2%
Tem rendimentos externos ao EES	Não	31,3%
	Sim	68,7%
Tem rendimentos de trabalho externos ao EES	Não	61,9%
	Sim	38,1%

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Quanto aos aspectos que envolvem o trabalho (Quadro 4), o que se observa é uma amostra composta por 46,2% de agricultores familiares, categoria típica da economia solidária no Brasil, pois o mapeamento apresenta 54,5% dos empreendimentos pertencentes a esta categoria. Dentre os sócios dos EES, 18,8% são aposentados. A maioria tem rendimentos que são externos ao EES; essa fatia corresponde a 68,7% da amostra, incluindo aposentadorias, aluguéis, etc. Se for considerado o rendimento externo ao EES somente de

trabalho, a fatia de sócios fica em 38,1%. O Programa Bolsa Família está presente como benefício social de 23,6% da amostra.

Quadro 4. Características relacionadas ao trabalho dos sócios no EES

Característica do sócio(a)	Categorias	Percentuais na amostra da pesquisa com (n=2.895) sócios da ES
Período em que o sócio iniciou as atividades no EES	De 1968 a 1995	11,5%
	De 1996 a 2000	16,0%
	De 2001 a 2005	25,2%
	De 2006 a 2010	30,5%
	De 2011 a 2013	11,6%
Atividades realizadas de forma coletiva no EES em que o sócio atua	Produção	39,8%
	Comercialização	54,6%
	Prestação de serviços	22,4%
	Troca de produtos / serv.	17,5%
	Poupança, crédito	7,5%
	Cons/uso de infraest.	22,7%
	Aquisição matéria-prima	67,5%
Obtenção de clientes	28,1%	
Principal atividade do sócio no EES	Troca de produtos / serv.	1,3%
	Comercializ. unid.prod.	46,3%
	Trabalho remunerado	17,1%
	Poupança, crédito	1,5%
	Consumo ou uso/infra-estrut.	16,5%

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Fica confirmada a presença de povos tradicionais na ES: 13,3% dos sócios. A maior parte são pescadores artesanais, mas também há a presença de quilombolas, comunidades de terreiro, indígenas, ribeirinhos, caboclos e extrativistas. Há uma parte da ES correspondente aos assentados da reforma agrária: 13,7% se declaram nesta categoria social. Aparecem em 11,6% os artesãos e, em 5%, os catadores de materiais recicláveis.

Hoje, a ES é vista como uma possibilidade de perpetuação de algumas comunidades ameaçadas. Além de gerar renda, a ES, pela sua forma associativa, traz a essas pessoas a oportunidade de continuarem vinculadas ao seu modo tradicional de vida, garantindo os seus direitos territoriais, socioeconômicos, ambientais e culturais, respeitando e valorizando suas identidades e instituições.

4.2 Características relacionadas ao trabalho no EES

No que se refere ao tempo de vínculo com o EES, dentre os sócios, quase a metade (48,9%) começou a participar do empreendimento depois de 2004 (Quadro 4). No entanto, somente 11,4% são participantes mais recentes, ou seja, iniciaram suas atividades depois de 2010, tendo no máximo 3 anos de atividade no EES (lembrando que as entrevistas ocorreram em 2013). Portanto, a maioria dos sócios já tem um tempo razoável de vínculo com o EES. Mais do que isso, este dado pode ser indicador de estabilidade e vontade de permanecer neste tipo de trabalho: 51,1% dos sócios estão no EES há pelo menos 10 anos, apesar de, em média, os sócios entrevistados terem iniciado sua atuação nos EES já com 36 anos de idade. A literatura mais atual sobre o tema da pobreza explora a questão da estabilidade no trabalho: esta circunstância melhora a situação das pessoas, diminuindo um dos aspectos mais cruéis da pobreza, a incerteza sobre o futuro próximo. A ES aparece aqui como um ambiente de redução desta mazela, geralmente associada ao status de pobreza.

São diversas as formas de atuação coletiva dos sócios nos EES: alguns produzem seus itens de forma coletiva, outros fazem apenas a comercialização, em alguns casos o EES é exclusivamente um empreendimento onde se realizam trocas; ou seja, há distintos modos de desempenhar as relações associativas. Foram apuradas, junto aos entrevistados, quais as atividades econômicas realizadas de maneira coletiva no EES em que atuam: 67,5% apontou para a aquisição de matéria-prima, seguida pelas atividades de comercialização (54,6%) e depois de produção (39,8%). Os EES que adquirem bens ou serviços de forma coletiva citam, com frequência, a compra de adubo e sementes e, o uso de tratores, arado e poços artesianos. As atividades de comercialização se referem principalmente à venda dos produtos agrícolas, dos alimentos manufaturados, dos artesanatos e do material separado na reciclagem.

O questionário da pesquisa com sócios foi estruturado de maneira que o entrevistado deveria apontar aquela que é sua principal atividade econômica no EES amostral em que era sócio, indicando uma dentre cinco alternativas. Depois, dependendo da resposta, eram feitas perguntas específicas para a atividade indicada. Quase a metade (46%) sinaliza que sua atividade principal é a comercialização de itens de sua unidade produtiva (Quadro 4). Depois aparecem, com pouco menos de 20% cada, o trabalho remunerado no EES e o consumo ou uso de infraestrutura para apoio à unidade produtiva particular. Ficam próximos de 1%, cada

um, a troca de produtos ou serviços e a poupança ou crédito. Uma parcela de 14,5% dos sócios afirma não ter nenhuma atividade econômica no EES e 2,6% indicam a opção *outros*, onde, em geral, esclarecem que sua atividade não é remunerada (trabalho voluntário) ou, no caso de alguns trabalhadores rurais, que não está trabalhando no momento por causa da seca. A maioria, cerca de 2/3 dos sócios, tem rendimentos decorrentes de atividade em outra ocupação, ou de aposentadoria, benefícios sociais, ou aluguéis, etc. Na amostra de sócios entrevistados, 2,3% (67 casos) são pessoas que, ou não têm rendimento proveniente de trabalho, ou apenas recebem ajuda de parentes, ou ainda recebem exclusivamente o Bolsa Família (53 casos).

Uma variável relevante para assimilar, pelo menos parcialmente, as condições de vida dos entrevistados, é a renda. O rendimento mensal dos sócios(as) pode ser proveniente tanto de trabalho externo ao EES, ou do próprio trabalho no EES, ou de aposentadorias, aluguéis, etc. Em 2013, a renda mensal dos sócios pesquisados foi declarada de forma que 1,2% não possui nenhum rendimento e 20,6% tem renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (valor corrente de 2013 fixado em R\$ 678,00). Aproximadamente metade dos sócios(as) são pessoas com rendimento de mais de $\frac{1}{2}$ até dois salários mínimos - 48,2% da amostra. Apenas 18,6% das pessoas da amostra têm rendimento acima de dois salários mínimos (Gráfico 7). Em média, os 2.565 sócios que declaram seus rendimentos na pesquisa, têm renda mensal de R\$ 1.252,06 (incluindo todas as fontes: renda de trabalho externo e interno ao EES amostral, e rendimentos de outras fontes como benefícios sociais, aluguéis, aposentadorias, doações de parentes, etc).

Na ES são muitos os casos de EES que têm por finalidade apoiar a produção individual ou familiar dos sócios, frequentemente são EES de troca, ou de uso comum de infraestrutura. Dessa forma, a compreensão da condição financeira das pessoas associadas implica observar também seus rendimentos externos ao EES. Foi identificado, dentre os 2.565 sócios que declaram o seu valor de rendimento, 2.311 que recebem alguma remuneração de fontes externas ao EES amostral (incluindo renda do que é comercializado por ele no EES, decorrente de sua produção individual). O rendimento médio de fonte externa ao EES amostral (questões 48 e 61 do questionário da pesquisa amostral) desses 2.311 sócios é de R\$ 1.255,30 (se for considerada a média de todos os 2.565, este valor cai para R\$ 1.131,00, conforme tabela 12 do capítulo 3).

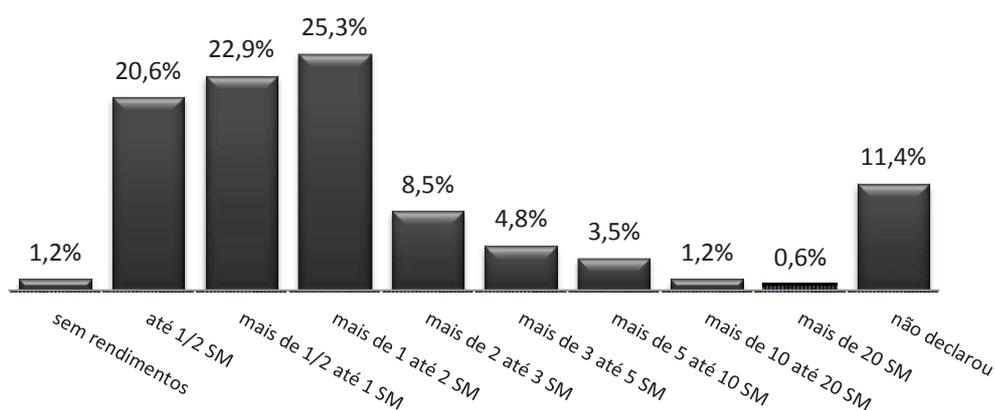


Gráfico 7. Classe de renda mensal dos 2.985 sócios entrevistados (todas as fontes).

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Tendo em vista que a ES é dada como um movimento popular, onde pessoas em condições financeiras desfavoráveis podem estar presentes, torna-se relevante observar a ocorrência de pessoas beneficiárias de programas de redistribuição de renda, em particular o Programa Bolsa Família: 669 (23,1%) dos sócios recebem este auxílio. A faixa de valor mais frequente varia de R\$ 70,00 a R\$ 150,00, mas como foram declarados valores bem maiores por alguns sócios, o valor médio é de R\$ 150,52 com desvio padrão de R\$ 80,36. A renda mensal média total dos sócios de EES que são beneficiários do programa é de R\$ 557,16 (já incluído o valor do benefício). Este estudo com sócios não indagou o valor da renda dos outros moradores de suas residências, mas foi questionado o número de pessoas que residiam e quantos também possuíam renda. Dentre os 669 sócios beneficiários do programa, 170 são pessoas que declaram ser a única com rendimentos na família e, em média, residem no domicílio quatro pessoas. Para esse grupo, pode-se estimar uma renda média mensal per capita de R\$ 93,65 sem o valor do Bolsa Família e de R\$ 131,55 com os respectivos valores do benefício. Isso indica que esses beneficiários, que são os únicos com rendimento em suas residências, têm um aumento de 40,5% na renda familiar per capita em decorrência do programa. Considerando a linha de pobreza extrema de 2013, em R\$ 70,00, e de pobreza, em R\$140,00, o que se percebe é que eram pessoas bem próximas da pobreza extrema e da qual conseguem se afastar. Ficam, ainda, dentro da linha de pobreza.

Voltando ao conjunto de total de sócios que indicaram o valor da sua renda, é observada uma grande variação de rendimentos entre os sócios, e, da mesma forma, também há relevante variação no número de horas trabalhadas. A tabela 13 contempla o rendimento médio dos sócios dos EES de acordo com o número de horas semanais trabalhadas (em classes).

Tabela 13. Rendimento médio mensal dos sócios dos EES, por classes de horas semanais

Número de horas semanais trabalhadas (int. e ext. ao EES)	Renda Média Mensal (R\$)		Renda Média Mensal (R\$)	
	de todas as fontes	N	somente de trabalho	
0	529,86	361	-	
1 a 10 horas	851,89	122	509,48	
11 a 20 horas	1.078,63	184	870,40	
21 a 30 horas	1.227,85	173	974,86	
31 a 40 horas	1.472,53	424	1.257,29	
41 a 50 horas	1.932,07	276	1.699,38	
51 a 60 horas	3.375,41	90	2.850,60	
61 horas ou mais	3.499,89	119	3.323,23	
Não indicou nº horas	769,08	816	-	
Total	1.252,06	2.565	-	

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Há 361 ocorrências de sócios que indicam “zero” para o número de horas trabalhadas, e ainda assim, têm uma renda média de R\$ 529,86. O exame desses casos identificou que muitos são aposentados e muitos recebem Bolsa Família. Em menor número de casos, ainda há os que recebem algum benefício de seguro-desemprego ou de prestação continuada ou não têm nenhuma renda (29 casos). Já aqueles que declaram o número de horas trabalhadas têm um rendimento total que, como é de se esperar, aumenta de acordo com essas horas. Uma classe que deve ser observada com atenção na tabela 13, é aquela de 31 a 40 horas de trabalho semanal, pois corresponde a uma jornada típica de trabalho na população ocupada. Esta classe tem renda mensal média de todas as fontes de R\$1.472,53, o que corresponde a mais de 2 salários mínimos (o valor do salário mínimo de 2013 era R\$ 678,00). Este dado é um indicativo de que o valor da hora de trabalho da ES é significativo, então, o que reduz a média geral de renda dos sócios é a jornada de trabalho, também reduzida. Pelo menos no que se refere à exploração do trabalho, esse é um aspecto benéfico

na ES, pois, aparentemente, o valor auferido por hora trabalhada, em média, gera renda superior a 2 salários mínimos (para horário integral).

Os valores de renda por classe de horas trabalhadas da tabela 13 conduziram a uma sondagem do valor/hora pagos para diferentes grupos de sócios. Aqui foram incluídos 1.388 sócios que apresentaram um número de horas trabalhadas e também indicaram sua renda; portanto, não estão os 330 casos que não indicaram a renda e tampouco estão os 1.177 casos que, ou não indicaram o número de horas trabalhadas, ou não têm horas trabalhadas. O conjunto total dos 1.388 sócios tem, em média, 38 horas de trabalho por semana com rendimento médio (exclusivo do trabalho) de R\$ 1.473,42; assim, considerando o mês com 4,5 semanas, o valor/hora médio dos trabalhadores examinados é de R\$ 8,63 (independentemente do trabalho ser dentro ou fora do EES amostral).

Ter em mãos o valor/hora de trabalho desses sócios permite um conjunto de comparações dos diferentes grupos de sócios dos EES. Se forem observados somente os homens, eles têm um valor/hora médio de R\$ 9,97, enquanto para as mulheres essa média fica em R\$ 6,65; os homens têm um valor/hora de trabalho 49,9% maior que as mulheres, dentro da ES. Entre brancos e não brancos, a discrepância é mais intensa: o valor/hora de pessoas que se declararam brancas é de R\$ 11,44, e os de outras cores ou raças declaradas, têm esse valor médio de R\$ 6,18; os declarados brancos têm valor/hora 85,1% acima dos não brancos. Estas discrepâncias podem ser reflexo das dificuldades culturais vivenciadas por mulheres e pessoas negras ou pardas no contexto geral do país. Dada a preocupação em compreender estas questões diferenciadoras, foi recalculado o valor/hora desses grupos utilizando o seguinte filtro: o sócio exerce como principal atividade econômica no EES o trabalho remunerado e ao mesmo tempo informa que o EES amostral garante a sua principal fonte de renda. O objetivo deste filtro é considerar apenas os casos em que o sócio tem uma ocupação no EES, com importância equivalente a um emprego no mercado formal. Dessa forma, agora são 273 sócios e sócias. Nesse grupo, o valor/hora dos homens é 19,0% superior ao das mulheres e, o valor/hora de pessoas brancas é 28,4% maior do que a de não brancos. Esses dados indicam que, quando se trata do trabalho remunerado exercido em um EES, como principal fonte de renda do sócio, as discrepâncias de sexo e raça no valor/hora de trabalho ficam sensivelmente reduzidas, comparadas a situações de sócios da ES em geral.

Dentre aqueles que se declaram fazendo parte de categorias sociais determinadas, há severas diferenças no valor/hora: os sócios que se declaram pescadores artesanais têm valor/hora médio de R\$ 3,10 e trabalham uma média semanal de 34 horas; já os que se declaram ribeirinhos apresentam valor/hora médio de R\$ 8,92; porém, trabalham uma média semanal de 17 horas, o que faz com que suas rendas mensais sejam próximas dos pescadores.

Sócios que se manifestam como agricultores familiares (não assentados da reforma agrária) têm um valor médio acima do geral, pois obtêm em média, R\$ 10,73 por hora trabalhada. No entanto, aqueles que se pronunciam como assentados da reforma agrária obtêm R\$ 5,00, em média, por hora de trabalho. Os sócios que se colocam na categoria de técnicos ou profissionais de nível superior adquirem, em média, R\$ 12,59 por hora de atividade.

Dentro dessa análise ainda, se forem observadas três categorias de ocupações frequentemente referenciadas na literatura sobre ES - agricultores familiares, artesãos e catadores de materiais recicláveis - e, para eles, forem verificados os valores por hora de trabalho dentro de cada região do Brasil, se confirmam as grandes diferenças culturais e de valorização do trabalho (Tabela 14). No Brasil, os agricultores familiares aparecem como um grupo que obtém um valor/hora acima da média geral. Porém, se examinarmos essa média em cada região, no Sul o valor por hora trabalhada chega a quase três vezes o valor obtido no Nordeste (média de R\$ 15,11 no Sul e de R\$ 5,36 no Nordeste). O oposto ocorre entre os artesãos: o maior valor médio por hora trabalhada está no Nordeste e o menor, no Sul. A região Sul, de um modo geral, apresenta média bem superior de valor/hora de trabalho entre os sócios de EES, chegando à cifra de R\$ 12,57. É nessa região também que os catadores de materiais recicláveis logram a melhor média de valor trabalhado por hora; no entanto, mesmo na região Sul esse valor fica bem inferior à média geral dos trabalhadores da ES.

As diferenças de valor/hora de rendimentos dos sócios da ES revelam a típica desigualdade de renda da população em geral do Brasil. As distâncias entre estes valores estão associadas tanto com o perfil social como com a escolaridade condicionada ao próprio perfil. Mais adiante, no próximo capítulo, são verificadas comparações de valores da ES com a população em geral do Brasil, justamente para avaliar se a ES consegue, pelo menos,

minimizar as discrepâncias de rendimentos entre os trabalhadores, de forma a contribuir com a redução das desigualdades.

Tabela 14. Valor médio por hora trabalhada dos sócios dos EES, por categorias sociais e região

Região	Valor/hora de trabalho (média em R\$, 2013)			Todos sócios - com ou sem categoria declarada
	Agricultores familiares (não Assentados da RA)	Artesãos	Catadores de materiais recicláveis	
NO	5,58	6,18	2,96	5,77
NE	5,36	7,28	-	5,97
SE	13,64	7,02	3,44	8,14
SU	15,11	3,81	5,89	12,57
CO	6,85	6,37	4,95	6,90
Brasil	10,73	5,94	4,50	8,63

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Examinando mais especificamente os rendimentos dos sócios que declaram, como sua ocupação principal no EES, o trabalho remunerado (17,1% da amostra), foi constatado que têm um rendimento médio de R\$ 1.194,46 (rendimento de todas as fontes). Dentre estes trabalhadores, 218 têm renda exclusiva do EES; nestes casos, a renda média cai para R\$787,84 mensais.

Estes últimos dados denotam que os EES, enquanto fonte de renda única para o sócio que exerce ali trabalho remunerado, geram rendimento inferior ao dos sócios com outras atividades remuneradas; porém, ainda os deixa com rendimento médio de aproximadamente um salário mínimo. Diante disso, lançou-se mão de conferir a renda mensal média dos sócios em diferentes situações, de modo a verificar a importância que eles atribuem ao EES para a sua renda e também o tipo de atividade econômica principal que exercem no EES (tabela 15).

Tabela 15. Rendimento médio mensal dos sócios dos EES (todas as fontes), por importância do EES na renda e por atividade econômica principal do sócio no EES

Atividade econômica principal do sócio	Alternativa que mostra a importância do EES para a renda do sócio					
	Minha renda não depende do EES		O EES oferece uma complementação de renda em relação a meus rendimentos principais		O EES garante a minha fonte principal de renda	
	Renda total Média	n	Renda total Média	n	Renda total Média	n
Nenhum	R\$ 1.218,24	332	R\$ 653,35	23	R\$ 333,60	5
Troca de produtos ou serviços (inclui moeda social)	R\$ 1.482,92	17	R\$ 1.185,19	16	-	-
Comercialização de produtos de sua unidade econômica individual ou familiar	R\$ 1.515,70	185	R\$ 1.452,22	528	R\$ 947,62	442
Trabalho remunerado na produção, na prestação de serviços ou na administração do EES	R\$ 1.492,20	57	R\$ 1.288,27	112	R\$ 1.106,37	281
Poupança, crédito solidário ou finanças solidárias	R\$ 1.549,53	32	R\$ 1.647,00	9	-	-
Consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos	R\$ 1.063,34	258	R\$ 2.169,42	115	R\$ 901,87	15
Total	R\$ 1.270,21	881	R\$ 1.506,04	803	R\$ 1.001,35	743

Obs.: somente aqueles que responderam tanto a renda, como a atividade principal e a importância do EES na renda n=2.427 sócios.

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Uma primeira constatação vem da reduzida quantidade de sócios que indicam que o EES garante a sua principal fonte de renda: 29% (dentro os 2895 entrevistados). O estudo com sócios de EES mostra que menos de 1/3 tem no empreendimento a sua principal fonte de renda. Este elemento caracteriza os empreendimentos da ES mais como um espaço de interação, no qual, com frequência, atividades econômicas coletivas se fazem presentes, mas não serão, necessariamente, todas elas atividades coletivas e, nem todas serão econômicas. Daí a ocorrência tão grande de sócios que afirmam que, para a sua renda, o EES ou não é uma fonte ou é somente complemento. Na ES, uma proporção grande de EES têm por finalidade o provimento de bens, serviços e desenvolvimento comunitário (8,8% dos EES do II mapeamento) ou apoio às atividades produtivas dos sócios (25,9% dos EES do II

mapeamento), os quais correspondem a 46% dos 1,4 milhões de sócios¹¹. Sobre esses empreendimentos, não é esperado que produzam renda direta aos sócios, mas sim, que contribuam para que tenham melhores condições de gerar renda em outras esferas de trabalho.

A tabela 15 aponta que, justamente, os sócios de EES que não são a sua principal fonte de renda têm média de rendimentos maior do que aqueles em que o EES é a principal fonte; ocorre de forma mais distinta ainda, quando a atividade principal exercida por eles no EES é a comercialização da produção familiar ou individual, ou o consumo e uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos. São típicas situações onde o EES tem por finalidade apoiar uma atividade externa do sócio.

Quanto aos sócios que exercem trabalho remunerado no EES, a maior parte indica que o EES garante a principal fonte de renda. Porém, têm média de renda menor que os outros, pois quase todos esses sócios tem no EES a única fonte de renda. Como aqueles que não apontam o EES como principal fonte de renda são sócios que têm mais de uma fonte de rendimento, faz sentido que a renda média seja maior nesse grupo de sócios.

4.3 Aderência e tendência dos trabalhadores da economia solidária no Brasil

Frequentemente, os estudos sobre ES fazem referência ao fato de que a ES é para os pobres. Geralmente, o que está disposto na literatura são valiosos estudos de casos de EES que confirmam, para cada um desses casos, que as pessoas beneficiadas pelo desenvolvimento da economia solidária são, geralmente, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, ribeirinhos, mulheres, negros ou outras *minorias*, quase sempre em condições de ocupação e renda menos favorecidas, dado seu quadro peculiar de subalternidade. Nesta seção, será observada a principal ocupação dos sócios de EES durante sua vida de trabalho. Ou seja, procurou-se conhecer como se procedeu à aderência de trabalhadores de diferentes ocupações nos EES, de forma que fosse possível descrever tal origem de modo mais amplo, generalizando-a para o conjunto da ES no Brasil. Além da

¹¹ Detalhes sobre tipologia dos EES do II mapeamento podem ser vistos em Gaiger & Grupo ECOSOL (2014), quando encontram-se caracterizados os tipos de EES mencionados.

análise da origem dos sócios na ES através do ano de entrada nos EES, são observadas as tendências de entrada de novos trabalhadores da ES nos EES, a partir de 2010¹².

As análises iniciam pela tabulação por grupo de ocupação durante a vida de trabalho dos entrevistados. A tabela 16 mostra que 56% dos sócios da pesquisa tiveram, na maior parte da sua vida, ocupações rurais, sendo a maioria classificada como produtores agrícolas polivalentes ou trabalhadores volantes da agricultura. Pessoas que trabalharam durante a vida como empregados domésticos ou serviços gerais de limpeza aparecem como a segunda situação mais frequente na amostra. Estes trabalhadores ocupam postos comumente de baixa remuneração. O terceiro grupo surpreende por não aparecer na literatura como um caso frequente da ES: são professores. Estes profissionais correspondem a 4,5% da amostra de sócios entrevistados. A frequência dos professores na ES é praticamente a mesma que a de pescadores e artesãos, os quais são o quarto e quinto grupos mais frequentes na ES, porém já reconhecidos como trabalhadores típicos deste movimento social.

Depois dos cinco grupos já citados, todos os outros aparecem com menos de 3% de frequência, confirmando, mais uma vez, a extensão da abrangência da ES. Ainda se mantêm acima de 2%: comerciantes (geralmente vendedores sem um estabelecimento fixo), donas de casa e trabalhadores de funções administrativas e auxiliares dessas atividades. Aqueles que se dizem catadores e recicladores como principal ocupação durante a vida de trabalho compreendem 1,9% dos sócios, apesar de 5% dos sócios fazerem parte desta categoria em 2013, período das entrevistas. Isso é coerente pelo fato desta categoria de trabalho ser bem mais recente quando comparada com a maioria das outras respostas dadas para esta questão: dentre os atuais trabalhadores desta categoria, mais da metade teve outra ocupação principal durante a vida.

Ainda aparecem, em menores proporções, sócios que, durante a vida, estiveram trabalhando com confecção e costura ou que foram operadores ou técnicos de indústrias. A costura é uma ocupação típica das mulheres, enquanto a operação de máquinas na indústria, típica dos homens.

¹² O II Mapeamento Nacional da ES apresenta número reduzido de EES criados a partir de 2009. Esta redução não representa a real quantidade de EES que surgiram no período a cada ano, pois houve casos de Estados em que o mapeamento se encerrou em 2010, 2011, 2012 ou 2013. Aqueles Estados que terminaram antes, deixaram de informar a existência de EES criados após o seu encerramento no mapeamento. Assim, a partir de 2010, há Estados que contabilizam “zero” EES na soma de empreendimentos recentes.

Tabela 16. Ocupação principal que os sócios exerceram durante a vida de trabalho

Principal ocupação que exerceu durante a sua vida de trabalho	Número de sócios	%
Trabalhador rural, agricultor, agropecuária, leite, apicultor	1.621	56,0
Empregado doméstico (diarista, faxina, serviços gerais, cuidadores)	153	5,3
Professor	130	4,5
Artesão	129	4,5
Pesca (peixes, marisco, camarão, etc)	122	4,2
Comerciantes e vendedores ambulantes	83	2,9
Dona de casa (do lar)	69	2,4
Funções administrativas e auxiliares (gerência, secretaria)	62	2,1
Catador/reciclador	56	1,9
Costura e confecções	51	1,8
Operador/técnico na indústria	41	1,4
Atendentes no comércio e serviços	39	1,3
Cozinheiro, padeiro, confeitoiro	38	1,3
Funcionário público administrativo ou eletivo	35	1,2
Trabalhos na comunidade/assistência social e saúde comunitária	32	1,1
Construção civil, pedreiro, servente de obra, etc	32	1,1
Motoristas e moto-taxistas	31	1,1
Outros (frentista, chaveiro, bicos, etc)	28	1,0
Artistas (pintores, atores, fotógrafos)	20	0,7
Agropecuária - serviços técnicos e administrativos	19	0,7
Enfermeiros e afins	15	0,5
Segurança pública ou privada	15	0,5
Marcenaria em geral e pequenas embarcações	14	0,5
Não declarou	11	0,4
Nunca trabalhou	10	0,3
Estudantes	9	0,3
Administração ou auxiliar de administração em educação	9	0,3
Serviços técnicos	8	0,3
Cabelereiro/manicure	8	0,3
Trabalhador em frigoríficos/açougues	5	0,2
Total	2.895	100,0

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.

Elaboração da autora.

A entrada das mulheres na ES reflete a entrada das mulheres no mercado de trabalho em geral, talvez até de forma mais tardia do que no mercado em geral. O gráfico 8 mostra que, dentre os sócios pesquisados (todos em 2013), os homens iniciaram em maior número

até 2004, empataram com as mulheres entre 2005 e 2009 e entraram nos EES em menor número do que as mulheres, desde 2010. Há uma tendência de aumento da participação das mulheres na ES.

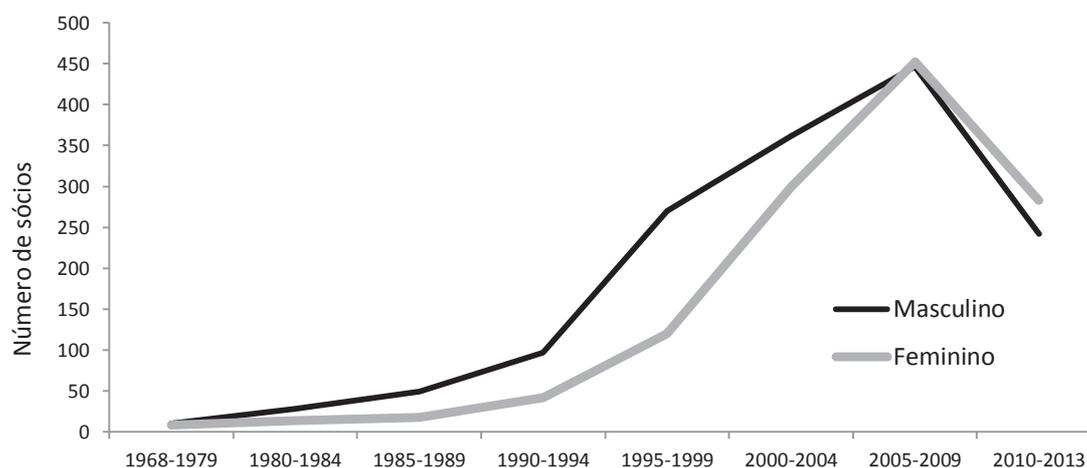


Gráfico 8. Ano de entrada dos sócios e sócias nos EES.

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

As sócias mulheres, quando observada a principal ocupação durante a vida, vêm de forma destacada frente aos homens em atividades como: ensino, confeitaria, costura, enfermagem, atendentes no comércio, catadoras de materiais recicláveis, vendedoras ambulantes, empregadas domésticas/diaristas, donas de casa, artesãs e prestadoras de assistência comunitária. Há muitas mulheres da agricultura familiar e na pesca (apoio), porém correspondem a 1/3 dos sócios desse grupo. Se for observada a entrada mais recente das mulheres na ES (Gráfico 9), a partir de 2010, ainda é maior a entrada de mulheres trabalhadoras da agricultura, porém com forte declínio (explicado na nota 11) em relação ao período de 2005 a 2009. As mulheres que se tornaram sócias mais recentemente na ES, de forma a aumentar sua participação em relação aos períodos anteriores, são aquelas que vêm de empregos domésticos, donas de casa, atendentes no comércio e serviços de assistência comunitária.

Os homens vêm de ocupações variadas, sobressaindo-se frente às mulheres em atividades como: agricultura familiar, serviços técnicos e administrativos na agropecuária, pesca, construção civil, marcenaria, segurança, artistas, motoristas e operadores e técnicos na indústria.

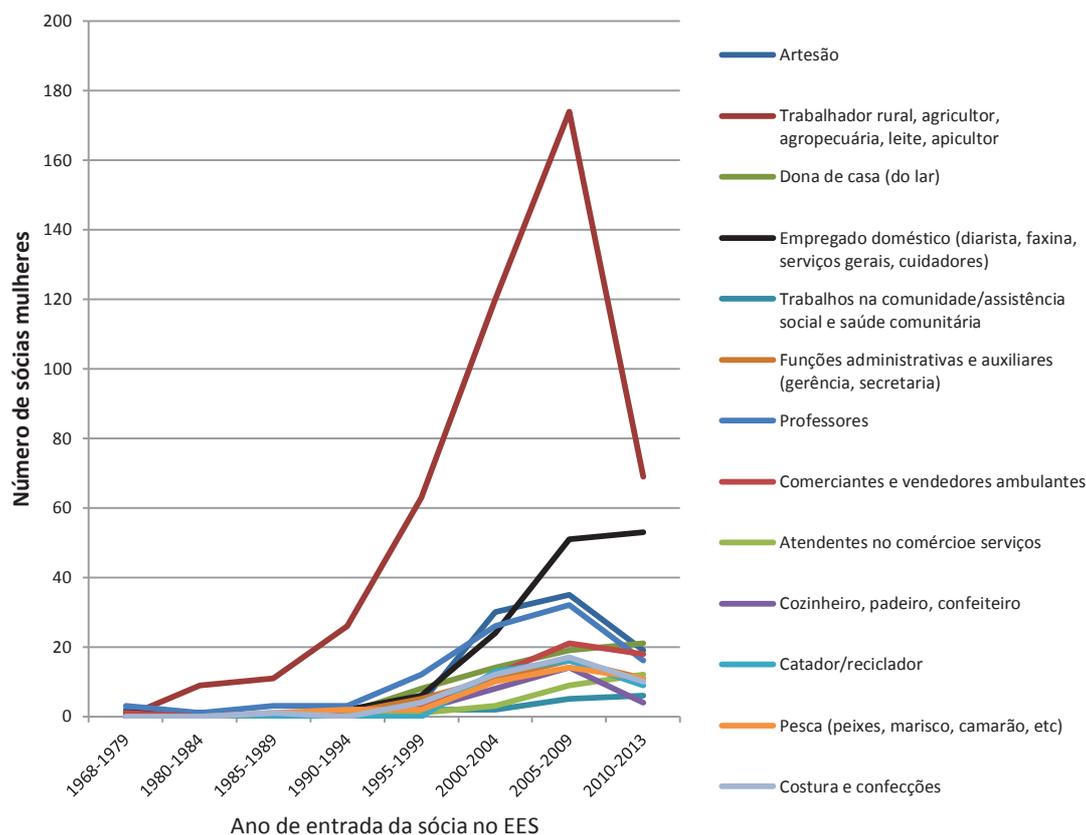


Gráfico 9. Ano de entrada de sócias nos EES, por ocupação principal durante a vida de trabalho.

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

A partir de 2010, período de entrada mais recente dos homens na ES (Gráfico 10), nota-se que, da mesma forma que as mulheres, ainda é maior a entrada trabalhadores da agricultura, mas também com declínio bastante acentuado em relação ao período de 2005 a 2009. As ocupações que dentre os homens aumentaram a participação em relação aos períodos anteriores, a partir de 2010, são motoristas (e mototaxistas), artesãos, catadores de materiais recicláveis e técnicos administrativos da agropecuária.

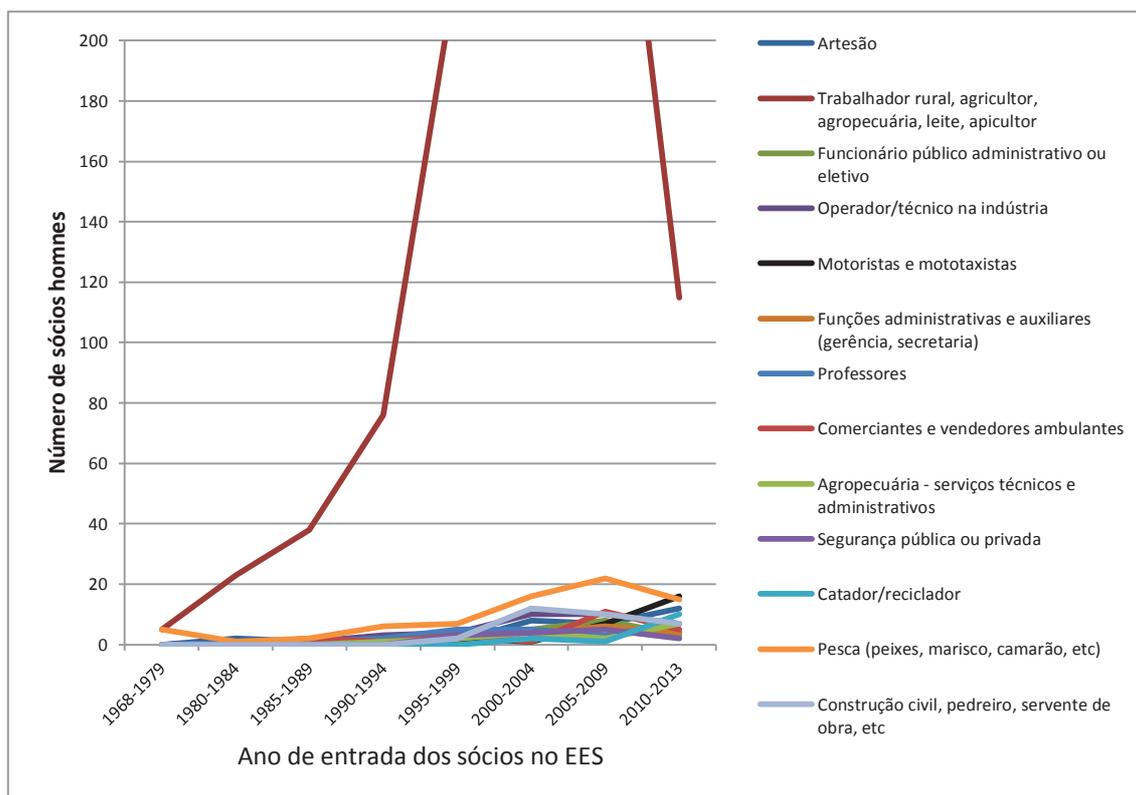


Gráfico 10. Ano de entrada de sócios homens nos EES, por ocupação principal durante a vida de trabalho

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Diante do conjunto de ocupações de trabalho verificadas entre os sócios entrevistados, ficou interessante investigar qual seria a ordem de incorporação de cada grupo que foi se unindo ao movimento da ES, no decorrer do tempo. O gráfico 11 apresenta a média de ano em que os sócios aderiram ao EES, para cada grupo de ocupação principal exercida durante sua vida de trabalho. O gráfico foi ordenado no eixo vertical de forma que inicia pelo grupo de sócios que teve a média de ano de entrada no EES mais longínqua (sócios mais antigos) e finaliza com aquele grupo com média de ano mais recente. Essa ordenação proposital permite que se observe o histórico da ES no Brasil, de acordo com a adesão dos diferentes grupos de trabalhadores, mostrando como foi o engajamento ao movimento da ES no decorrer do tempo. Os dois grupos que têm ano médio de início como sócios em EES mais antigos são os agricultores e os pescadores.

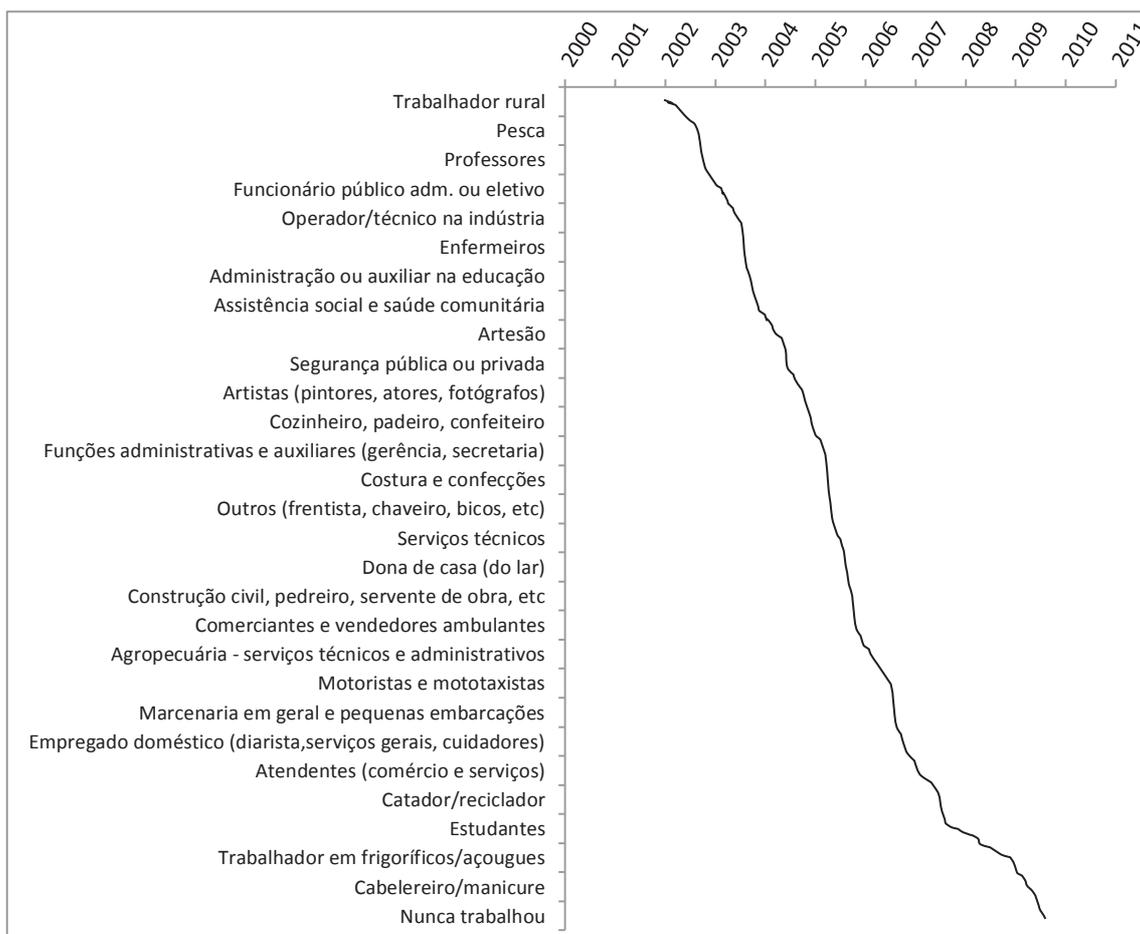


Gráfico 11. Ocupação principal durante a vida de trabalho, ordenada pela média de ano de entrada dos sócios nos EES

Fonte: Pesquisa Amostral de Sócios/SIES.
Elaboração da autora.

Se verificarmos qual o ano médio de entrada em EES somente daqueles 56% participantes da pesquisa com sócios que são trabalhadores rurais, observamos que eles são, em média, os que estão há mais tempo nos EES, aparecendo em primeiro lugar em termos de aderência à ES no Brasil. Logo em seguida, aparecem os trabalhadores da pesca (a média de ano de entrada dos sócios no EES se aproxima de 2003). Esses são grupos tradicionalmente apontados na literatura sobre a ES no Brasil. São trabalhadores que podemos chamar de precursores da ES, foi para eles que a associação coletiva apareceu há mais tempo como uma alternativa de melhoria das condições de vida e trabalho.

O contexto rural fez parte de toda a história do Brasil, uma situação em que a agricultura tem importante peso econômico até os dias atuais. Porém, períodos de crise obrigaram os pequenos produtores do campo a optar entre retirar-se daquele espaço e seguir para áreas urbanas, na qual aparentemente havia oportunidades de trabalho; ou permanecer na zona rural, buscando algum modo de enfrentar as dificuldades impostas. Como visto em Rocha (2013), o início da década de 70 foi marcado pela ocupação do espaço urbano pela migração de um enorme contingente de trabalhadores vindos do campo para buscar melhores condições de vida e trabalho, não mais alcançadas no meio rural. Singer (2002b) expõe a história da economia solidária no Brasil como um “ressurgimento”, especialmente a partir da década de 80, no qual são propostas, por diferentes tipos de instituições, práticas associativas que dessem suporte aos trabalhadores que até então se encontravam, de certa forma, isolados em seu espaço de labor. Por parte do governo, foram canalizados recursos a agricultores e produtores com o objetivo de multiplicar associações, as quais, na área agrícola, apresentam uma série de vantagens, como aumento de produtividade, redução de custos, obtenção de descontos na compra conjunta, produção em escala, comercialização facilitada, troca de informações e técnicas entre associados e eliminação de intermediários. Além das vantagens econômicas, eram esperados benefícios sociais coletivos pelo próprio aumento do convívio social e dada a busca conjunta por resolução de problemas comuns diante de dificuldades econômicas e sociais.

Os dados do II mapeamento já chamaram a atenção de Gaiger & Grupo ECOSOL (2014) sobre a origem da progressiva multiplicação dos EES. Os autores destacam a predominância de associações e de atuação no espaço rural entre os EES que surgiram antes de 1990. Um elemento explicativo para este pioneirismo apontado como vantagem para os agricultores familiares foi o modo de produção familiar, dada a sua natureza coletiva, tanto no âmbito do núcleo familiar como no da comunidade circundante. Neste modo de produção familiar, as práticas de ajuda mútua são recorrentes, alimentando a noção de um projeto coletivo comum. Os dados dos empreendimentos do II mapeamento revelam que 41% dos EES presentes no período de coleta dos dados surgiram no mais tardar no ano 2000. Desses, 67% são EES formados por agricultores familiares e 76% são associações.

Olhando para os trabalhadores da agricultura que hoje são sócios dos EES, se observa (Quadro 5) que a escolaridade da maioria é precária, pois 43,5% declaram que, ou

não sabem ler, ou leem com dificuldade. Um quinto desse grupo são assentados da reforma agrária.

A pesca artesanal também apresenta uma história de associativismo de longa data, porém, de modo mais informal, passando a ter apoio governamental em períodos mais recentes. A associação entre pescadores artesanais decorre naturalmente do tipo de atividade que exercem, a qual geralmente os obriga a trabalharem entre companheiros na etapa principal, que consiste em adentrar ao mar em suas embarcações. A partir do apoio externo, passaram a se organizar coletivamente também na comercialização de seus produtos, atividade que atualmente é a mais citada por eles como atividade coletiva (66% afirmam ser esta sua principal atividade econômica nos EES).

Considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, a pesca artesanal é exercida por produtores autônomos, em regime de economia familiar, ou seja, contempla a obtenção de alimento para as famílias dos pescadores ou para fins exclusivamente comerciais (BÚRIGO; CAZELLA; CAPELLESSO, 2011). É uma atividade baseada em saberes práticos de domínio pessoal, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pesca, auxiliados ou não por pequenas embarcações. Esses pescadores em geral atuam na proximidade da costa, dos lagos e rios.

De acordo com a pesquisa de sócios dos EES (Quadro 5), os pescadores artesanais são uma categoria de baixíssimo índice de escolaridade: mais da metade ou não sabe ler ou lê com dificuldade. Neste grupo, há uma proporção expressiva de beneficiários do programa Bolsa Família, dado que 41% usufruem deste complemento.

A partir de 2003, a pesca artesanal passou a contar com uma linha de crédito específica, criada dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Pesca). Assim mesmo, ainda permanece uma dificuldade das políticas públicas de crédito em atender as comunidades pesqueiras. Essa situação contribui para a manutenção de sistemas de financiamento informais: os atravessadores da produção (compradores) adiantam dinheiro aos pescadores ao mesmo tempo em que prestam alguns serviços a serem pagos mediante a entrega de pescado. Os elevados juros dos aviamentos normalmente ficam ocultos como se fossem ganhos comerciais decorrentes da diferença de preço entre a compra do pescado e a revenda às indústrias. Assim, os empréstimos acabam sendo entendidos como ajudas e muitos pescadores constroem uma imagem positiva dos atravessadores (CAPELLESSO, 2010).

Quadro 5. Caracterização dos sócios dos EES, de acordo com a ocupação durante a vida de trabalho (somente grupos com n>50).

Principal ocupação que exerceu durante a sua vida de trabalho	
<u>Trabalhador rural (agricultura, agropecuária, leite, apicultura)</u>	<p>A maioria são sócios de EES de produção (44%) ou de consumo e uso coletivo de bens e serviços (32%). Muitos (53%) têm como principal atividade econômica no EES a comercialização de sua produção.</p> <p>Cerca de 20% deles são assentados da reforma agrária. Quase a metade (43,5%) ou não sabem ler ou leem com dificuldade. São os mais antigos na ES, em média, iniciaram suas atividades em 2002. 11% iniciaram as atividades antes de 1994.</p>
<u>Empregado doméstico (faxina, serviços gerais, cuidadores)</u>	<p>Este é um grupo que se caracteriza por pertencerem a diversas categorias sociais: 28% atualmente são catadores de matérias recicláveis, 17% são artesãos, 15% são agricultores, 11% assentados da reforma agrária.</p> <p>36% ou não sabem ler ou leem com dificuldade; 31% são beneficiários do bolsa família.</p> <p>A principal atividade econômica que realiza no EES são trabalho remunerado (40%) ou comercialização da produção (31%).</p>
<u>Professor</u>	<p>Estes profissionais atualmente se declaram em algumas condições sociais específicas: 22% agricultores, 24 % artesãos, e 27% técnicos de nível superior.</p> <p>São poucos que ficaram sem trabalho por muito tempo na vida, pois 58% dizem que nunca ficaram sem trabalho e 30% dizem que ficaram, mas por pouco tempo. É um dos grupos que mais aparece indicando que não exercem nenhuma atividade econômica no EES (25%).</p> <p>Apenas 23% são sócios em EES da área de educação.</p>
<u>Artesão</u>	<p>78% sabem ler sem dificuldade; 9% pertencem a grupos indígenas.</p> <p>12% iniciaram nos EES antes de 2000, e 50% entraram a partir de 2005. A idade média dos sócios ao início das atividades no EES era de 35 anos.</p> <p>30% já ficaram muito tempo sem trabalho.</p> <p>71% têm a comercialização como principal atividade econômica no EES.</p>
<u>Pesca (peixes, marisco, camarão, etc)</u>	<p>Destes, 62% se declaram pescadores artesanais e 20% são ribeirinhos.</p> <p>Mais da metade (61,5%) ou não sabem ler ou leem com dificuldade.</p> <p>41% são beneficiários do bolsa família.</p> <p>15% iniciaram as atividades antes de 1993.</p> <p>A principal atividade econômica que realizam no EES é a comercialização da produção (66%).</p>
<u>Comerciantes e vendedores ambulantes</u>	<p>26% deles se declaram pertencentes a categoria de artesãos.</p> <p>A principal atividade econômica que realizam no EES são trabalho remunerado (31%) ou comercialização da produção (35%).</p>
<u>Dona de casa (do lar)</u>	<p>Estas pessoas atualmente se declaram em algumas condições sociais específicas: 24% assentados da reforma agrária, 22% agricultores e 33 % artesãos. 36% ou não sabem ler ou leem com dificuldade.</p> <p>68% dizem ter ficado muito tempo sem trabalho; 41% são beneficiários do bolsa família.</p> <p>Para 49%, a principal atividade econômica que realizam no EES é a comercialização da produção.</p> <p>Em média, iniciaram suas atividades nos EES com 36 anos. 54% iniciaram atividade no EES após 2005.</p>
<u>Funções administrativas e auxiliares (gerência, secretaria)</u>	<p>É reduzido o percentual que afirma ter ficado muito tempo sem trabalho: 11% (no geral 21% dos sócios apontam esta situação).</p> <p>38% têm atividade de comercialização da produção e 32% (acima do padrão) exercem trabalho remunerado nos EES.</p>
<u>Catador/reciclador</u>	<p>52% não sabem ler ou leem com dificuldade; 88% exercem trabalho remunerado nos EES.</p> <p>30% já ficaram muito tempo sem trabalho e 38% ficaram sem trabalho por períodos mais curtos.</p> <p>50% deles iniciaram suas atividades a partir de 2009.</p>
<u>Costura e confecções</u>	<p>Em média, são as sócias que iniciam as atividades no EES, com 43 anos.</p>

Elaboração da autora.

O grupo de profissionais que chamou atenção como terceiro grupo mais volumoso na ES, agora também chama atenção por estar entre os grupos de trabalhadores mais antigos na ES: professores. Esse é um grupo de profissionais que raramente surge nas explicações históricas da ES. Observando o quadro 5, neste grupo de trabalhadores é menor a proporção que entrou na economia solidária motivada pelo desemprego (30,8% contra 41,9% dentre o total de entrevistados), como também é menor a proporção dos que entraram por causa do apoio de entidades ou do governo (40,8% contra 48,6% do total de entrevistados). Como seria de esperar, há bem mais mulheres do que homens neste grupo (81,5%). A idade média é de 46 anos, sendo que a renda total mensal é 40% superior à média geral dos entrevistados. Mais da metade afirma que sua renda não depende do EES (57,7% contra 35% dentre o total de entrevistados). Atuam mais em EES urbanos (41,5% contra 27,3% dentre o total de entrevistados). São mais predominantes em associações do que em cooperativas, quando comparados com o total de entrevistados. Dentre os 130 professores entrevistados, 11 são sócios de EES com atividades relacionadas à educação e, nestes casos, eles exercem trabalho remunerado no empreendimento; outros 32 (24,6%) são sócios de EES com atividades relacionadas ao artesanato, caso em que pouco mais da metade comercializa através do empreendimento, enquanto os outros exercem trabalho remunerado; há 53 professores (40,7%) sócios ou de EES de produção rural ou de uso e consumo coletivo de infra-estrutura voltados à produção rural. Enfim, o que pouco se observa entre os 130 sócios que têm como ocupação principal na sua vida a atividade de professor, é a atuação em empreendimentos da ES voltados para o ensino: somente 16 atuam em EES cuja CNAE corresponde à área de educação.

Aparecem como sócios antigos na ES também algumas atividades de menor concentração. São os profissionais atuantes na administração pública, os técnicos ou operários de indústrias, profissionais da saúde (enfermagem), auxiliares administrativos de estabelecimentos de educação e assistência comunitária social e de saúde. Na linha de tempo do gráfico 11, estes grupos de pessoas iniciaram como sócios em EES entre 2003 e 2004, em média.

Em seguida vêm os artesãos, grupo de profissionais frequentemente citados na ES e que correspondem a 4,5% dos sócios de EES. A metade deles associou-se em EES a partir de 2005. São, em média, mais jovens: 35 anos, frente aos 46 que é a média geral de idade de sócios de EES. São profissionais que se sobressaem na pesquisa com sócios de EES por

afirmarem ter ficado muito tempo sem trabalho: 30% se declaram nesta condição (Quadro 5). Comparado aos pescadores e agricultores, têm maior escolaridade, pois 78% sabem ler sem dificuldade.

A partir de 2005, muitas atividades profissionais passaram a se fazer presentes na ES. O gráfico 13 aponta para atividades como segurança, artistas, cozinheiros, confeitadores, auxiliares administrativos, costureiros, serviços técnicos, todos esses profissionais com ano de aderência aos EES em 2005, em média. O ano 2006 aparece como período de aderência das donas de casa, pedreiros e trabalhadores da construção civil, comerciantes ambulantes e técnicos da agropecuária. Em seguida, com ano médio de entrada em 2007, chegam os motoristas, marceneiros, empregados domésticos e atendentes do comércio.

Para 5,3% dos atuais sócios de EES do Brasil, o empregado doméstico aparece como principal ocupação durante a vida. Na ES são pessoas que atuam geralmente como catadores de materiais recicláveis, artesanato, agricultura e outras atividades.

Aqueles que descrevem, como principal ocupação durante a vida, a reciclagem de resíduos sólidos, têm, como ano médio de entrada na ES, 2008. Dentre os sócios desse grupo, 50% entraram nos EES a partir de 2009. Trata-se de um grupo de pessoas que encontra na economia solidária mais recente um espaço de atuação emancipatório. Aderem às cooperativas fundadas e administradas por sua própria categoria. Segundo Silva e Schiochet (2013), surgem no Brasil não como uma opção, mas como única estratégia de sobrevivência de seus integrantes. São pessoas que não conseguiram inserir-se no mercado de trabalho tradicional, geralmente por falta de instrução e preparação técnica. A pesquisa com sócios de EES revela que 52% não sabem ler ou leem com dificuldade. Durante a vida, 30% já ficaram muito tempo sem trabalho e 38% ficaram sem trabalho por períodos mais curtos.

Os relatos apresentados até aqui apoiam-se em análises descritivas de variáveis (questões) resultantes das 2.985 entrevistas realizadas. Essas descrições, por si só, já são relevantes para a compreensão das condições dos sócios de EES, o que até então estava limitado aos dados do II Mapeamento da ES, cujo objetivo principal foi descrever as características dos empreendimentos, e não dos sócios. No entanto, o atendimento dos objetivos desta tese ainda requer a coleta de dados relacionados à condição de vida de pessoas não associadas à economia solidária de forma a permitir que seja verificado o efeito da economia solidária sobre a vida das pessoas envolvidas, podendo-se então comparar com

aquelas que não estão presentes neste contexto. Este é o tema do próximo capítulo: uma comparação das proporções de pessoas com determinadas características sociais na população brasileira de 15 anos ou mais (ocupada em 2013, no período da coleta de dados da PNAD/IBGE) e de pessoas sócias de EES, distinguindo-se ainda aqueles que estão associados à EES em atividades de comercialização de sua produção, de trabalho remunerado ou de consumo coletivo de bens e serviços.

5 COMPARAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS DE TRABALHADORES DO BRASIL E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A compreensão dos efeitos que a ES pode ter sobre a geração de renda e redução da pobreza no Brasil exige que se vá além da descrição dos trabalhadores mapeados pela SENAES. Além de descrevê-los, indicando como estão distribuídos e como têm auferido sua renda, conforme apresentado no capítulo anterior, é necessário avaliar se os achados são decorrentes da ES ou se coincidem com a distribuição e geração de renda do mercado de trabalho em geral. O presente capítulo tenciona comparar os trabalhadores sócios de EES com os trabalhadores em geral no território nacional.

O histórico recente da ES como uma alternativa de trabalho explica a escassez de levantamentos que descrevam e comparem os trabalhadores deste campo de práticas com outros grupos, permitindo apurar de forma confirmatória quais as características específicas destas pessoas e em que magnitude elas ocorrem. Antes dos dois mapeamentos realizados pela SENAES, inexistia uma estimativa plausível do número de empreendimentos que compunham esse movimento no Brasil: por mais que se contassem o número de cooperativas e associações registradas, não havia como saber se poderiam estar ou não fazendo parte da ES, além daqueles estabelecimentos informais que se esperava encontrar, seguindo também o movimento desta outra economia. Os mapeamentos nacionais trouxeram à tona a dimensão da ES no Brasil, evidenciando a necessidade de maior compreensão desta práxis. Ainda assim, apesar dos mapeamentos revelarem muito sobre os empreendimentos, havia uma lacuna de informações a respeito das pessoas inseridas neste contexto, quanto a suas peculiaridades, origens e necessidades. A pesquisa amostral de sócios e sócias trouxe luz a esse ponto obscuro e permitiu que fossem reconhecidos alguns parâmetros e padrões típicos.

O meio acadêmico já construiu extensa base teórica sobre o fenômeno da ES no Brasil e sua repercussão na vida dos associados, mas a maioria na forma de estudos de casos, com pesquisas de cunho qualitativo que ilustram com minúcias as particularidades e perspectivas para as pessoas inseridas naqueles empreendimentos da ES. No entanto, poucos

são os estudos que permitem generalização das conclusões obtidas, justamente por serem escassas as pesquisas quantitativas, de base populacional, a respeito da ES no Brasil.

Em decorrência dos estudos já realizados, sempre houve indícios de que a população inserida na ES fosse de renda mais baixa do que a população em geral no nosso país, mas não se sabia qual a extensão dessa discrepância de proventos. Com os dados disponibilizados pelos estudos da SENAES, tornou-se exequível tal avaliação. É justamente essa a proposta deste capítulo: contrastar e explorar as disparidades entre a população de trabalhadores do Brasil em geral e aqueles específicos da ES.

A base dessa comparação é a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios) realizada pelo IBGE em 2013, congruente com a base dos dados da pesquisa com os sócios, cuja fase de coleta ocorreu entre junho e agosto de 2013. Os microdados da PNAD trazem entendimento a respeito da distribuição da população de acordo com sua condição de atividade econômica. Em 2013, a população brasileira total estimada era de 201,5 milhões de habitantes. Como o estudo com sócios da economia solidária inclui apenas uma pessoa de 14 anos e todos são considerados ocupados no ano de referência, a base do IBGE utilizada foi a população ocupada (no período de 365 dias de referência da PNAD) com 15 anos ou mais de idade: 102,7 milhões de pessoas.

A renda mensal declarada pelos 2.895 sócios entrevistados foi agrupada de forma a ser categorizada segundo os critérios utilizados pelo IBGE na PNAD. Os resultados apresentados no gráfico 12 expressam e confirmam que a ES é uma opção dos pobres. Porém, também mostra que outras classes de rendimento estão presentes nos empreendimentos, mas em menores proporções. É interessante notar, nas três primeiras classes de renda, uma proporção muito pequena de sócios de EES sem rendimentos, quando comparada com a respectiva proporção da população brasileira; enquanto na segunda e terceira classes mostradas no gráfico, quando a renda é maior que zero e no máximo de um salário mínimo, a proporção de pessoas sócias na ES é quase o dobro do que na população em geral, pois correspondem a 43,5% na ES e a 23,5% na população brasileira ocupada. Estes dados levantam a seguinte hipótese: as pessoas que, através do trabalho, aderem ao movimento da ES no Brasil passam a auferir renda, e isso numa proporção bem maior do que na busca por trabalho da população em geral sem rendimentos; no entanto, a renda média obtida na ES é inferior àquela da população total do Brasil (possivelmente, entre outros fatores, pela escolaridade do público que opta pela ES, a qual é mais baixa).

Para as próximas comparações da ES no Brasil, foram estabelecidas três bases: todos sócios entrevistados (n=2.895); somente os sócios de EES que têm como atividade econômica principal no EES o trabalho remunerado, a comercialização de sua produção ou o consumo coletivo de bens e serviços (n=2.313); e, somente os sócios de EES que têm como atividade econômica principal no EES a troca de produtos ou serviços, a poupança/crédito ou finanças solidárias ou outra resposta (n=582). A tabela 17 mostra esta divisão das bases de análise através da comparação dos percentuais de ocorrências das características em quatro colunas.

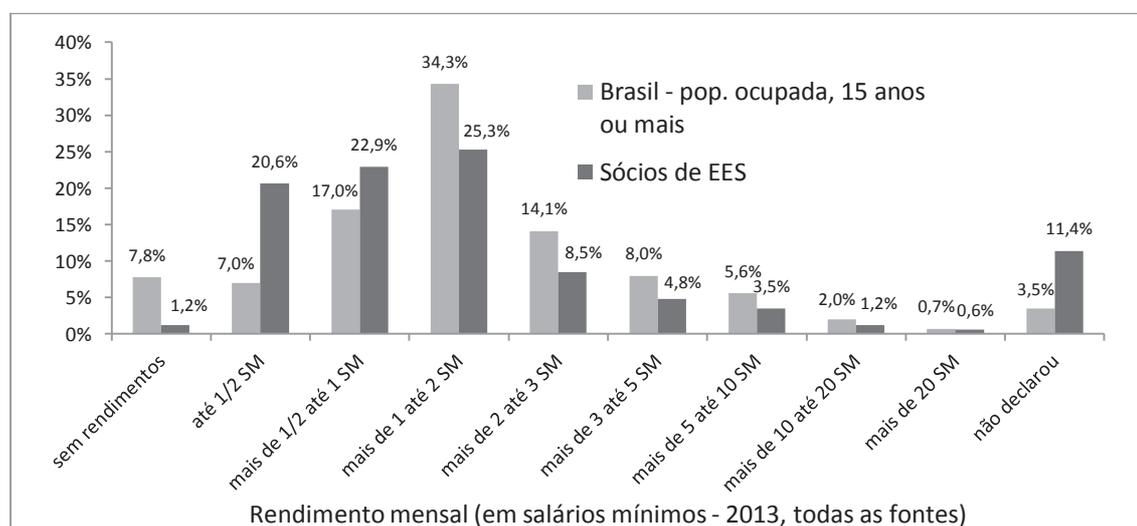


Gráfico 12. Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por classe de renda média mensal (em salários mínimos de 2013)

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Iniciando a comparação com relação ao sexo, a ES tem uma proporção um pouco maior de mulheres. Enquanto há 43,6% de mulheres entre a população ocupada brasileira, há 45,5% de mulheres entre os sócios da ES (Tabela 17). O percentual de mulheres que estão nos EES se mantém acima do percentual verificado na população em geral. A diferença de proporções de mulheres entre os dois grupos foi de 1,9%: é uma diferença muito tímida, frente às disparidades que ocorrem entre homens e mulheres em nossa sociedade. Em termos

de oportunidades para as mulheres, a ES está aquém do esperado de um movimento com promessa de democratização do trabalho e da renda. Na ES, a proporção de mulheres com rendimento zero até um salário mínimo é de 38%, já os homens correspondem a 27% dentro desta faixa de rendimento.

Tabela 17. Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por sexo, zona de moradia e raça.

Variável	Categoria	Atividade econômica principal no EES		ES (n=2.895)	Brasil – pop. ocupada /15 anos ou mais (N=95,9 milhões)
		troca de produtos ou serviços, poupança/crédito ou finanças solidárias ou outra resposta (n=582)	trabalho remunerado, comercialização de sua produção ou o consumo coletivo de bens e serviços (n=2.313)		
Gênero	Homem	51,9%	55,1%	54,5%	56,4%
	Mulher	48,1%	44,9%	45,5%	43,6%
Zona de moradia	Urbana	29,7%	40,4%	38,5%	84,8%
	Rural	70,3%	59,6%	61,5%	15,2%
Cor ou raça	Branco	39,4%	38,6%	38,8%	47,3%
	Negro, mulato ou pardo	57,4%	57,1%	57,1%	51,9%
	Amarelo ou ainoco	2,0%	1,5%	1,6%	0,5%
	Indígena, cafuzo ou caboclo	1,3%	2,7%	2,5%	0,3%

Fontes: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios

Elaboração da autora.

Diante do questionamento sobre a possibilidade da ES ser um movimento de igualdade entre homens e mulheres, procurou-se verificar se a renda do trabalho entre esses dois grupos seria mais igualitária do que na população em geral (Tabela 18). O resultado chama atenção: enquanto na população em geral, os homens têm rendimento médio mensal do trabalho, superior ao das mulheres, em 42,2%, na ES os homens sócios de EES têm renda média mensal do trabalho superior a das mulheres em 87,6%. Esta diferença de rendimentos foi calculada para todos os tipos de atividades exercidas nos EES, no entanto, em alguns segmentos específicos da ES são encontrados indícios de redução das desigualdades de renda: um estudo anterior realizado pela autora, somente com sócios cuja atividade principal é o trabalho remunerado no EES, apresentam redução de desigualdades de renda em diversos segmentos, porém os graus de discrepância divergem bastante dependendo da região brasileira avaliada (KUYVEN, 2015).

Quando se avalia exclusivamente aqueles que têm como atividade econômica principal no EES o trabalho remunerado (n=465), a diferença que era de 87,6% se reduz para 49,7%, mas ainda assim fica acima do que se vê na população em geral. Num esforço para encontrar pistas que explicassem o fato, foi efetuado outro filtro em que esta mesma comparação, entre homens e mulheres da ES, é realizada conforme a atribuição dos sócios para a importância do empreendimento para a sua renda. O que se observou foi que, quando o EES garante a principal fonte de sua renda (n=746), os homens têm um rendimento mensal superior em apenas 9,2% ao das mulheres (os homens têm renda do trabalho de R\$ 912,64, em média, e as mulheres de R\$ 836,03).

Tabela 18. Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por sexo.

	Rendimento médio do trabalho		
	Sócios de EES (n=2.565)	Pop. brasileira *	Somente quando é o EES que garante a principal fonte de renda (n=746)
Masculino	R\$ 1.198,30	R\$ 1.762,60	R\$ 912,64
Feminino	R\$ 638,65	R\$ 1.239,52	R\$ 836,03
Geral	R\$ 939,75	R\$ 1.538,63	R\$ 878,44
Diferença % homens/mulheres	87,6%	42,2%	9,2%

*Ocupada no ano de ref. com 15 anos ou mais.

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Este grupo, selecionado na última coluna da tabela 18, no qual o EES garante a principal fonte de renda ao sócio (n=746), restringe a amostra a casos em que o empreendimento é muito importante para a renda do trabalhador, deixando de fora os sócios de EES cujo trabalho é mais externo ao EES, especialmente no que se refere à geração de renda. Encontrar uma redução de desigualdade de sexo tão relevante mostra que, em EES cujo objetivo é a geração de renda, além de auferir renda aos sócios, a disparidade de renda entre homens e mulheres trabalhadores é atenuada, se comparada ao mercado de trabalho em geral.

Frente ao achado sobre os sócios que afirmam que o EES garante a principal fonte de sua renda, onde foi visto, finalmente, uma situação de redução significativa de desigualdade entre homens e mulheres, procurou-se investigar as características dos EES que diferenciavam esse grupo de sócios dos outros. As principais características encontradas foram: moradores da zona urbana; sócios de EES com acesso à internet; tinham como principal ocupação durante a vida de trabalho a reciclagem, funções administrativas, serviços técnicos, atendimento no comércio, pesca e costura; mais jovens; não estão associados a sindicatos; estão em empreendimentos mais recentes; trabalham com produção ou comercialização nos EES; estão em empreendimentos com alto grau de empreendedorismo e de solidarismo¹³; EES formalizados como cooperativas; as assembleias ou reuniões coletivas ocorrem com maior frequência; têm mais atividades de formação, especialmente em ES; os EES participam mais de redes de comercialização e produção. Percebeu-se também que estes casos se localizam em menor proporção no Nordeste brasileiro, região onde se encontram as menores médias de renda no mercado de trabalho em geral, tal como a maior proporção de trabalhadores com grau de instrução limitado ao ensino fundamental (conforme dados da PNAD/2013).

Voltando a tabela 17, nota-se a predominância de pessoas que moram na zona rural dentre os sócios da ES. Enquanto no país, somente 15,2% dos trabalhadores estão na zona rural, na ES este percentual chega a 61,5%. Estamos diante de uma diferença importante, que coloca a ES de nosso país numa característica singular, quando comparada a outros países. Esta circunstância perpassa pela história da ES no Brasil, que muitas vezes surgiu como um recurso para o pequeno produtor rural ter melhores condições de organização do trabalho e ganhos. Essa predominância de residentes rurais corrobora o que já foi expresso no capítulo anterior e o que também já é exposto na literatura: foram os trabalhadores do campo os precursores da ES no país. No Brasil, todo o esforço das políticas públicas para

¹³ O grau de empreendedorismo e de solidarismo dos EES utilizado na análise são explicados em Gaiger & Grupo ECOSOL (2014). Foram estabelecidos dois coeficientes, um de solidarismo e outro de empreendedorismo. Os dois são formados por 10 indicadores cada, no qual a ausência de todos eles atribui valor 0 para o EES, ao passo que a presença de todos eles atribui valor 10. Os indicadores de solidarismo incluíram princípios e práticas de democracia e de participação igualitária na gestão e nas deliberações do EES, ocorrência de trabalho assalariado de terceiros para garantir a viabilidade econômica do EE, participação em debates e ações em questões de interesse coletivo mais amplo e novas práticas de comércio e de cooperação econômica. Já os de empreendedorismo levaram em conta uma abordagem crítica em relação às teorias canônicas do conceito e também a restrição de informações no mapeamento para este fim. Assim, incluíram: respeito e proteção aos trabalhadores, formalização, destinação adequada de resíduos, ocorrência de sobras ou excedentes financeiros, situação relacionada a crédito, etc.

que houvesse a formação de grupos com atividades afins com o propósito de fortalecimento da classe, por décadas, fixou-se no trabalhador do campo, através especialmente de associações de consumo e de cooperativas de crédito. Somente após a década de 80 começam a aparecer incentivos para os trabalhadores urbanos, os quais vêm aderindo ao movimento; porém, ainda estão longe de alcançar o mesmo volume ocupado pelos trabalhadores rurais.

Enquanto o mercado de trabalho no Brasil é composto por 52,7% de não brancos, na ES este grupo responde por 61,2% (Tabela 17). A ES aparece, inicialmente, como um espaço ou oportunidade para trabalhadores não brancos. Da mesma forma que foi analisada a situação entre homens e mulheres em termos de rendimentos, aqui também se faz para brancos e não brancos. Nesta comparação, mostrada na tabela 19, os resultados são dignos de atenção: na população em geral, os trabalhadores que se declaram brancos têm rendimento médio mensal do trabalho superior ao dos não brancos, em 73,3%; na ES, os sócios de EES que se declaram brancos têm renda média mensal do trabalho superior aos não brancos em 150,6%.

Tabela 19. Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por raça/cor declarada.

	Rendimento médio do trabalho		
	Sócios de EES (n=2.565)	Pop. brasileira *	Somente sócios em que o trabalho remunerado no EES é a principal ativ. econômica (n=465)
Não branco	R\$ 607,35	R\$ 1.144,96	R\$ 929,14
Branca	R\$ 1.522,16	R\$ 1.983,94	R\$ 1.042,09
Geral	R\$ 939,75	R\$ 1.538,63	R\$ 968,25
Diferença % brancos/ não brancos	150,6%	73,3%	12,2%

*Ocupada no ano de ref. com 15 anos ou mais

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Procurando compreender melhor este resultado e seguindo a mesma linha de investigação da comparação entre sócios e sócias da ES, verificou-se se haveria grupos em

que essa disparidade de renda fosse menos impactante. O grupo que aparece como um conciliador dos rendimentos entre raças é o de sócios que têm como principal atividade econômica o trabalho remunerado no EES, pois neste grupo, os sócios de EES que se declaram brancos ou brancas têm renda média mensal do trabalho superior aos não brancos em 12,2% (última coluna da tabela 19). Aqui, como diz a expressão popular: há uma luz no fim do túnel. Frente à cifra de 150,6%, o valor médio de renda dos brancos superior aos demais em 12,2% recupera a tese sobre o aspecto economicamente democrático da ES, pelo menos entre os sócios que trabalham nos EES. Da mesma forma que o grupo de sócios de EES, para os quais o empreendimento garante sua principal fonte de renda, o grupo que indica o trabalho remunerado no EES como principal atividade econômica se destaca por restringir a amostra a casos em que o empreendimento tem expressiva importância para a renda do trabalhador, deixando de fora os sócios cujo trabalho é mais externo ao EES. Dentro dessa condição mais restrita, o trabalho em EES gera redução das disparidades de renda entre brancos e não brancos.

O ambiente rural da ES apresenta-se lamentavelmente desigual para os não brancos, pelo menos em termos de renda. Dentre os sócios de EES que residem em zona rural, o rendimento de trabalho dos sócios que se declaram brancos(as) frente ao de não brancos(as) é 231,9% superior (entre brancos, a média de renda do trabalho é R\$1.594,08 e entre não brancos é R\$ 480,24). Percebe-se ainda, que essa discrepância é muito maior na ES do que na população brasileira em geral, na qual os trabalhadores rurais brancos têm renda 71,6% acima da renda do trabalho dos não brancos (entre brancos a média de renda do trabalho é R\$ 916,80 e entre não brancos é R\$ 534,26). A observação dos valores de rendimento médio em reais, de trabalhadores do meio rural da ES e do Brasil, mostra que, quando os sócios são de cor branca, a ES é altamente satisfatória; porém, quando se trata de sócios não brancos, torna-se ineficiente em termos de renda.

Dado que a discrepância de renda por cor dos sócios de EES é consideravelmente menor quando nos restringimos aos casos em que o sócio tem o trabalho remunerado no EES como principal atividade econômica, procurou-se verificar como fica esta restrição para a análise da renda entre brancos e não brancos no meio rural. Primeiramente, foi verificado que nestes casos, independentemente de cor, a renda média na zona rural é superior entre trabalhadores remunerados em EES do que na população de trabalhadores em geral no Brasil, pois enquanto a renda média de trabalho da população brasileira na zona rural é de

672,32, entre esses sócios de EES, é de R\$ 799,18. Depois, verificando a atuação da ES com relação à cor, o que se observou para esta área foi uma inversão no efeito da ES: para os 465 casos de sócios que trabalham de forma remunerada no empreendimento, a renda média de brancos é R\$ 902,73 (um pouco menor que a média da população em geral) e a renda dos não brancos é R\$ 743,33 (39,1% acima da renda média da população não branca em meio rural no Brasil, que é de R\$ 534,26). Estes resultados mostram uma condição de melhora de geração de renda através da ES para não brancos em meio rural, quando comparado aos rendimentos deste grupo no Brasil, desde que tenham o trabalho remunerado como principal atividade econômica no EES.

Quanto à escolaridade, as proporções de sócios de EES de acordo com seu grau de instrução (Tabela 20) demonstram que na ES há um forte predomínio de pessoas que iniciaram sua escolarização, mas não chegaram a completar o ensino fundamental: trata-se de 48% dos sócios de EES (no Brasil, a população ocupada a partir de 15 anos tem 26,4% dos trabalhadores nessa faixa de escolaridade). Agrupando todos trabalhadores, desde os sem instrução até aqueles com no máximo o ensino fundamental completo, observa-se um pouco mais de aproximação entre a população de trabalhadores brasileiros e os da ES: 44,3% contra 61% respectivamente, mas ainda assim, verifica-se que a ES é ocupada por uma proporção maior de pessoas com baixa escolaridade. Portanto, da mesma forma que a ES aparece como um espaço de trabalho para mulheres e para não brancos, também aparece para pessoas com baixo grau de escolarização.

O ensino fundamental completo serviu como divisor para que fossem verificadas diferenças de rendimento do trabalho entre a ES e o Brasil, por escolaridade. A tabela 21 apresenta a renda média mensal do trabalho para a população em geral e para a ES, nestes dois grupos de escolarização. No Brasil, os trabalhadores que têm pelo menos o ensino médio incompleto, têm renda média 126% maior do que os de menor escolaridade. Se esta comparação for verificada na ES, para qualquer tipo de empreendimento, essa diferença é bem menor: os mais instruídos têm renda 78% maior. Para o grupo de sócios cuja atividade econômica principal é o trabalho remunerado no EES, é menor ainda esta diferença: mais instruídos têm renda 49,7% maior.

Tabela 20. Comparativo das proporções de trabalhadores do Brasil e da ES, por escolaridade e faixa de idade.

Variável	Categoria	Atividade econômica principal no EES		ES (n=2.895)	Brasil – pop. ocupada /15 anos ou mais (N=95,9 milhões)
		troca de produtos ou serviços, poupança/crédito ou finanças solidárias ou outra resposta (n=582)	trabalho remunerado, comercialização de sua produção ou o consumo coletivo de bens e serviços (n=2.313)		
Escolari- zação	Sem instrução	4,4%	5,2%	5,0%	7,1%
	Fundamental inc. ou equiv.	47,1%	48,4%	48,0%	26,4%
	Fundamental comp. ou equiv.	8,2%	8,0%	8,0%	10,5%
	Médio inc. ou equivalente	7,6%	6,9%	6,9%	6,8%
	Médio comp. ou equiv.	18,8%	19,0%	18,9%	30,3%
	Superior inc. ou equivalente	4,4%	3,6%	3,9%	5,3%
	Superior completo ou mais	8,2%	6,4%	6,8%	13,3%
	Não determinado	1,4%	2,6%	2,3%	0,3%
Faixa de idade	15 a 19 anos	1,0%	1,6%	1,5%	6,0%
	20 a 29 anos	15,8%	9,3%	10,4%	23,2%
	30 a 39 anos	20,6%	20,1%	20,1%	26,1%
	40 a 49 anos	25,1%	27,2%	26,9%	22,0%
	50 a 59 anos	19,6%	24,8%	23,9%	15,3%
	60 anos ou mais	18,0%	16,9%	17,1%	7,5%

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Tabela 21. Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios da ES, por escolaridade.

	Rendimento médio do trabalho		
	Sócios de EES (n=2.507) que indicaram a renda e a escolaridade	Pop. brasileira *	Somente sócios em que o trabalho remunerado no EES é a principal ativ. econômica (n=447)
Máximo ens. fundamental compl.	R\$ 741,61	R\$ 903,75	R\$ 798,59
Pelo menos ensino médio incompleto	R\$ 1.319,97	R\$ 2.042,56	R\$ 1.195,34
Geral	R\$ 953,16	R\$ 1.538,63	R\$ 978,77
Diferença % maior esc./menor	78,0%	126,0%	49,7%

Obs.: Dentre os 2.565 sócios, 58 não indicaram a escolaridade.

*Ocupada no ano de ref. com 15 anos ou mais.

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Outra característica que chama a atenção entre os sócios de EES é a idade. Na ES, os trabalhadores têm idade mais avançada do que na população de trabalhadores em geral. A tabela 20 mostra que, na ES, as proporções de todas as faixas de 40 anos ou mais são superiores às de trabalhadores brasileiros em geral. A idade média dos sócios de EES é de 46,2 anos, enquanto entre trabalhadores da população brasileira a média é de 38,4 anos.

Na pesquisa amostral de sócios de EES, há 141 sócios com no máximo 25 anos. Uma observação sobre o perfil preponderante deste grupo revelou que as mulheres estão em maior número, são mais de zona urbana do que rural, quase a metade está em EES de produção, 14% trabalham com reciclagem de materiais sólidos e 40% têm trabalho remunerado no EES como principal atividade econômica.

Há muitas dificuldades enfrentadas pelos sócios, as quais se refletem nessa afirmação de 73% deles: a falta de renda imediata leva as pessoas a desistirem da ES. Talvez seja esse o motivo pelo qual, especialmente os mais jovens, não estejam tão inseridos na ES. O imediatismo ocasionado pela necessidade de renda ou mesmo pela ansiedade em se ver com algum rendimento pode deixar os mais jovens menos empolgados com a proposta da ES. Além disso, o senso de comunidade vai aparecendo no avançar da vida adulta, pois no início de sua jornada os anseios mais individuais ainda prevalecem, provavelmente por uma crença maior de poder fazer tudo sozinho. Está presente no imaginário da juventude o modelo tradicional de trabalho, no qual, este aparece ao mesmo tempo como uma necessidade vital (uma obrigação social) e um dever moral, cuja contrapartida é o *status* social e a satisfação pessoal que ele proporciona (MENDES, 2008).

Outro estudo com jovens pobres indicou que muitos não querem fazer do trabalho o centro de suas vidas (como foi, em tempos remotos, para seus pais e avós). Ao contrário, eles enfatizam a dimensão “instrumental” do trabalho, tendo como consequência, uma postura finalista: a de ganhar dinheiro (ANDRADE, 2008). No caso destes jovens, a realização pelo trabalho não é o que mais prevalece, mas os benefícios que o emprego pode trazer: a compra da casa e do carro, a possibilidade de proporcionar viagens, etc. No que tange à inserção no mercado de trabalho, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm sido marcadas pela incerteza: ocupam as ofertas de emprego que aparecem, normalmente de curta duração e baixa remuneração, o que deixa pouca possibilidade de iniciar ou progredir na carreira profissional. Isto, sem considerar as rápidas transformações tecnológicas que se refletem no mercado de trabalho, modificando especializações em pouco tempo e tornando

obsoletas determinadas profissões. Hoje, jovens de todas as classes e situações sociais expressam inseguranças e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Eles vivenciam, de modo sofrido e dramático, o que alguns estudiosos têm chamado de “medo de sobrar” (NOVAES, 2007).

A ES mostrou-se diversificada quanto aos objetivos, tanto dos EES quanto dos sócios que dela fazem parte. Nem sempre o objetivo é auferir renda a partir do trabalho no EES: há muitos casos de empreendimentos que apoiam a unidade produtiva do sócio, externa ao EES. Diante disso, considerou-se, na próxima análise, que a forma ideal de comparar a população brasileira de trabalhadores com sócios de EES é aquela em que filtramos os sócios para os quais o trabalho remunerado no EES é sua principal atividade econômica e, que o empreendimento garante sua principal fonte de renda.

Dado que a escolaridade baixa é uma característica relevante na ES, procurou-se comparar o Brasil e a ES quanto aos trabalhadores com escolaridade máxima o ensino fundamental completo (Tabela 22).

Tabela 22. Comparativo do rendimento médio do trabalho entre população brasileira e sócios que trabalham em EES, por escolaridade, sexo, área e cor

	Todas escolaridades				Escolaridade máxima o ens. fundamental			
	PNAD/2013* (N= 92.599.368)		Sócios ES (n=281)		PNAD/2013* (N= 40.975.924)		Sócios ES (n=147)	
Masculino	R\$ 1.762,60	42,2%	R\$ 1.105,25	21,8%	R\$1.074,99	81,6%	R\$ 854,58	-5,3%
Feminino	R\$ 1.239,52		R\$ 907,43		R\$ 591,95		R\$ 901,95	
Urbano	R\$ 1.700,41	152,9%	R\$ 1080,09	52,3%	R\$1.034,13	88,7%	R\$ 964,88	50,7%
Rural	R\$ 672,32		R\$ 709,15		R\$ 548,16		R\$ 640,42	
Branco	R\$ 1.983,94	73,3%	R\$ 1.151,08	24,8%	R\$1.090,56	38,2%	R\$ 914,21	5,3%
Não branco	R\$ 1.144,96		R\$ 922,64		R\$ 789,36		R\$ 868,17	
Geral	R\$ 1.538,63		R\$ 1.004,24		R\$ 903,75		R\$ 881,01	

Obs.: somente sócios de EES que declaram como principal atividade econômica no EES o trabalho remunerado e também afirmam que o EES garante a principal fonte de renda.

*Ocupada no ano de ref. com 15 anos ou mais.

Fonte: IBGE – Microdados PNAD 2013 – Pessoas com 15 anos ou mais ocupadas no ano de referência e SIES - Pesquisa amostral com sócios.

Elaboração da autora.

Quando se observa o conjunto de trabalhadores da PNAD, a restrição de escolaridade máxima no ensino fundamental eleva a discrepância de renda entre homens e mulheres (homens têm renda 42,2% maior e passam a ter 81,6% maior entre menos escolarizados) e diminui quanto ao espaço de vivência (urbano e rural) e quanto à raça. Utilizando todas as escolaridades, os sócios de EES (somente aqueles com trabalho remunerado e EES garantindo a principal fonte de renda) têm uma discrepância de renda menor que a PNAD nos três domínios analisados (sexo, área e cor). Quando se observam esses sócios, mas restringindo-os à baixa escolaridade, a discrepância fica menor ainda. E mais, as mulheres chegam a ter renda média superior que os homens, quando a escolaridade é baixa na ES. No entanto, essa diminuição se deve exclusivamente ao fato de que entre mulheres, a escolarização baixa praticamente não altera a renda média, já entre os homens, a renda média fica reduzida.

Vale ressaltar que a renda média para mulheres de baixa escolaridade, em relação ao grupo completo, é quase a mesma somente entre as trabalhadoras da ES (de R\$ 907,43 passa para R\$ 901,95 entre menos escolarizadas), pois na população em geral (PNAD), a renda de mulheres com baixa escolaridade fica em menos da metade, do que a renda considerando todas as escolaridades (de R\$ 1.239,52 reduz para R\$ 591,95). A ES apresenta-se como importante fator de geração de renda para mulheres de baixa escolaridade, ficando acima da renda das mulheres em geral (também com baixa escolaridade).

De acordo com a tabela 22, quando a escolaridade é baixa (máximo ensino fundamental completo), a ES gera renda média mensal maior do que na população em geral nos três grupos que costumam ser desfavorecidos na sociedade brasileira: mulheres, meio rural e não brancos. Para as mulheres de baixa escolarização, a ES gera um bom aumento na renda média mensal: na PNAD, elas têm renda média de R\$ 591,95, já na ES, elas têm renda média mensal de R\$ 901,95. Entre sócios com baixa escolaridade e de área rural, esse aumento é mais leve: na PNAD, eles têm renda média de R\$ 548,16; já na ES, eles têm renda média mensal de R\$ 640,42. A área rural é mais bem remunerada, em média, também quando se consideram todas as escolaridades (R\$ 672,32 na PNAD e R\$ 709,15 na ES). Para não brancos, apesar de ocorrer uma redução para os sócios de baixa escolaridade, ela é mais amena na ES do que na PNAD: na PNAD reduz de R\$ 1.144,96 para R\$ 789,36, enquanto na ES reduz de R\$ 922,64 para R\$ 868,17. A renda de não brancos com baixa

escolaridade fica maior entre trabalhadores da ES do que na PNAD: R\$ 548,16 na PNAD e R\$ 640,42 na ES.

Os resultados vistos neste capítulo começam reafirmando a diversidade da ES, com seus variados enfoques. Estão colocados no mesmo agregado desde pessoas que participam como sócias de um EES para realização de trocas eventuais, ou pessoas que se associam a uma cooperativa de crédito exclusivamente para usufruir das facilidades para adquirir um empréstimo momentâneo, como também estão trabalhadores que se unem num grupo com afinidades, geralmente de uma mesma ocupação profissional e, coletivamente, assumem um compromisso, uns com os outros, de melhorarem suas condições de vida através do trabalho. Nesse contexto diverso, com 2.565 sócios avaliados, não foi encontrado resultado que indicasse a ES como redutora de desigualdades de renda para gênero ou cor, quando comparada a renda média mensal com a população brasileira ocupada. Porém, os sócios de EES usados na comparação, tão diversificados, não pareceram ser os mais adequados para este fim. Neste grupo maior, estão incluídos sócios que não esperam e não procuram no EES um aumento ou produção de renda do trabalho na ES. Então, uma comparação mais pertinente seria obtida considerando sócios que têm como objetivo o trabalho no EES para garantia de sua renda. Assim, as análises aparecem, ao final do capítulo, restritas a sócios para os quais o trabalho remunerado no EES é a principal atividade econômica e também têm no EES a principal fonte de renda. Neste contexto mais reduzido, no qual se observa sócios de EES que têm suas vidas de trabalho associadas aos EES de forma mais intensa, a ES pode ser vista como um elemento promotor de redução de desigualdades de renda para grupos menos privilegiados na sociedade. Houve redução importante na discrepância de renda do trabalho para mulheres, pessoas de área rural, pessoas não brancas e trabalhadores de baixa escolaridade. No caso de mulheres com baixa escolaridade, ocorre até uma inversão: a renda média mensal é maior do que a dos homens. Estes achados mostram que a ES ameniza a acentuada disparidade de rendimentos inferiores para grupos que costumam ser menos favorecidos. Num ambiente como o da ES, onde se prega justamente a igualdade e a democracia, os dados sobre a amostra de sócios de EES indicam que a ES caminha para uma desconstrução de antigas culturas de discriminação presentes no Brasil.

A análise dos dados até aqui propicia uma visão confirmatória de prerrogativas atribuídas à ES no Brasil, nas quais se espera da ES um ambiente de melhoria das condições de vida e ausência de discriminações. Os capítulos 4 e 5 trazem dados referentes aos sócios

de EES, destacando suas características gerais e as mais peculiares, sobretudo quando surgem de forma diferenciada do ambiente tradicional de empresas integradas ao modo de produção capitalista.

Enquanto o capítulo 4 serviu para descrever o perfil dos sócios de EES, o capítulo 5 propôs-se a comparar esses perfis com a população ocupada do mercado de trabalho brasileiro. Dessa forma, pode-se dizer que o capítulo 5 já traz elementos avaliativos da ES no Brasil. Neste capítulo, é possível perceber o atendimento a um dos princípios descrito por Singer (2002a), quando discorre sobre o movimento da ES no Brasil: o da igualdade.

Cabe ressaltar que, do ponto de vista metodológico, as análises dos capítulos 4 e 5 restringem-se ao uso de ferramentas de estatística descritiva. Portanto, afirmações a respeito dos sócios são válidas e confirmadas para a amostra pesquisada. Ainda assim, generalizações para além da amostra são consideradas tendências factíveis, dado que o processo de amostragem manteve-se rigoroso em termos de representatividade da população pesquisada.

No próximo capítulo, ainda são almejados dados que permitam uma verificação dos atributos da ES na vida de seus associados. Porém, o uso de ferramentas de inferência estatística assegura a generalização dos resultados obtidos a respeito dos sócios. Trata-se de uma proposta de modelo empírico, no qual se integram possíveis fatores geradores de renda para os associados de EES e avalia-se a presença e a forma do efeito desses fatores sobre as rendas mensais.

6 MODELO EMPÍRICO PARA COMPREENSÃO DOS FATORES RELACIONADOS À RENDA DOS SÓCIOS

A observação da distribuição de proporções de sócios de variados grupos identifica, na ES, uma tendência de ampliação de espaço para públicos frequentemente marginalizados no mercado de trabalho. Pessoas de baixa escolaridade, com pouca qualificação técnica e acostumadas a uma condição de vida precária, encontram oportunidades de emancipação através do trabalho em EES. Enquanto o referencial teórico traz uma apresentação do percurso da ES no Brasil, retratando sua consolidação ao decorrer do tempo, o capítulo 4 observou dados empíricos da pesquisa amostral com sócios, cuja metodologia foi detalhada no capítulo 3. Os dados do capítulo 4 revelam quem são, e o que fazem, as pessoas que optaram pelo trabalho em EES. Já o capítulo 5 destaca perspectivas peculiares à ES, quando comparada ao mercado de trabalho brasileiro.

Estes capítulos trouxeram à tona características relevantes sobre os sócios de EES. As análises já apontam a ES como um movimento no qual trabalhadores sócios de EES, que encontram ali sua principal fonte de renda, veem menor discrepância em seus rendimentos, no que se refere a grupos frequentemente discriminados no mercado de trabalho em geral: mulheres, não brancos, moradores de área rural e pessoas com baixa escolarização.

A partir de uma melhor compreensão do perfil dos sócios de EES trazida até este ponto do estudo, parte-se para uma exploração de quais fatores contribuem para a geração de renda dos trabalhadores de EES. Este capítulo dedica-se à construção de um modelo empírico que verifique quais fatores são determinantes da renda dos sócios dos empreendimentos econômicos solidários (EES), ou relacionados com ditos rendimentos. Um conjunto de etapas sucedeu-se para atingir este propósito: *i*) definir a técnica estatística adequada aos objetivos e tipos de variáveis em análise e, estabelecer quais, dentre os 2.895 sócios da pesquisa amostral, devem fazer parte da análise; *ii*) verificar quais as variáveis independentes (explicativas) apropriadas e, destas, quais são exequíveis para um modelo empírico; *iii*) por fim, propor um modelo estatístico composto por fatores que explicam a condição de renda para os sócios dos EES.

Além da construção do modelo empírico, este capítulo objetiva ainda apresentar simulações de perfis de sócios de EES e, a partir dos perfis, projetar a respectiva renda média esperada.

6.1 A análise de regressão para ajustar o efeito de fatores explicativos

O conjunto de etapas exposto acima leva em conta que o modelo propõe-se a revelar os fatores determinantes ou associados à renda dos sócios de EES. Dado que a variável dependente do modelo a ser desenvolvido (renda) é classificada como quantitativa (também chamada de métrica), a técnica estatística de análise fica condicionada a este aspecto. Uma técnica frequentemente utilizada para estas situações é a análise de regressão múltipla. Sua aplicação é especialmente importante, pois permite que se estime o valor de uma variável com base num conjunto de outras variáveis.

A análise de regressão múltipla verifica simultaneamente o efeito de k variáveis independentes X , sobre uma variável quantitativa dependente Y . A análise de regressão múltipla permite testar, para cada variável independente, se ela gera efeito sobre Y ou não e, no caso daquelas que têm seu efeito confirmado, a análise permite uma avaliação do grau e da forma deste efeito (MOORE, 2004; PAULA, 2004; HAIR *et al.*, 2005; KUYVEN, 2010). A análise resulta em uma equação matemática, na qual é possível prever o valor de Y de acordo com uma combinação de valores estabelecidos das variáveis independentes significativas¹⁴ X , ou seja, permite fazer simulações para diferentes perfis das variáveis independentes e, de acordo com o perfil estipulado, estimar o valor esperado para Y , em média.

Quando a regressão múltipla é do tipo linear, temos a seguinte estrutura para a equação:

¹⁴ A significância estatística mostra em que grau uma medida (ou informação) baseada em amostra é verdadeira para a respectiva população. Quando se quer verificar se uma medida é significativa, utiliza-se o “valor-p”, o qual pode variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de zero, mais significativa é uma medida. O resultado calculado para o “valor-p” informa a probabilidade de se estar equivocado quando é afirmado que uma medida que ocorre na amostra também ocorre na população. Por isso, quando mais próximo de zero, mais segura a afirmação a respeito da população.

$$Y = a + b_1X_1 + b_2X_2 + \dots + b_kX_k$$

Onde Y é a variável dependente;

a corresponde a uma constante, um valor de base a partir do qual começa Y;

b_k corresponde aos coeficientes técnicos atrelados às variáveis independentes; e

X_k são as variáveis independentes.

No caso específico desta tese, a técnica estatística de regressão múltipla visa verificar se as diferenças no processo de formação das rendas dos sócios de EES podem ser explicadas por um conjunto de características dos sócios e dos EES, e estimar sua renda conforme este perfil. Com base na equação obtida a partir da análise de regressão, foi elaborado um simulador, no qual cada pequena conversão no perfil retorna a alteração média esperada na renda do sócio. Uma pequena conversão pode ser, por exemplo, uma mudança no grau de escolaridade, um aumento na idade, um aumento no tempo em que o sócio faz parte do EES, ou a existência de algum tipo de apoio ao EES em que o sócio atua ou, ainda, a ocorrência de uma formação técnica ou profissional para os sócios do EES, entre outras. O simulador contribui para a compreensão do efeito esperado sobre a renda dos sócios quando determinadas ações no EES ou mudanças de seus perfis ocorrem, trazendo maior clareza sobre o planejamento e decisões na área da ES. Assim, as estimações realizadas proporcionam insumos para uma reflexão e eventual redirecionamento de políticas de estímulo ao desenvolvimento da economia solidária.

Quanto à especificação da amostra de sócios a serem incluídos na modelagem, a análise da renda dos associados deve levar em conta a existência de alternativas de enfoques a serem dados às informações e, também, da confiabilidade da informação obtida com o associado, especialmente para o caso em que ele precisa declarar seus rendimentos a um entrevistador. A formação da renda dos sócios foi analisada com zelo, de forma a estabelecer a melhor forma de incluí-la no modelo. Conforme explicação já apresentada no capítulo 3, a renda dos sócios entrevistados pode ser proveniente de fontes externas ao EES (variável 48 – Questionário da Pesquisa Amostral com Sócios da SENAES) ou do trabalho remunerado no EES (variável 70 do mesmo instrumento). Além disso, houve casos em que o associado de um EES de comercialização afirma não ter trabalho fora do EES amostral e, no entanto, apresenta um valor que é frequentemente comercializado no EES, decorrente de sua

produção individual. Nesses casos, o valor de comercialização foi parcialmente utilizado na formação da renda do sócio.

Vale lembrar que a possível declaração incorreta da renda fez com que 330 sócios fossem descartados de todas as análises que envolvessem essa variável. Portanto, aqui há 330 sócios que não farão parte do modelo empírico.

Os modelos empíricos ficam suscetíveis a erros de estimação quando estão na presença de valores atípicos da variável a ser modelada. Este é o caso de 38 sócios com renda total acima de R\$8.000,00. Estes sócios foram considerados “atípicos”, pois são casos fora do padrão na ES e ocorrem numa proporção muito pequena, o que pode prejudicar a elaboração do modelo empírico. Isso significa que as conclusões sobre os efeitos de fatores sobre a renda serão válidas dentro dessa dimensão, pois casos de renda acima de R\$ 8000,00 são raros na amostra e não permitem afirmações seguras sobre a população de sócios desta faixa.

Após esta exclusão dos 330 casos de renda “zero” duvidosa e dos 38 casos de renda fora do padrão, iniciou-se uma avaliação sobre a parte da renda que seria analisada. Inicialmente, o plano era avaliar a renda proveniente somente do EES, porém percebeu-se logo que este não seria o melhor caminho, dado que a renda proveniente de outras fontes está geralmente atrelada com a atividade no EES. Por exemplo, aqueles que usam o EES para vender seus produtos de unidade individual acabam aumentando a renda externa ao EES por ter esta participação no EES; então, esse aumento da renda não deve ser excluído. Sendo assim, considerou-se mais adequada a avaliação da renda bruta total dos sócios, em que se considera a soma de todos os rendimentos brutos declarados nas questões 48 e 70 do questionário e metade do valor comercializado apresentado na questão 61, conforme foi justificado no capítulo 3.

Conjecturando sobre o objetivo da modelagem da renda, que está atrelado ao fato do trabalhador vir a ser sócio de um EES com a finalidade de auferir renda, seja por via indireta ou direta do EES, é coerente que seja verificado se realmente esta finalidade ocorre para todos. A alternativa em que todos os sócios da amostra da pesquisa com sócios da SENAES estariam incluídos foi logo descartada, tendo em vista que os entrevistados descrevem diferentes objetivos relacionados à sua condição de sócio no empreendimento. Enquanto muitos se associam com objetivo de auferir renda (caso das cooperativas de trabalho, por exemplo), outros têm a intenção exclusiva de colaborar com os demais associados ou com a

comunidade através de uma associação beneficente, enquanto outros, ainda, utilizam o empreendimento para realizar trocas eventuais ou para ter acesso a crédito de forma mais simplificada e justa.

Diante destas considerações, foi necessário executar um estreitamento de foco. No momento a seguir foi considerada a inclusão apenas dos sócios que afirmaram que sua principal atividade econômica no EES era o trabalho remunerado na produção ou comercialização da produção (17,1% dos 2.985 sócios da amostra). Observou-se que a alternativa era muito restritiva, pois havia muitos sócios que tinham sua atividade econômica principalmente fora do EES e o utilizavam para fazer a comercialização de sua produção, fato que torna o EES um importante veículo para a obtenção da renda do entrevistado, apesar dele não exercer um trabalho diretamente remunerado pelo EES. A mesma restrição se aplicaria àqueles sócios que se associam ao EES para o uso coletivo de equipamentos, estrutura ou serviços: eles também não têm renda direta do EES, mas o EES contribui para que sua renda seja beneficiada pela sua participação num empreendimento deste tipo.

Finalmente, a alternativa escolhida em termos de sócios que seriam incluídos na análise mais detalhada da renda foram aqueles que declaram na questão 53 do questionário que sua principal atividade econômica no EES é: ou o trabalho remunerado ou a comercialização de sua produção ou o uso coletivo de bens ou serviços. Ficaram de fora aqueles 330 que não declaram corretamente sua renda e aqueles casos atípicos da ES cujo rendimento é maior ou igual a R\$ 8.000,00. Assim, a amostra para o modelo empírico ficou reduzida a 2.007 sócios.

Foi cogitado excluir sócios de empreendimentos que estavam em implantação ou reestruturação. Porém, como essa condição dizia respeito ao período da entrevista ao empreendimento durante o II Mapeamento, a maior parte realizada em 2010 e 2011, eles foram mantidos, já que em 2013, momento da entrevista com os associados, o empreendimento continuava a existir.

Diante da redução da base inicial de análise de 2.895 sócios para 2.007, decorrente dos filtros aplicados, além da definição da renda a ser utilizada na modelagem (renda total: externa e interna ao EES), foi verificado o comportamento da distribuição da variável renda total. O que se constatou foi que, mesmo com a retirada dos casos atípicos, a variável renda

possui um comportamento assimétrico, distante de uma distribuição normal¹⁵ de probabilidades (exigência para a maioria das técnicas de modelagem estatística), sendo necessário, além de aplicar o filtro, fazer uma transformação matemática nos dados da variável. A transformação escolhida foi a raiz quadrada da renda. Essa transformação foi a que aproximou mais a variável de uma distribuição adequada para as análises estatísticas inferenciais (Gráfico 13).

Quanto à adequação do tamanho total da amostra aos procedimentos estatísticos, o valor $n=2.007$ é extremamente satisfatório, pois é recomendado haver pelo menos cinco observações para cada variável independente, caso contrário, se a proporção ficar abaixo de cinco para um, corre-se o risco de “superajustar” o modelo à amostra¹⁶, tornando os resultados demasiadamente específicos a ela, perdendo-se a generalização. Com $n=2.007$, seria permitido incluir no modelo muito além de 100 variáveis independentes, o que não é o caso do modelo proposto nesta tese.

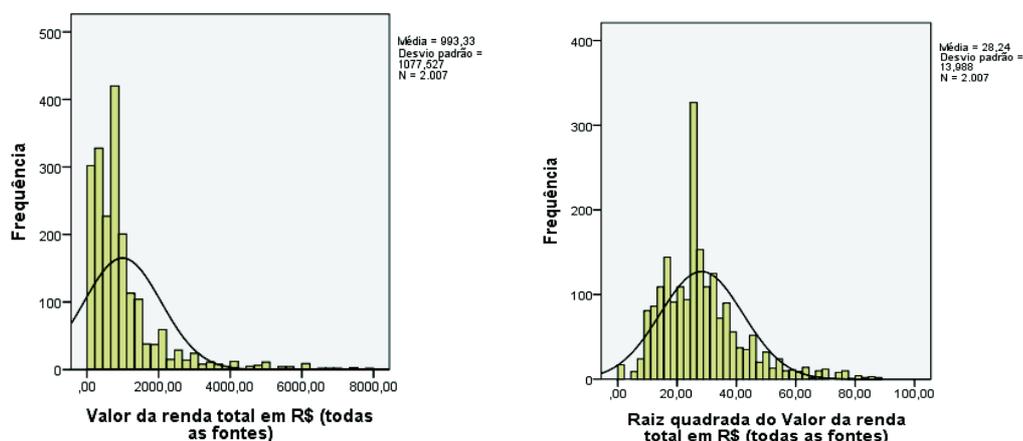


Gráfico 13. Histogramas da renda total dos sócios e da raiz quadrada da renda total dos sócios ($n=2.007$)

Elaborado pela autora.

¹⁵ Uma variável com distribuição normal de probabilidades apresenta uma distribuição de frequências de suas respostas tal que, ao serem colocadas num gráfico de colunas, apresenta valores centrais com maior frequência no conjunto e valores distantes do centro do conjunto são menos frequentes, tanto quanto são mais distantes.

¹⁶ Ajustar um modelo à amostra significa obter uma equação capaz de substituir os valores observados de uma variável dependente por valores médios obtidos por esta equação (estimativas). Quando comparados os valores observados com os valores estimados, as discrepâncias devem ser pequenas.

6.2 Variáveis independentes do modelo

Nesta etapa são identificadas as variáveis que são ao mesmo tempo adequadas e exequíveis num modelo empírico. Este conjunto de variáveis recebe a nomenclatura de “variáveis independentes”, as quais serão posteriormente testadas quanto ao seu poder explicativo sobre a renda dos sócios da ES. Algumas das variáveis independentes são quantitativas, o que é o ideal na análise de regressão, e algumas são qualitativas; nessa situação cada característica qualitativa dos sócios é incluída no modelo através de uma variável *dummy*¹⁷. Foram definidos quatro grupos a serem incluídos no modelo:

1. Condições do município onde o sócio reside;
2. Perfil demográfico e socioeconômico do associado de EES;
3. Aspectos da atividade exercida pelo sócio no EES;
4. Características do EES onde o sócio tem suas atividades.

Fica ressaltado que o trabalho de análise empírica, tal como definido nesta tese, foi possibilitado a partir do acesso a três tipos de bases diferentes (mapeamento de EES do SIES, pesquisa com sócios do SIES e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA), as quais foram, por ação da autora, compostas em um único arquivo. Desse modo, foi possível incluir variáveis de diferentes fontes no mesmo modelo.

O primeiro grupo inclui algumas variáveis que expressam a condição de vida das pessoas do município onde o associado reside. A finalidade principal foi filtrar os efeitos externos ao EES, evitando assim uma sobreposição de efeitos na renda, os quais poderiam ser confundidos com causas internas. Se um município tem renda média alta, por exemplo, e não fosse incluída tal informação no modelo, isso poderia influenciar o teste de possíveis efeitos de variáveis do EES, fazendo parecer que outros fatores é que geram a renda do associado. Se a variável externa estiver na análise e for significativa, a sua manutenção no modelo separa esse efeito externo e fica mantido apenas aquele que é verdadeiramente do EES. Foram consideradas, para o modelo inicial, as seguintes variáveis: renda média per

¹⁷ Uma variável *dummy* consiste em uma variável dicotômica, onde a resposta é 1 quando o sócio tem a característica e é 0 para a ausência da característica.

capita dos municípios; percentual de casas com água encanada; índice de desenvolvimento humano dos municípios (IDHM) e esperança de vida ao nascer (Quadro 6).

Quadro 6. Descrição das variáveis independentes do grupo 1: condições do município onde o sócio reside.

Código e Descrição	Hipótese teórica	Aspectos da variável
Rd_percapita Renda média per capita no município (fonte: Censo IBGE 2010)	Efeito positivo: Quanto maior Rd_percapita, maior a renda.	Tipo: Quantitativa Varia de R\$171 à R\$1.798.
Agua_encanada % da população em domicílios com água encanada (fonte: Censo IBGE 2010)	Efeito positivo: Quanto maior Agua_encanada, maior a renda.	Tipo: Quantitativa Varia de 7% a 99,8%
IDHM Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais (fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - IPEA)	Efeito positivo: Quanto maior IDHM, maior a renda.	Tipo: Quantitativa Varia de 0,51 a 0,85
Esperança_vida Esperança de vida ao nascer (fonte: Censo IBGE 2010)	Efeito positivo: Quanto maior Esperança_vida, maior a renda.	Tipo: Quantitativa Varia de 66,46 a 78,62 anos

Elaboração da autora.

Teoricamente, é esperado que todas elas apresentem um efeito positivo sobre a renda, ou seja, quanto maior a variável independente, maior a renda total do sócio. Pois se imagina que, se um município tem boas condições nas áreas de educação, saneamento, saúde, etc., a tendência seja que a média de rendimentos do trabalho ali sejam maiores do que em municípios em que estas condições sejam piores.

Na análise de regressão deve ser evitado incluir variáveis independentes muito correlacionadas entre si. Por esse motivo, foram analisadas as correlações entre as quatro variáveis independentes do grupo 1. Os quatro indicadores são fortemente correlacionados; desse modo, preferiu-se manter apenas o IDHM, pois dentre os quatro indicadores é o que tem relação mais forte com a renda dos sócios dos EES. Também foi verificado qual o tipo de equação que melhor representa a relação entre o IDHM e a renda dos sócios: a relação considerada mais adequada foi a linear. Em termos de hipótese teórica a respeito desses quatro fatores, é esperado um efeito positivo (também chamado de efeito direto na linguagem estatística), em virtude do qual, se o fator aumenta de valor, é esperado que a renda também aumente.

A inclusão dessas variáveis na base de dados para o modelo empírico ocorreu a partir da inserção dos valores de cada uma conforme o município que o sócio declarou como de sua moradia. Para cada um dos sócios da base, foi atribuído o valor dos fatores (IDHM e os outros) correspondente ao município.

O segundo grupo de variáveis testadas dizem respeito ao perfil demográfico e socioeconômico do associado do EES, incluindo itens tais como: idade, grau de instrução, gênero, etnia, número de filhos, área (zona) em que reside, importância no sustento da casa, quantidade de moradores na residência, se pertence a alguma comunidade tradicional ou categoria social, se recebe Bolsa Família e, região brasileira onde reside (Quadro 7). Ainda foram incluídas variáveis sobre condições econômicas externas ao EES, entre elas: se é aposentado e número de horas trabalhadas fora do EES por semana (que fica igual a zero quando não é o caso).

Neste grupo 2, algumas variáveis foram testadas quanto ao tipo de relação e à melhor forma de serem incluídas na regressão. A idade dos sócios ficou com melhor correlação com a renda quando considerada em classes. A categoria social a que pertence o sócio se confunde, por ter alta correlação, com a ocupação exercida durante a vida do sócio. Foram mantidas as duas formas e, quando uma categoria se repetia, manteve-se a mais significativa.

A região brasileira aparece como uma variável que se confunde demasiadamente com outras. Isso provavelmente decorre de já ter sido incluído no modelo o IDHM. Tal fato indica que há características independentes da existência da ES que diferenciam as regiões brasileiras entre si. O formato que melhor se ajustou ao modelo foi tal que a região Sul é representada como um grupo e as demais como um segundo grupo (*dummy*).

A variável “ter o benefício Bolsa Família”, apesar de ser sempre significativa nos modelos testados, acabou por ser retirada do modelo final ao perceber-se que sua presença estava afetando o efeito estimado de várias outras características dos sócios. Analisando estes resultados, percebeu-se que fazia sentido, pois os sócios que recebem o benefício do programa são aqueles que estão na menor faixa de renda, o que está associado a vários aspectos, como baixo grau de instrução, pertencimento a categorias sociais menos favorecidas, etc. Após estas considerações é que se percebeu que, ter Bolsa Família ou não, é uma decorrência quase direta da renda; portanto, não é a variável independente que gera efeito sobre a dependente (renda) e sim o contrário, justificando mais ainda a retirada dessa

variável do modelo. O quadro 7 descreve todas as variáveis testadas para inclusão no modelo empírico.

Quadro 7. Descrição das variáveis independentes do grupo 2: perfil demográfico e socioeconômico do associado de EES

Código e Descrição	Hipótese teórica	Aspectos da variável
Idade_classe Faixa de idade do sócio	Efeito positivo: Quanto maior a idade, maior a renda	Tipo: Ordinal Varia de 1 a 8
Genero Gênero do sócio	Efeito negativo: Mulheres têm renda média menor que homens	Tipo: Qualit./dummy 0:homens; 1:mulheres (n=926)
Raça: branco Etnia do sócio: branco ou não branco	Efeito negativo: Sócios de etnia negra, pardos ou mulatos têm renda média menor	Tipo: Qualit./dummy 0:outros; 1:sim (n=720)
Povostrad - Pertence a algum povo/com. tradicional	Efeito negativo: se pertence, tem renda média menor que os outros	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=266)
Cat_assentadosRA, Cat_agric_familiar, Cat_catadorMR, Cat_artesao Pertence a uma dessas categorias sociais	Efeito negativo para todas Aqui são 4 variáveis dummy, uma para cada categoria social	Tipo: Qualit./dummy assentados (n=252), agric_familiar (n=920), catadorMR (n=138), artesão (n=257)
Escolaridade_classes Grau de escolaridade em 7 classes	Efeito positivo: quanto maior a escolaridade, maior a renda total	Tipo: Ordinal Escala de 0 a 6 pontos
N_filhos Número de filhos	Efeito positivo: Quanto mais filhos, maior a renda total	Tipo: quantitativa Varia de 0 a 18 filhos na amostra
Z_rural Reside em zona rural	Efeito negativo: Se reside, tem renda média menor do que os da zona urbana	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:reside (n=1169)
Maisde3moradores - Tem mais de três moradores na residência	Efeito positivo: Se sim, tem renda total média maior	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=1032)
Sustenta_a_casa É o ou um dos responsáveis	Efeito positivo: Se sim, tem renda total média maior	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=1349)
Oc_trabalhador_rural, Oc_empregado_doméstico, Oc_professor, Oc_artesão, Oc_pesca, Oc_catador/reciclador, Oc_comerciante ou vendedor ambulante, Oc_dona de casa	Efeito: negativo para todas. Aqui são 8 variáveis dummy, uma para cada ocupação principal durante a vida de trabalho	Tipo: Qualit./dummy trabalhador_rural (n=1100), empregado_doméstico (n=101), professor (n=77), artesão (n=102), pesca (n=100), catador/reciclador (n=54), comerciante ou vendedor ambulante (n=54), dona de casa (n=48)
HorastrabforaEES - Número de horas trabalhadas fora do EES atualmente	Efeito positivo: Quanto maior o número de horas, maior a renda total	Tipo: Quantitativa Varia de 0 a 91 (1236 casos=0)
TemBF O sócio recebe Bolsa Família	Efeito negativo: Se sim, tem renda total média menor	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=508)
Aposentado	Efeito positivo: Se sim, tem renda média maior	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=427)
Reg_SU, Reg_NO, Reg_NE, Reg_SE Região onde se localiza o EES (Região CO é a base)	Efeito positivo: Regiões SU e SE Efeito negativo: Regiões Ne e NO	Tipo: Qualit./dummy São 4 variáveis dummy na base de dados

Elaboração da autora.

Não poderiam deixar de fazer parte de um modelo empírico sobre a renda de sócios de EES as variáveis do grupo 3, as quais descrevem a atuação do sócio no EES (Quadro 8). Estas variáveis foram uma das principais motivações para a SENAES realizar uma pesquisa com os sócios de EES: compreender como e em quais circunstâncias as pessoas se apropriam do trabalho nos EES, quais as atividades que realizam e se isso gera benefícios, entre eles um rendimento financeiro. Uma das circunstâncias é o ano de ingresso no EES: se o tempo em que está associado for maior, espera-se maior renda.

Quadro 8. Descrição das variáveis independentes do grupo 3: atuação do sócio no empreendimento (EES)

Código e Descrição	Hipótese teórica	Aspectos da variável
Ano_ingresso Ano em que ingressou no EES	Efeito negativo: quanto mais recente, menor a renda	Tipo: Quantitativa
Ativ_comercialização, Ativ_trabalho_remunerado	Efeito positivo: Se sim, tem renda total média maior	Tipo: Qualit./dummy Comercialização (n=1154), trab_remunerado (n=462)
Horas_trabEES - Número de horas que trabalhou no EES	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Quantitativa Varia de 0 a 84 (tem 1573 casos=0)
Pag_outrasentidades – O sócios é pago por outras entidades de fora do EES	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=29)
Nivel_deconsumo - Grau de consumo de bens ou produtos do EES (valor 0 quando não ocorre)	Efeito positivo: Quanto maior consumo, maior a renda	Tipo: Ordinal Escala de 0 a 2 (tem 1736 casos =0)
DirecaoEES – Se já foi ou é diretor do EES	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=557)
Cargo_represent_nacional Se já exerceu algum cargo de representação nacional pelo EES	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=61)
Partidos_politicos É filiado em algum partido político	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=202)
Associado_sindicato É associado em algum sindicato	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:pertence (n=903)
Import_EESrenda - Grau de importância do EES para a renda do sócio	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Ordinal Escala de 0 a 2
G3pagamentodetaxa – Se o sócio paga uma taxa ao EES	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=1321)

Elaboração da autora.

Além dessas variáveis, foram incluídas algumas informações como: se trabalha ou comercializa ou consome regularmente, nível de consumo, se já esteve na direção do EES, se seu pagamento é realizado por outras entidades que não o EES, se participa de algum partido político, se paga taxas ao EES, se é associado de algum sindicato e a importância (declarada pelo entrevistado) que o EES tem sobre seus rendimentos.

No grupo 4 estão inseridas as variáveis que descrevem as características dos empreendimentos em que atuam os sócios. São variáveis que descrevem o ano de criação do EES, se o EES está em zona rural ou não, se tem acesso à internet, o número de sócios (porte do EES), se é informal ou não, se o EES faz parte de algum tipo de rede (de produção, comercialização, consumo ou crédito), se buscou crédito ou não (e se obteve), se recebeu algum tipo de apoio (e se sim, qual a fonte), se ocorreu algum tipo de formação no EES, se o EES remunera o trabalho de direção no empreendimento, se o EES participa de algum tipo de movimento de luta por direitos, etc. O quadro 9 descreve todas as variáveis deste grupo e qual a hipótese teórica a respeito de cada uma delas.

Quadro 9. Descrição das variáveis independentes do grupo 4: aspectos do empreendimento (EES)

Código e Descrição	Hipótese teórica	Aspectos da variável
Anocriacao Ano de criação do EES	Efeito negativo: Quanto mais recente, menor a renda	Tipo: Quantitativa Varia de 1960 a 2009
Area_rural Se o EES está em zona rural	Efeito negativo: Se sim, menor a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=1137)
Acessointernet Se o EES tem acesso à internet	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=1025)
Numerosocios - O número de sócios do EES	Efeito positivo: Quanto mais sócios, maior a renda	Tipo: Quantitativa Varia de 3 a 498 sócios
EESinformal	Efeito negativo para informal e positivo para associação e cooperativa	Tipo: Qualit./dummy informal (n=194);
Não_buscou_credito - O EES não buscou crédito pq não precisou	Efeito positivo: se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=860)
Buscou_credito_não_obteve	Efeito negativo: se sim, menor a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=281)
Realizou investimentos: Infraestrutura, Equipamentos, Estoque, Capacitação da Mão de obra	Efeito positivo em todas: Se o EES realizou, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy Infraestrutura (n=448), Equipamentos (n=509), Estoque (n=130), Capacitação da Mão de obra (n=143)
Redes em que atua: Redesdeprodução, Redesdecomercialização, Centraldecomercialização, Cooperativacentral	Efeito positivo em todas: Se o EES está em alguma rede dessas, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy Redesdeprodução (n=176), Redesdecomercialização (n=243), Centraldecomercialização (n=58), Cooperativacentral (n=69),

Continua...

Quadro 9. Descrição das variáveis independentes do grupo 4: aspectos do empreendimento (EES) - continuação

Código e Descrição	Hipótese teórica	Aspectos da variável
Tipo de apoio: assit_tecnica_gerencia l_qualif_profissional, assit_juridica formação_sóciopolitica assess_marketing_comerc assis_viabilidade_econ assess_constituição_formaliza ção elab_projetos, incubação	Efeito positivo: Se sim → maior a renda	Tipo: Qualit./dummy assit_tecnica_gerencia (n=902), qualif_profissional (n=731), formação_sóciopolitica (n=462), assit_juridica (n=211), assess_marketing_comerc (n=202), assis_viabilidade_econ (n=219), assess_constituição_formalização (n=248), elab_projetos (n=408), incubação (n=97)
Fonte do apoio: ONGS_ou_OSCIPS, Igrejas_past. Prefeitura, gov_estadual, gov_federal, universidades, sistemasS, cooperativas_ técnicos, sindicatos, outro_EES_entidade, fornecedor_ou_comprador	Efeito positivo: Se sim → maior a renda	Tipo: Qualit./dummy ONGS_ou_OSCIPS (n=189), Igrejas_past. (n=81), Prefeitura (n=396), gov_estadual (n=455), gov_federal (n=195), universidades (n=153), sistemas S(n=456), cooperativas_técnicos (n=53), sindicatos (n=205), outro_EES_entidade (n=51), fornecedor_ou_comprador (n=38)
Tipo de formação que EES recebeu: economia_solid, politica_social, gestão_contab_direito, téc.profiss., motivação, questões gênero, questões raciais, organização trabalho, questões ambient, melhora_escolarização	Efeito positivo: Se sim → maior a renda	Tipo: Qualit./dummy economia_solid (n=486), politica_social(n=296), gestão_contabilidade_direito (n=289), técnica_profissional (n=468), motivação (n=253), questões_gênero (n=181), questões_raciais (n=86), organização_trabalho (n=284), questões_ambientais (n=564), melh_escolarização (n=186)
Remuneraçãodireção – O EES remunera o diretor pela ativ.	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy 0:não; 1:sim (n=134)
EES está em rede: rede_fórumES, união.assoc.deEES, federação_cooperativa, conselhosgestão_polit_públic.	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy rede_fórumES (n=366), união_associação_deEES (n=63), federação_cooperativa (n=130), conselhosgestão_polit_públicas (n=199)
Tipo de Movimento social que o EES atua: luta terra agricultura_fam, sindical_ urbano_rural, popular ou_comunitário, luta por moradia, étnico racial, ameaçados atingidos barragens, ambientalista _agroecologia, religioso, catadores, cultural, defesa Direitos_Humanos, jovens, mov_combate_fome	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Tipo: Qualit./dummy luta_terra_agricultura_fam (n=531), sindical_ urbano_rural (n=825), popular_ou_comunitário(n=386), luta_por_moradia(n=230), étnico_racial(n=80), ameaçados atingidos_barragens(n=78), ambientalista _agroecologia (n=242), mulheres e gênero (n=228), religioso(n=256), catadores(n=92), cultural(n=213), defesa Direitos_Humanos (n=160), jovens(n=203), mov_combate_fome (n=131)
EES tem ação social no tema: educação, saúde, moradia trabalho_qualificação, meio _amb., esporte_lazer, cultura, assist. social, seg.alimentar	Efeito positivo: Se sim, maior a renda	Educação (n=492), saúde (n=403), moradia (n=172), trabalho_qualificação (n=308), redução violência (n=166), meio_ambiente (n=550), esporte_lazer(n=300), cultura (n=311), assistência social (n=304), segurança_alimentar (n=208)

Elaborado pela autora.

As variáveis dos grupos 3 e 4 são consideradas fundamentais para a proposta desta tese, no que diz respeito ao uso dos resultados obtidos para o avanço do conhecimento da área de ES. Estas variáveis representam o que Gaiger (2007) denomina por “racionalidade da economia solidária”; a maioria descreve os recursos empregados na busca por reconhecimento frente a apoios financeiros e de formação técnica. Nesta tese, estes dois conjuntos constituem os mecanismos de geração de renda, os quais são colocados à prova, quanto a sua efetividade na redução da pobreza, através não só da melhoria de rendimentos, mas de condições de vida.

Apesar dos avanços obtidos pela implantação de diversas ações de formação, de qualificação social e profissional, de incubação, de assessoramento técnico a redes de cooperação de EES e de promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades rurais e urbanas, a própria SENAES admite que as políticas públicas existentes ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real dos sócios de EES no Brasil. Muitos empreendimentos econômicos solidários deixaram de existir por falta de leis e assessoria técnica e jurídica adequadas à realidade dos mesmos (BERTUCCI e SILVA, 2010). Diante da expressa dificuldade em adequar as ações em prol da ES, a compreensão e avaliação dos recursos até então empregados, especialmente os representados pelas variáveis do grupo 4 são fundamentais para a atenuação dos problemas de formulação de ações de apoio.

6.3 O ajuste do modelo de regressão múltipla

A estratégia de modelagem baseou-se em um método de inclusão das variáveis por etapas, levando em consideração tanto a justificativa teórica para permanência de uma variável independente no modelo, quanto a sua significância estatística¹⁸. A respeito das variáveis que saem do modelo por não terem significância estatística, dizemos que não há evidências de que aquele fator tenha efeito sobre a variável dependente (renda, no caso desta

¹⁸ Na análise de regressão múltipla, dizemos que uma variável independente tem significância estatística quando o teste T, que avalia a hipótese de que aquela variável tem efeito sobre a variável dependente, apresenta um valor-p próximo de zero (geralmente, é estabelecido como regra para significância um valor-p $\leq 0,05$). Quando o valor-p é menor ou igual a 0,05, podemos afirmar a hipótese de efeito da variável independente, ciente de que existe uma probabilidade máxima de 5% de que ela seja falsa.

tese). Isso quer dizer que, ou o fator não é explicativo mesmo, ou que os dados coletados não foram suficientes para comprovar que há um efeito deste fator sobre a variável dependente (BLALOCK, 1971).

Para a análise estatística, foi utilizado o programa IBM SPSS Statistics versão 21. Partiu-se da condição de que o modelo final deveria conter pelo menos uma variável de cada um dos grupos descritos nos quadros 6 a 9, salvo se, em algum caso, de forma alguma fosse encontrada uma variável significativa, o que não ocorreu. Nos quatro grupos de variáveis foi verificada mais de uma variável independente significativa.

A primeira etapa consistiu em testar simultaneamente o efeito apenas das quatro variáveis do grupo 1. Teoricamente, já era esperada a existência de correlação entre as quatro variáveis deste grupo, aspecto indesejável na análise de regressão múltipla. Das quatro variáveis do grupo, a renda per capita e o IDHM apresentaram maior correlação com a renda dos sócios (variável independente). Isso já descartou do modelo as variáveis “percentual de água encanada” e “esperança de vida ao nascer”. A decisão final foi pela variável IDHM, pelo aspecto teórico: o IDHM é resultante de três condições do município avaliado, o que inclui a renda, além da longevidade e da educação. O IDHM foi considerada uma variável teoricamente mais coerente e completo com os propósitos do modelo do que a renda per capita.

O segundo grupo de variáveis, que descrevem as características socioeconômicas dos respondentes, é fundamental em um modelo explicativo sobre a renda, especialmente por tratar de questões como escolaridade, idade, gênero, raça, zona de moradia, ocupação, número de filhos e importância do indivíduo no sustento da família. Todas essas variáveis são tradicionalmente incluídas em modelos de regressão cuja variável dependente é a renda dos indivíduos (estas relações foram discutidas no referencial teórico, seção 2.2). Desse modo, estas foram as primeiras variáveis a serem testadas, incluindo possíveis interações entre elas e diferentes formas de medição, quando pertinentes.

A idade foi testada tanto em relação à forma (linear ou quadrática) como em relação ao modo de medição: em anos ou em faixas. O melhor efeito no modelo ocorreu quando deixada na forma de faixas e com efeito linear. A escolaridade foi incluída na forma de faixas, pois o número de anos de estudo (forma frequentemente utilizada pelo IBGE e pelo IPEA) não era uma opção disponível na base de dados dos sócios. Esta variável foi fortemente significativa no modelo, indo ao encontro das relações observadas no mercado de

trabalho em geral. A raça foi significativa, sendo que o melhor ajuste foi obtido quando se incluiu no modelo a variável *dummy* em que *um* indica o sócio que declarou ser branco e *zero*, todos os demais. A importância do sócio, como um dos responsáveis pelo sustento da casa e a zona de moradia também foram significativas no modelo.

O fato do respondente ser um dos responsáveis (ou o único) no sustento da casa foi uma variável significativa, como esperado. No entanto, o número de filhos, foi significativo apenas no ajuste de alguns modelos intermediários. No modelo final, essa variável ainda foi testada (com diferentes formas) e não se revelou significativa, sendo então extraída do modelo. Este dado chama a atenção, pois era esperado que permanecesse no modelo e que tivesse uma relação com a renda. A observação de uma correlação inversa significativa entre escolaridade e número de filhos, levantou a hipótese de que, quanto menor o grau escolar, maior o número de filhos e ambos colaboram para uma renda reduzida, em comparação com casos de alta escolaridade. Como foi a escolaridade que teve o efeito individual mais significativo sobre a renda, o número de filhos foi retirado do modelo.

Outras variáveis da base de dados de sócios foram testadas: mais de três moradores na residência, se mora na zona urbana ou rural, região onde reside, se recebe Bolsa Família e se é aposentado. De todas estas variáveis, permaneceram no modelo a região (Sul), zona de residência e se é aposentado. Ter mais de três moradores por residência está correlacionado com o número de filhos e, da mesma forma que a variável número de filhos, não tem significância estatística no modelo. “Se recebe BF” teve sua retirada explicada na seção anterior: a renda é que explica a ocorrência do BF, e não o contrário.

Dentro do contexto do grupo 2, foram testadas também variáveis que verificam se o sócio pertence a alguma categoria social ou a algum povo tradicional. Estas variáveis mostraram-se significativas dependendo da combinação de variáveis que estavam no modelo. Se a ocupação durante a vida está presente no modelo, categorias como catador de materiais recicláveis, artesãos, pescadores, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, etc., se confundem quando ocorre repetição da categoria em outra variável, além de também apresentarem correlação com aspectos do próprio empreendimento, quando o EES tem atuação típica da categoria social de seus sócios. Quatro ocupações ou categorias sociais permaneceram no modelo: agricultor, pescador, artesão e catador de materiais recicláveis. Todas essas categorias são discutidas frequentemente na literatura (SILVA, 2014; SOUTO,

2012; BERTUCCI e SILVA, 2010), no tocante a aspectos peculiares a cada uma delas. A significância desses grupos no modelo confirma o que vem sendo posto em estudos da área.

Ainda no grupo 2, foi testada a variável “número de horas semanais de trabalho fora do EES da amostra”, a qual se mostrou fortemente significativa, resultado considerado coerente, pois a renda de um indivíduo está, para a maioria da população brasileira, atrelada ao tempo de trabalho exercido durante a semana.

Dentre as variáveis que refletem a atuação do sócio no empreendimento (grupo 3), quatro revelaram-se significativas no modelo final: ano de ingresso no EES, horas de trabalho no EES, cargo de direção e cargo de representação nacional.

A respeito do número de horas trabalhadas pelos sócios, deve ser chamada a atenção para a manutenção da separação das horas entre aquelas que ocorrem fora do EES e aquelas que ocorrem dentro. Em todos os modelos testados essas variáveis são significativas e o efeito de cada um dos dois grupos é diferenciado, confirmando a adequação de serem consideradas em separado no modelo.

Por fim, dentre um número grande de variáveis que caracterizam o EES, cinco ficaram no modelo: informalidade, investimento em equipamentos, se houve formação técnica ou profissional, se o EES participa de algum fórum ou rede de articulação e se o EES recebeu apoio de incubação. Chamou atenção que as duas últimas tenham apresentado efeito negativo sobre a renda. Trata-se de um perfil de EES com sócios em condições menos favorecidas que buscam fortalecimento em fóruns e incubação. Esta questão volta a ser discutida com mais profundidade ao final do capítulo.

O modelo de regressão (Figura 5) obtido possui coeficientes que formam uma equação que permite obter a renda média estimada para aquelas características definidas nas variáveis explicativas (independentes). O modelo final contou com 23 variáveis explicativas (independentes), sendo uma externa ao ambiente da ES (IDHM). A maior parte, 13 variáveis, compreende fatores socioeconômicos, 4 referem-se à vida do sócio no EES e 5 referem-se ao EES. A equação é composta pelos coeficientes não padronizados B, calculados no software SPSS. A tabela “Coeficientes” da figura 5 apresenta os valores dos coeficientes de cada variável explicativa na coluna B e o respectivo valor-p, descrito na coluna “Sig.”. Todas as variáveis mantidas no modelo têm valor-p menor do que 0,05. Portanto, há uma probabilidade menor que 5% de que algum desses fatores não seja realmente associado à variável renda.

Resumo do modelo^b

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,673 ^a	,453	,447	10,42318	1,686

a. Preditores: (Constante), O EES recebeu apoio de incubação, O EES fez investimento em equipamentos, O sócio está na direção do EES, EES é informal, Principal ocupação durante a vida: artesão, É aposentado(a), Raça: branco, É responsável pelo sustento da casa, Principal ocupação durante a vida: pesca, O EES participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação, O sócio já teve cargo de representação nacional no EES, Horas de trabalho fora do EES, Gênero: feminino, No EES houve formação técnica ou profissional, Ano de ingresso no EES, Categoria social: Catador materiais recicláveis, Grau de escolaridade *, Morador na zona rural, Está na região Sul, Horas de trabalho no EES, IDHM (2010) do Município, Faixa de idade, Principal ocupação durante a vida: trabalhador rural

b. Variável dependente: Raiz quadrada do Valor da renda total em R\$ (todas as fontes)

ANOVA^a

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	F	Sig.
1	Regressão	167550,036	23	7284,784	67,053	,000 ^b
	Resíduos	201966,691	1859	108,643		
	Total	369516,727	1882			

a. Variável dependente: Raiz quadrada do Valor da renda total em R\$ (todas as fontes)

b. Preditores: (Constante), O EES recebeu apoio de incubação, O EES fez investimento em equipamentos, O sócio está na direção do EES, EES é informal, Principal ocupação durante a vida: artesão, É aposentado(a), Raça: branco, É responsável pelo sustento da casa, Principal ocupação durante a vida: pesca, O EES participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação, O sócio já teve cargo de representação nacional no EES, Horas de trabalho fora do EES, Gênero: feminino, No EES houve formação técnica ou profissional, Ano de ingresso no EES, Categoria social: Catador materiais recicláveis, Grau de escolaridade *, Morador na zona rural, Está na região Sul, Horas de trabalho no EES, IDHM (2010) do Município, Faixa de idade, Principal ocupação durante a vida: trabalhador rural

Coeficientes^a

Modelo		Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	t	Sig.
		B	Modelo padrão	Beta		
1	(Constante)	193,369	80,723		2,395	,017
	Horas de trabalho fora do EES	,241	,014	,349	17,763	,000
	Horas de trabalho no EES	,182	,019	,206	9,508	,000
	IDHM (2010) do Município	19,420	4,065	,106	4,777	,000
	Faixa de idade	,724	,247	,069	2,935	,003
	Gênero: feminino	-3,032	,540	-,108	-5,612	,000
	Raça: branco	1,592	,589	,055	2,704	,007
	Grau de escolaridade *	1,936	,257	,165	7,541	,000
	Morador na zona rural	-1,952	,646	-,069	-3,020	,003
	Está na região Sul	3,930	,748	,114	5,257	,000
	É responsável pelo sustento da casa	2,578	,547	,086	4,715	,000
	Categoria social: Catador materiais recicláveis	-3,644	1,220	-,066	-2,987	,003
	Principal ocupação durante a vida: trabalhador rural	-2,623	,704	-,093	-3,724	,000
	Principal ocupação durante a vida: artesão	-3,145	1,187	-,049	-2,649	,008
	Principal ocupação durante a vida: pesca	-5,137	1,262	-,079	-4,070	,000
	É aposentado(a)	9,873	,734	,286	13,454	,000
	Ano de ingresso no EES	-,096	,040	-,047	-2,392	,017
	EES é informal	-3,439	,847	-,073	-4,061	,000
	O sócio já teve cargo de representação nacional no EES	2,978	1,443	,037	2,064	,039
	O sócio está na direção do EES	1,873	,574	,060	3,262	,001
	O EES fez investimento em equipamentos	2,128	,586	,066	3,630	,000
	No EES houve formação técnica ou profissional	1,753	,615	,053	2,848	,004
	O EES participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação	-2,162	,509	-,076	-4,248	,000
	O EES recebeu apoio de incubação	-4,943	1,242	-,077	-3,981	,000

a. Variável dependente: Raiz quadrada do Valor da renda total em R\$ (todas as fontes)

Figura 5. Modelo de regressão final da variável: raiz quadrada da renda total dos sócios.

Fonte: saída do software SPSS. Elaborada pela autora.

A equação é composta pelos coeficientes não padronizados B, calculados no software SPSS. Cada coeficiente é multiplicado pelo valor da variável correspondente ao perfil de sócio cuja renda (raiz quadrada) se pretende estimar. Com os coeficientes calculados, a equação de estimação obtida é a seguinte:

$$\hat{Y} = 193,369 + \text{Horas de trabalho fora do EES} \cdot 0,241 + \text{Horas de trabalho no EES} \cdot 0,182 + \text{IDHM (2010) do Município} \cdot 19,42 + \text{Faixa de idade} \cdot 0,724 + \text{Gênero:feminino} \cdot -3,032 + \text{Raça: branco} \cdot 1,592 + \text{Grau de escolaridade} \cdot 1,936 + \text{Morador na zona rural} \cdot -1,952 + \text{Está na região Sul} \cdot 3,93 + \text{É responsável pelo sustento da casa} \cdot 2,578 + \text{Categoria social: Catador materiais recicláveis} \cdot -3,644 + \text{Principal ocupação durante a vida: trabalhador_rural} \cdot -2,623 + \text{Principal ocupação durante a vida: artesão} \cdot -3,145 + \text{Principal ocupação durante a vida: pesca} \cdot -5,137 + \text{É aposentado(a)} \cdot 9,873 + \text{Ano de ingresso no EES} \cdot -0,096 + \text{EES é informal} \cdot -3,439 + \text{O sócio já teve cargo de representação nacional no EES} \cdot 2,978 + \text{O sócio está na direção do EES} \cdot 1,873 + \text{O EES fez investimento em equipamentos} \cdot 2,128 + \text{No EES houve formação técnica ou profissional} \cdot 1,753 + \text{O EES participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação} \cdot -2,162 + \text{O EES recebeu apoio de incubação} \cdot -4,943$$

A estimativa pontual da renda média esperada para um determinado perfil é obtida substituindo, na equação acima, a variável pelo valor do perfil do sócio em questão. Após fazer as multiplicações pelo coeficiente e somar todos os resultados, o valor final de \hat{Y} deve ser elevado ao quadrado (já que o modelo usou como variável dependente, a raiz quadrada da renda).

6.4 Validação do modelo e interpretação do efeito das variáveis independentes sobre a renda

Apesar da amostra de sócios ter características muito heterogêneas no que se refere à determinação da renda, explicadas pela sensibilidade aos condicionantes locais e socioambientais (por exemplo, IDHM ou escolaridade), e também decorrente dos diferentes objetivos dos sócios nos EES, o grau de ajuste do modelo é satisfatório

($R^2_{ajustado}=0,447$)¹⁹. Pode-se dizer que 44,7% da variação da raiz quadrada da renda dos sócios é explicada, em média, pela variação daquelas variáveis significativas do modelo. Então, ainda temos 55,3% da variação da raiz quadrada da renda que é explicada por fatores que não estão contidos no modelo final. Para o tipo de variável que se procurou modelar, a renda, e pela diversidade de EES e de sócios, $R^2 = 0,447$ é considerado acima das expectativas.

O teste F que avalia se o modelo proposto para prever a variável raiz quadrada da renda é melhor do que utilizar a média simples (modelo nulo) como estimativa da renda foi significativo ($F=67,05$ e $\text{valor-}p<0,001$). Implica em dizer que o modelo se ajusta à renda.

A análise dos resíduos mostra as diferenças encontradas entre a raiz quadrada da renda dos sócios de EES e o valor previsto pelo modelo de regressão (quando se substituem os valores das variáveis independentes na equação em cada caso da amostra). Os resíduos seguem uma distribuição normal (Gráfico 14). Os resíduos desse modelo referem-se à raiz quadrada da renda dos sócios. Como o objetivo é avaliar as estimativas do modelo para a renda, todos os resíduos foram elevados ao quadrado. A magnitude dos erros de estimativa²⁰ pode ser vista na tabela 23. Erros de estimativa da renda ficam em até R\$ 300,00 para mais ou para menos em 50,8% dos casos (erros considerados pequenos com relação aos propósitos do estudo). Os erros podem alcançar mais de R\$ 300,00 até R\$ 800,00 para 29,1% (aqui temos erros de intensidade intermediária). Erros de alta intensidade ocorreram em 3,6% das estimativas e, de altíssima intensidade, em 2,1%. Dada a condição de complexidade do contexto social das análises realizadas, os erros de estimativas estão dentro de um padrão satisfatório para a pesquisa.

¹⁹ O coeficiente de determinação (R^2) é uma medida de associação entre a variável dependente e as variáveis explicativas. A estatística R^2 assume valores entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1 o R^2 estiver, maior a proporção da variação total explicada pelo modelo.

²⁰ Erro máximo de estimativa indica uma margem (ou distância) máxima admitida entre o verdadeiro valor de uma medida na população e sua estimativa baseada em amostra, para um determinado nível de confiança. Quando se calcula o erro máximo de estimativa para um nível de confiança específico, essa medida permite que sejam obtidos intervalos de confiança para estimativas da medida de interesse. O valor do erro máximo de estimativa (popularmente conhecido como “margem de erro”) depende do tamanho da amostra utilizada, quanto menor a amostra, maior o erro de estimativa, diante de um nível de confiança fixo.

Os valores VIF²¹ (fatores de inflação de variância) indicaram que não há problemas de colinearidade. Desse modo, não há sobreposição de variáveis explicativas, o que prejudicaria a interpretação dos coeficientes das variáveis do modelo.

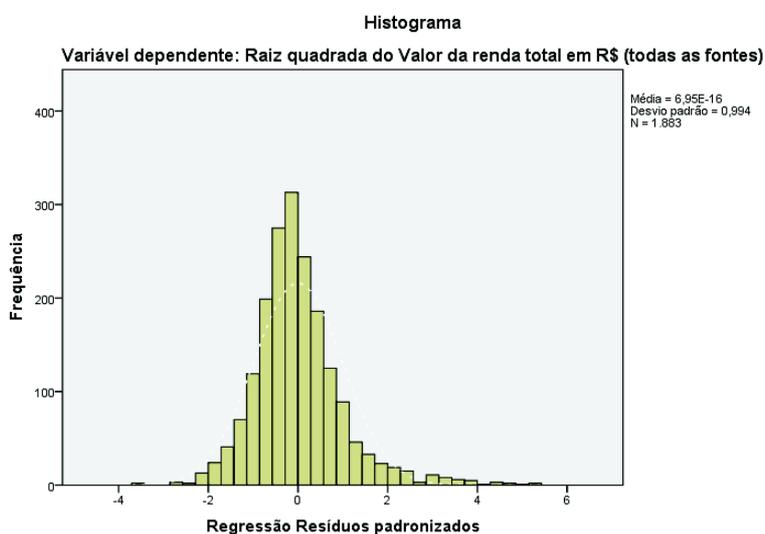


Gráfico 14. Histograma dos resíduos padronizados

Elaborado pela autora.

Tabela 23. Erros de estimativa do modelo de regressão múltipla

Tamanho do erro de estimativa	n	%
Erros até R\$ 50	207	10,3
Erros acima de R\$50 até R\$ 300	812	40,5
Erros acima de R\$300 até R\$ 800	584	29,1
Erros acima de R\$800 até R\$ 1500	165	8,2
Erros acima de R\$1500 até R\$ 3000	72	3,6
Erros acima de R\$3000	42	2,1
Soma	1882	93,8
Sem dados no modelo	125	6,2
Total	2007	100,0

Elaborado pela autora.

²¹ Fatores de inflação de variância (VIF) medem o quanto a variância dos coeficientes de regressão estimados está inflada em comparação a quando as variáveis preditoras não são relacionadas linearmente. O SPSS calcula o valor VIF para cada variável preditora. Quanto mais próximo de 1, menos correlacionada está aquela variável preditora com as demais.

Para garantir a robustez do modelo desenvolvido, ainda foi verificada a suposição de homocedasticidade²² através do diagrama de dispersão dos resíduos padronizados sobre os valores previstos padronizados, os quais indicam que o pressuposto de homocedasticidade dos resíduos foi atendido, já que os pontos distribuem-se aleatoriamente para diferentes pontos do eixo horizontal e em torno do valor zero do eixo vertical (Gráfico 15).

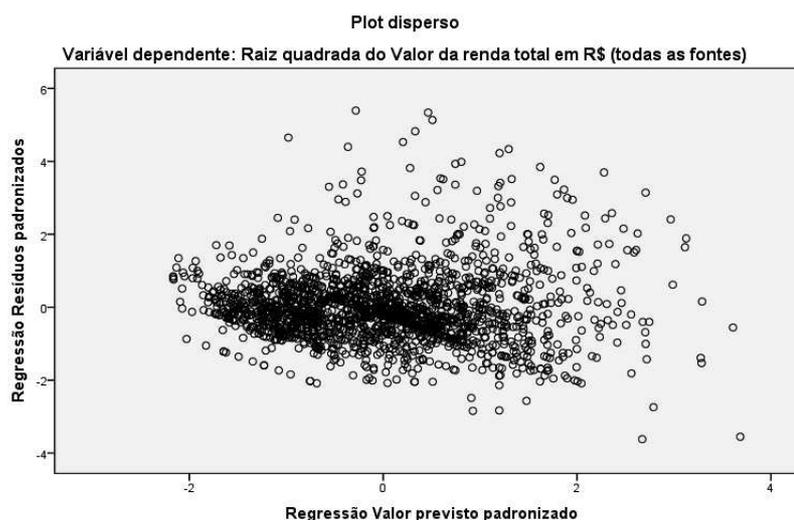


Gráfico 15. Diagrama de dispersão dos resíduos padronizados versus valores previstos padronizados.

Observando o efeito do número de horas trabalhadas por semana dos sócios sobre a sua renda (Gráfico 16), o modelo de regressão indica que tanto as horas dentro, quanto fora do EES, alteram a média de renda (raiz quadrada). Quando os outros fatores do modelo são mantidos constantes, a equação de regressão revela que a cada hora a mais que o sócio trabalha por semana fora do EES, é esperado que sua renda mensal aumente em aproximadamente R\$ 15,00; já quando o aumento de horas é no trabalho dentro do EES, é esperado um incremento aproximado de R\$ 11,50 por hora. Essa alteração, quando considerada em reais, fica exponencial; quer dizer, quanto maior o número de horas que o sócio já trabalha, maior é o aumento de sua renda (em cada hora adicionada).

²² Os resíduos, que são as distâncias entre os valores de raiz quadrada da renda de cada sócio e suas respectivas estimativas, são considerados homocedásticos quando se distribuem com o mesmo grau de variabilidade para diferentes faixas de valores previstos.

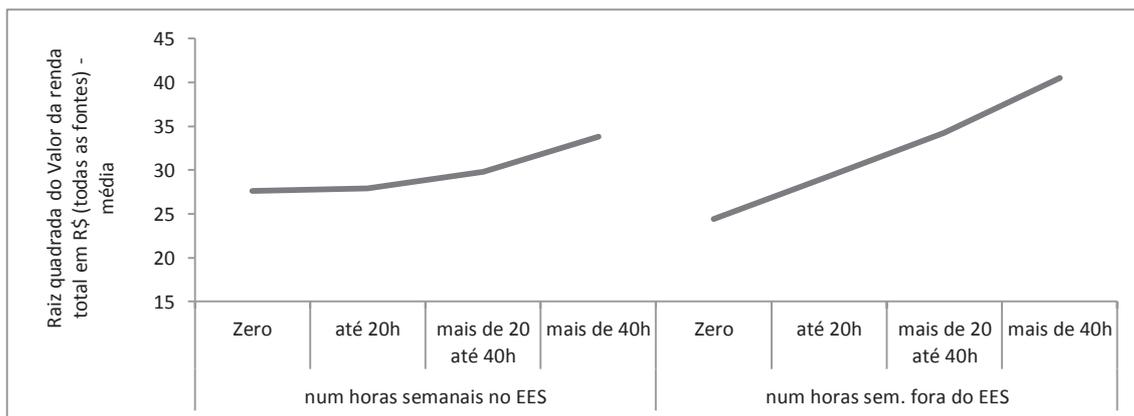


Gráfico 16. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por número de horas semanais trabalhadas (dentro e fora do EES).

Elaborado pela autora.

Para a variável IDHM, seu efeito no modelo foi significativo e positivo. Essa relação pode ser visualizada no gráfico 17, onde o IDHM foi categorizado em três classes: a renda média dos sócios que residem em municípios cujo IDHM é baixo (no máximo 0,6), é significativamente menor do que dos outros sócios; e aqueles sócios que moram em municípios com IDHM mais altos (acima de 0,7) têm renda média maior. Foi considerada adequada a inclusão e a manutenção desta variável no modelo, especialmente pelos motivos já citados, relacionados ao efeito de fatores externos ao EES na renda dos sócios. Pode-se afirmar que uma parte da variação da renda dos sócios de EES é explicada pela variação do IDHM do município onde residem, de forma que aqueles municípios com condições mais adequadas de desenvolvimento humano têm maior renda média esperada de um sócio de EES residente naquele município.

A escolaridade, como poderia se esperar, teve efeito positivo no modelo: quanto maior, maior a renda do sócio, sendo que aqueles poucos que conseguem pelo menos iniciar uma graduação têm uma elevação de magnitude ainda maior do que os que possuem um grau de instrução mais baixo. Esta é uma das variáveis mais significativas do modelo no que se refere ao efeito sobre a renda dos sócios.

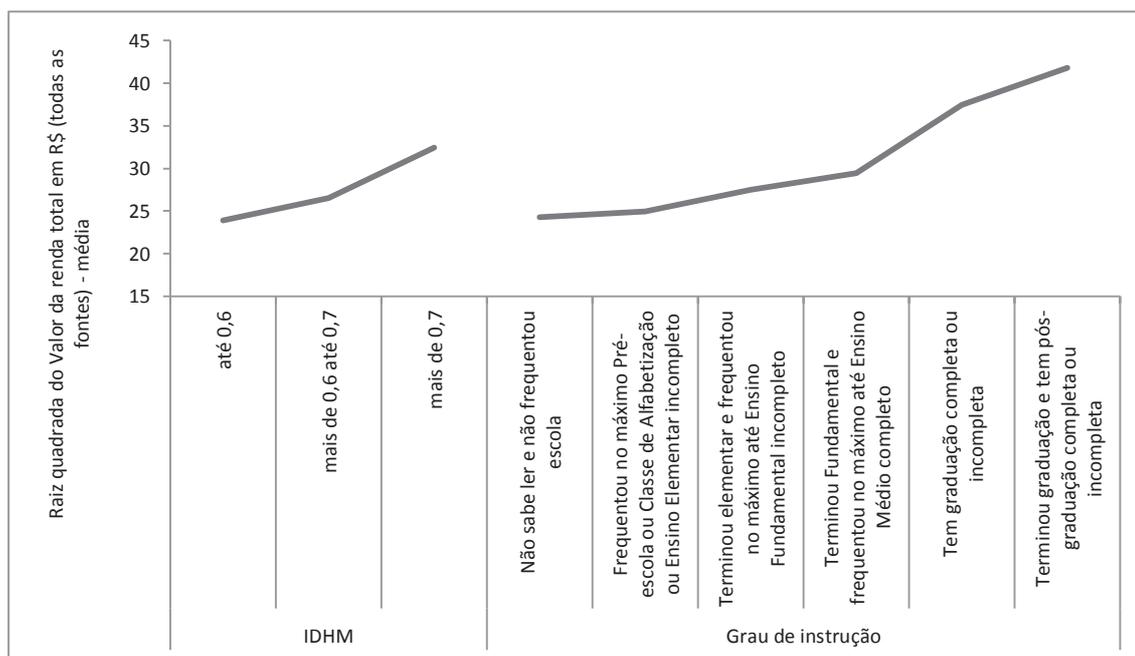


Gráfico 17. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por classe de IDHM e grau de instrução.

Elaborado pela autora.

Santos e Camillo (2011) procederam a uma análise do perfil educacional brasileiro e seus impactos no mercado de trabalho, investigando empiricamente a importância da educação e de variáveis ligadas a ela sobre a renda do trabalho brasileiro. Os autores verificaram que a educação é fator explicativo da desigualdade de renda da população brasileira. Similarmente, o modelo analisado no contexto da ES indica haver o mesmo tipo de relação entre o perfil social do trabalhador e a sua renda, dentro e fora da ES.

Lembrando que os sócios têm, em média, 46 anos de idade, é verificado, no gráfico 18, que até a faixa de 41 a 50 anos, a raiz quadrada da renda fica abaixo da média geral dos 2007 sócios considerados no modelo. Na faixa de 51 a 60 anos a raiz quadrada da renda média é semelhante a média geral. Após os 60 anos é que se consegue renda acima da média. Vale ressaltar que, no mercado de trabalho em geral, os salários de pessoas com idades mais avançadas, às vezes até mesmo a partir do 50 anos, começam a ter um declínio de seus rendimentos. No entanto, deve ser lembrado que este estudo está avaliando a renda de todas as fontes dos associados, inclusive aposentadorias, enquanto muitos dos estudos

sobre o mercado de trabalho utilizam apenas o salário. A comparação da média de rendimentos exclusivos do trabalho mostra redução a partir dos 50 anos de idade.

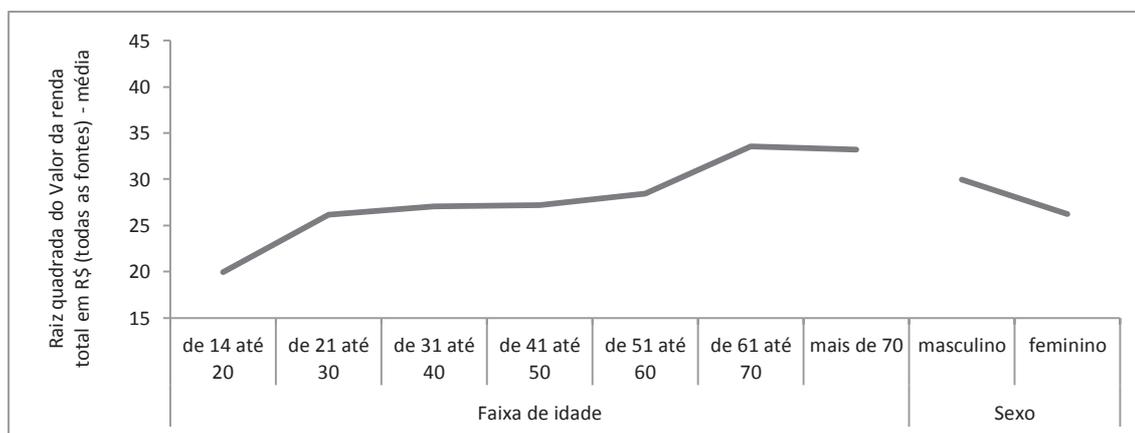


Gráfico 18. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por faixa de idade e sexo.

Elaborado pela autora.

Quanto ao sexo dos entrevistados, a tendência de menor renda média entre trabalhadoras mulheres do que entre trabalhadores homens dos brasileiros segue na ES, lembrando que o mesmo ocorre com a renda das mulheres no mercado de trabalho em geral.

Mais três aspectos têm efeito positivo sobre a média da raiz quadrada da renda dos sócios: ser de cor branca, residir na região Sul do Brasil e ser um dos responsáveis pelo sustento da casa. Já o fato de ser morador na zona rural gera efeito negativo sobre a renda. Morar na região Sul está ligado também a outros aspectos que atuam de forma conjunta na renda de trabalhadores em geral, como escolaridade e IDHM, além de todo contexto histórico da ES e do cooperativismo nesta parte do Brasil, sobressaindo-se também como uma variável bastante significativa no modelo. Área de moradia rural é tradicionalmente um fator de desvantagem para trabalhadores no Brasil, o que acaba não sendo diferente dentro da ES (Gráfico 19).

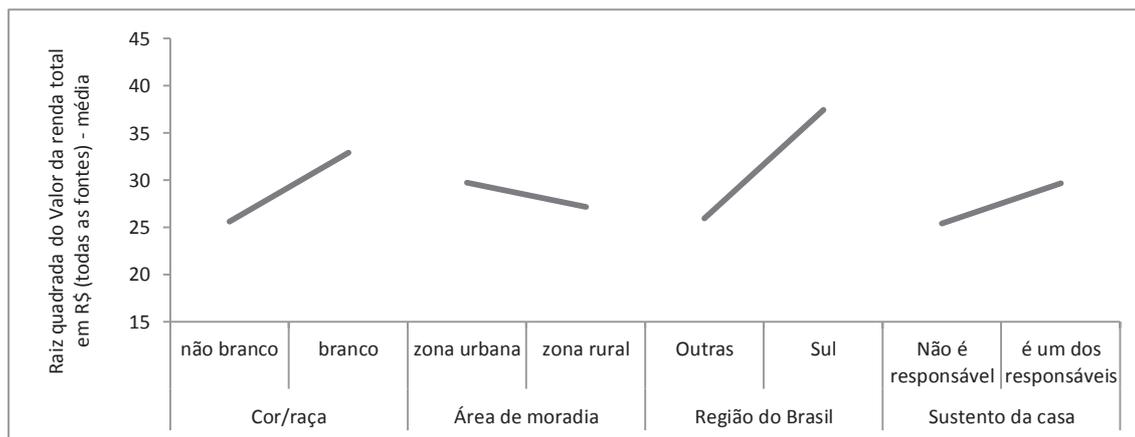


Gráfico 19. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por cor/raça, área de moradia, e responsabilidade no sustento da casa.

Elaborado pela autora.

Dependendo do tipo de atividade que o sócio exerceu durante sua vida de trabalho, há reflexos sobre seu atual trabalho e renda. De acordo com o modelo, os casos em que isso ocorre de forma significativa são: trabalhadores rurais, artesãos e pescadores. São típicas atividades ainda vivenciadas por eles, para as quais o modelo revela efeitos negativos sobre a renda quando comparado aos sócios que não vieram dessas atividades, especialmente os da pesca (Gráfico 20). Em menor magnitude, mas também de forma negativa, é o efeito de ser pertencente à categoria dos catadores de materiais recicláveis. O resultado observado está associado às históricas condições desses grupos, os quais apresentam rendimentos médios inferiores ao mercado de trabalho em geral, o que acaba se refletindo em um modelo específico para a ES. São grupos de pessoas tipicamente excluídas e com baixa escolaridade.

Quando o sócio trabalha em um EES e é uma pessoa já aposentada, sua renda total, naturalmente, é maior em média do que aqueles que não são (por se tratar de duas rendas sobrepostas). Em média, a raiz quadrada da renda dos aposentados é 30,5% maior do que dos não aposentados. Então, sim, têm renda mais elevada, porém bem aquém do dobro daqueles que não são aposentados, indicando uma possível situação de necessidade de incremento de renda de pessoas que já poderiam ter deixado o mercado de trabalho.

Quanto mais antigo o sócio no EES, maior tende a ser sua renda. Para aqueles que eram sócios há pelo menos 17 anos antes das entrevistas (que ocorreram em 2013), em média, a raiz quadrada da renda é 20,4% maior do que daqueles que se tornaram sócios há

no máximo 6 anos antes da entrevista (Gráfico 21). De um modo geral, a cada 10 anos a mais que o sócio acumula de experiência no EES, é constituído um aumento médio aproximado de 6,4% na sua renda total (em reais).

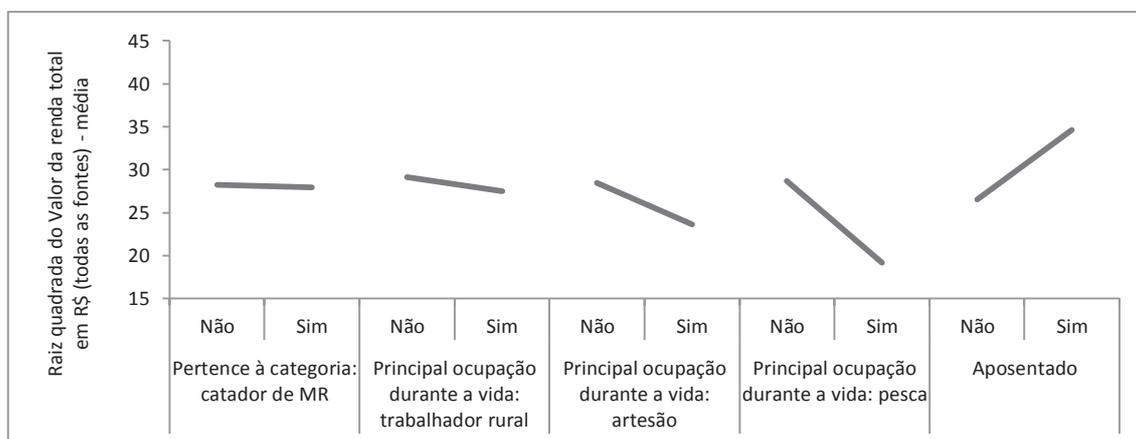


Gráfico 20. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por características de sua vida de trabalho.

Elaborado pela autora.

A informalidade do EES é um fator negativo sobre a raiz quadrada da renda dos sócios. Segundo o modelo, um sócio de EES formalizado tem, em média, uma renda 20% a 30% maior (em reais) do que um sócio de EES informal com mesmo perfil.

Sócios com cargo de representação nacional do EES possuem renda média total superior a daqueles que não o têm, conforme mostrado no gráfico 21. Suas rendas são, em média, 20% maiores do que a de sócios sem esse tipo de atuação. Uma investigação sobre a origem da renda mais elevada nestes casos mostrou que quando se avalia trabalhadores de EES que têm sócios entrevistados com cargo de representação nacional, todos os sócios destes EES acabam auferindo uma melhor renda de trabalho no EES e fora dele. O perfil de sócios que têm cargo de representação nacional é escolaridade acima da média da ES; estão, em média, há mais tempo na ES; suas idades são em maior proporção na faixa dos 40 anos; tem maior ocorrência de sócios sem filhos e de cor branca, comparado à proporção geral. Este resultado indica que ter um sócio com cargo de representação nacional é bom para todos os sócios do EES.

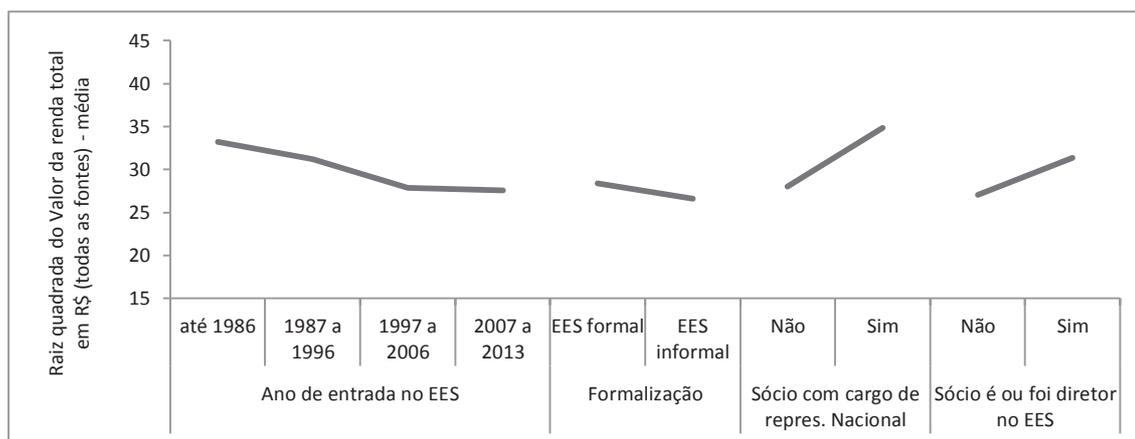


Gráfico 21. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por aspectos do seu trabalho no EES.

Elaborado pela autora.

Também aparecem com aumento de renda aqueles sócios que já estiveram ou estão na direção do EES: aproximadamente 11% maior, em reais. Analisando a origem da renda mais elevada nestes casos, observa-se que quando se avalia trabalhadores de EES com a presença de cargo de direção no EES por algum sócio entrevistado, a média de renda dos sócios destes EES acaba sendo mais elevada. Neste caso, a renda de trabalho de fontes externas ao EES, pois a renda de trabalho no EES é menor tanto para o diretor quanto para os outros sócios desses EES.

Perfil geral dos sócios com cargo de representação nacional: mais brancos do que não brancos, escolaridade mais alta, região sul, menor proporção de responsáveis pelo sustento da casa, mais casos de informalidade e de cooperativas, faixa dos 40 anos, em média, estão há mais tempo no EES, maior ocorrência sem filhos, EES de comercialização. O perfil do grupo de sócios com cargo de direção é elevação na escolaridade e na idade, em média; também estão há mais tempo na ES; há um aumento na proporção de homens com relação às mulheres nestes cargos.

O modelo empírico apresentado neste capítulo avaliou o efeito de todos os aspectos relacionados a determinadas iniciativas do EES em que o sócio exerce suas atividades. Foram mais de 70 itens, conforme descrito no quadro 9 deste capítulo, dos quais, 4 mostraram-se significativamente relevantes no modelo final: investimentos em equipamento

no último ano, formação técnica ou profissional, participação em fórum ou rede de articulação e apoio de incubação.

Os dois primeiros têm uma relação direta com sócios de renda média maior do que de sócios de EES em que tais iniciativas não se fazem presentes (Gráfico 22). Quando se observa sócios de EES com realização de investimento em equipamentos, em média, suas rendas são 13% acima daqueles sem essa característica; se o EES realizou formação técnica ou profissional, os sócios têm renda 10,5% maior, em média. Em ambos os casos, cresce a proporção de cooperativas, quando comparada com a proporção desta forma de organização no total de EES.

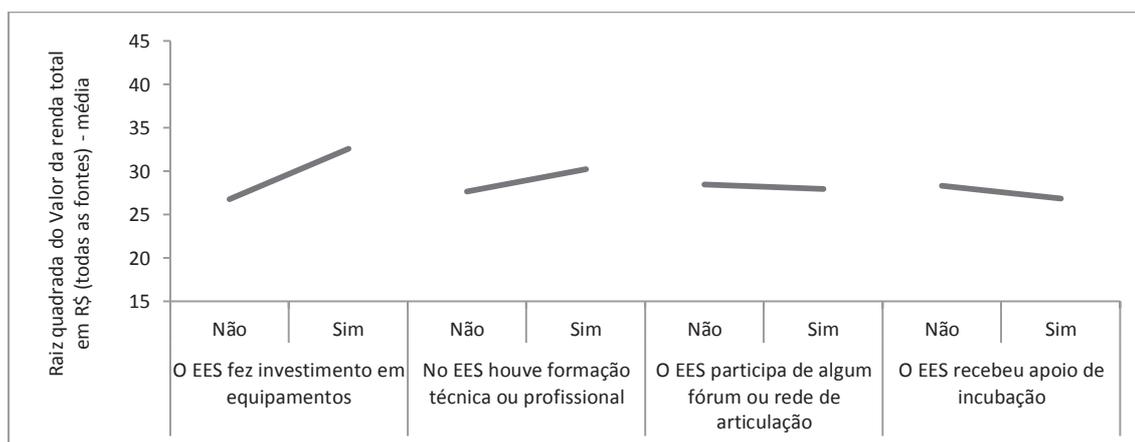


Gráfico 22. Média da raiz quadrada da renda total dos sócios (todas fontes), por ações do EES.

Elaborado pela autora.

O contrário ocorre com aqueles sócios de EES que receberam apoio de incubação: em média, os sócios têm renda 27% menor do que sócios de EES sem essa característica (Gráfico 22). A renda média de sócios de EES que tiveram apoio de incubação é menor em relação às fontes externas ao EES, pois a renda resultante de trabalho remunerado no EES amostral é superior. Portanto, trata-se de um público com um perfil desfavorecido no mercado de trabalho em geral, o qual encontra oportunidade de trabalho na ES. Apesar do EES com apoio de incubação gerar uma renda, decorrente do trabalho remunerado no EES, acima da média daqueles que não tem esse tipo de apoio, a renda total desses trabalhadores é

menor, pois é fora do EES amostral que eles são desfavorecidos. São pessoas, em média, mais jovens e mais recentes na ES, há uma proporção maior de mulheres, de baixa escolarização, residentes em área urbana e de EES informais ou cooperativas. Há uma presença mais marcante de pessoas para as quais, durante a vida de trabalho, a principal ocupação foi a de catadores de materiais recicláveis, donas de casa, empregados domésticos, vendedores ambulantes ou artesãos.

Se o EES tem participação em fórum ou rede de articulação, também se observa um aparente efeito negativo sobre a renda: os sócios têm renda 12% menor em média. Os sócios de EES que participa de redes ou fóruns de articulação acabam tendo sua renda total um pouco inferior em decorrência de uma redução apenas na renda externa, pois, a renda média do trabalho remunerado no EES é a mesma dos sócios de EES sem este tipo de participação. Neste tipo de EES há uma proporção um pouco maior (quando comparado ao total de EES) de: mulheres, moradores de zona urbana, catadores, pescadores de água doce e artesãos.

6.5 Simulação de alguns perfis de sócios de EES

A proposta de obter um modelo empírico para a formação da renda dos sócios de EES traz como benefício a possibilidade de simular cenários (ou perfis) dos sócios e seus respectivos EES, de modo a verificar qual a renda média esperada nesses casos. Conseqüentemente, pode-se avaliar o efeito que algumas ações ou características geram sobre a renda de sócios de EES. Tais aspectos podem ser tanto relacionadas ao perfil socioeconômico do sócio, como também relacionadas aos procedimentos adotados pelo EES. A segunda situação é considerada a mais importante aqui, dada a perspectiva de assessoria aos EES e de planejamento de políticas públicas de apoio à ES, baseadas na aferição de efeitos previstos sobre os sócios, além da própria gestão do EES.

A simulação é implementada através da equação do modelo de regressão (já apresentada na seção 6.4), a qual inclui as variáveis incluídas no modelo da figura 5 e os respectivos coeficientes de regressão (são os valores da coluna B da figura 5 e formam os valores constantes da equação).

A renda estimada para um determinado perfil de sócio é obtida fazendo o quadrado de \hat{Y} , onde \hat{Y} é dado por:

$$\hat{Y} = 193,369 + \text{Horas de trabalho fora do EES} * 0,241 + \text{Horas de trabalho no EES} * 0,182 + \text{IDHM (2010) do Município} * 19,42 + \text{Faixa de idade} * 0,724 + \text{Gênero:feminino} * -3,032 + \text{Raça: branco} * 1,592 + \text{Grau de escolaridade} * 1,936 + \text{Morador na zona rural} * -1,952 + \text{Está na região Sul} * 3,93 + \text{É responsável pelo sustento da casa} * 2,578 + \text{Categoria social: Catador materiais recicláveis} * -3,644 + \text{Principal_ocupação durante a vida: trabalhador_rural} * -2,623 + \text{Principal ocupação durante a vida: artesão} * -3,145 + \text{Principal ocupação durante a vida: pesca} * -5,137 + \text{É aposentado(a)} * 9,873 + \text{Ano de ingresso no EES} * -0,096 + \text{EES é informal} * -3,439 + \text{O sócio já teve cargo de representação nacional no EES} * 2,978 + \text{O sócio está na direção do EES} * 1,873 + \text{O EES fez investimento em equipamentos} * 2,128 + \text{No EES houve formação técnica ou profissional} * 1,753 + \text{O EES participa de algum fórum ou rede de articulação ou representação} * -2,162 + \text{O EES recebeu apoio de incubação} * -4,943.$$

Como \hat{Y} é a média estimada da raiz quadrada da renda dos sócios (em R\$), é necessário elevar ao quadrado o valor obtido para \hat{Y} , o qual foi calculado substituindo todas as variáveis da equação pelo respectivo valor do perfil de sócio estipulado. Por exemplo, deve ser colocado o número de horas que trabalha fora do EES e dentro do EES, deve ser indicado o valor do IDHM do município onde o sócio reside, deve ser indicada a faixa de idade do sócio, conforme a legenda da figura 3, deve ser indicado *zero* se for sócio homem e *um* se for sócia mulher, e assim por diante.

Além da estimativa pontual, é adequado o cálculo de estimativas por intervalo de confiança. Neste capítulo, as considerações e interpretações estão sendo feitas a partir da estimativa pontual, dada a complexidade em apresentar cada cálculo de intervalo de confiança, pois o erro padrão das estimativas fica diferente para qualquer alteração que se faça em qualquer uma das variáveis independentes do modelo. Diante disso, para as análises a seguir, os resultados são observados pela estimativa pontual da renda média dos trabalhadores sócios de EES. De todo modo, para se ter uma noção aproximada de como fica a precisão das estimativas de renda média por intervalos com 95% de confiança, é apresentada a tabela 24, com alguns exemplos da amplitude dos intervalos. As amplitudes aumentam conforme aumentam os valores médios estimados, em decorrência do modelo ter sido formulado para a raiz quadrada da renda; quando calculamos o intervalo de confiança em reais, o fato de elevar os valores estimados ao quadrado amplia mais aqueles intervalos com valores mais acentuados.

Tabela 24. Amplitude dos intervalos com 95% de confiança para as estimativas de renda média dos sócios de EES, a partir do modelo de regressão múltipla

Renda média pontual estimada	Limite inferior	Limite superior	Amplitude do intervalo
R\$ 200,00	R\$ 150,00	R\$ 260,00	R\$ 110,00
R\$ 500,00	R\$ 400,00	R\$ 610,00	R\$ 210,00
R\$ 1.000,00	R\$ 860,00	R\$ 1.150,00	R\$ 290,00
R\$ 1.500,00	R\$ 1.340,00	R\$ 1.680,00	R\$ 340,00
R\$ 2.000,00	R\$ 1.830,00	R\$ 2.200,00	R\$ 370,00
R\$ 2.500,00	R\$ 2.280,00	R\$ 2.740,00	R\$ 460,00
R\$ 3.000,00	R\$ 2.750,00	R\$ 3.260,00	R\$ 510,00

Obs.: valores aproximados e arredondados.

Com base na equação obtida a partir da análise de regressão, foi elaborado o simulador, onde cada pequena conversão no perfil altera a média esperada na renda do sócio. Uma pequena conversão pode ser, por exemplo, uma mudança no grau de escolaridade, um aumento na idade, um aumento no tempo em que o sócio faz parte do EES, ou a existência de algum tipo de apoio ao EES em que o sócio atua ou a ocorrência de uma formação para os sócios do EES, entre outras.

Foram elaborados sete perfis de sócios, sendo os três primeiros baseados em segmentos frequentemente observados na ES. Outro perfil foi inspirado em uma situação não usual na realidade brasileira, porém almejado. Por isso foi incluído. E, por fim, outros três mais específicos, e que por isso servem para mostrar algumas situações que ocorrem na ES, apesar de não tão frequentes. Nos três segmentos frequentes foi buscado, na base de dados, um sócio “real” para as características gerais do respectivo segmento em termos de sexo, raça, idade, tipo de EES, etc. Já a situação “irreal” foi inspirada na procura por uma condição mais amena de vida, para um perfil tipicamente desfavorecido no Brasil: uma mulher, negra, do meio rural no Nordeste. Os últimos três casos foram simulados justamente para compreender situações mais específicas, as quais em determinadas condições podem ser interessantes de serem estimuladas na ES, para que se tornem mais frequentes.

O primeiro perfil apresentado é de uma catadora de materiais recicláveis. Chama atenção verificar que no Brasil, de forma independente da ES, a categoria de catadores de materiais recicláveis é mais masculina, os homens são aproximadamente 2/3 da categoria;

porém, na ES, as mulheres estão em 67,1% do grupo (SILVA, GOES, ALVAREZ; 2013). Dentre os sócios entrevistados dessa categoria, 66% são negros ou pardos, 94% de área urbana, 95% estão em EES formalizados, 26% estão em EES que tiveram apoio de incubação, 54% estão em EES que participa de alguma rede ou fórum, 47% recebem alguma formação técnica, 91% estão em EES que fez investimento em equipamentos no ano anterior à entrevista e 37% estão na região Sul.

Com base nos dados de perfil geral da categoria de catadores de materiais recicláveis, procurou-se uma mulher, catadora e da região Sul. O perfil dessa mulher foi usado na primeira simulação. Se o sócio apresentar o perfil de mulher negra, catadora de materiais recicláveis de Porto Alegre, com 42 anos de idade, conforme descrito na figura 6, e tiver 40 horas semanais de trabalho exclusivo no EES, o valor da raiz quadrada da renda esperada, em média, será calculada fazendo-se:

$$\hat{Y} = 193,369 + 0*0,241 + 40*0,182 + 0,81*19,42 + 4*0,724 + 1*-3,032 + 0*1,592 + 2*1,936 + 0*-1,952 + 1*3,93 + 1*2,578 + 1*-3,644 + 0*-2,623 + 0*-3,145 + 0*-5,137 + 0*9,873 + 2007*-0,096 + 0*-3,439 + 0*2,978 + 0*1,873 + 1*2,128 + 1*1,753 + 1*-2,162 + 1*-4,943 = 27,1243$$

Depois, elevando-se ao quadrado ($\hat{Y}^2 = (27,1243)^2 = 735,73$), temos uma renda média pontual estimada para o perfil desta mulher em R\$ 735,73 mensais.

Este valor, de R\$ 735,73, é um pouco superior ao salário mínimo no ano 2013, quando ocorreu a coleta dos dados, momento em que o salário mínimo estava em R\$ 678,00. Vale lembrar que o valor de \hat{Y} é uma estimativa de média deste perfil, portanto as pessoas com tais características podem ter sua renda individual abaixo ou acima deste valor. O objetivo maior destas simulações não é prever o valor exato da renda de um perfil, mas sim ter uma estimativa da alteração de renda média esperada de um perfil, quando se modifica uma das condições (uma das variáveis independentes) e o restante é mantido constante. Por exemplo, se este perfil tivesse uma melhora na escolaridade, passando de 2, para 3, na escala dessa variável, a renda média estimada passaria de R\$ 735,73 para R\$ 844,51. Quer dizer, seria esperado um aumento, em média, de 14,8% na renda deste perfil de sócio de EES se, mantidas todas as outras características, ela conseguisse ter pelo menos parte do ensino fundamental. Essa informação pode auxiliar o planejamento da gestão dos EES e embasar a

formulação de políticas públicas de incentivo e assessorias para a ES, justificando iniciativas de melhora da escolarização ao trazer uma visão mais precisa da geração de renda adicional que tal ação pode promover.

A figura 6 apresenta o simulador desenvolvido em planilha Excel, já com os dados do perfil descrito. Quando se digita os valores de cada uma das variáveis explicativas correspondentes ao perfil desejado, o gráfico ao lado se altera automaticamente, conforme os valores indicados. A alteração fica automática porque o gráfico está configurado com a equação do modelo proposto e tem suas coordenadas ligadas ao endereço das células da planilha em que são digitados os valores do perfil desejado. Somente as variáveis “número de horas trabalhadas fora” e “número de horas trabalhadas no EES” não precisam ser indicadas, pois o gráfico foi planejado para apresentar uma superfície de respostas (a parte laranja do gráfico) tendo em cada ponto, sua altura refletindo o resultado da equação da renda média mensal em reais para os respectivos valores de horas no EES (coordenada horizontal à esquerda) e fora dele (coordenada horizontal à direita). O ponto preto na superfície laranja do gráfico mostra, através da sua altura, o valor estimado de renda média mensal para alguém que tem o perfil descrito ao lado, e que trabalha 35 horas dentro do EES e nenhuma fora dele.

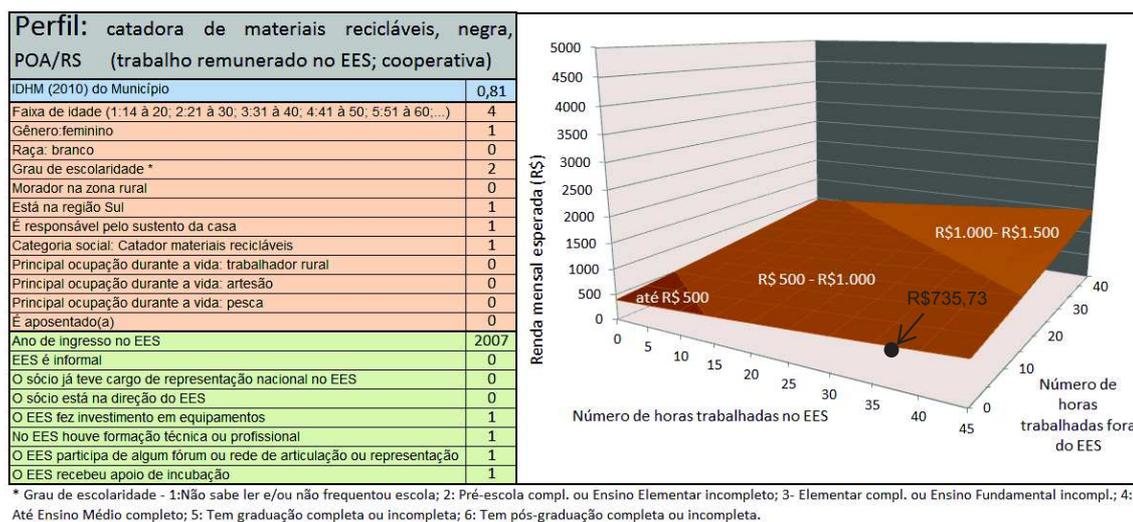


Figura 6. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de mulher negra, catadora de materiais recicláveis em Porto Alegre.

A partir dos microdados da PNAD 2013, foi calculada a renda média (de todas as fontes) para mulheres, pretas ou pardas, que trabalham pelo menos 40 horas semanais, com CBO (Código Brasileiro de Ocupação) correspondente ao de catador de materiais recicláveis, em zona urbana do estado do Rio Grande do Sul, com escolaridade máxima no nível fundamental completo e sem aposentadoria. A renda mensal obtida foi de R\$ 519,61, em média. Neste contexto tão específico, no qual a renda média esperada dentro da ES é de R\$735,73, há um aumento de 41,6%, observando-se a estimativa pontual. Se considerarmos uma margem de erro de R\$ 100,00 para menos e R\$ 110,00 para mais, conforme a tabela 24, o intervalo com 95% de confiança para a renda média estimada do perfil na ES está entre R\$ 635,73 e R\$ 845,73. Portanto, há evidências de que a ES seja benéfica quanto à geração de renda neste perfil.

O segundo perfil simulado partiu da consideração de que a ES é fortemente representada por agricultores familiares, estando a maior concentração deles, no âmbito da ES, no Nordeste. No Brasil, os sócios de EES que se declaram dentro da categoria social “agricultores familiares não assentados da reforma agrária”, são na maioria homens (64%), quase 80% estão organizados em associações, 75% têm no máximo o ensino fundamental completo, 29% recebem bolsa família, apenas 17% estão em EES que recebeu alguma formação técnica ou profissional e raramente ocorre apoio de incubação aos EES a que eles pertencem.

Ao simular o perfil de um homem negro, agricultor familiar em Miraíma, no estado do Ceará, verifica-se que, se ele tiver 48 anos, baixa escolaridade (escala 2), estiver há 20 anos no EES de comercialização e trabalhar na sua unidade familiar 45 horas por semana, lhe tocaria uma renda média estimada de R\$ 654,86 (Figura 7).

No perfil que foi traçado na simulação da figura 7, o agricultor está associado a um EES no qual não houve nenhum tipo de formação técnica ou profissional para os sócios. Se somente esta característica for alterada, a renda média esperada vai ao patamar de R\$ 747,64 (14,2% de aumento). Ou ainda, se não for incorporada uma formação, mas o agricultor for um sócio mais recente (ano de entrada em 2008), 15 a menos do perfil da figura 7, sua renda estimada seria de R\$ 583,25. Então, levaria 15 anos para que ele tivesse um aumento de 12,3% em sua renda, pelo tempo no EES. Pensando novamente em termos de políticas públicas e assessorias, o que se vê aqui é a formação técnica elevando a renda média estimada desse perfil de agricultor num curto prazo, em uma proporção tal qual ele levaria

15 anos para conseguir quase igualá-la apenas com o tempo decorrido de atuação no EES (14,2% com a formação contra 12,3% com o tempo de experiência).

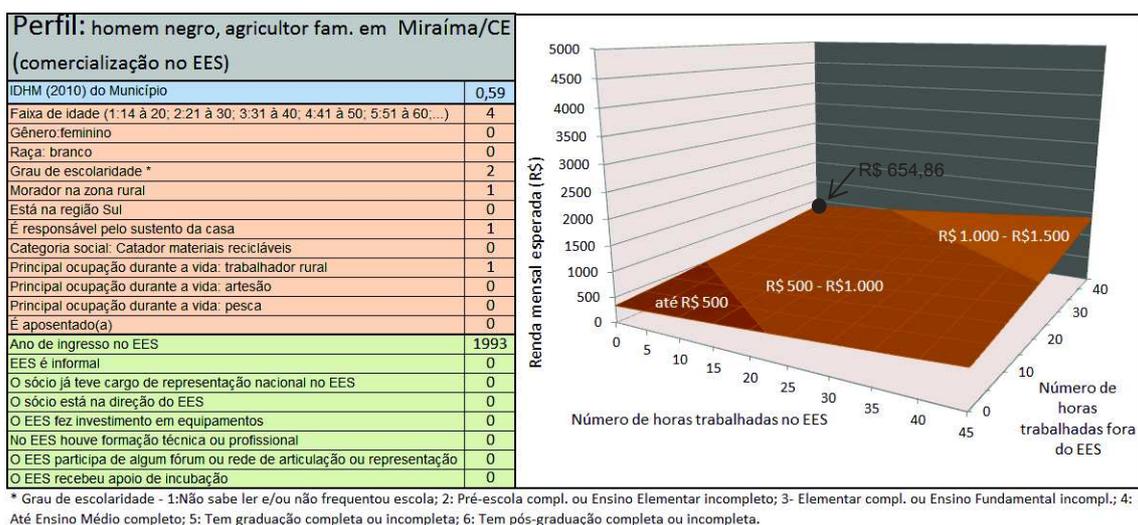


Figura 7. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de homem negro, agricultor familiar no CE.

Na comparação com o mercado de trabalho independente da ES, a PNAD indica uma renda média de apenas R\$ 336,35 para o perfil. Então, pontualmente, a renda média do perfil da figura 7 é quase o dobro da PNAD, pois aumenta em 94,7% na ES. Se for calculado o intervalo com 95% de confiança neste perfil dentro da ES, a média estimada fica entre R\$ 554,86 e R\$ 764,86. Para o perfil de um homem negro, agricultor familiar no estado do Ceará, o contexto da ES traz substancial melhoria na renda do trabalhador.

As cooperativas urbanas são frequentemente citadas na literatura sobre ES. Se forem desconsiderados sócios cuja categoria social declarada foi a de catadores de materiais recicláveis, agricultor familiar ou assentados da reforma agrária, este segmento representa 13% dos sócios da ES no Brasil. Dentre eles, são frequentes pessoas que durante a vida tiveram ocupações como artesãos, empregados domésticos, costureiras, marceneiros, auxiliares administrativos e atendentes do comércio. Considerável parte deste grupo reside no estado de São Paulo (33%).

O terceiro perfil pertence ao segmento de cooperativas urbanas: um homem branco que trabalha numa cooperativa urbana em São Paulo, com escolaridade um pouco superior ao caso anterior (ensino médio), como mostra a figura 8, revela uma condição de geração de renda mais favorável, especialmente se comparada com o perfil da figura 7, onde se observava a situação de um homem negro, na zona rural do nordeste. Se ele tiver uma carga horária de 40 horas semanais no EES (como mostrado pelo ponto preto na figura 8), é esperada uma renda média mensal de R\$ 1.825,59.

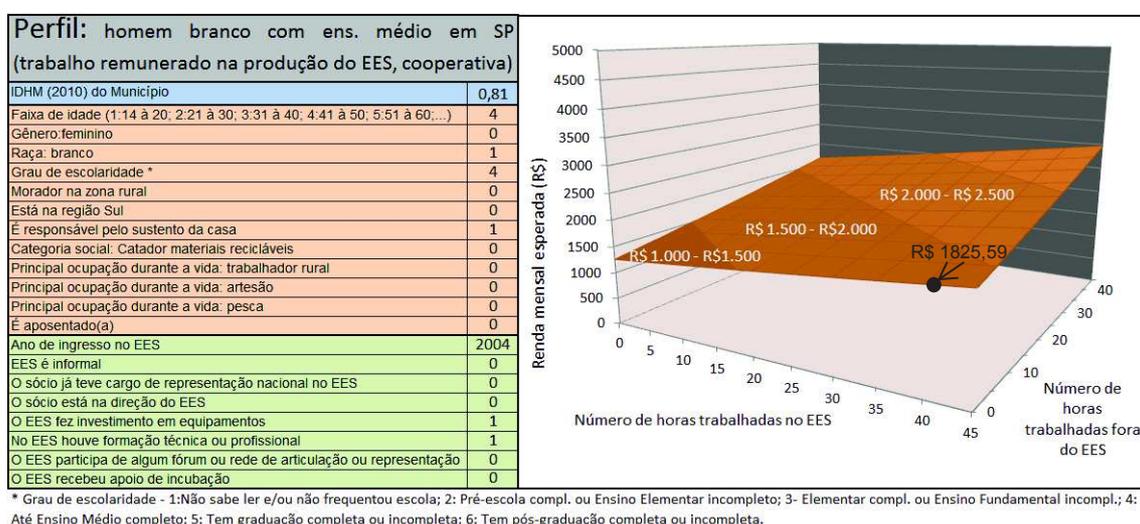


Figura 8. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de homem branco, trabalhador de uma cooperativa em SP.

Esse é um perfil em que algumas condições relacionadas ao EES também são favoráveis: formalidade, presença de formação técnica e investimento em equipamentos. Se essas três condições estivessem ausentes no perfil da figura 8, a renda média esperada para o perfil seria de apenas R\$ 1.253,68. Com a formalidade e os investimentos do EES, sua renda fica aumentada em 45,6%.

Estes sócios foram comparados com os trabalhadores da PNAD 2013 que têm um perfil semelhante: homens entre 40 a 49 anos, brancos, com ensino médio completo, moradores de zona urbana no estado de São Paulo, com carga horária semanal de 40 horas ou próxima, sem aposentadoria, trabalhador da produção de bens e serviços ou de reparação

e manutenção. Foram identificados 128.991 casos, com renda média mensal de R\$ 2.054,78. Pontualmente, esses trabalhadores tem renda 12,5% maior daqueles inseridos na ES. Utilizando um erro de estimativa de R\$ 170,00 para menos e R\$ 200,00 para mais, o intervalo com 95% de confiança para a média deste perfil fica entre R\$ 1.655,59 e R\$ 2.025,59. Ou seja, a renda média desse perfil na ES é um pouco menor do que entre os trabalhadores em geral do perfil.

O perfil da figura 9 foi formulado para simular uma mulher negra moradora de zona rural no interior da Bahia que tivesse uma renda mais cômoda. Tal simulação é irreal, pois para uma mulher negra de Irecê na Bahia ter uma renda deste nível, seria necessário ser graduada, aposentada e dirigir de forma eficiente e efetiva o EES, com 30 horas semanais, e ainda manter um trabalho fora do EES de 20 horas semanais; ou seja, uma condição muito rara e de certa forma cruel, pois ela já é aposentada e ainda precisaria trabalhar um total de 50 horas semanais, mesmo tendo alto nível escolar. Mas se fosse o caso, aí sim, ela conseguiria uma renda considerável: em média, R\$ 2.699,31 mensais. Se ela estiver na escala de escolaridade 3 (ensino fundamental incompleto), não for aposentada e estiver em um EES onde não há cargo de representação nacional e nem direção desse EES, trabalhando exclusivamente 20 horas semanais fora do EES, então sua renda média mensal é estimada em R\$ 778,15, apenas 29% da renda fictícia projetada na figura 9.

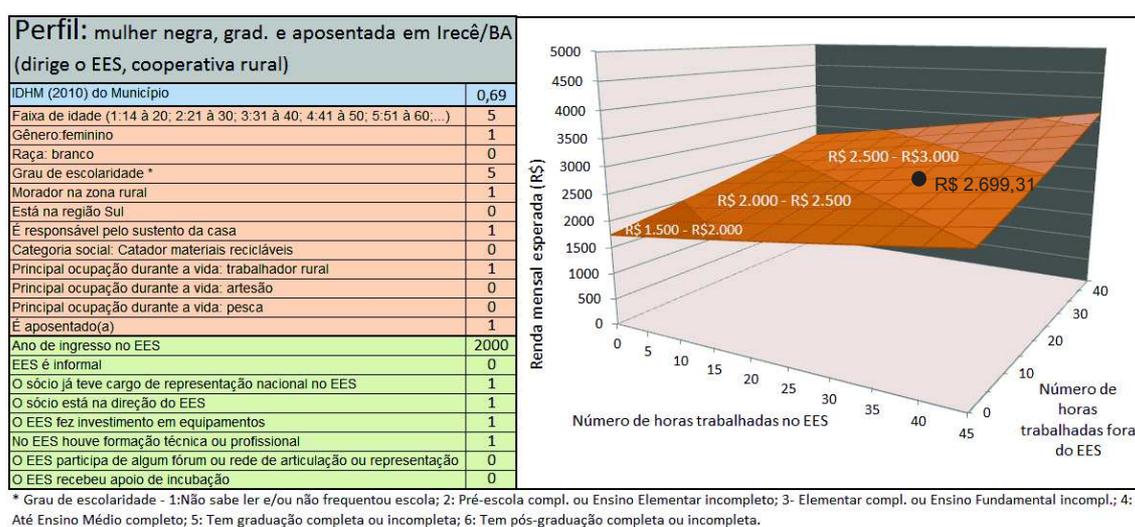


Figura 9. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de mulher negra graduada e aposentada, dirigindo um EES em Irecê/BA.

A comprovação do quão inverossímil era o perfil criado para esta mulher surgiu quando foi procurado calcular a renda média do mesmo perfil na população da Bahia: a base de dados da PNAD indicou um erro quando foi solicitado, informando que nenhum caso estava disponível com esses filtros no banco de dados. Ou seja, não há registro de mulher negra com 50 anos ou mais, em zona rural da Bahia, que seja graduada. Há poucos casos nos quais a escolaridade é superior incompleto ou ensino médio completo.

Além do Nordeste, a região Sul do Brasil também se destaca na agricultura, o que torna relevante uma simulação dessa condição da ES. Estão no Sul do Brasil 22,5% dos sócios que declaram pertencer à categoria de agricultor familiar. A maioria (77%) deste grupo de sócios são homens e têm idade média de 50 anos. Os sócios mais bem remunerados da categoria estão na região Sul do país.

O perfil investigado foi o de um agricultor branco, de 54 anos, com ensino médio completo, de Santa Catarina, trabalhando cerca de 45 horas semanais na sua produção familiar e mais 10 horas semanais no EES, na comercialização. Conforme mostra a figura 10, vemos uma renda média estimada em R\$ 2.347,52. Se este mesmo perfil de trabalhador estivesse no Norte do país, a renda média estimada ficaria em R\$ 1.780,05. Ou seja, estar na região Sul, numa cidade como Chapecó, eleva a renda do agricultor em 31,9%.

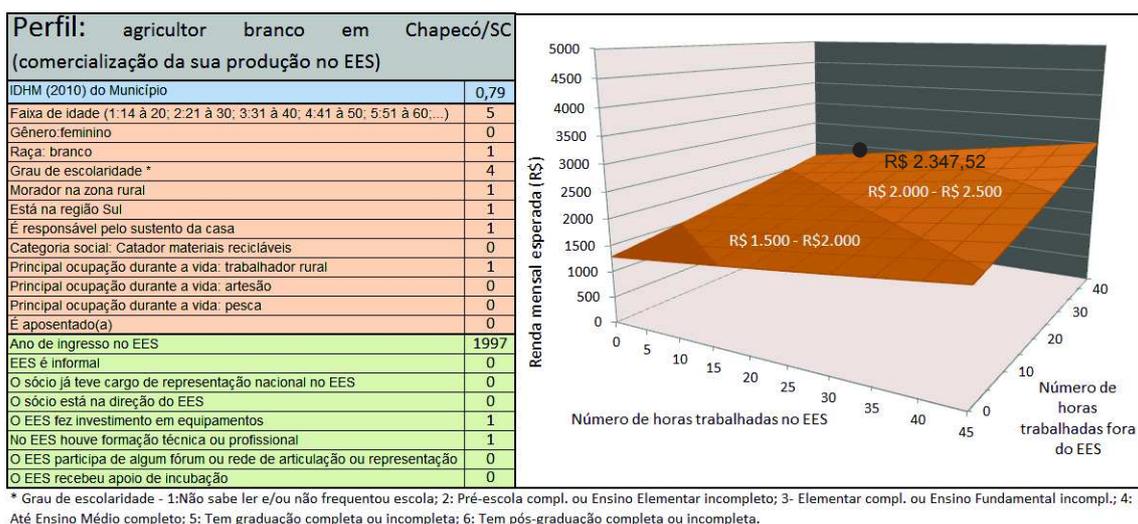


Figura 10. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de um produtor rural, branco, que comercializa sua produção no EES, em Chapecó/SC.

Na comparação com o mesmo perfil de trabalhador da PNAD 2013 em Santa Catarina, verifica-se uma renda média de R\$ 2.000,00. Se for realizada a estimativa com 95% de confiança (onde o erro aproximado de estimativa, segundo a tabela 2, é de R\$ 220,00 para menos e R\$ 240,00) fica entre R\$ 2.147,52 e R\$ 2.587,52. Portanto, há um aumento na renda média de agricultores brancos, homens, na faixa de 50 a 59 anos em Santa Catarina, quando ele pertence à ES.

Outro segmento que não é numeroso, mas pode ser interessante incluí-lo entre os perfis investigados é o de uma pessoa mais jovem. Considerando que a idade média dos sócios dos EES no Brasil é de 46 anos, o perfil da figura 11 é incomum, pois trata-se de uma jovem de 34 anos, graduada, que dirige um EES em Brazlândia. Se o trabalho exercido for exclusivo no EES e com duração de 40 horas semanais, sua renda média estimada fica em R\$ 2.094,13. Para fins de comparação, se for mantido o mesmo perfil, alterando o fato dela ter sido diretora, mas mantendo sua atuação como representante nacional do EES, sua renda estimada fica em R\$ 1926,23. No caso desse perfil, a presença de um sócio em cargo de direção no EES eleva a renda estimada. Vale lembrar que EES com cargo de direção exercido por pessoas entrevistadas têm sócios com renda média mais elevada do que EES sem este tipo de função.

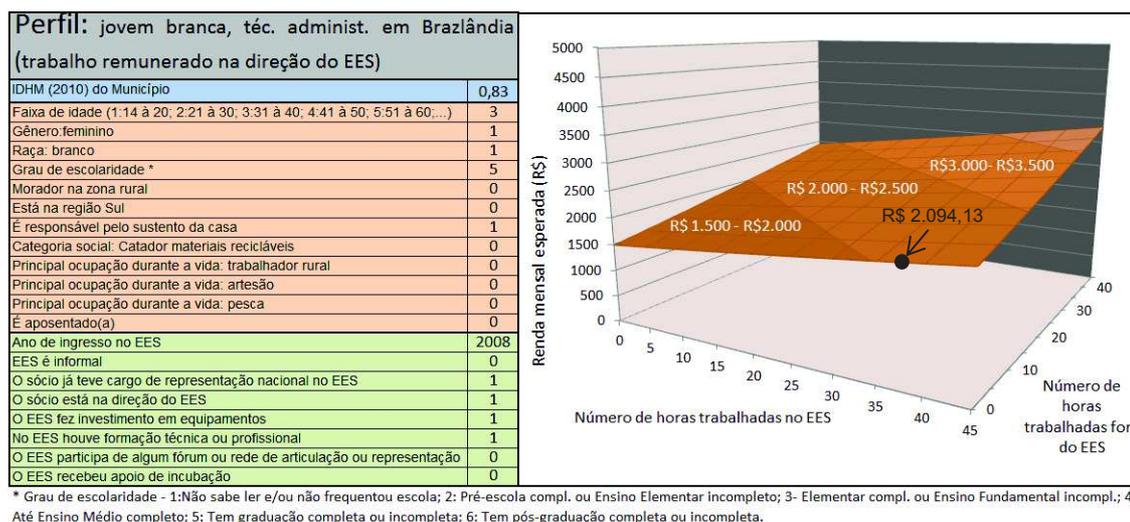


Figura 11. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de uma jovem branca, técnica administrativa que dirige um EES, em Brazlândia/DF.

Comparando com o mesmo perfil fora da ES, há 3.890 mulheres em que a renda média é de R\$ 2.742,53 (PNAD, 2013). Na ES a renda média estimada com 95% de confiança está entre R\$ 1.756,23 e R\$2.126,23. Portanto, na ES, este perfil de mulheres tem um rendimento médio inferior ao daquelas com perfil semelhante na população do mesmo local. O resultado obtido neste perfil é condizente com o exposto por Singer (2001) a respeito dos dirigentes de EES: o autor explica que nas cooperativas, os dirigentes se satisfazem com remunerações menores do que os das congêneres capitalistas, e que é por solidariedade aos demais trabalhadores que os gerentes de empresas solidárias se dispõem a ganhar menos do que poderiam ganhar em empresas não solidárias.

Por fim, procurou-se a simulação de um caso de incubação, motivado pelo fato desta ter sido uma variável significativa no modelo. A figura 12 mostra que se for simulado o perfil de uma mulher parda, com trabalho remunerado em um EES de serviços gerais de 45 horas semanais, elegendo-se um EES que tenha recebido apoio de incubação em Belém do Pará, a renda média estimada fica em R\$ 574,83, abaixo de um salário mínimo (de 2013). Este é um caso em que se evita a simulação comparativa sem a incubação por se verificar que todos os outros aspectos da simulação também são típicos de EES que recebem incubação: mulheres, residentes de área urbana, com baixa instrução e com experiências em atividades de baixa qualificação profissional. Estes são aspectos que estão atrelados aos casos de EES que receberam apoio de incubação.

A baixa renda aqui não deve ser considerada decorrente da incubação, e sim, da condição de vida que esse trabalhador apresenta, independentemente de ser um sócio de EES. Caso não estivesse associado a um EES, provavelmente não teria sequer esse rendimento e, caso não houvesse a incubação, possivelmente o EES não existiria.

Para ter-se uma ideia do grau de degradação frequentemente encontrado em grupos incubados, colocam-se aqui como exemplo situações em que, ao sugerir-se a formalização do grupo como uma cooperativa, o primeiro desafio é conseguir que os integrantes estejam em dia com sua documentação pessoal, um simples RG. A obtenção deste documento por si só já é um passo no processo de resgate da dignidade dos componentes do grupo. Outra situação que exemplifica essa condição dos associados é a percepção, no decorrer de uma incubação, do lento e gradual entendimento pelos cooperados de que são parte ativa de um processo que lhes traz não somente uma ocupação laboral, mas também e

fundamentalmente, o exercício de tomada de decisões democráticas, as quais fogem totalmente da condição de submissão ao qual estão acostumados.

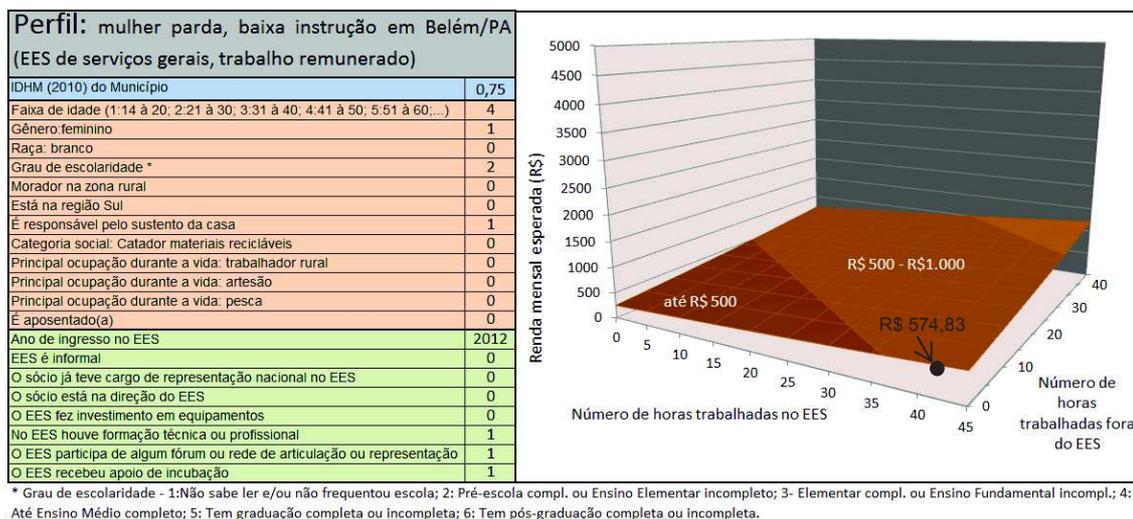


Figura 12. Simulação da renda mensal estimada para o perfil de uma mulher parda, trabalho remunerado em um EES de serviços gerais que recebeu apoio de incubação, Belém do Pará.

Ainda foi verificada, junto aos microdados da PNAD 2013, a renda média (de todas as fontes) para mulheres, não brancas, com idade entre 40 e 49 anos, que trabalham entre 44 e 48 horas semanais em serviços gerais, em zona urbana do estado do Pará, com escolaridade máxima de nível fundamental completo. Pela PNAD/2013, são estimadas 2.044 mulheres com este perfil, as quais têm renda média mensal de R\$ 560,26. Diante disso, neste contexto bem específico, no qual a renda média esperada dentro da ES é de R\$ 574,83, há um aumento de 2,3% observando a estimativa pontual. Porém, se considerarmos uma margem de erro de R\$ 100,00 para menos e R\$ 110,00 para mais, conforme a tabela 2 deste capítulo, o intervalo com 95% de confiança para a renda média estimada do perfil está entre R\$ 474,83 e R\$ 684,83, ou seja, é um caso de “empate técnico”. Portanto, não há evidências suficientes de que a ES seja um propulsor na renda deste perfil.

A tabela 25 apresenta um resumo, no qual é informada a renda média na ES estimada a partir do modelo de regressão múltipla, comparada com a renda média do mesmo grupo na

PNAD, para os sete perfis socioeconômicos traçados nesta seção. O que se observa nesse comparativo é que a diversidade de perfis leva a situações diferentes de geração de renda pela ES. O resumo mostra indícios de maior geração de renda através da ES em perfis de baixa renda, sejam urbanos ou rurais. No caso de sócios de área rural independente do padrão de renda, ocorre um aumento na remuneração média. Esse resultado é cabível dentro do histórico da ES, pois os esforços das políticas de ES miram justamente a agricultura familiar e grupos menos favorecidos em áreas urbanas e rurais.

Tabela 25. Resumo com renda média na ES a partir do modelo de regressão múltipla, comparado com a PNAD, para diferentes perfis socioeconômicos

Perfil	Limite inferior na ES (95%)*	Limite superior na ES (95%)*	Renda média mensal PNAD/2013	Conclusão para o perfil
Catadora de materiais recicláveis, negra em POA, baixa escolaridade	R\$ 635,73	R\$ 845,73	R\$ 519,61	ES gera <u>mais</u> renda
Homem negro, agricultor familiar no Ceará, baixa escolaridade	R\$ 554,86	R\$ 764,86	R\$ 336,35	ES gera <u>muito mais</u> renda
Homem branco, trabalhador em cooperativa de SP, com ensino médio	R\$ 1.655,59	R\$ 2.025,59	R\$ 2.054,78	ES gera <u>menos</u> renda
Mulher negra, graduada, aposentada, diretora de EES rural na BA	R\$ 2.479,31	R\$ 2.939,31	Não existem casos	-
Homem branco, agricultor em SC, com ensino médio	R\$ 2.147,52	R\$ 2.587,52	R\$ 2.000,00	ES gera <u>mais</u> renda
Jovem branca, na direção de EES urbano no DF, graduada	R\$ 1.756,23	R\$ 2.126,23	R\$ 2.742,53	ES gera <u>menos</u> renda
Mulher parda, trabalho em EES de serviços gerais no Pará	R\$ 474,83	R\$ 684,83	R\$ 560,26	ES gera <u>mesma</u> renda

* Foram utilizados valores aproximados nos cálculos de erro padrão das estimativas do modelo. As diferenças entre os valores exatos e aproximações utilizadas aqui são de magnitudes irrelevantes para a comparação.

Elaborado pela autora.

Uma limitação da análise realizada aqui se refere ao escopo em que cada comparativo foi realizado. Pela quantidade de variáveis que aparecem como fatores

explicativos da renda no modelo de regressão, o grupo analisado e comparado na PNAD é bastante restrito. O número de simulações possíveis de serem executadas é superior às sete realizadas neste estudo, pois há uma extensa quantidade de tipos de EES e, dentro deles, diferentes perfis socioeconômicos de trabalhadores que podem ser simulados. A ES revela-se heterogênea, assegurando sua potencialidade em abranger uma vasta gama de EES. São EES com diferentes objetivos, atendendo diferentes perfis de sócios e localizados em territórios com diferentes culturas.

Os perfis apresentados nesta seção são exemplos de cenários vislumbrados nos EES. Todas as rendas estimadas para os perfis traçados são factíveis dentro da realidade estudada. O benefício maior destas simulações situa-se na possibilidade de verificar a alteração de renda estimada para determinadas modificações do EES, pois o conhecimento de tais estimativas contribui para um melhor planejamento de políticas e de assessorias visando o desenvolvimento de empreendimentos já existentes e de novos na ES. Simulações permitiriam o estudo de alternativas de modos de atuação da economia solidária e respectivas projeções de renda dos sócios, proporcionando uma avaliação sobre os impactos da economia solidária na geração de renda no Brasil.

Neste último capítulo de análise de resultados apresentados nesta tese, foi proposto um modelo empírico que determina quais fatores explicam a variação da renda dos sócios de EES. Também foram construídos e avaliados cenários de atuação da ES, visando à observação de características de efeito redutor ou fortalecedor na geração de renda dos sócios. Deste modo, foi possível reconhecer condições de atuação específicas da ES que propiciam redução da proporção de trabalhadores pobres e extremamente pobres.

A seguir, passamos ao último capítulo deste estudo, no qual se procurou trazer ao leitor uma retomada da construção e da estrutura desta tese, acompanhada dos principais achados dentre os resultados obtidos a respeito dos sócios de EES. Durante esta recapitulação dos fatos observados, é chamada a atenção para contribuições do estudo para a área da economia solidária no Brasil. Por fim, são sugeridos trabalhos futuros decorrentes das conclusões e da percepção de hiatos na literatura que não foram contemplados neste estudo, por via da extrapolação do escopo já definido.

7 CONCLUSÕES

Neste capítulo final, retoma-se a linha de argumentação desenvolvida ao longo deste trabalho, enfatizando-se os pontos-chave de cada capítulo. Destaca-se, nesta finalização, a avaliação da economia solidária como um fator significativo para a geração de renda entre trabalhadores que se associam e formam os empreendimentos deste movimento. Neste sentido, este trabalho constitui uma contribuição aos esforços de análise do fenômeno da economia solidária, oferecendo elementos adicionais para uma compreensão desse processo social, no qual fatores socioeconômicos articulam-se entre si, gerando diferentes condições de renda e distintas capacidades.

Inicia-se recuperando a intenção central deste trabalho, que se propôs a discutir os impactos da economia solidária na geração de renda no Brasil, permitindo estudo de alternativas de modos de atuação da economia solidária e respectivas projeções de renda dos sócios. Tal discussão foi estimulada pelo fato de que a necessidade de reduzir a pobreza representa hoje um consenso nos meios acadêmicos, governamentais, sociais e na comunidade internacional. A grave situação de pobreza em que vive uma parcela significativa da população no Brasil requer a realização de estudos que forneçam substratos para intervenções sociais. A maior parte da população pobre em idade adulta do Brasil é economicamente ativa. Contudo, sua inserção no mundo do trabalho em geral é precária, com renda baixa e instável. Em larga medida, isso se deve ao fato de não terem tido acesso à educação e a bons cursos de qualificação profissional, além de não terem condições mínimas de saúde e saneamento.

A economia solidária é vista como uma estratégia de inclusão produtiva do Programa Brasil sem Miséria. Nesse sentido, falar em inclusão produtiva implica ir além do mercado de trabalho convencional. Se o Estado pretende atuar de modo a garantir o acesso ao trabalho a toda a população, é necessária uma estratégia diferenciada que articule uma série de mecanismos que estejam ao seu alcance. O estímulo ao trabalho associado, sob a perspectiva da economia solidária, é visto como um mecanismo viável para se chegar a esse objetivo.

Frente ao contexto exposto, este estudo partiu de duas hipóteses centrais: a atuação no EES gera um acréscimo na renda dos sócios; há cenários alternativos para a ES, nos quais poderia ser reduzida a ocorrência de pobreza, pela geração de trabalho e renda.

Para orientar o desenvolvimento da argumentação que sustenta esta pesquisa, delineou-se inicialmente a trajetória dos níveis de pobreza no Brasil desde a década de 1970, dividindo o período em fases nas quais se avalia e compara a trajetória de indicadores de pobreza, de renda e de desenvolvimento. Com base principalmente em material publicado por Sonia Rocha em 2013, se observou quatro períodos nos quais estão vislumbrados aspectos voltados ao desenvolvimento econômico e à pobreza. Os índices de pobreza apresentam uma tendência de redução significativa, desde o início deste milênio no Brasil, parte relevante desta redução está ligada aos programas de transferência de renda instituídos pelo governo federal, cuja preocupação está em dispor para esta parcela da população, ainda em condição de pobreza ou vulnerabilidade, mecanismos de geração de renda de trabalho, situação na qual a ES é vista como alternativa considerável.

Dado que a proposta dessa tese inclui a avaliação de fatores na determinação da renda de trabalhadores da ES, buscou-se identificar, na literatura, os fatores comumente utilizados, com as respectivas variáveis de medição. Além da identificação desses fatores, foi possível, nessa revisão, detectar a forma como alguns deles têm atuado sobre a geração de renda em diversos contextos brasileiros e em distintos períodos. O principal fator citado pela literatura é o nível de escolaridade, por apresentar-se como o maior determinante da renda de um indivíduo, seguido pela idade, a qual, segundo vários autores, é vista como uma proxy da experiência acumulada pelo trabalhador. Também aparecem com frequência, em estudos sobre o tema, fatores de discriminação, especialmente sexo e raça, além de fatores de segmentação, como tipo de ocupação e ramo de atividade.

Simultaneamente, se observou a trajetória da ES no Brasil. O movimento foi se moldando às fases cronológicas do desenvolvimento econômico e político do país. O primeiro período, denominado “milagre econômico”, enfatiza o alto crescimento do PIB e redução da pobreza na década de 1970, porém de uma forma significativamente desigual entre as regiões brasileiras. Nesse momento, a ES ainda estava em fase embrionária, o mercado de trabalho tradicional em alta, de modo que a grande massa de trabalhadores não tinha motivação tão significativa para unir-se em um movimento alternativo.

Depois, na década 1980 até o ano de 1993, ocorre uma redução do crescimento do PIB e uma estagnação na proporção de pessoas pobres, levando a uma nova denominação do período: “década perdida”. No entanto, este foi um período de expressiva diminuição das desigualdades regionais. A elevação da pobreza metropolitana leva a uma mobilização social, culminando com a constituição de 1988, trazendo destaque aos direitos sociais e movimentos em prol da diminuição dos índices de pobreza. No mundo todo, a ES é tida como um fenômeno que se fortalece na crise, e não foi diferente no Brasil. A crise dos anos 1980 trouxe mobilização social que, dentre algumas respostas, resultou em uma maior força ao associativismo.

A partir de 1993, ocorre a implantação do Plano Real, levando a uma imediata redução dos indicadores de pobreza, porém os mesmos se mantendo estáveis somente a partir de 1996. A partir daí não se vê redução do número de pessoas nessas condições pelo decorrer de 10 anos. O crescimento econômico também é mais fraco nesse período. Já o coeficiente de Gini experimenta uma redução substancial, especialmente após 2001, em paralelo ao surgimento de programas de transferência de renda, excendo forte contribuição para a redução de desigualdade verificada. A década de 1990, especialmente na sua segunda metade, foi marcada pelo avanço da ES, que recebeu apoio do governo, de ONGs, da Igreja e da academia, culminando na criação da SENAES em 2003. Procurou-se, no movimento da ES, uma forma de atenuação do problema da pobreza.

Três fatores básicos marcaram o período após 2003: o comportamento positivo do mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e a expansão das transferências de renda assistenciais. Os indicadores de pobreza e desigualdade de renda apresentaram vigoroso declínio. Porém, estudos indicaram uma estagnação do acesso ao mercado de trabalho por parte de pessoas ainda pobres ou extremamente pobres, o que indica a necessidade de alternativas para a superação total da pobreza: uma via alternativa que apareceu em pauta, como vimos, foi a economia solidária. Desse modo, o movimento tomou corpo, cresceu em termos de abrangência e visibilidade. O período é marcado pela organização de fóruns que demonstram e discutem a urgência e consciência política da ES.

Através dos mapeamentos realizados pela SENAES em 2005 a 2007, e depois de 2009 a 2013, a composição da ES no país é trazida à luz. A ES encontra-se em uma fase de “auto avaliação”, onde estudos sobre a efetividade dos EES são frequentes.

Quanto à metodologia, o estudo trouxe objetivos que podemos julgar audaciosos do ponto de vista de abrangência e de capacidade conclusiva. O fato de ter como base um projeto maior, como o Projeto SIES, no qual a autora teve participação desde a elaboração do plano amostral e da construção do questionário, até a análise final dos dados, tornou exequível o atendimento da abrangência prevista. O planejamento das variáveis que deveriam ser incluídas nas entrevistas por questionário realizadas com os sócios, mais a aplicação de técnicas estatísticas que atendem condições de representatividade populacional, viabilizaram a capacidade conclusiva esperada da tese proposta.

A partir da disponibilidade de dados, o estudo teve suas análises direcionadas ao atendimento dos objetivos apresentados. Retomando os objetivos, destaca-se que esta tese se propôs a buscar um comparativo entre os trabalhadores do Brasil e aqueles específicos da ES, identificando assim as peculiaridades dos trabalhadores que estão inseridos na ES. Também foi desenvolvido um modelo empírico para identificar os fatores explicativos da renda dos trabalhadores sócios de EES. O modelo proposto possibilitou a construção e avaliação de cenários de atuação da ES e o reconhecimento de condições de atuação da ES que propiciam redução da proporção de trabalhadores em condições de pobreza de renda.

Inicialmente, a análise dos dados procurou expor e evidenciar características dos sócios de EES, conforme os dados da pesquisa amostral realizada. O capítulo 4 mostra como estão distribuídos os diferentes segmentos da ES no Brasil, apresentando dados sobre aspectos socioeconômicos e demográficos. Foi calculado o valor/hora de trabalho dos sócios dos EES amostrais, uma informação que, para o nível de abrangência deste estudo, ainda inexistia até o momento. Outro dado ainda não publicado em estudos anteriores foi a distribuição dos sócios de EES no Brasil, de acordo com a principal ocupação que exerceram durante sua vida de trabalho, independente da ES. Esta variável permitiu uma melhor compreensão da origem dos trabalhadores que aderem ao movimento da ES e as tendências de adesão mais recentes.

O capítulo 4 ainda confirmou alguns apontamentos constantes na literatura acerca dos sócios de EES no Brasil: baixa escolaridade; muitos moradores da zona rural; mais negros, pardos ou mulatos do que brancos; presença de povos tradicionais; frequência de agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis e de assentados da reforma agrária. Também surgem informações não tão comuns em estudos da área: idade média mais elevada do que o mercado de trabalho em geral; percentual modesto recebendo bolsa família

(aproximadamente $\frac{1}{4}$) frente ao esperado de um grupo de pessoas com poucos recursos financeiros disponíveis; muitos aposentados, considerando que são pessoas que poderiam ter deixado de trabalhar; por fim, presença de trabalhadores cuja principal ocupação durante a vida de trabalho era a de professor.

A comparação entre os trabalhadores em geral no Brasil com os específicos da ES, constituiu o foco do capítulo 5. Chamou atenção a forma como estão distribuídas as rendas entre os diferentes grupos de sócios de EES. Em um primeiro momento, foi observada uma situação de forte disparidade de rendimentos entre grupos, sendo objetivo da ES justamente evitar as desigualdades, em particular quando definidos pelo sexo e a raça. O que se concluiu a respeito é que a diversidade de categorias e tipos de EES é tão ampla que não pode ser avaliada como um único conglomerado, especialmente no que se refere à aferição de renda do trabalho. O problema é que estavam incluídos na análise sócios cujo objetivo junto ao empreendimento não é a geração de renda. Este fato, sim, pode ser critério de diferenciação entre grupos de sócios e, desta forma, suas rendas aparecem com relevante discrepância. Após esse entendimento, procurou-se identificar um subgrupo dentre os sócios, formado por aqueles cujo objetivo é a geração de renda através do trabalho, para então realizar o comparativo de rendas. Este novo conjunto, mais reduzido e homogêneo quanto aos objetivos no EES, é comparável com a população brasileira ocupada.

Como resultado da nova avaliação, detectou-se uma redução importante das disparidades de rendimentos da ES frente ao mercado de trabalho em geral, tanto entre homens e mulheres, brancos e não brancos, meio rural e urbano, como entre menos e mais escolarizados. São justamente os grupos menos favorecidos no mercado de trabalho em geral que apresentam uma melhora na aferição de renda, quando estão trabalhando em EES. Em grupos de sócios com menor escolaridade, os quais trabalham de forma remunerada no EES e este garante sua principal fonte de renda, mulheres, não brancos e pessoas do meio rural chegam até mesmo a superar o rendimento médio do mercado de trabalho em geral (considerando o mesmo segmento). Estes achados evidenciam benefícios da ES já citados na literatura; porém, neste estudo, esta confirmação ocorre de forma generalizada com relação aos trabalhadores sócios de EES no Brasil, cujo objetivo no empreendimento é a geração de renda, além da descrição da magnitude destas melhorias de renda.

O último capítulo de análise dos dados, o capítulo 6, abarcou o objetivo principal desta tese: a avaliação de quais os fatores que determinam a renda de trabalhadores de EES e

como seus efeitos se manifestam sobre esta renda, permitindo que a verificação dos impactos que a ES pode ter sobre o rendimento de seus sócios. Foi utilizada a técnica de análise de regressão múltipla, a qual é frequentemente utilizada para este tipo de estudo. Uma quantidade expressiva de variáveis foi testada quanto ao efeito sobre a renda total dos sócios e, a um nível de significância de 5%, 23 variáveis permaneceram no modelo final.

Dentre as variáveis que permaneceram no modelo, estão as jornadas de horas semanais de trabalho dos sócios, tanto dentro como fora do EES amostral. O incremento na renda é um pouco maior por hora de trabalho fora do EES, do que dentro. As variáveis tipicamente presentes em modelos de ajuste de rendimentos da literatura também foram significativas e condizentes em termos de forma do efeito neste modelo da ES: sexo, idade, raça, grau de escolaridade, área de moradia (urbana ou rural), região e IDHM, categoria social relacionada à ocupação, responsabilidade pelo sustento da casa e condição quanto aposentadoria. Além de variáveis socioeconômicas e demográficas, foram incluídas variáveis correspondentes à racionalidade da ES, entre elas: ano de ingresso no EES, formalização do empreendimento, ocupação de cargos de direção ou representação nacional, presença de investimentos em equipamentos e formação técnica profissional no EES, participação do EES em redes ou fóruns e ocorrência de apoio de incubação ao empreendimento. Em termos de recomendações para o setor da ES, os fatores que, de forma mais imediata, contribuem para a geração de renda e podem ser incentivados por políticas e assessorias são: os investimentos em equipamentos, as formações técnicas e o aumento de nível de escolaridade dos sócios, além da formalização do empreendimento.

Este estudo ainda contou com o desenvolvimento de um simulador, que calcula a renda média estimada de um tipo de sócio especificado de acordo com as variáveis independentes da equação de regressão múltipla do modelo ajustado. Este simulador resulta em um gráfico de superfície, no qual aparecem simultaneamente os resultados das rendas estimadas para um intervalo de valores para as variáveis “número de horas fora do EES” e “número de horas dentro do EES”. Apresentou-se, no texto deste trabalho, a simulação da renda média mensal esperada de alguns perfis específicos de sócios de EES. Esses perfis foram elaborados para que houvesse avaliação de diferentes segmentos e grupos de sócios. Os microdados da PNAD foram utilizados para comparar a renda média de trabalhadores do mercado em geral com perfil, o mais semelhante possível, dos sócios simulados através do modelo. O que se constatou é que há grupos e condições em que a renda média gerada pela

ES é superior, assim como há casos em que ela é equivalente e por vezes menor do que a do mercado em geral, considerando o mesmo perfil de indivíduos. A tendência de melhores rendimentos na ES em relação ao mercado de trabalho em geral ocorre entre sócios de segmentos desfavorecidos, tanto rurais como urbanos; sendo que, em EES rurais, ocorre em todas as faixas de rendimentos. Esses achados demonstram a efetividade real e potencial das políticas públicas e dos apoios direcionados aos grupos mencionados.

Além de identificar as situações em que a renda média esperada na ES é superior a do mercado de trabalho em geral, as simulações são úteis no tocante à produção de estimativas de diferencial de rendimentos médios esperados para um mesmo perfil de sócio, nas quais se define a alteração de um item específico, como investimento em equipamentos ou a formalização do EES em questão. A partir dessa alteração, é possível prospectar a nova renda a ser obtida, em média, por este perfil de sócio. Esta ferramenta contribui para a tomada de decisões no que se refere ao planejamento de incentivos para a ES.

A observação conjunta sobre os achados substantivos do modelo evidenciou também que, em termos da configuração geral da articulação dos fatores e daqueles que se revelam mais influentes nas análises, as rendas médias esperadas apresentam peculiaridades, variando em função do contexto em que se manifestam. Isso significa que os efeitos de alguns fatores podem ser intensificados, mediados ou atenuados pela conjuntura social que os circunda. Dessa forma, o modelo permite afirmar que, apesar da geração de renda se manifestar em aspectos ligados aos indivíduos, como sexo, cor ou local de moradia, o fenômeno depende também do contexto social mais restrito ao espaço laboral em que se inserem as pessoas e das ações e formas com que se articula o EES. Portanto, o EES é impactante para a geração de renda dos sócios que ali desenvolvem seu trabalho.

Considerando as proposições de análise decorrentes dos resultados observados, tanto da parte descritiva dos sócios da ES como da comparação deste segmento com a população de trabalhadores em geral e do modelo empírico desenvolvido, pôde-se constatar que a metodologia deste estudo se apresentou adequada à abordagem relacional da geração de renda em EES. Os resultados encontrados ajudam a vislumbrar nuances que se manifestam em distintos cenários, não apenas em termos da intensidade que cada fator assume na análise da geração de rendimentos a partir da ES, mas também da forma como essa condição se processa nas várias realidades socioeconômicas. Diante do exposto, algumas considerações metodológicas ainda devem ser destacadas:

1. Quanto ao *método de pesquisa e escopo*: a pesquisa proposta é classificada como quantitativa, com amostragem aleatória e representativa de sócios de EES no Brasil. A forma como foi conduzida a pesquisa permite que conclusões a respeito da categorização dos sócios e da forma de relação entre variáveis independentes do modelo empírico sejam generalizadas para a população de sócios de EES no Brasil, como um todo. A restrição dessa generalização ocorre para aqueles estados em que não houve coleta de dados, descritos no capítulo 3 deste texto. Além disso, a opção pelo método quantitativo incorre numa certa limitação acarretada pela impossibilidade de aprofundamento da compreensão de aspectos mais subjetivos da condição de vida dos sócios da economia solidária, o qual exigiria uma metodologia qualitativa;
2. Quanto aos *dados utilizados nas análises*: este estudo utilizou dados sobre sócios de EES que estavam disponíveis de acordo com o questionário utilizado para o estudo nacional promovido pela SENAES. As perguntas do questionário foram parcialmente utilizadas nesta tese, dado que algumas questões não eram relevantes para os objetivos propostos. Por outro lado, a opção por variáveis de análise ficaram restritas àquelas disponíveis para o estudo do Projeto SIES e para as outras bases de fontes externas (II Mapeamento, PNAD 2013 e Atlas de Desenvolvimento Humano do IPEA). A simultaneidade do desenvolvimento deste estudo com o Projeto SIES e sua adequada execução operacional trazem confiabilidade aos dados utilizados, tanto das características dos sócios como dos valores monetários aqui discutidos. A execução da coleta foi satisfatória em termos de tempo de realização, orçamento e credibilidade, fatores indispensáveis para a realização da tese;
3. Quanto à *temporalidade*: tanto a coleta dos dados da pesquisa amostral de sócios de EES, como os dados da PNAD, são de 2013. Portanto, os resultados apresentados são considerados válidos para este período de tempo. Vale ressaltar que, para uma tese que se apresenta em 2016, seria mais adequada a utilização de dados mais recentes. No entanto, os microdados da PNAD 2013 sobre a população brasileira tornaram-se disponíveis apenas no segundo semestre de 2015, ou seja, não há como retardar a análise mais do que foi conduzido neste estudo. Sobre os dados da pesquisa amostral com sócios, não se trata de uma

pesquisa com atualizações contínuas, pois ocorreu exclusivamente no período de 2013. Em termos de validade para a atualidade, deve ser levado em conta que pode haver mudanças de comportamento das variáveis no decorrer do tempo. Porém, para um intervalo de três anos, elas tendem a ser tênues. Mudanças mais severas precisam de mais tempo para se refletirem num contexto social tão amplo.

4. Quanto ao *modelo empírico*: de um modo geral, o modelo de regressão construído foi considerado uma boa representação do fenômeno estudado. Os coeficientes de ajuste indicaram relevantes níveis de conformidade entre as relações postuladas em estudos similares e aquelas encontradas entre as variáveis empíricas incluídas no modelo, o qual teve um satisfatório grau explicativo sobre a variável dependente “renda total dos sócios” (o modelo explica 47,7% de sua variabilidade). Deste modo, afirma-se que os fatores incluídos na modelagem atuam de forma significativa na determinação da renda de sócios de EES no Brasil. Conforme assinalado ao longo da discussão, isso não quer dizer que tais fatores sejam os “geradores” da renda, mas apenas que suas manifestações influenciam a renda do trabalhador de maneira expressiva, quando se tem em vista o setor da ES.

É importante destacar que, mesmo com algumas limitações, o resultado alcançou contribuições relevantes sobre a determinação da renda de sócios de EES e sobre a inter-relação entre fatores que sobre ela atuam. As informações obtidas e o conjunto de variáveis selecionadas para a construção do modelo permitiram uma análise pormenorizada do comportamento multivariado destes dados. Também se destaca que é positivo o escopo do estudo em termos da diversidade de dados que puderam ser analisados, proveniente da elaboração do instrumento de coleta de dados, o qual tem uma grande quantidade de informações a serem exploradas e que permitem a avaliação das condições de vida dos sócios dos EES, sob diferentes enfoques. Essa variedade de dados gera a possibilidade de que sejam efetuadas adaptações de escopo do estudo aqui realizado, podendo ir além do que se propôs esta tese, considerando, por exemplo, um segmento específico de sócios ou uma área geográfica determinada.

Para a autora, os resultados obtidos com a regressão múltipla foram duplamente gratificantes: por um lado, é demonstrado que recursos estatísticos conseguem descrever e por vezes, até mesmo explicar, satisfatoriamente, a realidade de uma sociedade, mesmo diante de toda sua complexidade; por outro, o sucesso do ajuste do modelo obtido demonstra a consistência dos dados para refletir a condição de trabalho e da vida dos sócios de EES, a partir da coleta de dados da pesquisa amostral realizada.

A concretização da coleta de dados para as bases do SIES são consideradas oportunidades metodológicas de análise para os pesquisadores do campo da Economia Solidária. Haja vista que são raros, no Brasil, e possivelmente no mundo, os estudos quantitativos sobre as características das pessoas associadas à economia solidária. Dentro desta perspectiva, e considerando ainda que o uso de ferramentas estatísticas na área de Ciências Sociais no Brasil é considerado escasso, especialmente aquelas que contemplam análises multivariadas, esta tese pode ser considerada relevante quanto aos procedimentos metodológicos e ao uso de recursos estatísticos para o auxílio na compreensão do contexto da economia solidária no Brasil e sua repercussão na vida dos associados.

As análises desta tese, referentes ao período 2013, ficam restritas a essa condição, ou seja, se a estrutura social no país, que levou aos resultados observados, se modificar ao longo do tempo, é bem possível que se observe resultados diferentes quanto aos fatores que afetam as rendas e a forma desses efeitos. Para trabalhos futuros, que pretendam conferir o comportamento dos fatores em dinâmicas estruturais diferenciadas, haveria a necessidade de ter as informações da pesquisa amostral de sócios de EES coletadas em novos momentos, fato que não está previsto pela SENAES, pelo menos não na forma de um mapeamento nacional, como os dois anteriores. Uma sugestão para tornar viável a obtenção deste tipo de dados sem ter que haver toda a mobilidade de recursos da pesquisa que ocorreu em 2013, é a inclusão de algumas variáveis na PNAD, na sua coleta anual. Seria interessante, a partir do momento que ficassem mais bem definidos os critérios que dizem se um trabalhador está vinculado ou não à ES, que a PNAD incluísse, no conjunto de questões sobre a ocupação dos trabalhadores, se ele faz parte ou não do movimento, e a forma a que ele está vinculado. Quase todas as outras variáveis básicas da pesquisa realizada com sócios, em 2013, são variáveis que já fazem parte da PNAD. Com isso, a cada ano seria possível rever a condição dos trabalhadores vinculados à ES no Brasil a um custo muito baixo, considerando que a

PNAD já ocorre e seus custos provavelmente não seriam grandemente afetados com a inclusão de poucas variáveis.

Os resultados do estudo desenvolvido nesta tese trazem embasamento para futuros trabalhos, apresentam novos caminhos para que outras investigações sejam realizadas. A metodologia proposta pode servir de modelo para análise de outros contextos e temas; a base de dados sobre sócios que foi constituída permite diversas abordagens investigatórias; o simulador desenvolvido viabiliza que sejam avaliadas propostas de ações que se reportam aos formuladores de políticas públicas, às entidades de apoio e assessorias aos EES, bem como aos próprios gestores dos EES, de modo a balizar o efeito que tais propostas devem exercer sobre os EES e seus associados.

Como exemplo dessas possibilidades de investigação, algumas alternativas são indicadas aqui:

- Verificar se a metodologia proposta nesta tese pode ser replicada para avaliar como os diversos fatores que constituem a condição socioeconômica e demográfica dos trabalhadores sócios de EES afetam os coeficientes de solidarismo e empreendedorismo desenvolvidos pelo GRUPO ECOSOL. Estes coeficientes, citados e comentados no capítulo 4, já estão calculados para todos os EES da base de dados de EES do II mapeamento. Como a base de sócios está atrelada aos EES do II mapeamento, é possível cruzar dados dos sócios com os coeficientes de solidarismo e empreendedorismo do EES em que atuam. Poderia ser modelada uma equação de regressão múltipla para ajustar o coeficiente de solidarismo, ao lado de outra para ajustar o coeficiente de empreendedorismo. Um estudo desse tipo permitiria compreender quais fatores estimulam mais o solidarismo e o empreendedorismo nos EES, contribuindo novamente para a formulação de políticas públicas e assessoria para os EES;

- A média de idade das pessoas que estão na ES é superior a dos trabalhadores em geral no Brasil. Isso indica que a ES é uma alternativa de trabalho para pessoas que geralmente já tiveram alguma experiência de trabalho fora da ES e diante disso acabam escolhendo a ES. Os jovens com pouca experiência são raros na ES, dando a impressão de que primeiro experimentam o trabalho através do emprego tradicional e depois é que pode ser que venham a optar pela ES. Esta suposição poderia ser verificada através de estudos qualitativos em que se objetivasse compreender, de forma mais aprofundada, o grau de

conhecimento sobre a alternativa da ES, as motivações e as percepções de pessoas mais jovens com relação ao trabalho coletivo em EES;

- Uma investigação semelhante à que foi proposta nesta tese poderia ser direcionada tomando como base, ao invés de apenas o sócio do EES, toda a sua unidade familiar. No que concerne à metodologia utilizada para a operacionalização empírica dos conceitos que permeiam a discussão sobre fatores que determinam a pobreza, Salles e Tuirán (2002) destacam a relevância da unidade de análise domiciliar para o estudo da renda auferida pelos seus componentes, uma vez que a família é a unidade fundamental de organização da sociedade. Por exemplo, no que tange às pesquisas que se dedicam eminentemente às questões das assimetrias das relações entre os sexos, o desenvolvimento de investigações no nível intra-doméstico permite averiguar o que se passa no interior da família e no âmbito da residência, constituída em termos da natureza das relações sociais entre seus membros e em função da existência de diferenciadas necessidades entre eles. Isso é indispensável para estabelecer o teor das desvantagens existentes com relação aos recursos e bens produzidos e reproduzidos pelo grupo doméstico. De acordo com os autores, o exame da realidade doméstica permite que se especifiquem os aspectos que exacerbam a vivência da pobreza por parte das mulheres, das crianças, dos jovens e adolescentes;

- Outra possibilidade de estudo considera um dos achados deste trabalho: um a cada vinte sócios de EES teve como principal ocupação durante a vida de trabalho a profissão de professor. Eles não caracterizam uma atividade profissional muito específica dentro da ES, apenas alguns aspectos surgem com alguma diferença em relação ao total dos entrevistados; a mais relevante é que 85% são mulheres. Considerando que a ES costuma se caracterizar como uma oportunidade para grupos menos favorecidos, tais como trabalhadores do campo, pescadores, catadores de material reciclável, artesãos, etc., é possível que a profissão de professor se encaixe como mais um grupo de desfavorecidos no Brasil, provavelmente pela crescente falta de valorização e motivação que a profissão vem sofrendo, apesar de terem, na média, um nível escolar superior. O que já foi concluído nesta tese é que a ES é uma alternativa também para esta categoria profissional e que menos de 10% seguem nessa atividade dentro da ES. No entanto, não se conhecem as motivações e pretensões desses profissionais ao aderirem ao movimento através da associação em um EES.

A ES constitui-se uma alternativa concreta de redução da pobreza no Brasil, através da geração de renda, esta é a principal conclusão desta tese. Tal afirmação é consequência de

resultados observados durante a investigação, dentre eles o fato de que dentro do movimento são justamente os trabalhadores mais afetados pela pobreza em nosso país que conseguem obter oportunidade de trabalho e aferir renda superior ao observado no mercado de trabalho em geral para o mesmo segmento. São as mulheres, os moradores do campo e os não brancos que, quando possuem baixa escolaridade, conseguem alcançar tais rendimentos.

O Brasil tem apresentado uma redução notória de seu índice de pessoas pobres e extremamente pobres nos últimos anos. O País superou o primeiro e principal Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estipulou como meta para o mundo erradicar a fome e reduzir pela metade, até 2015, a extrema pobreza registrada em 1990. Quanto à pobreza extrema, o índice baixou, entre 1990 e 2008, de 25,6% para 4,8%, uma redução de 81%. No Brasil, tem sido defendida uma estratégia de desenvolvimento através do Plano Brasil sem Miséria, na qual as políticas públicas têm tido uma abordagem multidimensional, combinando ações de transferência de renda, melhoria das condições de vida e acesso a oportunidades de ocupação e renda.

Em 2015, foi oficialmente adotada, pelos Chefes de Estado e de Governo do mundo todo, a Agenda 2030, uma agenda de desenvolvimento sustentável à qual corresponde um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável. As negociações da Agenda 2030 culminaram em documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados-membros da ONU. O objetivo número um desta nova agenda é “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (ONU-Agenda 2030, 2015; p.2).

Para uma estratégia dessa natureza, é preciso considerar o perfil desse público em situação de pobreza que se encontra frequentemente sem trabalho ou submetido a relações de subemprego. Na maior parte dos casos, são pessoas com baixa escolaridade, poucas habilidades profissionais consolidadas, que residem distante de centros dinâmicos e quase não possuem capacidade de investimento em atividade produtiva própria. Por conseguinte, a inclusão desse público no mundo do trabalho requer uma ação coordenada em múltiplas dimensões, visando criar as possibilidades necessárias para sua real inclusão produtiva de maneira duradoura e emancipatória (MORAIS, 2014).

Em termos de enfrentamento à pobreza, a ES é vista como uma alternativa na qual, além da geração de renda, outros fatores se fazem presentes na superação de condições

degradantes de vida: a autogestão de um empreendimento traz uma circunstância de emancipação ao trabalhador interferindo diretamente na sua autoestima e forma de encarar as adversidades, tornando-o protagonista na busca por melhorias para si e para a comunidade que o cerca. Na condição de sócio de um empreendimento, o trabalhador precisa deixar para trás a condição subalterna (e muitas vezes cômoda) de trabalho na qual sempre viveu, acatando as exigências impostas pelo seu empregador, para experimentar uma situação onde, de forma coletiva, assume a responsabilidade sobre si e o grupo de trabalho, o que determina maior atuação e envolvimento em questões relacionadas à saúde, alimentação, moradia e educação do grupo com o qual se relaciona e divide tais responsabilidades. O trabalhador, quando está na ES, tende a buscar, mais do que aguardar, soluções nas áreas citadas.

Para o Brasil, uma estratégia de desenvolvimento com políticas públicas que incluam ações de acesso a oportunidades de ocupação e renda encontra, na ES, uma matriz efetiva para a inclusão produtiva no contexto do combate à pobreza e à exclusão social. Esta efetividade é evidenciada nesta tese pela verificação de redução de desigualdade dos rendimentos dos trabalhadores sócios de EES e superação do rendimento médio encontrado no mercado de trabalho tradicional por parte de segmentos marginalizados na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Cesaltina (2012). Desigualdade social e pobreza: ontem, hoje e (que) amanhã. *RAS - Revista Angolana de Sociologia [Online]*, 9, Acessado em 17 de Fevereiro de 2016. Disponível em: <http://ras.revues.org/440>; DOI : 10.4000/ras.440.
- ANDRADE, C. C. (2008). Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário. *Mercado de trabalho - IPEA - n°37*.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane (1995). Os determinantes da desigualdade no Brasil. *IPEA - Textos para discussão*, n°337.
- BARROS, Ricardo Paes de; CORSEUIL, Carlos; MENDONÇA, Rosane; REIS, Maurício Cortez (2000). Poverty, inequality and macroeconomic instability. *Economia Aplicada*. v. 4, n.4, p.743-760.
- BERTUCCI, Jonas; SILVA, Roberto Marinho Alves da (2010). II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - CONAES “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. Brasília: IPEA - *Documento Base Nacional Sistematizado*.
- BLALOCK, Humbert M. (1971). *Causal models in the social sciences*. Chicago: Aldine-Atherton.
- BÚRIGO, F. L., CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J. (2011). Redes de cooperação e inovações financeiras em territórios de pesca. Caxambú: *35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*.
- CAMPELLO, Tereza, NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.) (2014). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. IPEA: Brasília.
- CAPELLESSO, J. (2010). Redes de Cooperação: das Artes de Pesca a Inovação Financeira. *Extensio: R. Eletr. de Extensão* (Edição Especial 50 anos UFSC), 41-57.
- CASTEL, Robert (1998). *As metamorfoses da questão social – uma crônica do salário*. Petrópolis: Ed.Vozes.
- CODES, Ana. L. (2005). *Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza*. Tese de doutorado - PPGSC da Universidade Federal da Bahia. Salvador.
- CODES, Ana L. (2008). Métodos de estudo sobre pobreza: abordagens tradicionais e a modelagem de equações estruturais. Rio de Janeiro: IPEA - *Textos para discussão* n° 1345.

- COELHO, A. M.; CORSEUIL, C. H. (2002). Diferenciais Salariais no Brasil: Um Breve Panorama. IPEA - *Texto para discussão - n° 0898*.
- CRESOL. (2015). Histórico Cresol. Acesso em 23 de janeiro de 2016. Disponível em http://www.cresol.com.br/site/conteudo_historia.php?id=1.
- CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *Revista RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2. Acesso em 25 de outubro de 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03>.
- DINIZ, Marcelo Bentez, DINIZ, Marcos Monteiro (2009). Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. *Economia Aplicada*, 3, pp. 399-423.
- DINIZ, M.B.; ARRAES, R.A. (2005). Desenvolvimento econômico e desigualdade de renda no Brasil. Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE). Disponível em: http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/ETENE/Anais/docs/mesa3_texto1.pdf. Acessado em 24 de outubro de 2014.
- FBES. (2010). *O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)*. Acessado em 2 de out. 2015, disponível em http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57.
- FERRARINI, Adriane. (2007). *Pobreza: a possibilidade de construção de políticas emancipatórias*. Tese (Doutorado em Sociologia), UFRGS, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Porto Alegre.
- FORTE, Joannes Paulus Silva (2015). A construção do direito à Economia Solidária no Brasil: processo sociopolítico de regulação para uma política pública nacional. *I Congresso de Pesquisadores de Economia Solidária - UNICAMP*.
- FRANÇA FILHO, Genauto (2007). Teoria e prática em economia solidária no Brasil: problemática, desafios e vocação. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 7, n. 1.
- GAIGER, Luiz Inácio (2003) A economia solidária diante do modo de produção capitalista. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39.
- GAIGER, Luiz Inácio (2004) (Org). *Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- GAIGER, Luiz Inácio (2007) A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77.
- GAIGER, Luiz Inácio (2013) A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 28, n. 82, p. 211-259.

- GAIGER, Luiz Inácio & GRUPO ECOSOL (2014). *Economia solidária: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo: Oikos.
- GAIGER, Luiz Inácio (2015) A economia solidária na contramarcha da pobreza. *Revista Sociologia Problemas e Práticas*. n.79, pp. 43-63. Lisboa, ISSN 0873-6529.
- GOVERNO FEDERAL. **Plano Brasil sem miséria**. Caderno Brasil sem Miséria. Acessado em 22 de março de 2012. Disponível em: http://www.brasilemmiseriagov.br/wpcontent/themes/bsm2nd/caderno_brasil_sem_miseria.pdf.
- GUIMARAES, Alexandre Q. (2011) Iniciativas para a promoção de emprego e renda: políticas públicas, economia solidária e desenvolvimento local. *Ensaaios FEE*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 313-338.
- HAGENAARS, Aldi; VOS, Klaas de (1988). The definition and measurement of poverty. Spring 1988. *The Journal of Human Resources*, 23, nº2 p. 211-221.
- HAIR, J. F. Jr., et al. *Análise Multivariada de Dados*. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HINES, Colin (2000). *Localization: A Global Manifesto*. London: Earthscan Publications Ltd.
- JUSTESEN, M. (2008). Is the window of opportunity closing for Brazilian youth? Labor Market trends and business cycle effects. Washington, DC.: *World Bank*, 2008.
- KISH, L (1995). *Survey sampling*. New York: John Wiley & Sons Inc.
- KUYVEN, Patrícia Sorgatto (2010). Métodos estatísticos aplicados ao processo decisório. São Leopoldo: Ed. UNISINOS.
- KUYVEN, Patrícia Sorgatto (2015). Análise da desigualdade de gênero e de renda entre sócios(as) que trabalham em empreendimentos econômicos solidários no Brasil. *Artigo apresentado no XII CONLAB*, Lisboa.
- KUYVEN, Patrícia Sorgatto; GAIGER, Luiz Inácio (2015). *Perfil dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil e seus níveis de solidarismo e empreendedorismo*. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. Porto Alegre.
- LAMPREIA, Luiz Felipe (1995). Relatório brasileiro sobre desenvolvimento social. *Estudos Avançados*, 9 n°24.
- LAZZAROTTO, Joécio José, LIMA, João Eustáquio de (2007). *Análise espacial dos principais determinantes da renda per capita dos municípios brasileiros*. Viçosa: UFV - Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Rural, Territorial e Regional.

- LECHAT, Noelle Marie (2002). As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. *Economia Solidária vol.1 - II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares em 20/03/2002*, (pp. 4-17). Campinas.
- LIMA, Jacob. (2014). Economia solidária: de movimento social à política pública. In: M. P. LEITE, A. M. ARAÚJO, & J. LIMA, *O trabalho na Economia Solidária: entre a precariedade e a emancipação*. São Paulo: Annablume.
- MACHADO, K. M. (2007). A Economia Solidária como alternativa no combate à pobreza. *Domus On Line: ver. Teor. Pol. Soc. Cidad.*, Salvador p.114-129.
- MARTINI, Ricardo Agostini, HERMETO, Ana Maria, JAYME JR., Frederico G. (2014). Ciclos econômicos e a composição da pobreza no Brasil: uma análise para as décadas recentes. *Revista Economia e Sociedade, Campinas*, v. 23, n. 1 (50).
- MENDES, J. T. (2008). O projeto de vida dos jovens pobres na vivência do tempo presente. *Dissertação de mestrado, Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora*.
- MONZON, José Luis (2003) Cooperativismo y Economía Social: perspectiva histórica, CIRIEC-ESPAÑA, *Revista de economía pública, social e cooperativa*, n44,p.9-32
- MOORE, D. (2004). *The basic practice of statistics*. New York: Freeman.
- MORAIS, L. P. (2014). Social and Solidarity Economy and South-South and Triangular Cooperation in Latin America and the Caribbean: Contributions to Inclusive and Sustainable Development. *International Labour Organisation (978-92-9049-713-4) ILO, 1*, pp. 67-94.
- NERI, Marcelo Cortes, THOMAS, Mark R. (2000) Macro shocks and microeconomic instability: an episodic analysis of booms and recessions. Rio de Janeiro: FGV, EPGE. *Ensaio Econômico*, n. 391.
- NOVAES, R. (2007). Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. *Revista Sociologia Especial, São Paulo*.
- OCEMG. (2010). *40 anos OCEMG: compromisso com o cooperativismo mineiro*. Belo Horizonte: Bigrafica.
- ONOFRE, G. R.; SUZUKI, J. C. (2009). Embates e debates sobre o cooperativismo rural. *IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica*. São Paulo.
- ONU (2015). *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>.
- PAULA, G. A. (2004). *Modelos de regressão com apoio computacional*. São Paulo: Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo.

- PINHEIRO, M. A. (2008). *Cooperativas de crédito : história da evolução normativa no Brasil*. Brasília: BCB.
- PRAXEDES, Sandra Faé (2009). Políticas Públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias. In.: *Mercado de trabalho*, Brasília. IPEA, pág. 57 a 62.
- RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia (2000). Determinantes da desigualdade de renda no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.6 p.159-176.
- ROCHA, Sonia. (2003). *Pobreza no Brasil, afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV.
- ROCHA, Sonia. (2013). *Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)*. Brasília: IPEA, ESTUDOS E PESQUISAS Nº 492.
- ROLIM, C., ANDRADE, J. D., SANTANA, J. R.; MELO, R. O. (2006). Construção de Indicadores de Pobreza: Aplicação do Índice de Pobreza Humana Municipal no Estado de Sergipe. *Revista Econômica do Nordeste*, 37 n^o4.
- SALLES, Vania; TUIRÁN, Rodolfo (2002). Três propostas conceituais e alguns argumentos metodológicos a considerar na pesquisa sobre a pobreza. *Pobreza e Desigualdades Sociais*. Salvador: SEI, p. 65- 74.
- SANTOS, E. S.; CAMILLO, V. S. (2011). Capital humano e renda do trabalho no Brasil: uma investigação empírica. *IX Ciclo de debates em economia industrial, trabalho e tecnologia*. PUC/SP.
- SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Comp. das Letras.
- SESCOOP. (2011). *História do cooperativismo*. (SESCOOP, Produtor) Acesso em 5 de janeiro de 2016, disponível em Portal Baiano das Cooperativas: <http://www.bahiaoperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo>.
- SILVA, Carlúcia Maria (2014). Trabalho, economia solidária e catados de recicláveis: desigualdade de gênero e de raça, em busca da cidadania. *Revista da ABET*, v. 13, n. 2.
- SILVA, Roberto Marinho; SCHIOCHET, Valmor (2013). Economia solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. Brasília: IPEA - *Mercado de Trabalho* - n^o54.
- SILVA, Sandro Pereira; GOES, Frenanda Lira; ALVAREZ, Albino Rodrigues (2013). Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil. Brasília: IPEA.
- SILVA, Sandro Pereira (2011). A economia solidária na estratégia de erradicação da pobreza extrema no Brasil: uma contribuição para o debate. Brasília: IPEA - *Mercado de trabalho* - n^o47.

- SINGER, Paul (2001). Economia solidária *versus* economia capitalista. *Soc. estado*. [online]. vol.16, n.1-2, pp. 100-112. ISSN 0102-6992.
- SINGER, Paul (2002a). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- SINGER, Paul (2002b). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B. d. Santos, *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SOUTO, Carlos Alberto Pereira de (2012). Economia solidária e gestão sustentável da pesca e aquicultura: uma análise da abordagem econômico-solidária em políticas públicas de pesca e aquicultura no brasil. *Agroecossistemas*, v. 4, n. 1, p. 87-102.
- SOUZA, Pedro Herculano.; OSORIO, Rafael Gerreiro (2014). O perfil da pobreza no brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: *PBF: uma década de inclusão e cidadania*. IPEA: Brasília.
- SUMNER, Andy (2010). *Global poverty and the new bottom billion: what if three-quarters of the world's poor live in middle-income countries?* Centre International Policy for Inclusive Growth, UNDP. Acesso em 12 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCWorkingPaper74.pdf>.
- UNITRABALHO (2010). *Evolução - História da Unitrabalho*. Acessado em 22 de janeiro de 2016, disponível em <http://www.unitrabalho.org.br/spip.php?article2>.
- VIEIRA, F. M. (2005). *Coerência e Aderência da Economia Solidária*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Departamento de Economia, São Paulo.
- VIEITEZ, C. G., DAL RI, N. M. (2004). Elementos da História da Anteag. *Org & Demo*, 5, 267-272.
- WORLD BANK GROUP. (2015). *A Measured Approach to Ending Poverty and Boosting Shared Prosperity: Concepts, Data, and the Twin Goals*. DC: World Bank. Washington. Acessado em 21 jan. 2016. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20384>.

APÊNDICE A - QSES



SIES

Sistema Nacional de Informações em
Economia Solidária

QSES

Questionário de Sócias e de Sócios dos
Empreendimentos Econômicos Solidários



QUESTIONÁRIO



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria Nacional de Economia Solidária

Departamento de Estudos e Divulgação

SIES

Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

QSES

QUESTIONÁRIO

Janeiro de 2013

Secretaria Nacional de Economia Solidária
Departamento de Estudos e Divulgação - DED
Esplanada dos Ministérios - Bloco F – sala 347
Cep: 70.059-900 - Brasília – Distrito Federal

Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa
Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo – Rio Grande do Sul
E-mail: ecosol@unisinos.br - Tel.: (51) 3591-1193

IDENTIFICAÇÃO DO QSES:

1 - Código do QSES: ____-____-____		2 - Nome completo da/o entrevistada/o:	
3 - Categoria do EES: <input type="checkbox"/> Lista inicial <input type="checkbox"/> Suplente <input type="checkbox"/> Novo	4 - Sorteio utilizado: <input type="checkbox"/> Lista institucional do EES <input type="checkbox"/> Lista informal do EES <input type="checkbox"/> Lista de sócios acessíveis	5 - Categoria da/o entrevistada/o: <input type="checkbox"/> Lista inicial <input type="checkbox"/> Suplente <input type="checkbox"/> Novo	6 - Visitas feitas: <input type="checkbox"/> Uma <input type="checkbox"/> Duas <input type="checkbox"/> Três
7 - Local da entrevista:		8 - Data da entrevista (ou do seu término): ____/____/____	
9 - Endereço da/o entrevistada/o - logradouro e complementos / município / UF:			
10 - Endereço da/o entrevistada/o - CEP:		11 - Telefones da/o entrevistada/o com código de área () ()	
12 - E-mail da/o entrevistada/o:			
13 - Hora de início da entrevista: ____:____		14 - Hora de término da entrevista: ____:____	
Obs.: as informações pessoais acima não constarão no Sistema Público de Informações			
15 - Nome por extenso do EES: _____			
16 - Nome abreviado ou sigla do EES: _____ → Chamar o EES amostral por esse nome!			

- Conferir inicialmente o nome do EES (amostral) e a identidade do entrevistado.
- Preencher todos os itens de forma legível e completa, para a posterior transcrição literal no QSES digital.
- Preencher o código do QSES conforme a Planilha anexa ao Plano de Trabalho de cada entrevistador/a.
- Como local da entrevista, indicar a sede do EES, a moradia do entrevistado, o sindicato, etc.
- No dia de realização da entrevista, ou da última visita, preencher a data no formato DD/MM/AAAA.
- Registrar a hora de início no momento de preencher o campo respectivo.
- Anotar o nome completo e abreviado do EES e utilizá-los em substituição ao nome genérico *EES amostral*.
- Relatar eventuais dificuldades, como interrupções da entrevista, em Observações, na última página do QSES.

LEITURA INICIAL DO TCLE:

- Explicar o sentido do TCLE: *ler, deixar que o entrevistado o leia* ou *explicar com clareza o seu conteúdo*.
- Após a leitura ou conhecimento do conteúdo do TCLE, marcar a opção correspondente na página 5.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
**PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS EMPREENDIMENTOS
 ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SOBRE O IMPACTO GERADO PELA ECONOMIA
 SOLIDÁRIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o, em uma pesquisa sobre a Economia Solidária, respondendo a perguntas que lhe serão formuladas através de um questionário.

Antes da aplicação do questionário, é necessário que você tenha algumas informações sobre a pesquisa, a fim de esclarecer bem as suas dúvidas. Após isso, se estiver de acordo em responder ao questionário, iniciaremos a entrevista. Ao final da aplicação do questionário, se você mantiver a sua concordância, deverá assinar o seu nome no final deste documento, em três vias. Uma via ficará com você. A segunda via ficará com o/a entrevistador/a. A terceira via será enviada ao coordenador geral da pesquisa. Todas as vias serão também assinadas pelo/a entrevistador/a.

As informações mais importantes sobre a pesquisa são as seguintes:

- 1) Esta pesquisa é coordenada pelo prof. Luiz Inácio Gaiger, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil), e está sendo realizada por iniciativa e com o apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES e do Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES.
- 2) O objetivo da pesquisa é ampliar os conhecimentos sobre a economia solidária no Brasil, permitindo que as iniciativas de apoio aos empreendimentos respondam melhor às necessidades dos mesmos e cheguem a resultados melhores.
- 3) A finalidade desse questionário é obter informações sobre a vida das/os sócias/os dos empreendimentos econômicos solidários. Serão feitas perguntas sobre o trabalho e a situação econômica das pessoas entrevistadas e das suas famílias. Haverá também perguntas sobre a sua participação no empreendimento e nas demais iniciativas da economia solidária, incluindo a participação social e política mais ampla na sociedade. No final do questionário, algumas perguntas serão feitas sobre a sua opinião sobre as mudanças trazidas pela economia solidária e sobre os aspectos que devem melhorar.
- 4) A aplicação do questionário dura aproximadamente 45min. Pode haver algumas pausas, se você quiser. Não sendo possível realizar a aplicação do questionário de uma única vez, um segundo horário será marcado para completar a sua entrevista.
- 5) Algumas informações pessoais suas serão solicitadas. Essas informações serão mantidas em sigilo pelos responsáveis pela pesquisa, preservando o seu anonimato e privacidade. Assim, nenhuma pessoa que utilizar as informações da pesquisa poderá identificar as pessoas entrevistadas. Além disso, as informações apenas poderão ser utilizadas para as finalidades previstas na pesquisa.

- 6) A sua participação nesta pesquisa é inteiramente livre. A aplicação do questionário pode ser interrompida por você a qualquer momento, caso não queira responder a alguma questão ou prefira não responder mais ao questionário.
- 7) No caso de desistência, o seu questionário será excluído da pesquisa e você não precisará assinar esse documento. Nenhuma pessoa entrevistada será penalizada pela desistência e agradecemos da mesma forma a sua colaboração.
- 8) Se você tiver dúvidas posteriores, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa:
Prof. Luiz Inácio Germany Gaiger – Unisinos
Telefones: 51 3591-1180 e 51 9969-0130. E-mail: gaiger@unisinos.br
- 9) Antes de iniciar a aplicação do questionário, você pode esclarecer todas as suas dúvidas imediatas com o/a entrevistador/a.

[Dados e assinatura abaixo a serem colhidos após a aplicação do questionário]

Eu, _____, abaixo-assinado/a, sócia/o do empreendimento _____, concordo em participar da pesquisa *Gênese e Desenvolvimento da Economia Solidária*, respondendo ao questionário a mim apresentado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo/a entrevistador/a _____ sobre a pesquisa, sobre os seus procedimentos e sobre as condições de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Assinatura da/o entrevistada/o: _____

RG da/o entrevistado: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Código do questionário: _____

Assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____

Luiz Inácio Germany Gaiger

Av. Unisinos, 950 - Caixa Postal 275 - CEP 93022-000 - São Leopoldo - Rio Grande do Sul - Brasil
Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 http://www.unisinos.br

CEP - UNISINOS
VERSÃO APROVADA
12.12.109
JP

CONSENTIMENTO INICIAL À APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO:

Desde que preservado o seu anonimato, a/o entrevistada/o consente em responder o Questionário, tendo para isso tomado conhecimento do seu conteúdo geral e dos seus objetivos, através da leitura do TCLE?

1. Sim
2. Não (interromper a aplicação, registrar nas Observações e proceder à substituição da/o entrevistada/o)

Seção I – CARACTERIZAÇÃO DA/O ENTREVISTADA/O:

Bloco 1.1 – Características pessoais

17. Qual a sua idade?

_____ anos

99. Não me recordo

- Anotar a idade aproximada quando o entrevistado não se recordar com precisão ou houver razões para dúvida.
- Se a idade declarada for 99 anos, anotá-la e registrar nas Observações.

18. Sexo da/o entrevistada/o: **(pergunta confirmatória)**

1. Masculino

2. Feminino

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Explicar que todas as respostas do questionário, mesmo óbvias, devem ser dadas pelo entrevistado.
- *Confirmar* o sexo quando não parecer claramente desnecessário.

19. _____ Qual é a sua religião?

0. Não tenho religião (ateu / agnóstico / descrente)

1. Afro-brasileira (candomblé / quimbanda / umbanda)

2. Católica (romana / brasileira / ortodoxa)

3. Evangélica de missão (adventista / batista / luterana / metodista / presbiteriana)

4. Evangélica pentecostal (Assembleia de Deus/Congregação Cristã/Universal do Reino de Deus)

5. Espírita

6. Testemunhas de Jeová

7. Oriental (budismo / hinduísmo / messiânica mundial)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

- Classificar a resposta declarada pelo entrevistado na alternativa que contém a *família religiosa* ou a resposta adequada.
- Caso o entrevistado não encontre o nome certo, mas forneça evidências, ler as opções afins e marcar a mais conveniente.
- Se não for possível classificar a resposta ou se o entrevistado declinar mais de uma religião, marcar 88 Outra resposta e anotar na linha.
- Se o entrevistado permanecer em dúvida, marcar a opção 99 Não Sei.

20. Qual é a sua raça ou cor? **(pergunta)**

1. Amarelo (ou asiático)

2. Ainoco (mestiço de amarelo com branco)

3. Branco

4. Caboclo (mestiço de índio com branco)

5. Cafuzo (mestiço de negro com índio)

6. Indígena

7. Mulato (mestiço de negro com branco)

8. Negro

9. Pardo (mestiço indefinido)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

- *Sempre* perguntar, anotando a resposta declarada pelo entrevistado.
- Caso o entrevistado não encontre a palavra, mas forneça evidências, ler as opções afins e marcar a mais conveniente.
- Se o entrevistado permanecer em dúvida, marcar a opção 99 Não Sei.

21. Você pertence a algum desses povos ou comunidades tradicionais? (**leitura seletiva – resposta única**)

0. Nenhuma
1. Povos indígenas
2. Comunidades quilombolas
3. Comunidades de terreiro
4. Extrativistas
5. Ribeirinhos
6. Pescadores artesanais
7. Caboclos
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Ler as alternativas 1 a 7, excluindo apenas aquelas que já estejam logicamente descartadas.
- Marcar a opção 0. Nenhuma se as respostas forem sempre negativas.
- Utilizar a opção 88 Outra resposta, quando o entrevistado citar mais de uma comunidade tradicional, e anotar quais.
- **Povos e comunidades tradicionais** - grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social. Ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Compreendem:
- **Povos indígenas** – consideram a si mesmos como tais, dizendo-se pertencentes a algum povo indígena e expressando o desejo de manter seus territórios ancestrais e sua identidade étnica.
 - **Comunidades quilombolas** – grupos étnico-raciais com ancestralidade **negra** relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Ocupam geralmente terras de antigos quilombos, nos quais escravos se refugiaram e passaram a viver. Tais comunidades possuem direito de propriedade de suas terras, consagrado desde a Constituição Federal de 1988 (Decreto nº 4887/03).
 - **Comunidades de terreiro** - territórios comunitários de preservação e culto das religiões de matriz africanas e afro-brasileiras, tais como o candomblé e a umbanda.
 - **Extrativistas** - atividades exercidas por pequenos produtores rurais e comunidades conhecidas como tradicionais, cujo modo de vida encontra-se em grande parte associado ao uso e manejo dos recursos naturais típicos de ecossistemas que incluem matas, mangues, restingas e zonas costeiras.
 - **Ribeirinhos** - população tradicional que reside nas proximidades dos rios e tem na pesca artesanal sua principal atividade de subsistência, além de pequenos roçados para consumo próprio. Pode praticar também atividades extrativistas.
 - **Pescadores artesanais** - tipo de pesca caracterizada principalmente pela mão-de-obra familiar, com embarcações de pequeno porte, como canoas ou jangadas, ou ainda sem embarcação, como na captura de moluscos perto da costa. Sua área de atuação são as proximidades da costa marítima, rios e lagos.
 - **Caboclos** – definição mais ampla que a etnia cabocla (Questão 20), baseada em atributos econômicos, políticos e culturais, referindo-se a pequenos produtores familiares que vivem da exploração dos recursos da floresta.

22. Qual das seguintes categorias expressa **melhor** a sua condição social? (**leitura seletiva – resposta única**)

0. Nenhuma
1. Assentados da reforma agrária
2. Agricultores familiares (não assentados da reforma agrária)
3. Artesãos
4. Artistas
5. Catadores de material reciclável
6. Garimpeiros ou mineiros
7. Técnicos ou profissionais de nível superior
8. Outros trabalhadores autônomos (por conta própria)
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

- Ler as opções 1 a 8, excluindo apenas aquelas que já estejam logicamente descartadas.
- A categoria social do entrevistado pode não corresponder ao perfil social predominante no EES amostral.
- Utilizar a opção 88 Outra resposta, quando o entrevistado citar mais de uma categoria social, e anotar quais.

23. Você sabe ler e escrever? (**pergunta**)

0. Não
 1. Sim, com dificuldade
 2. Sim, sem dificuldade
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

➤ Quando a resposta do entrevistado for *Sim*, indagar se o faz sem dificuldade e marcar a opção correspondente.

24. Você já frequentou a escola, ou está atualmente frequentando?

0. Não ► (Passe à 26)
 1. Sim, frequentei no passado
 2. Sim, estou frequentando atualmente
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

➤ Quando a resposta do entrevistado for apenas *Sim*, verificar se está estudando atualmente e marcar a opção correspondente.

25. Na sua vida escolar, quais dessas séries você já frequentou ou está frequentando? (**leitura, resposta múltipla**)

Educação Infantil

25.a	Creche ou Pré-escola (Maternal / Jardim da Infância / Pré-primário)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
------	---	---------------------------------	----------------------------------	-----------------------------------

Ensino Fundamental (antigo 1º Grau)

25.b	Alfabetização (Classe de Alfabetização - CA / Alfabetização de Jovens e Adultos / Mobral)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.c	Ensino Regular: da 1ª à 4ª série ou do 1º ao 5º ano (antigo <i>Primário</i> ou <i>Elementar</i>).	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.d	Ensino Regular: da 5ª à 8ª série ou do 6º ao 9º ano (antigo <i>Ginásio</i>).	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.e	Educação de Jovens e Adultos de Nível Fundamental – EJA (antigo <i>Supletivo</i> de 1º Grau)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Ensino Médio (antigo 2º Grau)

25.f	Da 1ª à 3ª ou 4ª série (Antigo <i>Científico</i> ou <i>Clássico</i>)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.g	Educação de Jovens e Adultos de Nível Médio – EJA (antigo <i>Supletivo</i> de 2º Grau)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.h	Educação Profissional de Nível Médio	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Educação Superior

25.i	Curso de Graduação (Sequencial / Profissional Superior / Tecnólogo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.j	Curso de Especialização ou Aperfeiçoamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.k	Curso de Mestrado ou Doutorado	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.

Outro Nível de Escolarização

25.o	Outro nível de escolarização (Educação Especial / Educação não Seriada)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Inc.	2. <input type="checkbox"/> Comp.
25.or	Outro nível citado: _____			

- A questão objetiva reconstituir a *trajetória escolar* do entrevistado, não apenas saber até que ano estudou. Por isso, as alternativas devem ser lidas uma a uma até o último nível de escolarização.
- Desconsiderar capacitações e formações variadas que não representam incremento no nível de escolarização.
- Quando a resposta do entrevistado for *Sim*, perguntar se completou aquele nível e marcar a opção correspondente.
- Não confundir a EJA do Ensino Fundamental com a EJA do Ensino Médio.
- Atentar para as diferenças entre *séries* e *anos*. Em caso de dúvida, registrar nas Observações.

Bloco 1.2 – Características da unidade domiciliar

26. Atualmente, qual é o seu estado civil? (**pergunta**)

1. Solteira/o
 2. Casada/o (união estável)
 3. Divorciada/o ou separada/o
 4. Viúva/o
 88. Outro: _____
 999. Prefiro não declarar

- Referir-se ao estado civil **atual** e anotar a resposta declarada pelo entrevistado.
- Considera-se *Casado* o indivíduo que vive com um/a companheiro/a habitualmente, mesmo sem ser *casado no papel*.
- Considera-se também *Solteiro* o indivíduo cujo casamento foi anulado nos termos da Lei nº 10.406/2002.

27. Quantas/os filhas/os tem?

0. Nenhum/a
 _____ filhas/os
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- Considerar o número citado pelo entrevistado, incluindo filhos naturais, adotivos ou de criação.

28. Em que área do seu município de residência se localiza a sua moradia?

1. Na cidade (sede municipal)
 2. Em uma zona urbana separada da cidade (sede distrital ou área urbana isolada)
 3. Na área rural
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar

- Se necessário, fazer perguntas complementares para a correta classificação da resposta.
 - **Cidade** - compreende as zonas centrais (urbanas) e periféricas (suburbanas), integradas à sede municipal.
 - **Zona urbana separada da cidade** – zonas urbanas do município que possuem certa independência, geralmente distantes da área urbana principal. Inclui os distritos rurais e, também, setores urbanos separados da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.
 - **Área rural** - situada na área externa ao perímetro das cidades e demais áreas urbanas (linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito).

29. **Além de você**, quantas pessoas habitam normalmente na sua moradia?

0. Nenhuma **▶ (Passe à 35)**
 _____ pessoas **▶ (Siga à 30)**
 88. Outra resposta: _____
 999. Prefiro não declarar **▶ (Passe à 35)**

- Quando for necessário, auxiliar o entrevistado a contar o número de pessoas.
- Se for marcada a alternativa 88.Outra resposta, seguir à Questão 30 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 35.

30. Quais dessas pessoas moram com você: **(leitura seletiva, resposta múltipla)**

30.a	Sua mãe	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.b	Seu pai	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.c	Seu cônjuge	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.d	Sua/s filha/s ou filho/s	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.e	Outros parentes seus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.f	Agregada/o ou pensionista da família	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.g	Empregada/o doméstica/o ou parente da/o mesma/o	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
30.o	Outras pessoas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
30.or	Outras pessoas citadas: _____			

- **Morar com alguém** – residir em um mesmo local, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por uma moradia vizinha.
- Quando o entrevistado silenciar ou mostrar constrangimento, marcar a opção **999 PND** e passar à modalidade seguinte.
 - **Cônjuge** - pessoa que vive conjugalmente com o entrevistado, existindo ou não o vínculo matrimonial.
 - **Filho / filha** – compreende enteado, filho adotivo ou de criação, do entrevistado ou do seu cônjuge.
 - **Outro parente** - pessoa com qualquer grau de parentesco com o entrevistado ou com seu cônjuge.
 - **Agregado** - pessoa que não é parente do entrevistado, nem do seu cônjuge, mas não paga hospedagem nem alimentação à família.
 - **Pensionista** - pessoa que não é parente do entrevistado, nem do seu cônjuge, mas paga hospedagem ou alimentação à família.
 - **Empregado doméstico** - pessoa que presta serviço doméstico a membro da família, remunerado em dinheiro ou somente em benefícios.
 - **Parente do empregado doméstico** - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico rem. à família.
- Utilizar a opção **30.o Outras pessoas**, quando o entrevistado citar pessoas como madrasta, padrasto e namorado/a, e anotá-las em **30.or**.

31. Entre as pessoas que moram com você, quem é a **mais importante** para a administração e o sustento da casa?

1. Apenas eu mesma/o ► **(Passe à 33)**
2. Meu cônjuge
3. Eu e meu cônjuge
4. Meu filho ou minha filha
5. Outro parente
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar ► **(Passe à 33)**

- A pergunta destina-se a identificar a **pessoa de referência** da moradia, isto é, a pessoa responsável pela família, ou assim considerada pelos demais, em razão de sua ascendência ou papel maior no grupo familiar.
- Pode haver um **casal de referência** (alternativa 3) ou um **grupo de referência** (alternativa **88. Outra resposta**), quando várias pessoas, independentemente de relação conjugal, são igualmente responsáveis pela moradia.
 - **Cônjuge** - pessoa que vive conjugalmente com o/a entrevistado/a, existindo ou não o vínculo matrimonial.
 - **Filho ou filha** – compreende também enteado, filho adotivo ou de criação, do/da entrevistado/a ou do seu cônjuge.
 - **Outro parente** - pessoa com qualquer outro grau de parentesco com o/a entrevistado/a ou com o seu cônjuge.
 - **Agregado** - pessoa que não é parente do/da entrevistado, nem do seu cônjuge, mas não paga hospedagem nem alimentação à família.
 - **Pensionista** - pessoa que não é parente do/da entrevistado/a, nem do seu cônjuge, e paga hospedagem ou alimentação à família.
 - **Empregado doméstico** - pessoa que presta serviço doméstico a membro da família, remunerado em dinheiro ou somente em benefícios.
- Utilizar a opção **88. Outra resposta**, quando o entrevistado mencionar outras situações, tais como morador de residência estudantil, moradias comunitárias, orfanatos, asilos, casas de detenção, quartéis, hospitais e alojamento de trabalhadores em canteiros de obras, ou ainda quando disser que *todos* os moradores são igualmente importantes. Anotar a resposta no espaço em branco.

32. Qual é a **ocupação principal** da outra pessoa citada na questão anterior?

99. Não sei

Ocupação: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____ [inclui *dona de casa*]

999. Prefiro não declarar

➤ **Ocupação** – atividade econômica desempenhada em emprego ou outras situações de trabalho, dotada de características próprias que a diferenciam de outras atividades. Pode ser considerada como sinônimo do *trabalho* exercido ou da *profissão* da pessoa.

➤ Após aplicar o QSES, buscar na tabela CBO o código da ocupação declarada e anotá-lo no espaço em branco.

33. Quantas pessoas que moram **com você** possuem rendimentos?

0. Nenhuma

_____ pessoas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ **Rendimento** - ganho proveniente de qualquer fonte (salário, lucro, retirada da atividade econômica, etc.) ou remuneração bruta (fixa ou variável), normalmente mensal. Inclui salário família e aposentadoria, mas exclui benefícios não monetários.

34. Quantas pessoas que moram **com você** dependem dos rendimentos que você ganha?

0. Nenhuma

_____ pessoas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Considerar as pessoas que residem na mesma moradia e recebem ou utilizam *parte* dos rendimentos do entrevistado.

➤ No caso de *agricultores familiares*, considerar como dependentes os filhos que ainda residem com os pais ou as pessoas que estão sob a sua guarda (sobrinhos, afilhados, etc.).

Seção II – ATIVIDADES ECONÔMICAS E RENDIMENTOS EXTERNOS AO EES AMOSTRAL

- Com exceção das questões 35, 36, 49 e 50, as perguntas desta seção **excluem** as atividades realizadas **dentro** do EES amostral, utilizado para o sorteio do entrevistado, mas incluem quaisquer outras, inclusive *outros* empreendimentos econômicos solidários.
- Avisar que depois haverá um bloco de perguntas sobre o EES utilizado para o sorteio dos sócios entrevistados.

35. Qual a **principal ocupação** que você exerceu durante a sua **vida de trabalho**?

Descrição: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ **Ocupação** – o *tipo* de trabalho, de *cargo* ou de *profissão* exercidos.

➤ Considerar, neste caso, como critérios de ocupação *principal*: 1) a ocupação exercida por mais tempo; 2) o rendimento habitual obtido; 3) o número de horas por semana normalmente trabalhadas.

36. Em sua vida de trabalho, você já ficou **sem** trabalho ou sem renda própria?

0. Não

1. Sim, poucas vezes ou por pouco tempo

2. Sim, muitas vezes ou por muito tempo

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Se a resposta for *Sim*, indagar com qual frequência ou por quanto tempo e marcar a opção correspondente.

37. Você trabalhou no último ano em alguma atividade econômica **fora** do EES amostral?

0. Não ► (Passe diretamente à 48)
1. Sim, mas não atualmente ► (Siga à 38)
2. Sim, e continuo atualmente ► (Siga à 38)

88. Outra resposta: _____ ► (Passe diretamente à 48)

999. Prefiro não declarar ► (Passe diretamente à 48)

- Para evitar confusões, referir-se ao EES amostral pelo *nome* informado no início da entrevista (página 1).
- **Trabalho** – exercício de ocupação, em geral remunerada (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, tais como moradia, alimentação ou roupas), na produção de bens e serviços, incluindo o trabalho doméstico. Abrange também a ocupação *sem remuneração* desde que exercida ao menos por *1 hora semanal*, com vistas à alimentação, à construção de edificações e benfeitorias privativas, à ajuda a membro da unidade domiciliar ou à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, além das funções de aprendiz ou estagiário.

38. Nesse trabalho, qual é (ou foi) a sua **ocupação principal**?

Descrição: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ **Ocupação** – o tipo de trabalho, de *cargo* ou de *profissão* exercidos.

➤ Considerar, nesse caso, como critérios de ocupação *principal*: 1) o número de horas normalmente trabalhadas por semana; 2) o rendimento mensal habitual; 3) a ocupação exercida há mais tempo.

39. Em qual dessas situações você exerce (ou exerceu) essa ocupação? (**leitura seletiva – resposta única**)

► (Passe à 42 se a resposta não for 1 ou 11)

1. Associado em outro empreendimento solidário (diferente do EES amostral) ► (Siga à 40)
2. Empregado privado **com** carteira de trabalho assinada
3. Empregado privado **sem** carteira de trabalho assinada
4. Empregado público
5. Produtor agrícola familiar proprietário da terra
6. Produtor agrícola familiar não proprietário
7. Por conta própria em atividade não agrícola
8. Trabalho para seu consumo ou uso
9. Trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio
10. Trabalho voluntário fora do domicílio
11. Empregador em atividade rural ou urbana ► (Passe à 41)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Ler as alternativas uma a uma, exceto quando já estejam logicamente descartadas.

➤ Quando necessário, proceder a uma conversação para que a alternativa escolhida seja a mais adequada.

➤ Considerar o vínculo de trabalho *predominante*, conforme: 1) o número de horas ocupadas; 2) o rendimento obtido; 3) o vínculo mais antigo.

➤ Se for marcada a opção 88. *Outra resposta*, seguir às próximas questões se as mesmas fizerem sentido; do contrário, passar à 42.

- **Associado em empreendimento solidário** – aplica-se também a empreendimentos informais ou sob a forma de empresa.
- **Empregado privado com ou sem carteira de trabalho assinada** - inclui emprego doméstico e assalariamento rural.
- **Empregado público** – funcionário ou servidor público, forças armadas e serviço militar obrigatório.
- **Produtor agrícola familiar proprietário da terra** – inclui quem também trabalha em outra propriedade.
- **Produtor agrícola familiar não proprietário** - parceiro, meeiro, agregado, posseiro ou arrendatário.
- **Por conta própria em atividade não agrícola** – trabalho exercido individualmente ou com auxiliares **não** remunerados.
- **Trabalho para seu consumo ou uso** - plantação, criação de animais, pesca, extrativismo, construção para uso próprio.
- **Trabalho não remunerado em ajuda a membro do domicílio** - inclui produção familiar, rural e urbana.
- **Trabalho voluntário fora do domicílio** – no mínimo com uma hora semanal de trabalho.
- **Empregador em atividade rural ou urbana** – empresário ou microempresário, rural ou urbano, individual ou em sociedade.

40. Caso tenha respondido a alternativa **1**, na questão 39, quais atividades econômicas são realizadas de forma coletiva pelas/os sócias/os desse *outro* empreendimento econômico solidário? **(leitura - resposta múltipla)**

40.a	Produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.b	Comercialização ou organização da comercialização ou vendas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.c	Prestação de serviços ou trabalho a terceiros	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.d	Troca de produtos ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.e	Poupança, crédito ou finanças solidárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.f	Consumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.g	Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas, fundo de pasto, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.h	Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.i	Obtenção de clientes ou serviços para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
40.o	Outras atividades econômicas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
40.or	Outras atividades econômicas citadas: _____			

► **(Passe à 42)**

41. Caso tenha respondido à alternativa **11**, na questão 39, quantos empregadas/os possui (ou possuía)?

_____ empregadas/os

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

► Considerar a média ou a situação predominante, caso o número varie.

42. De que modo você é (ou era) remunerado? **(leitura seletiva - resposta múltipla)**

42.a	Remuneração fixa ou proporcional à jornada de trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.b	Por produção ou comissão (peças, vendas)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.c	Por tarefa ou empreitada (serviços, atendimentos)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.d	Gratificações ou comissões adicionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.e	Em benefícios ou autoconsumo (moradia, gêneros alimentícios, refeições, treinamento)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.f	Pelos resultados da venda da minha produção (sem excluir o autoconsumo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.g	Retirada como proprietária/o ou sócia/o do empreendimento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.o	Outra forma de pagamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
42.or	Outra forma citada: _____		

► Ler as alternativas uma a uma, exceto as logicamente descartadas pela resposta à questão 39.

► Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.

- **Remuneração fixa** – valor fixo mensal ou proporcional às horas trabalhadas.
- **Remuneração por produção** – valor calculado conforme o montante da produção realizada.
- **Remuneração por tarefa ou empreitada** – valor calculado conforme o montante dos serviços prestados.
- **Gratificações** - retribuição por serviços extras ou remuneração adicional à convencionada.
- **Em benefícios ou autoconsumo** – retribuição que não envolve dinheiro, como moradia, alimentação e capacitação.
- **Resultados da venda de minha produção** – aplicável ao produtor agrícola familiar (alternativas 5 e 6 da questão 39)
- **Retirada como proprietário ou sócio** – aplicável quanto o entrevistado trabalhar em outro empreendimento solidário (alternativa 1, questão 39), por conta própria (alternativa 7) ou empregador de mão de obra (alternativa 11).

43. Qual é a atividade econômica principal do estabelecimento em que você exerce (ou exerceu) essa ocupação?

0. Não é um estabelecimento econômico (trabalho no domicílio ou empregada/o doméstica/o)

Atividade: _____

Código CNAE-ES: _____ (8 dígitos)

88. Outra resposta: _____

99. Não sei

999. Prefiro não declarar

➤ A questão requer conhecimento prévio da CNAE-ES, para que a atividade anotada possa ser classificada claramente.

➤ **Estabelecimento** – conceito abrangente, incluindo negócio individual ou familiar, firma, empresa privada, cooperativa, grupo informal, associação econômica, instituição, entidade e qualquer outra organização com atividades econômicas.

44. Você trabalha (ou trabalhava) nesse estabelecimento com que **frequência**?

1. Permanente

2. Temporária

3. Sazonal

4. Eventual

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Considerar a situação predominante, quando a frequência com que o trabalho é exercido for variável.

• **Trabalho permanente** – exercido constantemente e sem prazo de término previamente estipulado. Em princípio, aplica-se às atividades por conta própria e ao produtor agrícola familiar.

• **Trabalho temporário** – exercido apenas em um período previamente estabelecido, sem garantia de nova contratação (inclui estágios).

• **Trabalho sazonal** – exercido repetidamente em certos períodos do ano. Ocorre em situações de produção sazonal ou em momentos em que normalmente cresce a demanda (pedidos, contratos) por produtos ou serviços.

• **Trabalho eventual** – trabalho ocasional, esporádico, em geral com baixa quantidade de horas, sem época nem período definido.

45. Normalmente, quantas horas por semana você trabalha (ou trabalhava)?

_____ horas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Quando necessário, ajudar o entrevistado a fazer as contas a partir da recapitulação das suas jornadas diárias de trabalho.

➤ Considerar a média anual ou a situação predominante, caso haja variação.

➤ Considerar também as horas de trabalho fora do local físico do empreendimento.

➤ No caso da agricultura familiar ou do trabalho por conta própria, considerar que o trabalho pode se estender nos fins-de-semana e nos feriados, ininterruptamente.

➤ Quando a atividade for muito inconstante ou imprevisível, marcar a alternativa 88. Outra resposta e anotá-la no espaço em branco.

46. Em que ano você começou a exercer essa ocupação?

_____ (ano)

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

➤ Quando necessário, auxiliar o entrevistado a recordar-se, mencionando fatos já citados por ele (mudança de endereço, etc.).

47. Além dessa atividade, exerceu **mais alguma ocupação** econômica remunerada **fora** do EES amostral, no último ano?

0. Não

1. Sim

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

48. Considerando todas as suas fontes de rendimento externas ao EES amostral, qual foi o rendimento bruto recebido de cada uma delas no **último mês**? (**leitura seletiva - resposta múltipla**)

Da ocupação principal:

48.a Remuneração em dinheiro 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.av R\$ _____

48.b Remuneração em benefícios (vale transporte, refeição, etc.) 0. Não 1. Sim 99. NS 999. PND 48.bv R\$ _____

	moradia, etc.)					
48.c	Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
48.d	Autoconsumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	

De outras ocupações remuneradas:

48.e	Remuneração em dinheiro	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.ev R\$ _____
48.f	Remuneração em benefícios (vale transporte, refeição, moradia, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.fv R\$ _____
48.g	Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
48.h	Autoconsumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	

De fontes não relacionadas ao trabalho atual:

48.i	Aposentadoria ou pensão de previdência oficial pública	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.iv R\$ _____
48.j	Aposentadoria ou pensão de previdência privada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.jv R\$ _____
48.k	Seguro-desemprego:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.kv R\$ _____
48.l	Bolsa-Família	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.lv R\$ _____
48.m	Benefício de Prestação Continuada (BPC):	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.mv R\$ _____
48.n	Outras fontes privadas (aluguel, poupança, aplicações, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.nv R\$ _____
48.o	Outras fontes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	48.ov R\$ _____
48.or	Outras fontes citadas: _____					

➤ Ler as alternativas uma a uma e anotar as respostas, exceto aquelas logicamente já descartadas.

➤ A soma do valor total das fontes monetárias que compreendem mais de um item deve ser feita com o auxílio da **tabela abaixo**: assinalar as categorias de rendimento (48.a, 48.b, 48.f, 48.n, etc.), descrever os itens correspondentes, com seus respectivos valores (conhecidos ou estimados), totalizando o valor de cada categoria na última coluna. Transpor os valores finais para as alternativas correspondentes da questão 48.

➤ Aplicar *médias anuais* quando o ganho do mês for declarado atípico. Em caso de rendimento sazonal, considerar o último mês de recebimento. Buscar valores aproximados, quando não for possível a exatidão nos cálculos.

➤ Havendo constrangimento de parte do entrevistado, indagar se prefere não responder e, sendo assim, marcar a opção **999.PND**.

➤ **Remuneração** - rendimento bruto do empregado (remuneração básica, adicionais como horas extras, abonos e complementos) e o rendimento do empregador ou do trabalhador por conta-própria (retirada ou ganho líquido), incluindo a atividade rural.

- Em **benefícios** – complementos como vale-refeição ou vale-transporte e usufruto gratuito ou com desconto de moradia, alimentos, itens de consumo doméstico, equipamentos produtivos, treinamento, transporte, etc.
- Em **produtos ou serviços** – recebimento gratuito ou com desconto de bens produzidos ou de serviços oferecidos pelo empreendimento onde o entrevistado trabalha.
- Em **autoconsumo** – bens produzidos pelo entrevistado no estabelecimento, para seu uso gratuito ou com desconto.
- **Outras fontes** – bolsas de estudo, pensão alimentícia, mesada, herança, restituição judicial, doações, ajuda da família.

Tabela de Cálculo de Itens Monetários

Categoria de Rendimento	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Total

49. Você está vinculado e contribui com a Previdência Social (INSS)? Como?

► (Passe à 51 se a resposta não for 2 ou 4)

0. Não estou vinculado ou não contribuo
1. Como contribuinte individual, independente de minhas atividades econômicas em algum EES
2. Como contribuinte individual, na condição de associado de um EES ► (Siga à 50)
3. Como segurado especial ou facultativo
4. Como empregado (exige vínculo em Carteira de Trabalho) ► (Siga à 50)
88. Outra resposta: _____
999. Prefiro não declarar

► **Previdência Social** – sistema que garante os direitos sociais do trabalhador, como aposentadorias, auxílios acidente e outros, pensões, salário-família e salário-maternidade, através do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

► Pode ser necessário *conversar* com o entrevistado, ou citar as opções, a fim de assinalar a alternativa adequada.

► No caso de *contribuinte individual*, indagar se a contribuição relaciona-se com o vínculo de trabalho ou os rendimentos obtidos em algum EES e assinalar a alternativa correspondente.

- *Sem vínculo ou sem contribuição* – o primeiro caso significa estar fora do sistema; **aposentados** que não trabalham podem ter vínculo, mas estão dispensados da contribuição.
- **Contribuinte individual** – inclui empresários, trabalhadores autônomos (como o MEI – Microempresário Individual), trabalhadores associados à **cooperativa de trabalho** que prestam por ela seus serviços, trabalhadores por conta própria, diaristas, profissionais liberais, etc.
- **Segurado especial** – inclui os trabalhadores rurais que produzem em regime de economia familiar, sem utilização de mão de obra assalariada, bem como o pescador artesanal, o índio em atividade rural e os povos tradicionais. Abrange cônjuges, companheiros e filhos maiores de 16 anos que trabalham com a família.
- **Segurado facultativo** - correspondente a pessoas maiores de 16 anos e sem rendimentos próprios que contribuem, como donas de casa e estudantes, ou pessoas incapacitadas para o trabalho, em razão de deficiências mentais ou físicas.
- **Empregado** – pessoa física que presta serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.
- **Outra resposta** – além do empregado doméstico e outros, inclui o segurado facultativo, correspondente a pessoas maiores de 16 anos e sem rendimentos próprios que contribuem, como donas-de-casa e estudantes.

50. No caso de ter respondido as alternativas **2** ou **4** da questão **49**, de que benefícios sociais você dispõe em seu trabalho? (**leitura - resposta múltipla**)

50.a	Descanso remunerado (incluindo férias)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.b	Licença-maternidade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.c	Creche ou auxílio-creche	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.d	Qualificação profissional	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.e	Auxílio-educação	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.f	Comissão de prevenção de acidentes no trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.g	Plano de saúde ou odontológico	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.h	Auxílio-transporte	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
50.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
50.or	Outros itens citados: _____			

► Ainda que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as alternativas e classificar as respostas por correspondência ou semelhança, considerando as práticas *efetivas* e *regulares* do EES ou da empresa, mesmo quando não houver regras formais.

► Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 50.o e 50.or.

► Assinalar a opção 99.NS quando o entrevistado mostrar dúvida ou desconhecimento da alternativa.

Seção III - PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DA/O ENTREVISTADA/O NO EES AMOSTRAL:

► As perguntas desta seção referem-se *unicamente* ao EES amostral, utilizado para o sorteio do entrevistado, mesmo quando a sua participação em outro empreendimento solidário for considerada mais importante.

► Chamar o EES amostral pelo seu **nome**, conforme registrado na página 3.

51. Em que ano você começou a participar do EES?

_____ (ano)

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

➤ Quando necessário, auxiliar o entrevistado a recordar-se, mencionando fatos já citados por ele (mudança de endereço, etc.).

➤ Considerar o período em que o EES teve eventualmente outro nome ou forma de organização.

52. Quais dessas atividades econômicas são realizadas de forma coletiva no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

52.a	Produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.b	Comercialização ou organização da comercialização - vendas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.c	Prestação de serviços ou trabalho a terceiros	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.d	Troca de produtos ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.e	Poupança, crédito ou finanças solidárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.f	Consumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.g	Uso de infraestrutura (prédios, armazéns, sedes, lojas, fundo de pasto, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.h	Aquisição (compra ou coleta) de matéria-prima e insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.i	Obtenção de clientes ou serviços para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS
52.o	Outras atividades econômicas:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
52.or	Outras atividades econômicas declaradas _____			

➤ Mesmo que as atividades econômicas do EES já sejam conhecidas, proceder à leitura das opções e assinalar a opção **99.NS** quando o entrevistado mostrar dúvida ou desconhecimento.

➤ Se o EES realizar produção coletiva, indagar se igualmente *comercializa* coletivamente antes de preencher a alternativa **52.b**.

- **Produção** – processamento, beneficiamento, coleta, reciclagem ou fabrico de produtos.
- **Comercialização** – inclui a organização da comercialização, como a promoção de feiras e postos coletivos de venda.
- **Prestação de serviços ou trabalho a terceiros** – atividades como limpeza, consertos, instalações (elétricas, sanitárias), formação, assessoria. Inclui as atividades produtivas nas quais o EES entra apenas com a mão de obra.
- **Troca de produtos ou serviços** – inclui o uso de moeda social.
- **Poupança, crédito ou finanças solidárias** – cooperativas de crédito, fundos rotativos, bancos comunitários, etc.
- **Consumo** – o EES presta serviços não financeiros ou fornece produtos aos sócios: cooperativas de consumo, habitacionais, de eletrificação, etc.
- **Uso de infraestrutura** – o EES disponibiliza e organiza o uso de bens ou espaços físicos para os sócios: prédios, armazéns, sedes, lojas, fundos de pasto, etc.
- **Aquisição de matéria-prima e insumos** – o EES realiza ou organiza a compra, a coleta ou o acesso dos sócios a matérias-primas ou insumos.
- **Obtenção de clientes ou serviços** – o EES obtém clientes para os sócios: moto-táxis, serviços gerais, empreitadas, etc.

53. Atualmente, qual dessas é a sua **principal atividade econômica** no EES? (**leitura**)

0. Nenhuma ► (Passe à 88)

1. **Troca** de produtos ou serviços (inclui moeda social) ► (Siga à 54)

2. **Comercialização** de produtos de sua unidade econômica individual ou familiar ► (Passe à 59)

3. **Trabalho remunerado** na prod., na prest. de serviços ou na admin. do EES ► (Passe à 64)

4. **Poupança, crédito** solidário ou **finanças** solidárias ► (Passe à 73)

5. **Consumo** ou **uso** de infraestrutura, bens ou serviços coletivos ► (Passe à 83)

88. Outra resposta: _____ ► (Passe à 88)

999. Prefiro não declarar ► (Passe à 88)

➤ A alternativa **0. Nenhuma** não deve ser lida, sendo utilizada quando o entrevistado disser que não atua economicamente no EES.

➤ Identificar a **principal** atividade econômica realizada pelo sócio no EES amostral, explicando o sentido das opções quando necessário.

➤ Caso a resposta não se enquadre nas alternativas, usar a opção 88. Outra resposta e anotá-la, verificando sua compatibilidade com as atividades do EES mencionadas na questão anterior.

- **Troca** - quando o entrevistado se reúne para a troca de produtos ou serviços por ele produzidos ou realizados. Inclui clubes de trocas e moedas sociais.
- **Comercialização** - quando o entrevistado comercializa (ou vende) produtos produzidos por ele ou por sua família.
- **Trabalho remunerado** – quando o entrevistado trabalha na produção, na prestação de serviços ou na administração do EES, sendo remunerado por este ou por alguma fonte externa.
- **Poupança ou crédito** – quando o entrevistado faz poupança ou toma empréstimos no EES, seja com os recursos próprios deste ou de outras fontes para as quais o EES realiza a intermediação financeira. Inclui a obtenção individual ou grupal de financiamento pelo entrevistado.
- **Consumo ou uso de infraestrutura** – quando o entrevistado compra produtos, adquire serviços (como eletrificação) ou utiliza equipamentos ou a estrutura física do EES.

Bloco 3.1 – Atividade de troca de produtos ou serviços no EES



Atenção!

As questões 54 a 58 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a troca de produtos ou serviços (alternativa 1 na questão 53).

54. Quais os **3 principais** produtos ou serviços que você troca normalmente?

54a. Produto ou serviço 1

0. Não1. Sim999. PND

54ar. Produto ou serviço citado: _____

54arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

54b. Produto ou serviço 2

0. Não1. Sim999. PND

54br. Produto ou serviço citado: _____

54brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

54c. Produto ou serviço 3

0. Não1. Sim999. PND

54cr. Produto ou serviço citado: _____

54crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os produtos ou serviços informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1.Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0.Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os produtos ou serviços anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.

55. Você realizou trocas no EES no último ano?

0. Não ► **(Passe à 57)**
1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) ► **(Siga à 56)**
2. Sim, esporadicamente ► **(Siga à 56)**
88. Outra resposta: _____
99. Não me recordo
999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos últimos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a frequência das trocas e marcar a alternativa correspondente.
- Se for marcada a alternativa **88. Outra resposta**, seguir à Questão 56 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 57.

56. Qual foi o valor das suas trocas no último mês em que você as realizou?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____
99. Não me recordo do valor
999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção **999. Prefiro não declarar**.

57. Além das trocas, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? **(leitura, resp. múltipla)**

57.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
57.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
57.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar **999. PND** se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções **57.o** e **57.or**.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Troca* (cfr. questão 53), é excluída nesta questão.

58. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? **(leitura, resposta múltipla)**

58.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
58.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
58.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a **999. PND** se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

► **(Passe à 88)**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
**PESQUISA SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DOS EMPREENDIMENTOS
 ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS E SOBRE O IMPACTO GERADO PELA ECONOMIA
 SOLIDÁRIA SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE VIDA**

Você está sendo convidada/o a participar, como voluntária/o, em uma pesquisa sobre a Economia Solidária, respondendo a perguntas que lhe serão formuladas através de um questionário.

Antes da aplicação do questionário, é necessário que você tenha algumas informações sobre a pesquisa, a fim de esclarecer bem as suas dúvidas. Após isso, se estiver de acordo em responder ao questionário, iniciaremos a entrevista. Ao final da aplicação do questionário, se você mantiver a sua concordância, deverá assinar o seu nome no final deste documento, em três vias. Uma via ficará com você. A segunda via ficará com o/a entrevistador/a. A terceira via será enviada ao coordenador geral da pesquisa. Todas as vias serão também assinadas pelo/a entrevistador/a.

As informações mais importantes sobre a pesquisa são as seguintes:

- 1) Esta pesquisa é coordenada pelo prof. Luiz Inácio Gaiger, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (São Leopoldo, Brasil), e está sendo realizada por iniciativa e com o apoio da Secretaria Nacional da Economia Solidária – SENAES e do Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES.
- 2) O objetivo da pesquisa é ampliar os conhecimentos sobre a economia solidária no Brasil, permitindo que as iniciativas de apoio aos empreendimentos respondam melhor às necessidades dos mesmos e cheguem a resultados melhores.
- 3) A finalidade desse questionário é obter informações sobre a vida das/os sócias/os dos empreendimentos econômicos solidários. Serão feitas perguntas sobre o trabalho e a situação econômica das pessoas entrevistadas e das suas famílias. Haverá também perguntas sobre a sua participação no empreendimento e nas demais iniciativas da economia solidária, incluindo a participação social e política mais ampla na sociedade. No final do questionário, algumas perguntas serão feitas sobre a sua opinião sobre as mudanças trazidas pela economia solidária e sobre os aspectos que devem melhorar.
- 4) A aplicação do questionário dura aproximadamente 45min. Pode haver algumas pausas, se você quiser. Não sendo possível realizar a aplicação do questionário de uma única vez, um segundo horário será marcado para completar a sua entrevista.
- 5) Algumas informações pessoais suas serão solicitadas. Essas informações serão mantidas em sigilo pelos responsáveis pela pesquisa, preservando o seu anonimato e privacidade. Assim, nenhuma pessoa que utilizar as informações da pesquisa poderá identificar as pessoas entrevistadas. Além disso, as informações apenas poderão ser utilizadas para as finalidades previstas na pesquisa.

- 6) A sua participação nesta pesquisa é inteiramente livre. A aplicação do questionário pode ser interrompida por você a qualquer momento, caso não queira responder a alguma questão ou prefira não responder mais ao questionário.
- 7) No caso de desistência, o seu questionário será excluído da pesquisa e você não precisará assinar esse documento. Nenhuma pessoa entrevistada será penalizada pela desistência e agradecemos da mesma forma a sua colaboração.
- 8) Se você tiver dúvidas posteriores, poderá entrar em contato com o coordenador da pesquisa:
 Prof. Luiz Inácio Germany Gaiger – Unisinos
 Telefones: 51 3591-1180 e 51 9969-0130. E-mail: gaiger@unisinos.br
- 9) Antes de iniciar a aplicação do questionário, você pode esclarecer todas as suas dúvidas imediatas com o/a entrevistador/a.

[Dados e assinatura abaixo a serem colhidos após a aplicação do questionário]

Eu, _____, abaixo-assinado/a, sócio/a do empreendimento _____, concordo em participar da pesquisa *Gênese e Desenvolvimento da Economia Solidária*, respondendo ao questionário a mim apresentado. Fui devidamente informado e esclarecido pelo/a entrevistador/a _____ sobre a pesquisa, sobre os seus procedimentos e sobre as condições de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Assinatura da/o entrevistada/o: _____

RG da/o entrevistado: _____

Assinatura do/a entrevistador/a: _____

Local: _____ Data: ____/____/____

Código do questionário: _____

Assinatura do Coordenador da Pesquisa: _____


 Luiz Inácio Germany Gaiger

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-000 São Leopoldo Rio Grande do Sul, Brasil
 Fone: (51) 3591-1198 ou ramal 2198 Fax: (51) 3590-8118 <http://www.unisinos.br>

CEP - UNISINOS
 VERSÃO APROVADA
 12/12/09


- Preencher os campos acima e colher as assinaturas ao **final** da aplicação, se o entrevistado mantiver o seu consentimento.
- Destacar essa via e a seguinte, entregar uma ao entrevistado e guardar a outra consigo.

Bloco 3.2 – Atividade de comercialização de produtos ou serviços no EES



Atenção!

As questões 59 a 63 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a comercialização de produtos ou serviços (alternativa 2 na questão

52)

59. Quais os **3 principais** produtos que você comercializa normalmente?

59a. Produto 1

0. Não1. Sim999. PND

59ar. Produto citado: _____

59arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

59b. Produto 2

0. Não1. Sim999. PND

59br. Produto citado: _____

59brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

59c. Produto 3

0. Não1. Sim999. PND

59cr. Produto citado: _____

59crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os produtos informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1. Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0. Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os produtos anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.

60. Você comercializou ou realizou vendas no EES no último ano?

0. Não ► **(Passe à 62)**

1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) ► **(Siga à 61)**

2. Sim, esporadicamente ► **(Siga à 61)**

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O *último ano* refere-se aos últimos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a *frequência* das trocas e marcar a alternativa correspondente.
- Se for marcada a alternativa 88. Outra resposta, seguir à Questão 61 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 62.

61. Qual foi o valor das suas vendas no último mês em que você as realizou?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo do valor

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
- Se o valor das vendas não for individualizado, marcar a opção 88. Outra resposta e explicar o sentido do valor declarado.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

62. Além da comercialização, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

62.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
62.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
62.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 62.o e 62.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Comercialização* (questão 53), é excluída nesta questão.

63. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

63.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
63.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
63.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.

- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

► (Passe à 88)

Bloco 3.3 – Atividade de trabalho remunerado no EES



Atenção!

As questões 64 a 72 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é o **trabalho remunerado (alternativa 3 na questão 53)**.

64. Qual é a sua **principal** ocupação **remunerada** no EES?

Ocupação: _____

Código CBO Domiciliar 2002: _____ (6 dígitos)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- **Ocupação** – o tipo de trabalho, de cargo ou de profissão exercidos.
- Considerar como critérios de ocupação *principal*: 1) o número de horas semanais normalmente trabalhadas; 2) o rendimento mensal habitual; 3) a ocupação exercida há mais tempo.
- A inclusão do código constante na tabela CBO 2002 deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que a ocupação anotada não gere dúvidas no momento de fazer a classificação.

65. Você trabalha no EES com que **frequência**?

1. Permanente

2. Temporária

3. Sazonal

4. Eventual

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Considerar a situação predominante, quando a frequência com que o trabalho é exercido for variável.
 - **Trabalho permanente** – exercido constantemente e sem prazo de término previamente estipulado.
 - **Trabalho temporário** – exercido apenas em um período previamente estabelecido, sem garantia de nova contratação (inclui estágios).
 - **Trabalho sazonal** – exercido repetidamente em certos períodos do ano. Ocorre em situações de produção sazonal ou em momentos em que normalmente cresce a demanda (pedidos, contratos) por produtos ou serviços.
 - **Trabalho eventual** – trabalho ocasional, esporádico, em geral com baixa quantidade de horas, sem época nem período definido.

66. Normalmente, você trabalha quantas **horas por semana** nessa ocupação?

_____ horas

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, ajudar o entrevistado a fazer as contas a partir da recapitulação das suas jornadas diárias de trabalho.
- Considerar a média anual ou a situação predominante, caso haja variação.
- Considerar também as horas de trabalho fora do local físico do empreendimento.
- No caso de atividade rural ou realizada por conta própria, considerar que o trabalho pode se estender nos fins-de-semana e nos feriados, ininterruptamente.
- Quando a atividade for muito inconstante ou imprevisível, marcar a alternativa 88. Outra resposta e anotá-la no espaço em branco.

67. Normalmente, com quem você trabalha? (**resposta única**)

1. Individualmente
2. Com a família
3. Em equipes ou grupos
4. Com todas/os as/os demais integrantes do EES

88. Outra resposta: _____999. Prefiro não declarar

- Considerar apenas o trabalho relacionado ao EES e a situação de trabalho predominante.

68. O pagamento pelo seu trabalho é feito pelo EES ou por outra entidade? (**resposta única**)

1. Pelo EES
2. Por outra entidade (projeto de governo, ONG, Igreja, etc.)
3. Por ambos

88. Outra resposta: _____999. Prefiro não declarar

- Considerar apenas o trabalho relacionado ao EES.

69. Normalmente, como é feito o seu pagamento nesse trabalho? (**leitura seletiva - resposta múltipla**)

69.a	Remuneração fixa ou proporcional à jornada de trabalho	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.b	Por produção ou comissão (peças, vendas, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.c	Por tarefa ou empreitada (serviços, atendimentos, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.d	Gratificações ou comissões adicionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.e	Em benefícios (moradia, alimentação, treinamento, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.f	Pelo consumo de produtos do trabalho (autoconsumo)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.g	Retirada proporcional ao faturamento ou às sobras do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
69.o	Outra forma de remuneração:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
69.or	Outra forma de remuneração citada: _____			

- Ler as alternativas uma a uma, exceto aquelas que já foram logicamente descartadas.

- Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.

- **Remuneração fixa** – valor fixo mensal ou proporcional às horas trabalhadas.
- **Remuneração por produção** – valor calculado conforme o montante da produção realizada.
- **Remuneração por tarefa ou empreitada** – valor calculado conforme o montante de serviços prestados.
- **Gratificações** - retribuição por serviços extras ou remuneração adicional à convencionada.
- **Em benefícios** – retribuição que não envolve dinheiro, como moradia, alimentação e capacitação.
- **Consumo de produtos do trabalho** – retribuição em produtos produzidos no EES.
- **Proporcional ao faturamento ou sobras** – remuneração dependente dos ganhos e da disponibilidade financeira do EES. Pode considerar critérios individuais, como o número de horas trabalhadas ou a produção.

70. Qual foi o valor da sua **remuneração** por esse trabalho no último mês? (**resposta múltipla**)

70.a	Remuneração em dinheiro	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	70.av R\$ _____
70.b	Remuneração em benefícios (vale transporte, refeição, moradia, etc.)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	70.bv R\$ _____
70.c	Remuneração em produtos ou serviços (descontos ou gratuidade)	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
70.d	Autoconsumo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	99. <input type="checkbox"/> NS	999. <input type="checkbox"/> PND	
70.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim			70.ov R\$ _____
70.or	Resposta citada: _____					

- Ler as alternativas uma a uma e anotar as respostas, exceto aquelas logicamente já descartadas.
- A soma do valor total das fontes monetárias que compreendem mais de um item deve ser feita com o auxílio da tabela abaixo: assinalar as categorias de rendimento (70.a, 70.b, 70.o), descrever os itens correspondentes, com seus respectivos valores (conhecidos ou estimados), totalizando o valor de cada categoria na última coluna. Transpor os valores finais para as alternativas correspondentes da questão 70.
- Aplicar *médias anuais* quando o ganho do mês for declarado atípico. Em caso de rendimento sazonal, considerar o último mês de recebimento. Buscar valores aproximados, quando não for possível a exatidão nos cálculos.
- Havendo constrangimento de parte do entrevistado, indagar se prefere não responder e, sendo assim, marcar a opção 999.PND.
- **Remuneração** - rendimento bruto do empregado (remuneração básica, adicionais como horas extras, abonos e complementos) e o rendimento do empregador ou do trabalhador por conta-própria (retirada ou ganho líquido), incluindo a atividade rural.
 - Em **benefícios** – complementos recebidos, como vale-refeição ou vale-transporte e usufruto gratuito ou com desconto de moradia, alimentos, itens de consumo doméstico, equipamentos produtivos, treinamento, transporte, etc.
 - Em **produtos ou serviços** – recebimento gratuito ou com desconto de bens ou serviços oferecidos pelo EES.
 - Em **autoconsumo** – bens produzidos pelo entrevistado no EES, para seu consumo gratuito ou com desconto.
 - **Outra resposta** – bolsas de estudo ou de capacitação, etc.

Tabela de Cálculo de Itens Monetários

Categoria de Rendimento	Item 1	Item 2	Item 3	Item 4	Item 5	Total

71. Além do trabalho, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

71.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND

71.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
71.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
71.or	Outras vantagens citadas: _____			

➤ Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.

➤ Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 71.o e 71.or.

➤ A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Trabalho remunerado* (questão 53), é excluída nesta questão.

72. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

72.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
72.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
72.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

➤ Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.

➤ **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

▶ (Passe à 88)

Bloco 3.4 – Atividade de poupança, crédito ou financiamento no EES



Atenção!

As questões 73 a 82 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é a poupança, crédito ou financiamento (alternativa 4 na questão 53).

73. Quais operações financeiras você realiza no empreendimento?

1. Somente poupança (depósitos ou aplicações) ▶ (Siga à 74 e pule a 75)

2. Somente crédito (empréstimos ou financiamentos) ▶ (Passe à 75)

3. Poupança e crédito ▶ (Siga à 74)

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

➤ Utilizar os textos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.

➤ Se for marcada a alternativa 88. Outra resposta, seguir às próximas questões se fizerem sentido; do contrário, passar à 82.

74. Qual é a finalidade **principal** da poupança?

0. Não há uma finalidade principal

1. Aquisição de bens de consumo ou de serviços para uso pessoal ou familiar

2. Aquisição de bens ou serviços vinculados à atividade produtiva

3. Garantia contra necessidades e imprevistos futuros

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Assinalar a opção que melhor corresponde à resposta espontânea do entrevistado, *sem* ler as alternativas de resposta.

75. Qual é a finalidade **principal** das suas operações de crédito?

0. Não há uma finalidade principal

1. Aquisição de bens de consumo ou de serviços para uso pessoal ou familiar

2. Aquisição de bens ou serviços vinculados à atividade produtiva

88. Outra resposta: _____

999. Prefiro não declarar

- Assinalar a opção que melhor corresponde à resposta espontânea do entrevistado, *sem* ler as alternativas de resposta.

76. Você realizou operações de poupança ou de crédito no último ano?

0. Não ► **(Passe diretamente à 81)**

1. Sim, apenas de poupança ► **(Siga à 77 e passe depois à 81)**

2. Sim, apenas de crédito ► **(Passe à 78)**

3. Ambas ► **(Siga à 77)**

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos 12 meses anteriores à entrevista.

77. Qual é (ou foi) o valor máximo da sua última poupança?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
 ➤ Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

78. Qual é (ou foi) o valor da sua última operação de crédito?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas.
 ➤ Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

79. Como deve ser (ou foi) feita a devolução desse crédito?

0. A fundo perdido (sem necessidade de devolução)

1. Parcial (com ou sem correção monetária ou remuneração)

2. Integral, sem correção monetária nem remuneração (juros)
3. Integral, apenas com correção monetária (sem juros)
4. Integral, com correção monetária e remuneração (juros)
5. Integral, calculada de acordo com um produto utilizado como referência de valor
88. Outra resposta: _____
99. Não sei
999. Prefiro não declarar

- **Fundo perdido** – sem obrigatoriedade de devolução ou reembolso. Normalmente, os recursos são cedidos pelo Estado para fins sociais, como obras de infraestrutura, saneamento básico e construção de moradias populares, ou fins econômicos, como geração de emprego e renda (onde normalmente entram os projetos de Economia Solidária), ou ainda para a proteção do meio ambiente e a preservação de acervos.
- **Devolução parcial** – quando apenas uma parte do crédito deve ser devolvida.
- **Correção monetária** – atualização do valor para compensar a inflação e manter o valor real do empréstimo.
- **Remuneração** – incidência de juros sobre o valor do empréstimo, de acordo com o prazo de devolução.
- **De acordo com o produto utilizado como referência de valor** – o valor do empréstimo é equiparado à quantidade de um produto (milho, etc.); a devolução é calculada pelo valor de mercado dessa mesma quantidade, no momento em que for feita.

80. Que garantias você ofereceu para obter esse crédito? (**resposta única**)

0. Não ofereci garantias
1. Garantias individuais (bens pessoais, penhor, avalista)
2. Aval solidário (de um grupo)
3. Ambas
88. Outra resposta: _____
99. Não me recordo
999. Prefiro não declarar

➤ Utilizar os termos entre parênteses para facilitar o entendimento do entrevistado.

- **Garantias individuais** – os bens oferecidos poderão ser confiscados caso não haja a devolução do empréstimo; no penhor, um bem é depositado e fica de antemão como garantia; o avalista é uma pessoa que assume a dívida se o tomador crédito não o pagar.
- **Aval solidário** – sócios do EES assumem coletivamente o compromisso de devolver os créditos recebidos individualmente.

81. Além da poupança e crédito, quais dessas atividades costuma realizar no EES? (**leitura, resposta múltipla**)

81.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.e	Consumir bens ou serviços oferecidos pelo EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
81.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
81.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 81.o e 81.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Poupança e crédito* (questão 53), é excluída nesta questão.

82. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

82.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
82.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
82.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

▶ (Passe à 88)

Bloco 3.5 – Atividade de consumo ou uso de infraestrutura, bens ou serviços coletivos



Atenção!
As questões 83 a 87 serão aplicadas somente às/aos entrevistadas/os cuja participação econômica principal no EES é o consumo de bens e serviços (alternativa 5 na questão 53).

83. Quais os **3 principais** bens ou serviços que você consome normalmente?

83a. Produto ou serviço 1

0. Não 1. Sim 999. PND

83ar. Produto ou serviço citado: _____

83arCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

83b. Produto ou serviço 2

0. Não1. Sim999. PND

83br. Produto ou serviço citado: _____

83brCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

83c. Produto ou serviço 3

0. Não1. Sim999. PND

83cr. Produto citado: _____

83crCNAE-ECOSOL: _____ (8 dígitos)

- Anotar por extenso os bens ou serviços informados espontaneamente pelo entrevistado e marcar 1. Sim na linha correspondente. Havendo menos de três respostas, marcar a opção 0. Não nas alternativas não preenchidas.
- A inclusão do código constante na tabela CNAE-ECOSOL deve ser feita posteriormente, mas é indispensável o conhecimento prévio da mesma para que os bens ou serviços anotados não gerem dúvidas no momento de fazer a classificação.
- Nessa caso, classificar na tabela CNAE-ECOSOL usando o código correspondente à **produção** do produto consumido.

84. Você consumiu bens e serviços no EES no último ano?

0. Não ► **(Passe à 86)**

1. Sim, regularmente (semanalmente ou mensalmente) ► **(Siga à 85)**

2. Sim, esporadicamente ► **(Siga à 85)**

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo

999. Prefiro não declarar

- O **último ano** refere-se aos 12 meses anteriores à entrevista.
- Quando a resposta for *Sim*, indagar sobre a frequência das trocas e marcar a alternativa correspondente.
- Se a alternativa escolhida for a 88. Outra resposta, seguir à Questão 86 se a mesma fizer sentido; do contrário, passar à 87.

85. Qual foi o valor dos bens e serviços no último mês em que houve consumo no EES?

R\$ _____

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo do valor

999. Prefiro não declarar

- Quando necessário, auxiliar o entrevistado a fazer as contas, mesmo em valores aproximados.
- Havendo constrangimento do entrevistado e preferência em não responder, marcar a opção 999. Prefiro não declarar.

86. Além do consumo, quais dessas atividades você costuma realizar no EES? **(leitura, resposta múltipla)**

86.a	Trocar produtos ou serviços com outros sócios	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.b	Comercializar ou negociar com compradores	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND

86.c	Trabalhar de forma remunerada	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.d	Fazer poupança ou tirar empréstimos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.f	Usar a infraestrutura ou equipamentos do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.g	Adquirir matéria-prima ou insumos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.h	Obter clientes ou serviços	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.i	Receber capacitação ou assessoria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
86.o	Outra resposta:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
86.or	Outras vantagens citadas: _____			

- Mesmo que algumas respostas pareçam conhecidas, ler as opções e marcar 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- Atentar para outras respostas citadas nominalmente pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 86.o e 86.or.
- A principal atividade econômica do entrevistado no EES, nesse caso *Consumo* (questão 53), é excluída nesta questão.

87. De quais dessas formas você costuma contribuir para o empreendimento? (**leitura, resposta múltipla**)

87.a	Pagando taxas associativas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.b	Doando produtos ou bens	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.c	Cedendo ou emprestando bens ou equipamentos meus	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.d	Trabalhando voluntariamente, sem remuneração	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
87.o	De outra forma:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
87.or	Outra forma de contribuição citada: _____			

- Ler as opções e marcar a 999. PND se o entrevistado hesitar em responder.
- **Contribuir** – pagar algum valor, prestar algum serviço ou ceder algum bem ao EES, de forma gratuita ou em troca de algo bem abaixo do valor ou do custo real. Inclui empréstimo de máquinas, cessão da própria casa para as atividades do EES, cedência de veículos, treinamento sem ônus dos demais sócios, etc. Exclui o trabalho remunerado ou o aluguel comercial de equipamentos ou espaços físicos.

Bloco 3.6 – Apreciações subjetivas sobre a importância do EES amostral

88. Quais dos seguintes motivos pesaram **fortemente** para você **entrar** no EES? (**leitura - resposta múltipla**)

88.a	O apoio de entidades ou do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.b	Poder trabalhar no que eu gosto	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.c	Participar de uma atividade coletiva	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.d	Sair do desemprego	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.e	Melhorar de renda ou de nível de vida	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.f	Ter um trabalho mais cômodo, quanto ao horário ou local	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.g	Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.h	Acreditar na Economia Solidária	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.o	Outro motivo:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
88.or	Outro motivo citado: _____		

- Inicialmente, lembrar a *época de entrada* do entrevistado no EES e enfatizar que a questão se refere aos *principais* motivos.
- Atentar para outras respostas citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 88.o e 88.or.

89. Qual dessas três alternativas mostra melhor a **importância atual** do EES para a sua **renda**?

0. Minha renda não depende do EES
1. O EES oferece complementação de renda em relação a meus rendimentos principais
2. O EES garante a minha fonte principal de renda
88. Outra resposta: _____
99. Não tenho opinião formada
999. Prefiro não declarar

- Ler as alternativas 0, 1 e 2 e assinalar a resposta correspondente.
- Fazer perguntas complementares, quando for necessário, para a correta marcação da resposta.

90. Hoje, quais motivos pesam mais **fortemente** para você **continuar** no EES? (**resposta múltipla**)

90.a	O apoio de entidades ou do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.b	Trabalhar no que eu gosto	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.c	Participar de uma atividade coletiva	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.d	Evitar o desemprego	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.e	Melhorar minha renda ou meu nível de vida	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.f	Trabalhar com mais comodidade, quanto ao horário ou local	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.g	Fortalecer a comunidade ou movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.h	Acreditar na Economia Solidária	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.o	Outro motivo:	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
90.or	Outro motivo citado: _____		

- Enfatizar que a questão se refere aos motivos *atuais* de permanência no EES.
- Formular a pergunta e classificar as respostas *espontâneas* do entrevistado nas alternativas mais próximas
- Se necessário, entabular uma *conversa*, evitando induzir as respostas do entrevistado.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 90.o e 90.or.

91. Qual dessas cinco alternativas retrata melhor os seus **planos futuros** para sua participação no EES? (**leitura**)

0. Não tenho planos futuros
1. Pretendo manter o mesmo tipo de participação
2. Pretendo aumentar a minha participação
3. Pretendo participar mais de outro empreendimento solidário
4. Pretendo encontrar trabalho fora da Economia Solidária
88. Outra resposta: _____
99. Não tenho opinião formada
999. Prefiro não declarar

- Ler pausadamente as alternativas 0 a 4, **antes** de colher a resposta do entrevistado.

92. Quais das **necessidades** abaixo são **muito importantes** para o EES? (**leitura - resposta múltipla**)

92.a	Ter uma sede própria	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
------	----------------------	---------------------------------	---------------------------------

92.b	Dispor de um registro formal para o EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.c	Melhorar a comercialização dos produtos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.d	Gerar renda maior para as/os sócias/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.e	Crédito e financiamento	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.f	Capacitação técnica e gerencial	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.g	Maior consciência das/os sócia/os	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.h	Maior eficiência na produção	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.i	Políticas de apoio do governo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.j	Máquinas e equipamentos modernos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.k	Maior participação dos sócios nas decisões do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.l	Comprometer-se mais com a sociedade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.m	Resolver alguns conflitos internos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.o	Outra necessidade	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim
92.or	Outra necessidade citada: _____		

➤ Perguntar primeiramente se o entrevistado acha que o EES tem necessidade para avançar. Se a resposta for *Sim*, ler as alternativas e marcar as opções correspondentes.

➤ Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 92.o e 92.or.

Seção IV – PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

93. **Antes** de ingressar no EES, você participava de movimentos e organizações sociais? Quais? **(resposta múltipla)**

93.a	Fóruns ou redes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.ar _____
93.b	Movimento sindical	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.br _____
93.c	Movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.cr _____
93.d	Orgs. sociais ou comunitárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.dr _____
93.e	Partidos políticos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.er _____
93.o	Outra resposta	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	93.or _____

- Recordar primeiramente a *época de ingresso* do entrevistado no *EES amostral*, para que seja o ponto de referência das respostas.
- Se a resposta for *Sim* à primeira pergunta, indagar de quais organizações participava, com apoio na lista de alternativas.
- Classificar as respostas conforme as conceituações e exemplificações abaixo e escrever as respostas nas linhas à direita.
- Faltando espaço, utilizar o campo Observações, ao final do questionário. [casos de mais de uma participação por categoria]
 - **Fóruns ou redes** – promovem a articulação entre pessoas e organizações: Fórum de Comércio Justo, Fórum de Cooperativismo, Fóruns de Economia Solidária, Rede Abelha, Rede de Agricultura Familiar, Rede Amazônia Solidária, Rede de Artesãos, Rede de Articulação do Semiárido, Rede Cerrado, Rede Ecovida, Rede Economia e Feminismo, Rede Lixo e Cidadania, Rede Solidária da Pesca, União de Agricultores Familiares, etc.
 - **Movimento sindical** – compreende os sindicatos de classe (agricultores, metalúrgicos, bancários, professores, etc.) e seus órgãos de aglutinação, como as confederações e as centrais sindicais.
 - **Movimentos sociais** – exceção ao movimento sindical, contemplado acima, incluem: movimento ambientalista, movimento antimanicomial, Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, Movimento de Igualdade Racial, Movimento de Juventude, Movimento de Mulheres, Movimento Sem-Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MDT), etc..
 - **Organizações sociais ou comunitárias** – possuem em geral uma base territorial e lutam por benefícios para a respectiva população: Associações Benéficas, Associação de Moradores, Centro Comunitário de Saúde, Comunidades Negras, Conselhos Comunitários, Conselho da Criança e do Adolescente, Clube de Mães, Pastoral da Criança, Pastorais Sociais, etc.
 - **Partidos políticos** – compreendem a militância espontânea, a filiação partidária e o exercício de cargos.
 - **Outra resposta** – casos nitidamente diferentes ou de classificação duvidosa nas alternativas anteriores.

94. **Dentro** do EES (amostral), já exerceu algum dos seguintes cargos? Quais? **(leitura - resposta múltipla)**

94.a	Coordenação de setores, grupos ou comissões	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.b	Direção geral do EES	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.c	Representação do EES em atividades externas	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
94.o	Outro cargo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
94.or	Outro cargo			citado: _____

- Perguntar primeiramente se o entrevistado exerceu cargos de liderança dentro do EES. Se a resposta for *Sim*, ler as alternativas e anotar as respostas.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 94.o e 94.or.

95. Nos movimentos da Economia Solidária, já assumiu algum dos seguintes cargos? **(leitura - resposta múltipla)**

95.a	Em organizações ou representações locais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.b	Em organizações ou representações regionais ou estaduais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.c	Em organizações ou representações nacionais ou internacionais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	999. <input type="checkbox"/> PND
95.o	Outro cargo	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	
95.or	Outro cargo citado:			_____

- Perguntar primeiramente se o entrevistado exerceu cargos de liderança nos *movimentos da Economia Solidária*. Se a resposta for positiva, ler as alternativas e anotar as respostas.
- Atentar para respostas diferentes citadas pelo entrevistado, assinalando-as nas opções 95.o e 95.or.

96. **Depois** de ingressar no EES, vem participando de movimentos ou organizações sociais? Quais? **(resposta múltipla)**

96.a	Fóruns ou redes	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.ar _____
96.b	Movimento sindical	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.br _____
96.c	Movimentos sociais	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.cr _____
96.d	Organizações sociais ou comunitárias	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.dr _____
96.e	Partidos políticos	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.er _____
96.o	Outra resposta	0. <input type="checkbox"/> Não	1. <input type="checkbox"/> Sim	96.or _____

- Perguntar primeiramente se o entrevistado, *depois* de entrar para o EES amostral, vem participando de algum movimento ou organização social. Se a resposta for *Sim*, indagar em quais movimentos e organizações.
- Classificar as respostas conforme as conceituações e exemplificações da Questão 93 e escrever as respostas nas linhas à direita.
- Faltando espaço, utilizar o campo Observações, ao final do questionário.

97. Atualmente você é associada/o a algum sindicato ou órgãos de classe?

0. Não

1. Sim

88. Outra resposta: _____

99. Não me recordo se sou associada/o

999. Prefiro não declarar

- **Sindicato** – associação de uma ou mais categorias de trabalhadores para fins de estudo, defesa e coordenação de interesses coletivos daqueles que exercem atividades ou profissões idênticas.

Seção V – PERCEPÇÕES SUBJETIVAS SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerando a **sua vivência** no EES (amostral) e na Economia Solidária, diga se **concorda** (CC) ou **discorda** (DC) das afirmações abaixo, ditas por participantes da Economia Solidária. Escolha uma resposta ou uma cor do cartão. Pode também dizer que **não tem opinião** formada (NS), que **não discorda nem concorda** (NN) ou que prefere **omitir a sua opinião** (PND).

	Percepções de sócias e sócios dos EES	99	1	2	3	999
98	É possível a gente viver apenas com a renda gerada pelo nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
99	Muitas pessoas sem trabalho encontram um lugar na Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
100	Na Economia Solidária o governo está enxergando as necessidades do povo	NS	CC	NN	DC	PND
101	Tinha gente que era escrava antes de conhecer a Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
102	Na Economia Solidária homens e mulheres têm os mesmos direitos	NS	CC	NN	DC	PND
103	As pessoas se capacitam para o trabalho no nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
104	Existem discriminações de cor dentro do nosso empreendimento	NS	CC	NN	DC	PND
105	A falta de renda imediata leva pessoas a desistirem da Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
106	Há membros do empreendimento que se escoram no trabalho dos outros	NS	CC	NN	DC	PND
107	Em nosso empreendimento, muita gente pôde melhorar sua moradia	NS	CC	NN	DC	PND
108	Nem sempre as decisões são tomadas pela maioria dos sócios e sócias	NS	CC	NN	DC	PND
109	Nosso empreendimento recebe um apoio de fora muito pequeno	NS	CC	NN	DC	PND
110	Os homens deixam as mulheres participarem livremente	NS	CC	NN	DC	PND
111	Certas lideranças se deixam levar pelo individualismo	NS	CC	NN	DC	PND
112	Na Economia Solidária a gente consegue defender os nossos direitos	NS	CC	NN	DC	PND
113	A participação das mulheres na Economia Solidária às vezes faz com que elas esqueçam seus deveres de casa	NS	CC	NN	DC	PND
114	As pessoas mais humildes sofrem discriminações na Economia Solidária	NS	CC	NN	DC	PND
115	Na Economia Solidária falta um cuidado maior com a natureza	NS	CC	NN	DC	PND
	Percepções e graus de concordância	99	1	2	3	999

- Adiantar ao entrevistado que esta é a *última* parte do questionário.
- Explicar o formato das questões e o uso do cartão.
- Enfatizar que o entrevistado deve valer livremente a sua opinião.
- Caso o entrevistado se posicione a meio termo, sugerir a opção **nem concordo, nem Discordo**.
- Em caso de hesitação, sugerir a opção **Não Sei** ou **Prefiro Não Responder**.

AUTORIZAÇÃO PARA REGISTRO E USO DE FOTOGRAFIA DA/O ENTREVISTADA/O:

Desde que **preservado o seu anonimato** em relação às informações registradas no questionário, a/o entrevistada/o autoriza a tiragem de um fotografia sua, com a finalidade de compor um álbum de imagens desta pesquisa?

0. Não.
 1. Sim, mas **sem** citar o nome e o EES de que participo.
 2. Sim, podendo-se citar o meu nome e o EES de que participo.
- Proceder conforme a resposta do entrevistado, diferenciando as opções 1 e 2.
 - Explicar que as fotografias ficarão em um acervo, algumas delas sendo divulgadas como registro público da pesquisa e da aplicação do QSES.

CONSENTIMENTO FINAL E AUTORIZAÇÃO PARA O USO DAS INFORMAÇÕES:

Desde que preservado o seu anonimato, a/o entrevistada/o autoriza a utilização das informações prestadas através desse questionário, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a Economia Solidária, fortalecê-la e divulgá-la, dispondo-se para isso a assinar o TCLE em três vias?

0. Não (registrar nas **Observações** e proceder à substituição do entrevistado).
 1. Sim.
- Voltar a mencionar o TCLE e proceder à nova leitura se o entrevistado solicitar.
 - Preencher as três vias e colher as assinaturas, colocando também a sua própria.
 - Destacar as vias do TCLE encartadas no meio do QSES, entregar uma via ao entrevistado e guardar a outra consigo.
 - Solicitar um *tempo extra* ao entrevistado e realizar as ações previstas no **gabarito** de controle **abaixo**.

GABARITO DE CONTROLE – ANTES DE CONCLUIR A ENTREVISTA:

1. Todas as questões foram aplicadas.
 2. As respostas em branco correspondem aos casos previstos.
 3. As respostas por extenso são facilmente legíveis.
 4. As respostas que exigem um contato posterior foram anotadas e o contato combinado.
 5. O TCLE foi preenchido e assinado em três vias, ficando a primeira via encartada no QSES.
 6. A segunda via do TCLE foi entregue à/ao entrevistada/o e a terceira ficou de posse do/a entrevistador/a.
 7. As interrupções durante a aplicação foram anotadas nas Observações.
 8. A fotografia do entrevistado, se autorizada, foi tirada.
 9. A hora de término da entrevista foi anotada na primeira página.
- Agradecer ao entrevistado pela atenção e o tempo concedidos.
 - Encerrar a entrevista, colocando os responsáveis pela pesquisa à disposição do entrevistado.

GABARITO DE CONTROLE – ANTES DE CONCLUIR A APLICAÇÃO DO QSES:

1. As respostas pendentes foram respondidas.
2. Foram inseridos os códigos de classificação das Tabelas CBO 2002 e CNAE-ECOSOL no QSES impresso.

3. O campo Observações foi revisado e, quando necessário, complementado.
 4. O QSES foi digitado no sistema *on-line*.
 5. A digitação do QSES foi cuidadosamente conferida.
 6. Foi recebida mens. de confirmação da digitação, enviada pela Coordenação da Pesquisa.
 7. A fotografia do entrevistado foi enviada com o código do QSES e recebida pela Coordenação da Pesquisa.
-

Data: ____/____/____ Assinatura do/a entrevistador/a: _____

- Guardar a sua via do TCLE pelo prazo de três anos.
- Expedir o QSES impresso pelo correio para a Coordenação da Pesquisa (Cfr. Guia de Procedimentos Gerais)

OBSERVAÇÕES DO/A ENTREVISTADOR/A:

APÊNDICE B -TABELA DE NÚMEROS ALEATÓRIOS PARA USO DO SORTEIO *IN LOCO* DE SÓCIAS(OS) DOS EES

Esta tabela tem por objetivo auxiliar no sorteio dos sócios que devem responder ao questionário do SIES. Passos para proceder ao sorteio:

- 1º. Verificar o número de sócios e a lista com os seus nomes, atribuir um número para cada sócio, sendo que o primeiro nome recebe número 1., o segundo nome número 2 e assim por diante, desta forma cada sócio tem o seu número de identificação para sorteio;
- 2º. De acordo com o porte do EES, verificar o número de sócios a sortear e acrescente mais 3 para serem utilizados como suplentes caso seja necessário (se 3 a 9 sócios, sortear 2+3=5; se 10 a 19 sócios, sortear 3+3=6; se 20 a 49 sócios, sortear 6+3=9; se 50 a 99 sócios, sortear 6+3=9; se 100 a 499 sócios, sortear 8+3=11);
- 3º. Para cada EES visitado seguir para uma coluna da tabela, exemplo, se é o primeiro EES do seu plano, use coluna EES1, se é o segundo EES do seu plano, usar coluna EES 2, e assim por diante. Caso seu plano tenha mais de 20 EES, para a vigésima primeira EES, volte a utilizar a primeira coluna, ou seja EES1;
- 4º. → Se o número de sócios do EES é de no máximo 9: utilize apenas o 1º dígito de cada linha, começando pela primeira linha, caso o dígito não corresponda a um sócio existente, passe para a próxima linha;
 → Se o número de sócios é de 10 a 99: utilize apenas os dois primeiros dígitos, começando pela primeira linha, caso o dígito não corresponda a um sócio existente, passe para a próxima linha; caso não atinja o número de sócios sorteados até o final da coluna, passe para a coluna seguinte;
 → Se o número de sócios é de 100 a 499: utilize os três dígitos, começando pela primeira linha, caso o número não corresponda a um sócio existente, passe para a próxima linha; caso não atinja o número de sócios sorteados até o final da coluna, passe para a coluna seguinte;
- 5º. Tendo em mãos os números dos sócios a ser entrevistados e mais os três suplentes, solicite o acesso a cada um deles pelo respectivo nome.

EES1	EES2	EES3	EES4	EES5	EES6	EES7	EES8	EES9	EES10
677	751	944	194	171	996	964	266	536	024
585	041	690	566	647	660	984	765	562	145
908	226	969	687	298	725	902	670	216	217
473	463	376	208	171	016	014	256	377	188
116	223	346	047	080	292	077	343	126	320
473	242	315	106	490	228	149	181	482	423
185	060	075	041	024	025	153	072	091	158
099	175	108	158	016	122	157	079	026	167
014	026	089	163	134	035	150	124	184	084
188	195	062	129	073	086	003	119	111	063
927	818	287	465	753	815	398	628	294	032
036	051	843	502	724	648	651	059	845	565
086	984	386	945	214	635	364	147	020	980
031	293	181	816	430	965	055	761	653	571
201	882	195	859	219	197	788	858	451	995

EES11	EES12	EES13	EES14	EES15	EES16	EES17	EES18	EES19	EES20
191	702	300	401	482	078	125	794	344	484
983	080	906	786	313	241	156	241	989	309
821	025	507	822	026	514	628	668	399	388
017	231	172	183	383	204	316	250	333	352
008	287	177	254	325	480	236	341	243	232
377	398	006	072	085	223	362	426	149	425
185	149	172	136	162	037	005	023	179	195
180	165	091	091	163	079	027	041	098	084
091	184	032	095	112	119	179	026	029	155
173	028	019	155	156	106	054	132	072	135
702	273	964	571	777	929	958	019	137	963
785	678	412	312	045	408	257	132	638	403
428	085	738	638	478	565	492	771	717	939
351	409	107	268	580	562	330	128	200	975
737	930	448	276	041	772	962	040	497	845

Exemplo1 - EES número 3 do plano e o EES tem 6 sócios → deve iniciar pela coluna EES3 e pegar somente o primeiro dígito de cada linha até ter 5 números, serão eles: entrevistados (6, 3) suplentes (1, 2, 5)

Exemplo2 - EES número 11 do plano e o EES tem 32 sócios → deve iniciar pela coluna EES11 e pegar os dois primeiros dígitos de cada linha até ter 9 números, serão eles: entrevistados (19, 1, 18, 9, 17, 8) suplentes (2, 23, 28)

Exemplo3 - EES número 16 do plano e o EES tem 125 sócios → deve iniciar pela coluna EES16 e pegar cada linha até ter 11 números, serão eles: entrevistados (78, 37, 79, 119, 106, 125, 5, 27) suplentes (54, 23, 41)

APÊNDICE C – SINTAXE SPSS PARA ANÁLISE DE REGRESSÃO MULTIPLA UTILIZADA NO MODELO FINAL

```
REGRESSION  
/MISSING LISTWISE  
/STATISTICS COEFF OUTS R ANOVA  
/CRITERIA=PIN(.05) POUT(.10)  
/NOORIGIN  
/DEPENDENT RAIZ_RENDATOTAL  
/METHOD=ENTER  
HORASTRAB_EXTERNAS_SOCIOS  
HORASTRAB_EES_SOCIOS  
G1_3_IDHM  
G2_2_Q18GENERO G2_1_Q17_IDADE_CLASSE Q20BRANCOS_NÃOBR  
G2_6ESCOLARIDADE_CLASSES  
G2_8_Q28RURAL G2_18_1_SU G2_10_Q31SUSTENTA_A_CASA  
G2_5_3Q22CATADORMR G2_12_1_Q35TRAB_RURAL G2_12_4_Q35ARTESAO  
G2_12_5_Q35PESCA G2_17_Q48APOSENTADO  
ANO_INÍCIO_NO_EES  
G4_5_1_E25EESINFORMAL G3_7_Q94DIRECAOEES  
G3_8_Q95CARGOREPRESENTNACIONAL  
EES130B_INVEST_EQUIPAMENTOS  
G4_7_4_E151TÉCNICA_PROFISSIONAL  
G4_5_9_E143INCUBAÇÃO G4_9_E157_EESESTAEMREDE  
/RESIDUALS DURBIN  
/SAVE PRED RESID.
```